

PUBLICAÇÕES DA BIBLIOTECA NACIONAL



OLIVEIRA MARTINS

DISPERSOS

Artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos
e críticos, seleccionados, prefaciados e anotados

POR

ANTÓNIO SERGIO e FARIA DE VASCONCELOS

Tomo I

LISBOA

Officinas Gráficas da Biblioteca Nacional

1923

Sala A

Est. 8

Tab. 2

N.º 29

PUBLICAÇÕES DA BIBLIOTECA NACIONAL

OLIVEIRA MARTINS

DISPERSOS

Os dispersos de um poeta brasileiro, de Oliveira Martins, são os poemas que não foram publicados em nenhuma das suas obras completas, e que foram encontrados em manuscritos, em livros de propriedade particular, em jornais e em revistas.

DISPERSOS



Oficina Editora da Biblioteca Nacional

PREFÁCIO

Oliveira Martins : Impressões sôbre o significado político
da sua obra

O entusiasmo é bom, porque
eleva o espírito; mas a crítica é
melhor ainda, porque o esclarece. — ANTERO DE QUENTAL.

PREFACIO

Este libro es el resultado de un trabajo conjunto de los autores, quienes han buscado presentar un panorama general de la historia de la literatura hispanoamericana, desde sus orígenes hasta el presente. El objetivo principal es ofrecer una visión clara y concisa de los principales autores, obras y movimientos literarios que han marcado esta tradición. El texto está dividido en capítulos que abarcan desde la época colonial hasta la literatura contemporánea, permitiendo al lector seguir el desarrollo de la cultura literaria a lo largo del tiempo. Se han incluido referencias bibliográficas para facilitar la consulta de fuentes adicionales. Esperamos que este prefacio sirva como una introducción adecuada al contenido del libro.



I

A INFLUÊNCIA POLÍTICA DO HISTORIADOR

Tudo quanto existe gira entre os polos de uma contradição ou antinomia fundamental.

Ponderar estes dois pontos do dilema, ou temperar esta antinomia, é o fim das leis bem concebidas.

Oliveira Martins

Coligimos neste volume o que nos pareceu de interêsse permanente nos artigos de Oliveira Martins que andavam dispersos em publicações periódicas, realizando assim um antigo desejo da Direcção da Biblioteca Nacional, empenhada em facilitar ao público o máximo aproveitamento dos recursos de que ela dispõe. Versam tais artigos questões importantes de politica, economia, administração, arte e literatura, moral e instrução pública. Corre-nos o dever de prefaciá-los, por ser da praxe nas publicações congêneres da Biblioteca Nacional: e na divisão que do assunto fizemos com o nosso eminente cola-

borador, o dr. Faria de Vasconcelos, coube-lhe a êle o estudo do homem, bem como o do moralista e do pedagogista, e a nós o esbôço dos aspectos políticos da obra complexa de Oliveira Martins, considerando-a à luz dos seus efeitos, directos e indirectos, nos espiritos e nos acontecimentos. Trataremos, nesta primeira parte, da influência política do *historiador*; e numa segunda, da significação política do *publicista*.

Os artigos que reünimos são documentos importantes para a nossa história contemporânea, e muitos dêles, como se verá, incontestáveis obras primas, pela excelência do pensamento e pela beleza simples da sua forma. Pode dizer-se de Oliveira Martins que é o mais actual dos escritores portuguezes; compreendê-lo é compreender-nos, porque está nele como que o germe — e mais que o germe — do estado de espirito que nos caracteriza; a sua obra — de historiador, de político e de economista — marca o campo em que vai mover-se o pensamento da geração moderna; e é fácil prever (a não ser que surja uma perturbação fortúita) como se comportará a juventude: aprovando em grande parte o político e o economista, reagirá excessivamente contra as ideas do historiador.

O exame da obra de Oliveira Martins, no seu conjunto, demandaria muito esforço e muito

estudo, tão grande e rica nos aparece, tão difícil às vezes de circunscrever, tão heterogénea em mérito e em rigor científico, tão notáveis o trabalho, a energia, o poder de assimilação que pressupõe, tanto o fulgor artístico de que se reveste, tão extraordinária a impressão de vida, de emoção, de movimento, que caudalosamente brota do seu estilo, de-certo o de aspectos mais variados em tôda a prosa portuguesa. Evidentemente, não vamos tentar nada, absolutamente nada, que se pareça com tal exame. Só consideraremos o seu papel no pensamento político português, como historiador e publicista, buscando o significado da sua obra nos sucessos contemporâneos e (como uma parte dêsse significado) o seu efeito na orientação mental dos jovens que o leram sôfregamente entre 1880 e 1900, e que são hoje os nossos dirigentes na política e na literatura. E como a parte da sua obra que realmente influiu foi muito pequena, — e a menos sólida de tôda ela — o que temos que fazer é cousa fácil, se bem que talvez, ainda assim, superior às nossas fôrças.

Os *Elementos de antropologia*, o *Quadro das instituições primitivas*, os *Mitos religiosos*, o *Regime das riquezas*, são livros de um vulgarizador de génio, em que o fôlego do escritor a cada passo nos assoberba. Informar-se nas

obras originais sôbre tais assuntos, com um poder de estudo que faz espanto; organizar tudo no próprio cérebro; insuflar-lhe a própria filosofia; infundir emoção, vida, movimento, às proposições da sciência, às narrativas dos cronistas, aos resultados da investigação, graças a uma capacidade inexcedível de dramatizar as narrativas, — foi trabalho que causou, e com motivo, admiração na maioria e desconfiança nos eruditos: mas não influiu nos acontecimentos — a não ser pelo facto geral de mostrar doutrinas que eram novas, contrárias às ideas tradicionais; dêsses livros basta-nos, por isso, reter a idea da sociedade como organismo de dupla origem, natural e espiritual, cuja essência é a opposição, o equilibrio, a compenetração dêsses dois princípios; organismo em que nada é simples, nem absoluto, a não ser as necessidades fundamentais da vida, por um lado, e por outro a tendência racional do espirito. Pouco influiram também essa obra de filosofia que é o *Helenismo e a civilização cristã*, e as de assunto histórico mais restrito, como o *Camões*, o *Nunálvares* e os *Filhos de D. João I*. O talento literário de Oliveira Martins culmina numa obra brilhantíssima, mas pouco lida, cujas relações com a política pátria, a-pesar-de estreitas, eram menos sentidas pelo leitor vulgar: a *História da república romana*, acaso o quadro mais dramático de quantos se tentaram sô-

bre o assunto, em Portugal ou no estrangeiro. Aí já o esqueleto estava, por assim dizer, construído, graças a Mommsen e vários outros, bastando-lhe vesti-lo, e dar-lhe alma, com a mestria cálida e estuante da sua imaginação ressuscitadora. Os esplêndidos ensaios de economia, ou de história económica nacional, devemos porventura considerá-los como o que mais sólido nos deixou sôbre a vida do nosso país (*Projecto de lei de fomento rural*, uma maravilha; *Política e economia nacional*; *Circulação fiduciária*; *o Brasil e as colónias portuguesas*; *Portugal nos mares*): mas facilmente veríamos que não tiveram grande influxo (infelizmente) no nosso espírito colectivo, essas suas obras de economia. A influência veio doutras, como o *Portugal contemporâneo*, a *Civilização ibérica*, e muito principalmente a *História de Portugal*, bem como os artigos de doutrina política que reúnimos neste volume.

Essa influência — digamo-lo já — foi dupla e contraditória. Na *História de Portugal*, no *Portugal contemporâneo*, na *Civilização ibérica*, o artista, o historiador e o político enleiam-se entre si e a si próprios, e pode dizer-se de Oliveira Martins que uma parte dos seus escritos tornava impossível realizar, no govêrno, as ideas da outra parte. Com aqueles três livros fomentou, como ninguém, o radicalismo político anti-dinástico, o puro espírito de insurreição; com

os artigos do *Repórter* e a *República romana* quis exaltar e preparar a Ditadura esclarecida, a Razão de Estado, a intervenção do Rei, o Cesarismo socialista à maneira dos Alemães. Era ao mesmo tempo um Mommsen e um Michelet. Sonhou fazer de D. Carlos um Luís XIV, ou um Guilherme I, e de si próprio um Colbert, ou um Bismarck: mas por cada converso ao socialismo de Estado, anti-parlamentar e bismarckista, na elite política do País, era mais de um cento de radicais que se geravam directa ou indirectamente pelas páginas dramáticas e demolidoras da *História de Portugal*. Pedia à nação um esforço prático, mas pintara-a, naquele seu livro que era o mais lido, como uma triste sonhadora, sebastianista por natureza, inviável de nascimento, votada a repetidas revoluções, e as classes dirigentes, desde séculos, como acervos de mentecaptos. Incepava os liberais pela sua fúria de destruição, e ninguém nos desgostara como êle do nosso passado nacional, ou velara no correr da história pátria o trabalho construtivo da nossa gente. Aprovava o ensino religioso e a intervenção do rei nos negócios públicos, mas ninguém desacreditara como êle a dinastia dos Braganças, ninguém nos convencera, tanto como êle, de que a decadência peninsular era obra do Catolicismo. Se podemos chamar aos seus livros os seus filhos espirituais, o da *História de Portugal* foi o

«enfant terrible» da família: belo, fogoso e sedutor como nenhum, mas doente e alucinado, conspirou sempre, como um louco, contra as ideas políticas do publicista. O artista, nesse livro, trai freqüentes vezes o pensador; e para muitos pontos importantes, não é nessa obra que podemos achar, mas em outras, as suas ideas mais correctas sôbre a história do nosso país.

Diremos pois que evolucionou? Talvez; mas muito cedo; e aqueles dois aspectos da sua obra não são duas fases de um desenvolvimento, são duas faces duma mesma alma. Como espírito amplo que sem dúvida era no domínio da especulação, capaz de ver, a um tempo, o verso e o reverso de tôdas as fórmulas sociais, e a antinomia política fundamental da Liberdade-Autoridade, reflecte, mais que os outros homens, as contradições da sua época, talvez efeito (quem sabe?) duma contradição essencial das cousas; e êle mesmo se sentia mal no novelo de juízos a que viera dar, e em que se mantinha, sossegando os rebates da própria crítica por meio de uma distinção platoniana (ou hegeliana) entre os actos reais dos homens e a Idea pura da collectividade:

«A *História da civilização ibérica*» — dizia — «respira um entusiasmo optimista que, ao primeiro exame, pareceria contraditório com o péssimo e mesquinho carácter que as acções dos homens apresentam... Esta con-

tradição, real para o critério abstracto, não existe, porém, para o critério histórico. Tôda boa filosofia nos diz que o homem real é a imagem rude de um homem ideal, que essa imagem vive no mundo inconscientemente, e que tôdas as acções dos homens, maculadas de defeitos e vícios, obedecem a um sistema de leis, idealmente sublimes... Na esfera dos movimentos de instituições e ideas, na categoria da vida social, as acções dos homens são sempre absolutamente excelentes, porque a supremacia da sociedade sôbre o indivíduo consiste no facto da existência de uma consciência superior ou Idea, no organismo que se diz sociedade.» (*Hist. de Port.*, advertência).

É uma maneira de resolver o problema que tem estreitas afinidades, como estão vendo, com o idealismo absoluto de Hegel, a psicologia social de Lazarus e a politica cesarista de Mommsen; mas bastaria, cremos nós, considerar que uma cousa é a energia necessária aos grandes feitos, desde sempre admirada, e outra a bondade, a honradez e a justiça, admiráveis também, mas de outra ordem; e que numa obra colectiva uma cousa é o pensamento dos seus inspiradores e dos seus chefes, e outra a imperfeição inevitável da execução e dos executantes. O conflito, em suma, não está só entre dois mundos, um ideal e real o outro, mas em todos os aspectos da nossa vida, ideal ou realmente considerada: brigam no real e no sensível as exigências vitais com o amor do próximo, como brigam no ideal a Razão de Estado, o bem da nação, com as liberdades

individuais e a justiça absoluta. O ser humano — já o vimos — é cousa dúplice e antinómica; a sociedade também o é, a um tempo organismo natural e feitura da razão; e a vida política, finalmente, gira sôbre a básica antinomia da Liberdade e da Autoridade, que explica os choques das teorias e a instabilidade das opiniões. Mas provinham só disso as dualidades de Oliveira Martins? Não provinham; provinham também, e em grande parte, do temperamento, e até do sistema do historiador, que conservava a calma do erudito quando dissertava sôbre generalidades, mas que em se tratando de criticar os actos se inflamava todo no seu génio artístico, génio de paixão e combatividade, génio de satírico e de poeta trágico, atraído pela miséria, pela dor, pelo mal e pelo ridículo, que são, hão-de ser sempre, superiores como tema de arte ao equilíbrio e à sensatez. A *História de Portugal*, em resumo, não a escreveu com o critério a que chama «critério histórico». A verdade é que Oliveira Martins, prosador inspirado como poucos foram, só é um mestre perfeitamente claro, com rigor de análise e seriação de ideas, nos seus escritos de economia pura; quando entra porém na concreta história, sente-se-lhe a riqueza e a pujança da sensibilidade e da fantasia, mas não há seqüência, nem rigor, nem finura no senso crítico. A história, no narrar dos factos, há de ser sempre conjectural, obra portanto de

imaginação criadora; mas isso não impede que o historiógrafo, ao chegar à crítica, procure proceder com calma de espírito, num tom científico de objectividade. A crítica de Martins é muitas vezes um desabafo de alma: no teatro da história vêmo-lo sempre a êle, espectador insofrido que saltasse ao palco para ir sentir e combater entre tudo e contra todos. Quental, que lhe admirava o estilo, encontrava-lhe lapsos de mau gosto, efeito, em última análise, de certa rudeza de temperamento, a quem é difícil a finura extrema de uma civilidade superior, a análise aguda e requintada das complexidades sociais. Tem, como pouquíssimos, a visão dos actos e dos figurantes; mas não observa com justiça as dificuldades das situações. Êle, que compreendia filosoficamente o emaranhado do ser humano, não tinha a intuição do homem do mundo no labirinto prático da vida política. Afirmava, na *Advertência*, que «a história exige sobretudo observação directa das fontes primordiais, pintura verdadeira dos acontecimentos, e, ao lado disto, *a frieza impassível do crítico, para coordenar, comparar, de um modo impessoal ou objectivo*, o sistema dos sentimentos geradores e dos actos positivos»; nesta última parte, porém, é pouco modelar a sua *História*: frieza impassível do crítico, coordenação impessoal e objectiva, não são virtudes características daquelas páginas de fogo. As suas telas espantam pelo tom dramático e pela «fú-

ria», mas parece-nos que erram nas perspectivas. Mostram-nos por vezes da mesma grandeza, e no mesmo plano, cousas de importância desigualíssima; sem termos acabado de ver os objectos de um ponto de vista em que nos colocara, faz-nos saltar de repente a um ponto de vista muito diverso. Tem-se a impressão de que a análise nunca vai até ao fim, de que os seus juízos flutuam entre impressões ocasionais. E sucede isto precisamente no seu livro de influência máxima, no seu grande livro de acção política, onde se impõem, ao mesmo tempo, a genialidade da visão artística, a beleza simples de um estilo quente, o fulgor subitâneo dos golpes de vista, a parcialidade azêda da ofensiva crítica, a complexidade confusa da ideação.

Sim: êsse foi o seu livro de efeito, o seu livro político, o seu livro formidável. Algumas ideas fundamentais, que andavam perdidas e ignoradas nos *Opúsculos* de Herculano, só então se difundem pelo grande público, graças a processos artísticos de intensidade avassaladora; esboça-se o esqueleto económico da história de Portugal; e numa série de dramas shakespearianos, entre turbas de gente viva dá-nos personagens alegóricas, que são ideas; e das ideas e dos sucessos nem sempre ressaltam os mais importantes, mas os de aspecto mais pitoresco. Sustentar ao mesmo tempo a faculdade de análise e de encadeamento lógico, por um lado, e

por outro a de mostrar concretamente as cousas, é tarefa árdua e extenuante. Foi talvez Taine quem mais uniu êsses dois processos que se contrariam. Oliveira Martins, tão forte evocador como foi Taine, é-lhe sem dúvida superior em movimento e dramatização; mas grandemente inferior em originalidade de concepções, no dom de analisar, encadear, jerarquizar o pensamento. Nas suas obras históricas o poeta agita-se, sobrepõe--se, mistura-se, sem se combinar e sem se fundir, com o economista e o pensador; fica-se com uma impressão de deslumbramento, com o espírito cheio e enriquecido; mas também turvo, batido, desequilibrado, mal disposto. A *História de Portugal* é o livro de um feiticeiro, mas não de um mestre — apesar-do intuito de nos ministrar, pelo exame crítico dos factos, as lições políticas correspondentes.

Vejamos pois os caracteres da obra e o efeito natural sôbre quem a leu — procurando, para isso, fugir ao prestígio do seu estilo, e àquela espécie de sugestão hipnótica da série de quadros vigorosíssimos que põem a *História de Portugal*, pelo empolgante, ao lado das obras mais atractivas da literatura de imaginação. Manifesta-se a poesia de Oliveira Martins, evocadora das situações, nos mais pequeninos pormenores,

como quando, por exemplo, nos diz que nas vésperas de Alcácer-Quibir a rainha D. Catarina, «desatendida e só, fiava longas noites o fio da sua roca, as tristezas da sua alma, molhando a-miúdo os beiços, quentes e sêcos do trabalho e da aflicção». Fugamos ao império do grande artista, para vermos na sua obra uma síntese sem análise prévia, um corpo sem esqueleto, um ensaio filosófico obscuro sôbre uma história que não está feita: e de aí a aceitação simultânea de maneiras de ver consagradas e de outras preferidas por Oliveira Martins, porque êste, não se dando ao incômodo de analisar a fundo, se não liberta das primeiras e não avança as outras com resolução. Parece fácil, mas não é, determinar *por êsse livro*, com a minúcia necessária, as opiniões do historiador sôbre os assuntos mais importantes, sôbre os que mais se prendem com as questões políticas. *Nas obras históricas* o seu estilo, sempre belo, original e quente, anima os factos como nenhum, arremessa faúlhas e afirmações, entusiasmo e deslumbra o espírito, mas raro nos fixa num juízo nítido e não é dos mais próprios para exprimir ideas: precisaria, para isso, de ser mais didático e analista, de julgar as cousas com mais pormenor, de proporcionar os «distinguos» à complexidade dos problemas, de saber indicar com precisão todos os aspectos essenciais, — como lhe succede por via de regra

nos trabalhos de economia. E não só isso: o processo poético, afóra impedir de ajuizar bem dos factos, obriga-o a falsear as proporções das cousas, dando importância ao que é dramático (trágico ou cómico) e pondo na sombra o que o não é.

O primeiro método essencial da *História* — o processo poético ou de simbolismo, — é tomar acontecimentos e indivíduos tipos, ou supostos tais, descrevê-los com a máxima intensidade, e dar assim, num caso particular, o sentimento da *vida* do fenómeno genérico. A superioridade artistica desta «maneira» salta aos olhos imediatamente, — mas também os êrros a que pode levar, quando o poeta perturba o sábio no seu trabalho seleccionador, convencendo-o a descrever-nos como importante, ou como típico, o que é somente mais dramático. Nestes casos, em vez de determinar os caracteres do grupo, e escolher a seguir o indivíduo-tipo, em que os caracteres do fenómeno geral se nos apresentam mais intensos, sente-se atraído e seduzido pelo indivíduo mais pitoresco, pelo acontecimento mais dramático, e depois generaliza sem motivo, dando a importância de um fenómeno simbólico, representativo, ao que é episódico e accidental. Ponhamos exemplo. Duas formas de actividade denotam a faina

de criação da nossa primeira dinastia: a conquista do território e a organização administrativa. Na actividade da conquista, que é dramática, é provável que o caso mais dramático seja também dos representativos: e assim sucedeu, mais ou menos, na pessoa de Afonso Henriques. Na administração, porém, é menos natural a coincidência; e D. Denis, que devia talvez ser o indivíduo-tipo, não pode fornecer ao historiador uma scena empolgante e de gestos trágicos. O escolhido, por isso, foi D. Pedro. «A justiça de D. Pedro caracteriza-se para nós», — diz elle — «com o merecimento de um tipo, da mesma forma que a guerra de Afonso Henriques. São também os dois indivíduos simbólicos, por isso mesmo que são como doidos». O artificio de tal processo, que leva naturalmente a preferir os doidos, procura aqui legitimar-se, e dar como consequência racional o que é apenas atractivo estético. E de aí nove páginas de descrição sôbre as doidices de Pedro-o-Crú, casos fortuitos e accidentais, que numa história tão pequena não mereciam tanto espaço.

A segunda característica da *História* é certo pessimismo de sentimento, um vago desdém para com todos os actos, a reprovação nebulosa de tôdas as cousas, a começar na existência de Portugal. Não nos referimos à idea, por tantas pessoas condenada, de nos considerar uma nação e não uma nacionalidade, isto é, um agre-

gado social que se gerou, sem fundamento de unidade de raça, sem fronteiras naturais, só pela vontade dos seus chefes — o que nos parece, bem considerado, tão defensável como inócuo: referimo-nos, sim, à falsa conclusão que de aí tirou: a de que só se criam sociedades instáveis, enfiadas, aleatórias, condenadas ao sestro de revoluções contínuas, «quando se infringem assim as leis da natureza com os ímpetos da vontade humana»:

«Antes e depois de 1831-4 a história do liberalismo é uma comédia de mau gosto... Assim devia e tinha de ser, porque tal é a condição fatal de todas as ditaduras e cesarismos, e este é o verdadeiro nome da revolução de 34. Quando um homem, ou um grupo, impõe a uma nação o regime, embora salutar, que ela não pede espontaneamente; quando se infringem assim as leis da natureza com os ímpetos da vontade humana, as consequências são por toda a parte as mesmas. As condições particulares de Portugal parece terem-no destinado, desde todo o principio, a uma sucessão de revoluções desta ordem, porisso que, nem a geografia, nem a raça, dão à nação um alicerce que ella só encontrou, desde Afonso I até D. Pedro IV, na vontade enérgica dos seus homens superiores» (II, 287).

Condenada a própria colectividade, tôdas as acções e reacções, todos os binários de opiniões diversas, tôdas as teses e tôdas as antíteses, vão sendo condenadas confusamente: condenada a tradição, mas também a quebra dela; conde-

nado o Santo-Ofício, mas condenados os que o condenam, porque o tribunal da Inquisição era uma necessidade na sua época; condenado D. Sebastião, porque todos os seus actos eram loucuras; mas condenados os que se lhe opunham, porque não compreendiam o herói; condenada a Razão de Estado, e tudo que «sacrifica as garantias individuais»; condenados os cesarismos, cuja fatal condição é serem comédias de mau gosto; mas condenado o liberalismo, e exaltada por isso a Razão de Estado, porque as sociedades são organismos, e o liberalismo é a anarquia... Os efeitos sôbre o leitor não são difíceis de prever: ou o scepticismo radical ou a revolta cega contra tudo.

Este processo está intimamente ligado a um outro carácter do mesmo livro, que é, não a ausência de juízos práticos (o que seria justificável) mas a ambigüidade dêsses juízos — devida em muitos casos, é certo, menos à indecisão do seu pensamento do que à obscuridade da forma estilística, demasiado poética, em que foi escrita esta sua obra, ainda nas partes pròpriamente críticas. Sendo as censuras tão abundantes, não sai a claro afinal que deveria ter feito ou evitado, onde foi justo ou injusto, hábil ou inábil, útil ou nocivo, cada homem e cada grupo. ? Fêz bem à Ibéria o seu misticismo? ? Fêz bem D. João III na sua política com os judeus? ? Fêz bem D. Francisco de Almeida em propor o seu siste-

ma? ;Fêz bem Afonso de Albuquerque em adoptar o sistema oposto? ;Fizeram bem os conjurados na restauração de 1640? ;Fêz bem o conde de Oeiras no seu terramoto social, «utilitário e abstracto», na sua tentativa de uma «nação de estufa»? ;Fêz bem Mousinho da Silveira ao desvincular-nos do «passado histórico»? ;Onde acertaram e desacertaram êsses agentes da evolução política? ;Em quais aspectos foi boa, em quais maléfica a sua obra? ;Qual teria sido, nas circunstâncias, o procedimento mais sensato, quais foram as consequências do plano de acção que êles adoptaram? Estas perguntas, e outras tais, seriam de-certo descabidas se a attitude do historiador fôsse a attitude da erudição pura, que se limita a narrar os sucessos, ou os narra tentando sistematizá-los, explicá-los, jerarquizá-los, estabelecer-lhes a genealogia, sim, mas pura de juízos e conclusões práticas. Percebe-se um historiador que não aprova nem condena; não se percebe, porém, aquêle que julga sem formar processo, o que condena nebulosamente, sem distinguir e analisar, — sobretudo quando nos preveniu, nas primeiras páginas do seu livro, de que o seu objecto essencial é fornecer-nos lições políticas: «A história» — diz êle — «é sobretudo uma lição moral. . . Na sabedoria ou na loucura dos actos políticos e administrativos passados, há um meio de prevenir e encaminhar a direcção dos actos futuros. A história

é, neste sentido, a grande mestra da vida» (*Hist. de Port.*, Advertência, p. xi). Coleccionados os seus juízos, dir-se-ia, pelo contrário, a obra de um artista profundamente scéptico, convencido de que da história de Portugal se não pode tirar conclusão prestável, de que tôdas as maneiras de proceder teriam os mesmos inconvenientes, de que de tudo resulta, em última análise, a mesma proporção dos mesmos males. . . ? E como não havia de ser assim, se a irredutível contradição se não encontra unicamente entre a teoria e a execução da obra, mas na própria filosofia do historiador? Na mesma página em que nos previne que vai dar-nos um livro de lições políticas, afirma que «na esfera dos movimentos de instituições e ideas, na categoria da vida social, as acções dos homens são *sempre* absolutamente excelentes». Sendo péssimos em geral os homens, a acção política é sempre óptima. Mas se as acções políticas, como políticas, são sempre excelentes por natureza, — não deve o historiador aplaudir sempre, e achar que a verdadeira lição da história é não buscar nela lição alguma?

Assim como a atitude do desdém indefinido traz perplexidade e contradição, assim o abuso do processo poético traz como consequência o explicar um facto, muitas vezes, pelo próprio facto, ou então por uma *imagem*. Exemplo: «Tudo convergia para arrastar a nação a essa

data infeliz de 1580. Os sintomas mórbidos, anteriormente expostos, diagnosticam a doença, e explicam a *necessidade da catástrofe*.» Êsses sintomas são a Inquisição, o luxo da côrte de D. Manuel, etc.: não se definiu qual seja a *doença*, e não se percebe porque é que traria, *necessariamente*, a derrota total de Alcácer-Quibir: outros povos que não nós sofreram de males do mesmo género, e não caíram em igual catástrofe; vejamos se o que se segue será mais explícito:

«Era um despedaçar de todos os tecidos vitais, uma febre que destruía o sangue, um veneno que irritava todos os vasos do organismo nacional. Era uma doença lenta, mortal, mas cujo termo foi precipitado por uma crise. Então se exacerbaram todos os males; e o moribundo, erguendo-se no catre, bracejando em delírio, caiu como uma pedra, morto instantaneamente.»

É muito belo, sem dúvida nenhuma; supomos, porém, que não passa de uma imagem, e de uma imagem falsa; porque a doença *mortal* não impediu que se ressuscitasse anos depois, e se fôsse vivendo até agora. A catástrofe origina-se num caso fortuito e imprevisível, — um rei louco — intensificado nos seus efeitos por um fenómeno social: o seu poder absoluto, o qual se explica, por sua vez, por uma longa série de outros factos. A «morte» não sai naturalmente da «doença» do «moribundo»: porque nem os técnicos, nem o

povo, aprovavam a expedição. Apresentar-nos a cadeia das causalidades sociais é que seria ao mesmo tempo fazer sciência e ensinamento — que se não encontram, ao que nos parece, nessa imagem vigorosa de uma agonia teatral.

Para mais completa elucidação, remete-nos Oliveira Martins à sua teoria da decadência dos povos peninsulares, na *História da civilização ibérica*, e que é a seguinte:

«Se quisermos resumir em poucas palavras as causas da desorganização da sociedade peninsular, achamos três que nos dão a chave do problema: o Individualismo, o Jesuitismo e as Conquistas. Todas três são, agora, formas corrompidas de um grande pensamento já anacrónico; e assim, o verdadeiro e único princípio da corrupção está no próprio facto da grandeza anterior. O Individualismo dera os grandes homens, agora dá apenas miseráveis que, affectando grandeza num luxo imoral, pensam que o ouro e a dissolução bastam para criar e manter uma aristocracia. O Jesuitismo, ou antes o movimento místico donde êle saíra, fôra a íntima fibra, a mola interior da energia peninsular, e agora é apenas uma religião de morte e uma escola de sistemática perversão. As Conquistas foram a empresa que os dois sentimentos anteriores levaram a executar, e agora são apenas a sentina que vasa sôbre a Península um ouro corruptor, o estigma da escravidão, a sífilis, o amor da ociosidade, a desordem dos costumes... De tudo isto somos levados a concluir que as causas da decadência da península não são uns certos e determinados factos pervertedores, que devam contrapor-se às causas da sua anterior prosperidade e glória... As causas iniciais da vida e da morte são as mesmas: uma

implica a outra; no princípio da primeira está a razão de ser da segunda. Os membros que na escuridão da cova se decompõem, roídos dos vermes, são ainda os mesmos que, na plenitude da força, se moviam à luz do sol. Morreram; e decompõem-se, porque se esgotou esse misterioso princípio da vida que dava unidade e alma ao organismo. A decadência das nações e a morte dos indivíduos são condições, necessárias ambas, da sua grandeza e da sua existência; os fenómenos ou sintomas da corrupção colectiva, ou da decomposição dos organismos animais, são também apenas a perversão do princípio da vida, no qual se contém a necessidade da morte».

Ao que supomos, a idea geral desta explicação (que remonta a Vico) foi inspirada por Cournot, cuja influência sobre Oliveira Martins é em vários pontos manifesta; mas afigura-se-nos — perdôem a audácia — que o problema foi mal posto, e, em vez de resolvido, enunciado analiticamente. A pergunta deslocou-se, decompôs-se, — e nada mais. Em lugar de perguntarmos, pois, porque é que decaíram os peninsulares, passaremos agora a perguntar por partes: ¿ porque é que o Individualismo, que dava antes grandes homens, dá agora apenas miseráveis? ¿ porque é que o Misticismo, que fôra a mola íntima da energia ibérica, é agora apenas uma religião de morte? ¿ porque é que as Conquistas, a grande empresa do individualismo, não passam agora de uma sentina?

Ora, haja ou não, para as sociedades, uma

morte conseqüência da própria vida, afigura-se-nos, repetimos, que o problema foi mal posto. Não se trata de saber se todos os Estados, quaisquer que êles sejam, teem um dia de «morrer». O caso é êste: o esplendor da Península foi *instantâneo*, e logo seguido de um declínio precoce, rápido, profundíssimo e permanente. Êsse declínio, longe de nos parecer um exemplo vulgar, como pretende Oliveira Martins, cremo-lo um fenómeno excepcional. Se olharmos às outras nações da Europa que atingiram cedo a unidade política e se impuseram ao universo, — a França, a Inglaterra, — notaremos pequenas vicissitudes, mas nada parecido com o que se deu connosco.

Aliás, mesmo que se tratasse de um facto inevitável, não se dispensava um diagnóstico particular. Diz-se de que morre um organismo determinado: de uma pneumonia, de uma tísica, de uma congestão ou de uma febre.

Notemos, em segundo lugar, que a explicação de Oliveira Martins redundá numa *imagem*, buscada na vida individual. É um processo de que usa sempre e se filia (além de Vico e de Cournot, e além do organicismo da sua época) na absorpção do historiador pelas tendências do seu génio poético. Portugal, ao findar o século XIV, é-nos apresentado como um homem robusto, que sente na pujança do seu organismo a necessidade de exercer a fôrça: e de aí as

conquistas e navegações; em 1580 é um doente com febre, a revolver-se no catre até que morre; e desde então vêem-se os membros que na escuridão da cova se decompõem, roídos dos vermes, «porque se esgotou êsse misterioso princípio da vida que dava unidade e alma ao organismo.» Parece-nos inadmissível êste processo artístico; o historiógrafo pode ser poeta quando descreve e quando narra; mas há de ser géometra e analista quando critica e quando explica.

Um terceiro hábito de Oliveira Martins, também visível nesta página, é não buscar as conclusões pela análise directa do fenómeno dado, mas introduzir êsse mesmo fenómeno dentro do quadro já feito das suas teses de sociologia. Estava-se, ao tempo, na reacção contra o Individualismo; o Individualismo, por isso, é responsabilizado pelos males sociais, tanto presentes como pretéritos. O individualismo, diz, causou a decadência peninsular. ¿Será então o espanhol mais individualista do que o inglês? A proposição, pelo menos, está muito longe de ser axiomática; e seria preciso que nos explicassem porque é que o individualismo britânico não matou a Inglaterra; porque é que o individualismo da Espanha deu grandes homens num período curto, e depois apenas miseráveis, ao passo que o da Grã-Bretanha os tem produzido num período maior, que já vai em cousa de quatro séculos.

Resta, por último, dizer que esta maneira de escrever a história, num escritor que a dava como lição política, é a que torna impossível o ensinamento. Se as nações prosperam e se precipitam pela fatalidade das leis vitais; se as causas da decadência das colectividades não são «certos e determinados factos», mas a inevitável «perversão do princípio da vida, no qual se contém a necessidade da morte», — ¿ como é que no estudo dos actos passados «há um meio de prevenir e encaminhar a direcção dos actos futuros»? O único ensinamento da história seria a virtude da resignação.

Muitos leitores, com efeito, foi assim que concluíram; os mais inflamáveis, porém, abraçaram-se de ódio aos jesuitas, de rancor à dinastia. Acabada a leitura, ficava-se confuso e perturbado, e cinco impressões essenciais sobrenadavam no nosso espírito: era, em primeiro lugar, um sentimento geral de desencanto, de incapacidade, de bolor, desde o século XVI até agora; depois, a ignominia dos lauréis da Índia; e o nosso ingénito sebastianismo; e a negra educação dos jesuitas; e a série mofina dos reis de Bragança, desde D. João IV a D. João VI... A literatura portuguesa tomou posse do sebastianismo, e tem-no glosado até agora; a educação dos jesuitas e os Braganças,

por seu lado, deram dois dogmas essenciais à nossa mística republicana. Tal foi, quanto às ideas, a influência da *História de Portugal*; pelo que toca à forma do pensamento, é fácil prever qual seria a de uma obra em que se evitou, pelo propósito de se ser dramático, o exame sereno das condições históricas, e se buscaram sistemáticamente os possíveis aspectos de loucura, os de cegueira, os de pesadelo (o indefinido, o obscuro, o inconsciente, o apocalíptico) nos actos dos homens e no seu destino, habituando-nos por isso ao impressionismo vago, ao nevoeiro, à imprecisão, de que pode dizer-se um cabal modelo.

Não queremos com isto acusar o homem, mas definir a obra e os seus efeitos. A função do crítico, nestes casos, não está em condenar ou distribuir louvores, mas em marcar o papel da personagem célebre, de cada acto, de cada livro, no fluxo fatal de acontecimentos a que chamamos história ou evolução do mundo, e que é, afinal de contas, a própria humanidade e o próprio Ser. Confusa, revolta, era de si aquela época, encontro de filosofias e de noções políticas cuja resultante vinha longe ainda. As ideas sôbre os jesuitas não eram próprias do nosso autor: tomou-as directamente de Michelet e de Quinet; as teorias sôbre o sebastianismo foram uma aplicação a Portugal das sugestivas páginas de Renan sôbre o génio das raças célticas.

Essa aplicação, quanto a nós, era incompatível com a longa empresa dos descobrimentos e conquistas, tomadas pela geração de 70 como uma obra de aventurismo céltico, mais ou menos inconsciente; era artificial e muito ilógica: mas sai do assunto destas notas o dar as razões de tal parecer (nem seria preciso: já está aceita a nossa tese, a princípio tão desdenhada, sobre o papel da Inteligência clara, da razão prática, da *consciente* finalidade, politico-económica, na expansão portuguesa desde D. Fernando a Vasco da Gama, bem como a do espírito internacionalista — esplendidamente combinado com o sentimento nacionalista — que presidiu à formação e ao esplendor de Portugal).

Acusá-lo de mudar de convicções, e lançá-lhe em rosto a sua *História*, quando se alistou num partido monárquico, foi duplamente uma injustiça: porque, em primeiro lugar, temos todos o direito de mudar de ideas; e porque, em segundo, êle realmente não mudou. Dez anos antes — em 75 — condenava o puro insurreccionismo num trecho que adiante reproduzimos; e seria fácil, analisando os seus livros mais antigos, demonstrar que a idea paternalista foi sempre simpática ao seu espírito, como elemento da constituição da verdadeira Democracia.

¿ Onde estava, pois, o obstáculo para tentar o golpe dentro do regime da Realeza? ¿ Nos je-

suitas? ; no rei D. Carlos? Mas o passado era passado: o Jesuita não era o que fôra: nem nas possibilidades, nem na pedagogia, nem no poder, nem ainda na relação para com a sociedade em que actuava; o mesmo se poderia afirmar dos reis, em quem êle notara, para mais ainda, uma mudança de temperamento: desde D. Fernando de Coburgo os Braganças eram alemães; além disso, preveniu-nos o historiador de que os defeitos pessoais dos homens não teem que ver com as acções políticas, que a moral é «um critério incompetente na esfera colectiva de que se trata», pois «a supremacia da sociedade sôbre o individuo consiste no facto da existência de uma consciência superior da Idea, no organismo que se diz sociedade». Aplicando: ; que importavam aí os senões do rei, se por êle, e com êle, Oliveira Martins servia a Idea? Tal é, com efeito, a consequência lógica da sua doutrina. — Mas também, e análogamente (responder-lhe-iam os seus leitores) ; que importavam as arruaças de Afonso VI, se por êle, e com êle, Castelo Melhor servia a Idea? ; Porque dera então tanto relêvo a êsses defeitos dos reis de Bragança, porque lhes consagrara tanto tempo, tanta emoção, tanta injustiça e tanto enjôo? E era esse enjôo que impressionava o público, não a doutrina da subordinação do critério moral ao critério politico, envolta na teoria hegeliana da Idea supe-

rior da sociedade. O político, em Oliveira Martins, não contrariava o historiador-filósofo; mas era contrariado pelo historiador-artista.

Há na sua *História*, como vêem, uma dupla, ou antes uma tríplice confusão de processos, que explica os desvios do senso crítico e a influência que teve nos contemporâneos. Em seu juízo, podem todos os historiadores — e não só podem, mas devem — ter dois sistemas de escrever a história: o do artista e o do filósofo. Corre-se porém o grave perigo (em que êle caiu freqüentemente) de se não limitar o artista à parte descritiva que lhe é própria, e escrever êle quasi tôda a obra; o filósofo, afinal, quasi que só no prólogo aparece. Paralelamente, admite a simultaneidade de dois critérios para avaliar os actos dos políticos: o ético, quando se considera uma dada acção como acto individual, em relação à pessoa que a praticou; e o histórico, quando se considera êsse acto como acto político, em relação ao Estado, — como componente da acção social, como contribuição para a realização da Idea. O juiz moral, por consequência, nunca deveria entrar na *História*; mas entra, e entra até com exagêro, na freqüência e na severidade; e como êsse mesmo juiz moral vive na pele de um historiador-artista, e o artista é um poeta, e o poeta é trágico e é satirico, resulta afinal, como dissémos, uma triplice confusão no processo crítico do historiador, —

que, por isso, se mostra indulgente a respeito de actos politicamente condenáveis, ao passo que se enfurece, pelo contrário, contra ideas e decisões do tino politico mais perfeito. Em summa, combate sempre contra si próprio: e como as ideas não vivem somente dentro do espirito de quem as pensa, mas também no espirito de quem as lê, encarnando «em peitos que palpitam», como diz Antero de Quental; como uns tomam umas, outros outras; e como nesse mundo da vida real não há diversidades de pontos de vista que desvaneçam os antagonismos, — ei-las frente a frente e de mão armada, filhas inimigas de um pai comum, odiando-se e combatendo-se, infundidas nos interesses e sentimentos das classes sociais e das facções — como veremos dentro em pouco que succedeu às ideas de Oliveira Martins, após um exame superficial das suas theses de acção politica.

Não nos lamentamos, pois, de ser de dúvida, mas de ser ambigua, confusa, incoerente, a impressão que fica da sua obra a quem a ler com olhos calmos. A dúvida justificava-se em teoria se não fôsse só do leitor da *História* mas também do seu autor, se fôsse expressa e conclusiva — a de quem declara com nitidez, como resultado da análise da vida politica, as vantagens e desvantagens, no fim de contas equivalen-

tes, de todos os métodos e instituições; o que ali fala, porém, não é só um espírito de intuição profunda, antinómica e pessimista, mas também um homem a quem o génio místico, combativo, impede de aceitar por completo as conclusões do pensamento crítico. A parte activa da sua alma quer libertar-se praticamente da indecisão e da antinomia; e é essa luta espiritual que se manifesta teòricamente pela distinção dos dois pontos de vista, que a cada passo nos apresenta, e se repete no trecho a que aludimos:

«Se moral e abstractamente o êrro, quer o consideremos ou não como uma necessidade orgânica, deve forçosamente indignar a nossa consciência, também crítica e scientificamente devemos combinar êste movimento da consciência com o movimento correlativo da razão, que tira a responsabilidade aos actos individuais quando dependem de fenómenos superiores de que são a manifestação positiva, e não pode condenar nem aplaudir os actos colectivos donde saem as ideas e as instituições, porque os vê necessariamente ligados, solidários e deduzidos, o subsequente do antecedente, na cadeia que estabelece a continuidade da história... Êsse antigo espírito dogmático, exclusivo, subjectivo, não está por nosso mal apagado ainda, a-pesar dos exemplos de todos os dias, dos exemplos de tôdas as cousas, que nos vão mostrando a razão necessária de tudo quanto existe, e a insensatez das nossas decisões, quando queremos condenar em nome delas uma só linha do que está escrito no livro dos destinos... Se, em boa verdade positiva e scientifica, as sociedades são, à parte o critério interior e moral, o que unicamente podem ser, ¿que papel resta à violência e à insurreição, senão o de ser mais uma con-

seqüência fatal, que o observador classifica entre os fenómenos que tinham de seguir-se das fases pre-existentes? Esta simples observação condenaria o espirito revolucionário, na acepção popular da palavra, se êle não estivesse já de há muito condenado pelas sucessivas análises dos pensadores.» (Artigo «Os poetas da escola nova», reproduzido no 2.º vol. desta colecção).

Êste trecho — que é de 75 — mostra quão cedo, na verdade, se ergueu o seu pensamento democrático acima do simplismo insurreccionista, e quão frágil é a lenda que se formou mais tarde sôbre as variações das suas ideas politicas. Aparece-nos de princípio como um discípulo de Proudhon: e ser discípulo de Proudhon, — filósofo das Antinomias, como Hegel, — é incompatível com o simplismo. Logo depois, o seu pensamento socialista toma a forma do socialismo de Estado. Houve uma rápida evolução natural, ou antes a concretização de uma tendência: não houve quebra. O acertado pensamento politico é o que fôr ao mesmo tempo, diz êle, «ultra-demagógico e ultra-conservador». Em segundo lugar, vemos que há nas suas histórias duas espécies de contradições: as contradições sôbre factos históricos, que se originam, por via de regra, na pouca minúcia da sua critica, nas suas paixões de historiador-poeta; e as contradições de doutrina politica, que melhor se diriam complicações, e que vão entroncar em regiões profundas nas próprias contradições

do espírito humano, nas antinomias da Realidade. O pensamento político de Oliveira Martins é mais complexo que o de tantos outros, menos apreensível para a maioria, por ser mais amplo, mais profundo, mais aberto à consideração de tôda espécie de verdades; e porque se prende, além disso, aos problemas essenciais da filosofia de todos os tempos. Êle sente, pelo menos, a complexidade dos problemas políticos, — bem diferente de outros teóricos, que resolvem no abstracto todos os problemas, sem lhes perceber as dificuldades.

As aspirações do reformador, a impulsividade do sentimento, impedem-no, na *História*, de tomar a atitude intelectualista. Dúplice, o homem deseja pelo Sentimento, odeia, absolve, condena, espera e afirma a liberdade: e pelo Intelecto aceita tudo, resignado, contemplando um elo da universal cadeia, do fatal revolver das aparências vácuas, nos seus próprios juízos e no seu próprio amor. *Deve* a consciência indignar-se, segundo afirma Oliveira Martins; *deve* indignar-se perante o êrro, ainda quando seja uma «necessidade orgânica», ainda quando não haja responsabilidade nêle. *Deve?* e porquê? Se as revoluções são conseqüências, que saem geomètricamente dos fenómenos que as antecedem, o mesmo se dirá das indignações. O homem indigna-se, o homem insurrecciona-se, — eis tudo. E é isso o que faz em Oliveira Martins o Sen-

timento irresistível, traíndo a Inteligência, por assim dizer, em duplo grau: porque afóra essa grande necessidade lógica, que envolve tudo, há também uma necessidade prática, quando o acto, em absoluto triste ou inestético, é justificado a-pesar-disso pelas circunstâncias da situação: assim foi, por exemplo, a fuga de D. João VI — sôbre a qual lança, não obstante, tôdas as náuseas da sua bÍlis. Se se houvesse mantido firmemente na concepção intelectualista, necessitária, dos fenómenos e acções humanas, dar-nos-ia uma história de menos efeito sôbre a imaginação do leitor vulgar, mas forte, pura, justa, superiormente clara e instrutiva.

Em resumo, Oliveira Martins foi incoerente, e muitas vezes, como historiógrafo, descuidado e superficial; mas até nos momentos mais infelizes palpita no fundo do seu espírito, pronto a irromper no primeiro plano, um sentimento férvido e torturante dos grandes problemas da humanidade. Quando se dá essa irrupção, aparecem-lhe as contradições a tôda a luz da consciência; ele as vê, ele as afirma; e já não são as do *seu* pensamento, mas sim as da própria natureza humana; e por isso ninguém, na nossa prosa, nos faz descer às regiões profundas a que nos leva por vezes êste original poeta. As antinomias, intelectualmente descobertas por um

Hegel ou por um Proudhon, sente-as êle com sentimento trágico. Faltam-lhe, para ser filósofo, muito excepcionais faculdades de análise e concatenação; faltam-lhe dons de clareza crítica; mas foi sem dúvida um pensador, pela faculdade de aperceber nos factos os grandes enigmas fundamentais; e no sentimento das contradições humanas lembra por vezes um Pascal. Tivemos em Herculano uma inteligência mais segura, um carácter mais robusto, maior variedade de géneros literários, mais directa, cuidada e rigorosa investigação; conhecemos espíritos mais exactos, mais sadios, mais equilibrados ou mais perfeitos; nunca, porém, vimos tantas faces da natureza humana dentro da alma de um só escritor. Não sendo um filósofo; podendo dizer-se que não escreveu romances, nem poesias, nem tragédias, nem comédias, — há passagens da sua obra em que ninguém o excede como dramaturgo, como narrador, como economista, como historiógrafo, como filósofo, como moralista, como visionário, como panfletário, como satírico, como pintor e como poeta; e por isso mesmo que é complexo, por isso mesmo que é tão artista, — ninguém apresenta tanta fraqueza combinada com tanta fôrça; ninguém coloca diante de nós, ninguém como êle nos faz sentir — pelo que é e pelo que diz, — as antíteses, os mistérios, as complicações do mundo e do espírito. Considerando o

conjunto da sua obra, a originalidade do seu estilo, as facêtas inúmeras da sua alma, ser-se-ia tentado a reclamar para êle (se não fôsem pueris tais discussões, em que se comparam cousas heterogêneas) a reclamar para êle o qualificativo, não dizemos do melhor, nem do mais perfeito, mas do mais rico e substancial de todos os prosadores da nossa língua: porque Eça, tão imprevisito e tão gracioso, tão grande de-certo sob tantos aspectos, não tem a profundidade do seu pensamento, e não atinge, como êle, as tragédias máximas, as altas ideas, as terríveis paixões, os grandes interêsses; porque Camilo é por vezes tôsko, monótono, cru, sob o vigor originalíssimo do seu estilo e no arranque epiléptico da sua fúria; porque em Herculano, tão forte e tão seguro, não há a variedade, a mobilidade, a maleabilidade artistica de seu discípulo; porque Garrett, tão grácil, tem a limpeza das águas claras, mas sem a profundidade, a grandeza, os tesouros ocultos do grande oceano; porque Antero, o mais sóbrio, o mais puro, o mais clássico talvez dos prosadores da língua, deixou uma obra por demais restrita; porque Fernão Lopes, Bernardes, Luís de Sousa, são narradores ou pouco mais, por muito génio que no primeiro haja, por muito melódico que seja o último; porque Mendes Pinto, não obstante o brilho, a vida, a variedade incrível das suas telas, e a incisiva audácia da sua crítica, não mos-

tra uma galeria de personagens, não abre aventuras à inteligência ávida, como as dêste peregrino das Idades, vagabundo da meditação, que circumnavegou o pensamento crítico no século XIX em Portugal; porque Vieira, enfim, ficou necessariamente limitado no campo artístico e filosófico pelo simples facto de ser um padre, um prègador e um português (ou peninsular) do conceituoso século em que veio à vida. Oliveira Martins, sòmente, — e isso é raro em qualquer país — tem tôdas as curiosidades no seu espírito, como tôdas as cordas na sua harpa.

Tão fundo sentimento da natureza humana; tão aguda percepção dos problemas sociais — levam fàcilmente ao pessimismo. As conclusões do psicólogo são confirmadas pelo historiador: a civilização, a liberdade, o progresso, tais como os tivemos até hoje, com tanto entusiasmo das almas simples e da multidão inúmera dos *parvenus*, começaram a aparecer-lhe estranhamente paradoxais: porque a «civilização» escravizou o homem; a «liberdade» anarquizou-o; e o «progresso» está longe, muito longe, de lhe dar mais beleza, mais felicidade, mais inteligência e mais justiça. Na embriaguez da Técnica, do Maquinismo, da Velocidade, chegara a hora de nos preguntarmos para onde realmente pretendíamos ir: se tínhamos acaso ideas justas sòbre o Progresso e a Economia, a Sciência e a Política, a Liberdade e a Educação, e se não

seria superficial o atribuímos às teorias políticas os males que provinham de uma civilização inteira. É êsse o problema importantíssimo, o mais actual de todos os problemas, que se enuncia a cada instante, não só nos livros de Oliveira Martins, mas nos próprios artigos de jornal que reúnimos neste volume, e dos quais recortamos, como sintéticos, alguns trechos significativos.

Vimos a contradição, ou antinomia, do Sentimento e da Inteligência, da Moral e do Determinismo. Vejamos a do Homem e da Civilização:

«O homem é menos belo, o homem desceu, por isso mesmo que se tornou, de centro e objecto da civilização, em instrumento dessa própria civilização que, engrandecendo-se, o deprime».

A seguir, a da Liberdade real com a Liberdade política, a da Ordem com o Progresso, a da Felicidade com a Técnica, a da Sabedoria com a Instrução:

«As ilusões foram-se tôdas... Ditoso o tempo em que os juristas acréditavam no dogma da liberdade, e no advento da terra prometida aos povos! A liberdade falhou. Sob o liberalismo acoberta-se a mistificação mais completa; e perante o anonimato das ditaduras, as sociedades estão lançadas no caminho das lutas descarroáveis; pois com a liberdade caiu também o espírito conservador, mixto de aristocracia e doutrinário... Ditoso tempo em que os economistas acreditavam na harmonia do trabalho e da riqueza! Essa harmonia re-

dunda no charivari sangrento e incendiado das *grèves*, em que os proletários de hoje reproduzem os dias tenebrosos de Spártaco. Ditoso tempo, em que os moralistas acreditavam na ordem fundada na instrução e na prática *du vrai, du beau et du bien*. A ordem falhou; e a verdade é a progressão constante dos suicídios, da loucura e dos crimes *civilizados, scientificos*; é a progressão paralela do consumo do álcool e do tabaco, a generalização do ópio e da morfina, a introdução do uso do cloral, do clorofórmio, do éter, — de tôdas as drogas anestésiantes que façam esquecer a amargura dilacerante duma vida em que o maior mal é o vazio absoluto e a falta completa de razão suficiente.»

E enfim, a da vida saudável com o progresso mental, com o pensamento crítico; a do ideal e do instinto religioso com a sciência e a filosofia:

«O que leva tanta gente para o nirvana moderno, ou budismo filosófico, é a teoria de que em o homem atingindo uma consciência suficiente para se conceber e governar a si próprio, *ipso facto* concebe e reconhece o vazio de tôdas as cousas, a nulidade absoluta de toda esta vida que nos passa diante dos olhos como as visualidades de um caleidoscópio, iluminada às vezes pela fantasia alucinada... Imaginar que o sentimento de um fim absoluto (e nisso consiste a essência da religião) pode ser substituído pelo instinto raciocinado da procreação ou da existência, é contraditório; pois o pensamento agudo, perguntando sempre pela razão de ser da Espécie ou do Cosmos, não encontrará jamais resposta, nem num instinto, nem numa teoria... É nisto que reside a causa das mentiras sobre que vive o nosso tempo: todos representamos uma comédia, todos sentimos o tédio próprio das situações falsas; porque todos ignoramos em que verdade convém crer; porque o niilismo ofende o nosso

instinto moral, ao mesmo tempo que o naturalismo ofende o nosso instinto racional. Um desola, o outro repugna: Concebemos a necessidade vital de um sentimento, de uma aspiração, de um norte, de uma idea que nos guie e nos conduza; mas reconhecemos que nenhuma das que circulam no mercado tem as condições necessárias para satisfação cabal do nosso espirito... Imaginamos um ideal que não podemos definir. Queremos apreendê-lo e foge-nos, como sombra, como imagem, como ilusão. Entrevemo-lo, desejamo-lo, sentimo-nos capazes de lhe obedecer, tanta é a desolação em que nos vemos; mas quando julgamos palpá-lo, torna-se em pó. A vida será um sonho? O mundo uma fantasmagoria?... ¿Será tudo isto um sinal, entre muitos, da caducidade que também à espécie vem com os anos? Vivemos pouco, parafusamos de-mais... ¿Perderíamos tôda a energia para as acções fecundas?»

Acusar uma doutrina — o Individualismo — é não sair da superfície: porque também o Individualismo foi uma consequência, como tantas outras, dos grandes factores essenciaes. ¿Que é o homem? ¿Que devemos entender — afinal de contas, — por «progredir», «libertar», «educar», «civilizar»? Será progresso o que aí vemos? Será isso civilização?

II

A SIGNIFICAÇÃO POLÍTICA DO PUBLICISTA

Um tal corpo de ideas leva o espirito para as doutrinas da máxima conservação; e aí ficaria, se não reconhecesse também que a educação do homem ensinou-lhe cousas absolutas, muitas das quais o liberalismo anunciava.

Oliveira Martins

Tais são os problemas, mais vastos e mais profundos, que precedem e condicionam os problemas da política; e, não descendo ao âmago do enigma eterno; não examinando o próprio homem, para não sair de um exame leve e não impacientar os entusiastas,—notemos dois erros essenciais na attitude de espirito do europeu actual (chamando «europeu», neste caso, ao homem educado na civilização da Europa): o não se ter compenetrado até hoje do carácter relativo de tôdas as cousas, da mobilidade essencial de tudo que existe (carácter de que procede,

lógicamente, que a melhor solução dos problemas humanos está sempre numa resultante de impulsões opostas, no equilíbrio instável, e sempre novo, dos termos abstractos de uma antinomia); e o ter confundido o progresso do homem com o progresso das cousas de que se serve o homem, como a sciência, as máquinas, as comodidades, a «civilização», — cousas essenciais, sem dúvida nenhuma, para engrandecer e embelezar a vida, para dar serenidade e harmonia ao espirito, mas não elas próprias a beleza da vida, o progresso do homem e o seu bem supremo. Na escola, sacrificamos a criança ao ídolo do Conhecimento; no trabalho, sacrificamos o adulto ao ídolo da Riqueza; na política, sacrificamo-nos umas vezes ao ídolo da Liberdade, outras ao da Ordem, da Autoridade, da Subordinação. E todos se queixam, todos accusam, protestam todos, voltando-se todos para um Absoluto. A culpa, dizem uns, é do princípio da autoridade: sejamos anarquistas; a culpa, conclamam outros, é dos liberais e individualistas: matemos a democracia; e outros accusam a Igreja católica, e alguns denunciam o próprio Cristo; e outros a Reforma, e Lutero, e os Enciclopedistas, e a Revolução...

Não há culpado a não ser Deus, para quem acredite num Criador. Ou aceitamos a relatividade e a implicância recíproca das contraditórias, ou andaremos aos bordos, como um ébrio

entre os termos opostos das antinomias. Não foi isto nem aquilo, mas tôda a história da humanidade, nos factos e nos pensamentos, quem trouxe a situação em que nos encontramos, bem como as soluções doutriniais que se impuseram por tôda parte na primeira metade do século XIX. O *natural* — dizia-se então — era a bondade e a harmonia; perverteram-nos as instituições. A máxima felicidade obtinha-se pois libertando os indivíduos de tôdas as peias e regulamentos a que a consideração do bem geral os submetera até aí. Os interêsses dos indivíduos, expandindo-se indefinidamente, por si mesmos se coordenariam numa harmonia superior. Chamou-se a doutrina, como todos sabem, Liberalismo, — Individualismo na Moral, Livre-cambismo na Economia, Parlamentarismo na Política. Destruíram-se assim todos os vínculos que prendiam o indivíduo à sociedade, e esperou-se de aí a felicidade dos povos. Na geração seguinte, porém, os críticos começaram a desmentir as previsões dos optimistas: não era a harmonia espontânea o que êles observavam no liberalismo, mas a guerra dos indivíduos e das classes, o esmagamento da maioria, a prepotência dos argentários, as reclamações violentas dos desfavorecidos, o parvenusismo desenfreado, o govêrno dos intrigantes e dos sem-escrúpulos. E começaram a protestar, dizendo que a sociedade não podia ser a simples co-existência

dos egoismos sôltos: ela era um organismo, um organismo vivo e centralizado, tal o corpo de cada um de nós, onde os órgãos não funcionam como sêres independentes, mas exercem todas funções restritas, sujeitas à idea do ser total. Em vez do «laissez faire, laissez passer», cumpria estabelecer um regime político de protecção e de garantia, defender o interêsse geral contra os abusos dos indivíduos, procurar as formas de agregação mais favoráveis ao bem comum. Foram surgindo projectos amplos para a reorganização da sociedade, que todos cambiam, melhor ou pior, na designação vaga de socialismo, — doutrinas, dizia Herculano, fortes e justas como crítica, mas inanes como construção.

No nosso país, como todos sabem, a primeira afirmação do Liberalismo é uma ingénua declamação aerea (a revolução de 1820) e a doutrina só ganha presa pelas reformas de Mouzinho, porque então há fôrça que a concretize na estrutura económica da sociedade. Com a vitória liberal de 34 começou o período do «devorismo» e das sucessivas agitações internas. Separaram-se duas correntes de opinião política; a mais radical, triunfante em Setembro de 36, tomou o nome de Setembrismo e deu-nos a constituição de 38, que Costa Cabral derrubou (1842) para inaugurar o Cabralismo. Êste regime (segundo as palavras de Oliveira Martins)

«substituindo-se ao velho partido cartista, puzinha no lugar de uma idea uma oligarquia, fazendo de um partido, na genuina acepção da palavra, um bando cujas fileiras ameaçavam destruir, em nome de planos governativos mais ou menos bem concebidos, tudo quanto em Portugal havia de nobreza no carácter, de independência na intelligência, de calor no coração». O Setembrismo resistiu a Costa Cabral, e de aí a guerra civil de 46 e 47, — a «patuleia» ou «Maria da Fonte» — a que a intervenção estrangeira veio pôr fim. Fôra a França de Guizot que principalmente influira no malôgro da «patuleia»; pouco depois rebentava ali a revolução de 48, e os setembristas voltaram-se, naturalmente, para a França de Lamartine. Ilusão de pouca dura: em breve subiram ao poder — em França, Napoleão III; Rodrigo da Fonseca em Portugal. No nosso país, chamou-se Regeneração a esta fase, em que se reduziu a filosofia politica à simples idea do Transporte, satisfazendo-se por essa forma todos os vicios tradicionais.

Debaixo da chefia de Loulé, continuou o partido Histórico as tradições do Setembrismo. Subindo ao poder em meados de 60, os Históricos decretaram medidas que, acabando de reformar as instituições económicas, deram de si o aumento de riqueza observado nos anos subsequentes — resultado que os Regeneradores atribuíram á sua política, fundada teòricamente

nos progressos da viação, mas assente em última análise no desperdício sistemático, que collocava as finanças do país na iminência aflitiva de crises sucessivas (assim, e cremos que bem, pensava Oliveira Martins). Êsse gabinete dos Históricos caiu em Abril de 65; dez anos depois morria Loulé, e sucedia-lhe Braamcamp na presidência do partido. Braamcamp, homem de grande elevação moral, congregou os adversários do partido Regenerador pela formação do Progressista (76), a quem Fontes, cerrando-se casmurramente numa politica «à muçulmana», excitou a um desespêro que, por cima dêle, foi ferir de morte a Monarquia (78).

Já nessa ocasião o Constitucionalismo começara a encontrar seus inimigos; e em 70 irromperam, causando susto, as *Conferências democráticas do Casino*.

Tal era a situação política no momento em que Oliveira Martins publicava os seus primeiros livros.

Nascera em 45, numa familia modesta, não muito longe da pobreza; frequentou o Liceu de Lisboa e a Academia de Belas Artes. Êsses estudos, porém, teve de os abandonar em 57, quando o pai morreu, deixando mulher e filhos; e o rapaz, com encargos sérios de familia, habilitou-se em cousas práticas e empregou-se no comércio — trabalho de escritório — onde se mostrou capacíssimo, dos 15 aos 24

anos. Dado o carácter do nosso ensino, a interrupção forçada dos estudos e a entrada precoce para a vida prática foi-lhe de-certo um benefício: favoreceu-lhe indubitavelmente a saúde do corpo e a do espírito, e deu-lhe cedo da realidade uma noção directa e muito mais larga, mais verdadeira, mais profunda, que a dos outros escritores da sua época.

A liquidação da firma em que servia forçou-o a procurar um novo emprêgo, deparando-se-lhe colocação em Espanha nas minas de Santa Eufémia, perto de Córdova (1870). Nesse entretempo casara, publicara artigos em diversos jornais, o romance histórico *Phæbus Moniz* (67), *Teófilo Braga e o Cancioneiro* (69), e organizara um centro socialista, ou de acção concernente ao operariado, com Antero de Quental e José Fontana. Levou para Santa Eufémia as obras do Épico nacional, e de-certo livros de sociologia. O emprêgo dava-lhe tempo para se consagrar aos seus estudos; compôs o ensaio sôbre *Camões*, a *Teoria do Socialismo*, o *Portugal e o Socialismo*, publicados em 72-73; ali ganhou o amor à Espanha que é uma das feições da sua obra; ali, provavelmente, perdeu de tódo a possibilidade de se polir e mundanizar; ali exerceu sôbre os operários uma acção educadora e filantrópica, que arrancou palavras de admiração aos menos benévolos dos seus críticos. No fim de três a quatro anos convida-

ram-no para a empresa construtora da linha férrea do Pôrto à Póvoa. Residindo no Pôrto desde 74, trabalhou primeiro na construção, e dirigiu depois o caminho de ferro. Metódico, reservava o tempo suficiente aos seus trabalhos literários. De 77 a 84 aparece a maioria das suas obras: uma dúzia de volumes, além de opúsculos, de artigos e de relatórios oficiais.

Dêsses volumes e opúsculos, metade, pelo menos, envolviam crítica e doutrina sôbre os problemas da nação: as *Eleições* (78); a *Circulação fiduciária*; a *História de Portugal*; a *Civilização ibérica*; o *Brasil e as colónias*; o *Portugal contemporâneo*.

Republicano teórico, socialista de Estado (ou catedrático): assim nos aparece por essa época. O socialismo, para êle, era a solução da antinomia individualismo-comunismo, uma ultra-demagogia unida a um ultra-conservantismo. Breve se convenceu de ser quimérica, ou simplista, uma radical transformação na estrutura económica das sociedades, e illusória uma mudança das instituições políticas. Em 78, nas *Eleições*, fala com o maior desprezo dos «homens do boné frigio», e

«já lá vai tempo» — escrevia em 85 — «em que cada grupo gisava o seu projecto e todos supunham depender o bem-estar e a riqueza de um povo da adopção exclusiva de um certo sistema de fórmulas constitucionais. A cauda e o resto de um tal estado de espirito vêmo-las

no nosso radicalismo actual, que, sem ideas definidas capazes de se traduzirem em leis, sem noções próprias acerca do regime das forças e elementos sociais, parece estar esperando tudo de uma solução teatral, — do facto simples, e, sob êste ponto de vista, relativamente indifferente, do poder moderador ser exercido por um rei ou por um presidente eleito.»

Restava, pois, sem radicalismos politicos ou sociais, sem mutação súbita e teatral, intervir concretamente na politica do País, dentro da estrutura geral das sociedades contemporâneas, e segundo as ideas do socialismo do Estado.

Em primeiro lugar, abandonado o livre-cambismo e tôdas as doutrinas absolutas, o seu pensar é nacionalista. Os organismos sociais são nações, e, para que possuam vitalidade, devem quanto possível ser completos. Há que fomentar, portanto, o máximo de formas de produção, não ser «essencialmente agricola», ou industrial, mas ser essencialmente tôdas as cousas, protegendo (*com o necessário tino*) as várias espécies de riqueza nascentes e viáveis. Filia-se, pois, na corrente que preconiza a colonização metropolitana, contra o predomínio tradicional do commercio e do transporte, adoptado pelo Fontismo.

Aliás, para êle, livre-câmbio e protecção não eram teorias exclusivistas, mas duas técnicas, mais ou menos aconselháveis, segundo os casos:

«As doutrinas são critérios apenas, a prática sòmente obedece ao conhecimento scientifico das condições reais.

Cada caso é um problema, e não há metro comum para a variedade infinita das hipóteses. Dizem os médicos que há doentes e não doenças. O reinado da abstracção terminou, desde que a crítica rege o espírito humano. Não se creia pois em *escolas opostas*. . . É necessário que haja vapor ou energia individual, sob pena de estagnação; é necessário também que haja volantes e reguladores, sob pena de anarquia.»

¿Podiam, porém, realizar-se as reformas com o sistema político adoptado, com o Parlamentarismo continental, monárquico ou republicano? Parecia-lhe que não podiam. O Parlamentarismo, para Oliveira Martins, era uma instituição aristocrática, inadequada como tal ao funcionamento da Democracia. Esse carácter aristocrático tiveram-no os parlamentos continentais nos primeiros tempos do novo regime, graças ao sistema censitário; mas

«a vitória completa da Democracia, ampliando o exercício do govêrno ao comum dos cidadãos, faz baixar necessariamente o nível individual dos governantes. . . A Democracia, pois, é a causa da depressão dos governantes no ponto de vista da sua capacidade técnica. É, não querê dizer porém que tenha de ser. E', no estado democrático nosso contemporâneo, estado de ensaio e de iniciação.»

Uma outra forma de representação poderia levar aos Parlamentos outra espécie de individuos, de maneira que a classe política, encarregada de governar e representar a colectividade,

se não divorciasse completamente das pensantes e produtoras.

Haviam-se separado teòricamente, segundo o modelo da Inglaterra, o poder legislativo e o executivo; aquele compreendia duas câmaras, popular e aristocrática; e o trono, emfim, constituia o poder moderador. Mas os próprios individuos que implantaram o sistema fizeram o necessário para destruir a doutrina, porque, cerceando as regalias do trono, e arrasando todos os privilégios que mantinham uma aristocracia como classe social, iam reduzindo à unidade aquela tríada primitiva do equilíbrio parlamentar. Por fim, proclamou-se a unidade do poder legislativo numa câmara eleita por sufrágio universal, ao mesmo tempo que se pervertia a natureza das instituições: os «legisladores», tomados individualmente, tornaram-se o verdadeiro executivo pela pressão que exerciam sôbre os ministros a favor dos amigos e protegidos, ao passo que, como o menor dos seus cuidados era discutir e redigir as leis, eram os govêrnos que constituíam o verdadeiro legislativo. De facto os ministros eram governados pelos chamados «legisladores», que por seu turno se deixavam governar pelos influentes, governados por sua vez pelos galopins locais.

No meio de tudo isto, a situação do rei era um dilema: ou a cumplicidade com os abusos,

ou a ilegalidade e a ditadura. Oliveira Martins, no *Portugal contemporâneo*, e Fialho de Almeida num artigo dos *Gatos* (o retrato de D. Luís) descreveram o equilíbrio instável dos soberanos constitucionais, nos países a que se chamou latinos.

A crítica do Parlamentarismo, em Portugal, não se impôs ao público de maneira nítida, sistemática e conclusiva; foi, porém, relativamente importante: basta citar as *Farpas*, de Ramalho, os *Princípios de filosofia política*, de António Cândido, as *Eleições*, de Oliveira Martins, e o livro *Da nacionalidade e do governo representativo*, de António de Serpa Pimentel.

Enfeixando as críticas estrangeiras e as suas próprias observações, Oliveira Martins apresenta-nos, implícitas e explícitas, tôdas as ideas de que se apropriou o reaccionarismo do nosso tempo; mas não caiu, como se está vendo, no simplismo reaccionário. Consideradas à primeira vista as ideas críticas mais salientes, julgá-lo-eis próximo de um Maurras; na estrutura íntima, porém, encontram-se diferenças fundamentais; também a baleia parece um peixe, e a enguia uma cobra. ¿ Que é que o afasta de um reaccionário puro? Aquilo que o afasta de um jacobino: a doutrina das antinomias; uma idea larga e mais profunda dos princípios da Democracia. Nas antinomias da

política, o reaccionário só vê bem um termo, e o jacobino o outro; Oliveira Martins compreende os dois. Não rejeita, portanto, as aspirações do racionalismo; não tem como peças necessárias, fundamentais, um monarca hereditário e a apologia da Igreja católica como instrumento de organização política. Inimigo do positivismo como filosofia, êle está mais próximo do positivismo político do que os sectários portuguezes dêsse sistema. Vemos nele, muito explicitamente: 1.º a distinção, no problema político, entre o *espírito racionalista* e o *método científico*, positivo, realista, o primeiro dos quais, segundo Maurras, leva à Democracia individualista, e o segundo à Monarquia; 2.º o desamor à «loucura gigantesca que se chamou Revolução francesa»; 3.º a repulsa do Parlamentarismo; 4.º a «teoria da representação orgânica»; 5.º a crítica à «soberania nacional», à «liberdade», ao «progresso», às «sonoras palavras e mitos aéreos de que vive há muitos anos a política», bem como à confusão «liberal» dos processos administrativos com os políticos. A sociedade, diz, não é a «soma bruta dos individuos, mas a nação organizada em famílias, em associações, em comunas, em órgãos sociais, administrativos, económicos, geográficos» (V. as *Eleições* e a *Política e economia nacional*, 1.ª parte): é por êsses órgãos sociais que se deve fazer a representação.

Mas os povos latinos, segundo afirma, são «levados pela embriaguez racionalista», e

«não é de crer que a representação orgânica vingue por largos tempos. *Positiva, científica, realista*, não se presta a excitar entusiasmos, nem a provocar frases retóricas; diante dela desfazem-se as sonoras palavras e mitos aéreos de que vive há muitos anos a política. A soberania nacional, expressão que analisada corresponde a cousa alguma; o progresso, que as sciências da natureza nos demonstram cabalmente ser um fenómeno sem ser uma lei, pois progredir e decair, medrar e morrer, são factos comuns a tôdas as esferas, cosmológicas, biológicas e sociais; a liberdade, cuja expressão psicológica é desvirtuada, confundindo-se a independência transcendente do espirito com essa independência prática destruidora da sociedade, — todos êstes mitos para a imaginação simples do povo, tôdas estas abstracções para o espirito sêco dos doutrinários, revestem contudo um carácter religioso ou poético, e é por isso mesmo, por serem anti-críticos, anti-científicos, que encantam ainda.»

Ao que supomos, a ardente falange integralista verá aqui a expressão rigorosa de muitas das ideas que perfilhou. Isto não significa, repetimos, que possamos dizer de Oliveira Martins que êle seja um integralista *avant la lettre*. Espirito confuso bastantes vezes mas com cultura filosófica variadíssima, êle é mais complexo — ainda quando consideremos, na sua multiface personalidade, só o teórico da Política, — êle é mais complexo do que um Maurras. Repelindo os abusos do racionalismo abstracto

quando vai ao pormenor das instituições, reconhece-lhe legitimidade, todavia, como princípio muito geral dos desejáveis da consciência, e portanto da Política. Por isso mesmo, o Rei e o Catholicismo, tidos como elementos aproveitáveis quando já existam num país, não são considerados na sua teoria universalmente necessários, absolutos, fundamentais, como sucede no Integralismo. Comum com esta doutrina, tem a parte crítica e construtiva de que ela se apropriou, e que já estava em Proudhon, em Comte, em Taine, e em vários outros; mas falta-lhe o essencial do Integralismo, o que o define, individualiza e constitui: além dos elementos referidos, a rejeição dos princípios racionais e do critério da Igualdade.

Munido dêste pensar, e olhando para Portugal, vê nos seus males uma consequência, antes de tudo, do próprio temperamento do nosso povo, que lhe vem da história e da natureza, agravada, porém, pela importação do Liberalismo. ¿Cumprira, pois, ter deixado as cousas como estavam antes de 20 ou 34? De maneira nenhuma. «Deitar abaixo era indispensável», sustenta êle, — mas conservando, quanto possível, as antigas fórmulas da actividade do Estado; nem se devera abandonar de todo o direito político tradicional, com a correspondente representação por classes e instituições, nem a tradição do direito económico, pois, sem

sair dela, a Europa germânica pôde resolver as questões de classes sociais, e abolir os restos de feudalismo:

«Dizer que a antiga idea do Estado coarctava a liberdade do trabalho, é um êrro: porque só a coarctavam os abusos e as instituições caducas que lhe pervertiam a essência. Dizer que a idea do Estado paralisava o fomento da riqueza, é outro absurdo, — quando olhamos para a opulência que as monarquias deram a muitas nações, sem excluir a nossa... Pois apesar de não terem condenado a autoridade social, como fizeram a França e os seus discípulos, ¿deixaram de enriquecer os países germânicos?»

Lendo êstes períodos de Oliveira Martins, sentimos que a sua idea, na essência, contém uma crítica em parte justa; sentimos também, no entanto, que nos não deixa o espirito por completo satisfeito. Como tantas vezes lhe succede, não explica suficientemente, não é didáctico quanto convém; permanece excessivamente no domínio da generalidade, com seu estilo por demais sintético, quando se desejaria que mostrasse, ainda que a traços rápidos, o que poderia ter ficado das antigas instituições, e qual fôra a sólida opulência, perdurável sem o Brasil, que elas haviam dado a Portugal... Mais clara se nos apresenta a sua crítica ao liberalismo, — individualização de tôda propriedade, liberdade de tôda consciência; e no entanto... não se nos diz luminosamente como

podia fazer-se de outra maneira. Melhor ainda, a explicação do radicalismo com que procederam os constitucionais: o temperamento abstractor, simplistamente racionalista, dêstes povos do Sul da Europa. A «broca da análise», empregada pelos liberais, déra com êles na anarquia; e era êsse mesmo instrumento que levado mais fundo pela geração seguinte lhe mostrava na história uma evolução, na sociedade um organismo, no homem, não uma bondade natural pervertida pelas instituições, mas um animal rude e contraditório, que só chegara a ser pessoa por um longo trabalho de domesticação:

«Um tal corpo de ideas»—concluia Oliveira Martins—«leva o espirito para as doutrinas da máxima conservação; e *ai ficaria, se nesse momento não reconhecesse também que a educação do homem ensinou-lhe cousas absolutas, muitas das quais o liberalismo annunciava*. De aí resulta um ainda singular estado do espirito moderno, oscilando entre a conservação e a evolução; ao mesmo tempo ultra-demagógico e ultra-conservador; com a Igualdade por critério, e a Evolução por norma» (*Portugal contemporâneo*, I, 406).

A Igualdade por critério (e não como facto) é uma das «cousas absolutas» a que a própria religião nos acostumou, uma dessas ideas da razão, factos positivos da consciência, que, admitidas por Oliveira Martins, o impedem de cair no reaccionarismo, e o mantem na coexistência das teses e das antíteses, nesta união das

contraditórias, nas «antinomias fundamentais», que um exame sincero nos obriga a ver em toda a fenomenalidade do nosso espírito.

Contra o insurreccionismo de 70 — o das Conferências do Casino — já reagiam quinze anos depois os melhores espíritos da geração; em 87 publica Ramalho o *John Bull e a sua ilha*, índice notável da nova tendência, que não passou, por causas várias, para fora de um grupo pequeníssimo de desapaixonados intelectuais.

¿ Que convinha fazer, portanto, no caso particular do nosso país, para efectuar a reformação — por um lado demagógica, por outro conservadora — que as circunstâncias aconselhavam? Duas cousas a considerar: as reformas necessárias e a maneira de as introduzir. Pelo que respeita ao primeiro ponto, Oliveira Martins não foi omisso: estão aí, para o demonstrar, os seus livros de política e economia nacional. Considerados êsses livros, a sua obra sobreleva, de muito alto, ao pensamento político português na segunda metade do século XIX. Havia o plano; havia as ideas; mas... — como passar à execução? ¿ Como vencer as resistências do sistema constituído, as do temperamento do nosso povo? A revolta positiva significava, não o remédio, mas o agravamento da anarquia; e tal idea, além disso, era totalmente inadmissível para o socialista catedrático, para o disci-

pulo de Mommsen e de Bismarck, para quem lançava sôbre o país, no momento de entrar na arena política, a apologia do cesarismo da sua *República romana*. No jogo constitucional, uma peça, e só uma, podia reagir contra o sistema: a Realeza. Tal era, no relativismo da sua doutrina, a jogada conveniente para as necessidades da ocasião. A fôrça da intervenção seria o rei — e a cabeça êle, Oliveira Martins, e a elite intelectual que o rodeava. Assim o exigia a Razão de Estado — diante da qual devia apagar-se a própria ética individual, quanto mais as fórmulas das instituições!

Confessemos imparcialmente que tinha grandeza o seu pensamento. *Em princípio*, a intervenção do rei não repugnava aos melhores espíritos daquela época; admitia-a o escol da inteligência e, no grupo dos «Vencidos da Vida», aceitava-a o próprio Guerra Junqueiro; mais tarde, Fuschini proclamou-a no Parlamento. *Em princípio*; mas na aplicação faltava saber, antes de tudo, se se encontraria no rei D. Carlos o prestígio necessário para tal empresa; se daria a nação um apoio sólido à obra enérgica de um reformador, ou se ela era, como parece, uma massa amorfa e desnucleada, em que tudo escorrega ao primeiro embate; se êle, Oliveira Martins, tinha faculdades de acção prática correspondentes às de economista; e se finalmente a sua nau política, a seguir por diante, não iria

encontrar os brulotes vivos que êle próprio armara e incendiara — ou ajudara, por melhor dizer, a armar e a incendiar, — com as panelas de pólvora da sua *História*.

Em 85, ao iniciar a luta, êle incitava desta forma a pessoa do monarca (D. Luís), convidando-o a livrar-se dos Regeneradores:

«Lembre-se o rei do que lucrou seu avô em bandear-se com um partido; lembre-se do que lucrou sua mãe em se identificar com a causa cabralista... *reconheça que os seus escrúpulos e os seus receios... põem em risco a magistratura que exerce.*»

Os perigos, porém, da falta de escrúpulos e de receios, apontava-os mais tarde ao novo rei, nestas palavras que são proféticas:

«Quando os partidos políticos se mostram impotentes, por vezes o chefe do Estado cria um simulacro de partido, nomeando um govêrno ecléctico. E não é raro também que êsse govêrno, radicando-se, se torne a origem de um verdadeiro partido. Mas êste processo, para ser eficaz, requere duas condições difíceis: uma é o acêrto da escolha; outra, que os escolhidos dêem, ou possam dar, boa conta de si. Não correspondendo à expectativa, — legítima ou infundada, é indiferente para o caso, — o povo lança a responsabilidade sôbre a coroa. Aí está o perigo.»

Bandear-se com um partido era arriscado; deixar-se ir com todos arriscado era; arrostar com todos, pior ainda. Tinha defeitos o rei D. Carlos, e defeitos grandes; mas que os não

tivesse, situações há que não sofrem remédio, superiores à vontade e à inteligência humanas. Em casos tais, o turbilhão das forças arrasta os homens, e abate nos seus aludes os próprios Césares e os Napoleões. Assim sucedeu no regime monárquico; continuou assim no republicano; e acusamos os chefes de um e outro, certas vezes, como se imaginássemos que a vida política tem a simplicidade da de um mosteiro. Analisemos com largo espírito o condicionamento das acções humanas: a serenidade na compreensão dos males é a única prova decisiva de que estamos maduros para as verdadeiras críticas.

Os que liam Oliveira Martins aconselhavam o escritor a entrar na acção. Faziam bem? Talvez não fizessem. Concebe-se a necessidade de se manterem distintas, *se bem que conexas ou comunicantes*, as funções do Pensador, do Técnico e do Político. Em Portugal, ou se confundem essas funções, pedindo-se por isso ao pensador que seja técnico e se faça político, ou se mantêm divorciadas, sem se relacionarem e por vezes hostis, limitando-se o político a ser um «hábil», o técnico um rotineiro, e o pensador um isolado. Para criar as condições políticas da execução de uma idea social, requerem-se dotes determinados, que não são vulgares nos pensadores e que não dá a prática do homem técnico; e nem o técnico, nem o político, são do-

tados por via de regra das capacidades de um pensador.

As circunstâncias, sem dúvida, provocavam a intervenção. Começava a enublar-se mais fortemente aquela paz artificial a que se deu o nome de Fontismo. A propaganda republicana ia alastrando; com ela, o espírito de revolta no operariado. O historiador, olhando em roda, viu um partido de tradições gloriosas, o progressista, presidido por um homem venerabilíssimo, cujo prestígio se impunha a todos.

Alistou-se, pois, sob a chefia de Braamcamp, e iniciou a sua campanha com os meios usados em casos tais. Antero de Quental, que o acompanhava, escrevia então a um amigo :

«Mando-te êsses números da *Provincia* para veres o carácter imponente que teve a manifestação do Pôrto, e o tom a que o Oliveira Martins tem sabido levantar o Progressismo, que tão desafinado andava. Verás também que êle não renegou, nem se desdiz. A bandeira que desfralda é a do Socialismo, como até aqui. Convencido, como está, e estão todos os que sabem observar os factos, da incapacidade actual (e que o será ainda por muito tempo) do partido republicano para fundar seja o que fôr, e vendo ao mesmo tempo a iminência duma crise pavorosa, o O. Martins fez acto de verdadeiro patriotismo, procurando aqueles elementos que bem dirigidos e transformados poderão porventura fornecer ainda um ponto de apoio no meio do naufrágio... Quando um tal homem dá um passo, como êle

deu, o dever da gente séria, ainda quando o não aprove, é não o estorvar na sua tentativa, reconhecendo a pureza das suas intenções. Os republicanos, porém, cobriram-no de insultos e as imputações as mais baixas — e no dia seguinte o que fizeram? foram aliar-se aos regeneradores, para combater o movimento por êle iniciado... Destruir essa oligarquia burocrático-financeira, que nos domina e desmoraliza há tantos anos, e impedir por meio de leis convenientes que ela possa de futuro tornar a formar-se, parece-me cousa muito mais importante do que uma simples alteração no carácter do poder executivo, cousa que pode ficar para depois...» (V. *Oliveira Martins*, Lisboa, 1894, p. 50-51.)

A reunião magna realizou-se no Pôrto, em Abril dêsse mesmo ano (85); em Lisboa as *Novidades* anunciavam, justificavam e explicavam o movimento, a que se chamou da *Vida Nova*. Em Maio fundou a *Provincia*, cujos artigos principais, sôbre todos os assuntos e em todos os géneros, constituem uma prova impressionante da capacidade omnímota do seu espirito, da variedade e firmeza do seu saber, da facilidade incrível da sua pena. Colaboraram na *Provincia* Luís de Magalhães, Junqueiro, Jaime de Magalhães Lima, Alberto Sampaio (grande admirador do *Fomento rural*), Rocha Peixoto, Leite de Vasconcelos, António Feijó, e outros escritores de menor fama. Pelo que respeita ao director, acusaram-no uns de pretender, logo de entrada, situar-se no fastígio da vida política; outros, pelo contrário, de se submeter dema-

siado à jerarquia partidária, porque aceitou por chefe local quem lhe era inferioríssimo em merecimento.

A sorte, porém, logo de princípio lhe virou as costas; morto Braamcamp meses depois (Nov. de 85) sentiu-se, pouco a pouco, deslocado no seu partido. Assim se passou 86; no ano seguinte, deputado pelo Pôrto, apresenta ao Parlamento (27 de Abril) o *Projecto de lei de fomento rural*, que passou despercebido dos políticos, não chegando a entrar em discussão.

Em 88 veio para Lisboa, onde tomou (21 de Janeiro) a direcção de *O Repórter*.

É neste momento, ao que nos parece, que se ergue sòlidamente no seu sistema a parede mestra da intervenção real. Alguns dos artigos mais interessantes que publicamos neste volume são dêsse tempo e dêsse periódico, o de mais brilho, talvez, entre os que apareceram no nosso país. Martins, substituindo Pinheiro Chagas, passou a escrever diariamente um comentário doutrinal, sôbre assunto económico, político, financeiro ou pedagógico. Os artigos de fundo, sempre assinados, eram de Eça, Ramalho, Fialho de Almeida, António Cândido, Anselmo de Andrade, Júlio Cesar Machado, Guerra Junqueiro, Luís de Magalhães, Maria Amália, Lobo de Avila, Conde de Ficalho, Benalcanfor, Rodrigues de Freitas, Cirilo Machado, Sabugosa, Cristovam Aires, Sousa Monteiro, Moniz Bar-

reto, Mariano Pina, e do director; a correspondência de Inglaterra era de Jaime Batalha Reis.

A crítica do Parlamentarismo, a Razão de Estado, a intervenção do rei nos negócios públicos, o problema do pão, o das pautas, o das finanças, são assuntos que se repetem nos seus artigos e nos comentários. Basta olhar para aqueles nomes, e juntar-lhes os de Antero, Jaime de Magalhães Lima, Alberto Sampaio, Rocha Peixoto, para concluirmos que tinha com êle a elite intelectual do seu país.

Saiu porém da direcção do *Repórter* em fins de 88 (Eça, numa carta que reproduzimos em nota, refere-se às razões dessa saída); em 89 vêmo-lo administrador da *régie* dos tabacos; no prefácio do *Portugal em África*, publicado dois anos depois, manifesta a sua repulsa pela politica dos partidos, a desilusão da *Vida Nova*. Parece que fôra instado para governos partidários, e que se esquivara.

Entretanto, as grandes dificuldades foram estoirando: o ultimatum (golpe profundo na monarquia), o 31 de Janeiro, e finalmente a crise económica e financeira, com suas consequências naturais de falta de trabalho e agitação do povo. Era a baixa do câmbio do Brasil a diminuir o caudal do que de lá nos vinha; era o pânico das praças; era a falta de crédito no estrangeiro. Mariano de Carvalho, sob a presidência de João Crisóstomo, estava ministro da

Fazenda. Acusado de abusos escandalosíssimos, que indignaram a opinião pública, demitiu-se em Janeiro de 92, — revelando, súbito, a grande mentira em que se vivera. O ex-ministro, num discurso na Câmara, expôs desoladamente as misérias do Tesouro, muito mais negras do que se supunha. Vistos pois os remédios crus que a situação estava exigindo, partido que subisse ao poder condenava-se ao suicídio. ? Não se condenaria quem quer que fôsse, ainda que fora dos partidos?

Pedia-se um govêrno não partidário; e assim se formou o ministério José Dias, com Oliveira Martins por financeiro.

A posição dêste, logo de princípio, tem o aspecto de muito falsa. O encontro com José Dias era um puro acaso das fôrças em jôgo, devido a não ter Oliveira Martins categoria política bastante para presidente de ministério. Nem temperamento, nem formas de mentalidade, nem interêsses intellectuais, nem afeição, nem ideas, estabeleciam vínculo entre os dois homens, — jurista solerte o presidente, experimentado e hábil no xadrez político, incapaz confesso em questões de contas, e o outro economista, historiador, confiante, inábil e poeta. A acção do ministro da Fazenda comprehendia estas *três fases*: 1.^a medidas financeiras de ocasião, para acudir aos apuros imediatos; 2.^a substituição dessas medidas, natural-

mente violentas, por outras mais suaves e equitativas; 3.^a fomento geral de tôda a riqueza, obra profunda e de longo prazo, para estabilizar de futuro a Economia e a Finança. Como a riqueza de um País e de um Tesouro se não pode criar em 30 dias, e como o crédito estava fechado, é evidente que os primeiros actos, para tapar o rombo das finanças, haviam de ser, por necessidade, expedientes rápidos e superficiais: cortes de ordenados, supressão de verbas orçamentárias, aumento dos impostos mais manejáveis, diminuição dos juros da dívida pública, convénio com os credores externos, empréstimo, e, para evitar crises de trabalho e as desordens conseqüentes, suscitar a criação de fábricas novas por meio de pautas protectoras. Os que accusam o estadista de não ter apresentado outras ideas de mais profunda medicação, esquecem que aqueles haviam de ser, forçosamente, os expedientes *iniciais*, os quais pensava corrigir *na segunda fase da sua obra*, com a reorganização dos serviços, a remodelação do imposto, o alívio progressivo das primeiras vítimas, o estudo das indústrias mais viáveis a que se pudesse diminuir a protecção; que só esteve no govêrno quatro meses atormentados; e que as grandes medidas as apresentára já, profundas e concatenadas, em vários escritos que publicou, e, sobretudo, na obra prima de literatura política que é o *Pro-*

jecto de lei de fomento rural. Se lhe dessem tempo, eram essas de certo as que tentaria; e, se lhe não faltassem dotes práticos e auxiliares competentes para a execução, o seu plano collocá-lo-ia, como estadista, no primeiro lugar entre os mais beneméritos desde Castelo-Melhor até agora.

«Para mim», disse êle mais tarde — «o convénio e o empréstimo não eram mais do que o prólogo indispensável para posteriormente, e desembaraçado o terreno das dificuldades de ocasião, proceder à reconstituição do organismo financeiro e económico português.»

Acusam-no também de ambicioso, de pretender a presidência de um ministério; mas, dado que não havia um chefe político que se identificasse com o seu pensamento, era explicável êsse desejo, — sempre supondo, claro está, que havia nele, no rei, na política, na sociedade, os necessários dotes e condicionamentos práticos para levar a efeito alguma cousa séria.

Na sessão de 3o, apresentou ao Parlamento o seu relatório, e com êle a proposta dos golpes urgentes para alívio imediato das finanças públicas: cortes de ordenados; elevação de contribuições; redução nos juros da dívida pública; autorização de negociar, com os portadores da dívida externa, um convénio de conversão pelo qual, — garantindo-se-lhes o pagamento do juro em ouro, e unificando-se os títulos num tipo novo,

ou mantendo os tipos existentes, — os mesmos portadores concordassem em transformar até metade do capital, ou aceitassem pagamento de até metade dos seus juros, em cédulas do Tesouro, com ou sem prémios, pela verba anual que para êsse efeito fôsse destinada e pelo modo que fôsse estabelecido.

As três primeiras propostas traziam inimizades ao govêrno, porque prejudicavam os interesses *imediatos* de cada pessoa em particular, ainda que concorressem para o bem geral, quere dizer, para o interêsse *futuro* da maioria; e a quarta — o convênio, — foi considerada uma utopia por financeiros autorizados. Não nos cumprindo discutir êsse ponto, limitar-nos hemos a contar, um pouco adiante, como os factos se passaram.

A intriga, entretanto, tratava de desprestigiar o ministério; e uma parte do ministério, por seu turno, de desprestigiar Oliveira Martins. Quando quis demittir alguns funcionários, esbarrou na opposição dos seus colegas. José Dias, tortuoso e rábula, queria alijar quem lhe fazia sombra, não escrupulizando, para tal, em questão de fórmulas e de processos; e como o rei, por bom princípio, só ouvia os chefes dos ministérios, Oliveira Martins viu-se isolado, com os políticos, os burocratas e os financeiros contra

si. «Devia ter saído logo», afirmam uns; se o houvesse feito, acusá-lo-iam de abandonar a empresa, de não resistir na guerra até à última, etc., etc., etc. :

o mundo ralha de tudo,
tenha ou não tenha razão !

O enrêdo que havia de o derrubar ia-se tendo pela Arcada, nos jornais, no Parlamento. As más vontades vinham de longe :

«Sabe-se» — escreve uma testemunha presencial — «sabe-se como êle entrou na câmara e como logo viu frustrada a sua iniciativa pela resistência de uns, pela inveja de outros, até pelas fraquezas dos que deveriam ser os primeiros a sustentá-lo. Vi-os ali formar em quadrado sempre que o intruso, o «trânsfuga», como lhe chamavam, dava sinal de entrar na lide; mas vi-o também, ludíbrio de si próprio, prestar o flanco a críticas mais ou menos previstas, manifestando grave desconhecimento dos caracteres e das situações, hesitar e recuar quandourgia romper com decisão e firmeza; vi-o emfim, descrente de tudo e de todos, refugiar-se no impassibilismo dos diletantes e dos scépticos... Entrando na câmara em 1886... aos primeiros solavancos da luta foi-lhe fácil reconhecer que a sua posição não era clara naquele meio: a época era de negócios, mas um pouco diversa da que a imaginação criara nos livros: mesmo decadente, a vida política agitava-se dentro de quadros inflexíveis, havia ainda fórmulas consagradas, reputações feitas a-pesar-de tudo, caminhos trilhados por onde, só, se subia; as posições estavam tomadas e cada um, atropelando o vizinho, defendia a sua com o prestígio da *fólha de serviços* que o *trânsfuga* não tinha. Fizesse tirocinio,

esperasse a sua vez — é o que lhe diziam. Os homens não eram precisamente os Rodrigues, os Saldanhas, e os Avilas Bôlamas que êle esperava. Havia suas diferenças. Para melhor? Para pior? Choviam as decepções, a quimera do Messias evolava-se» (Silva Cordeiro).

Nem a natureza o fadara para as lides da política; nem já naquela idade podia seguir a aprendizagem; nem as circunstâncias em que subia permitiam condições de viabilidade. Tarde, sem aptidões, sem experiência, sem a técnica prática dos negócios públicos, pode representar-se um papel modesto mas não o de fazer política à grande, que Portugal, aliás, não desejava, não entendia, não suportava naquele momento.

Agora (92, Abril) enquanto se passavam com os credores externos as negociações que vamos contar, atiravam-se ao público boatos absurdos, caluniosíssimos, sôbre a probidade do invejado ministro; e «o silêncio dos colegas e a tática habilidosamente ferina do rábula presidencial» — diz Cordeiro — «mais pareciam confirmar a baboseira pública». Imprimia-se nos jornais que o ministro representava no poder uma negociata financeira em benefício dos Orleans, com o interesse dos soberanos e cumplicidade de Burnay; que pretendia com ela favorecer certos bancos, confiando-lhes os juros dos credores externos; que matara um mineiro em Santa Eufémia, o facínora! A turba dos políticos e dos jornalistas

arremessava-se odienta contra êle; e julga-se assistir a uma caçada, a uma corrida geral a um animal selvagem, olhos fuzilantes, embriaguez de sangue, com tôdas as armas, todos os cães, tôdas as buzinas e todos os urros. . . Mas fuja-mos ao perigo de fazer retórica, e contemos o o caso que serviu de razão, ou de pretexto, para o alijarem do ministério.

Como vimos, a autorização pedida ao Parlamento admitia tôdas as hipóteses possíveis de convénio, porque o govêrno não podia determinar *a priori* as conveniências, ou exigências, das negociações que se iam entabolar; por seu lado, os credores nomearam *comités* que os representassem. A formação dêstes *comités* pareceu a Oliveira Martins excelente, porque, — dizia êle — permitiam que o ministério, em vez de colocar a questão da dívida na dependência imediata das negociações diplomáticas e das pressões dos govêrnos, a tratasse directamente com os interessados. Os *comités* enviaram representantes a Lisboa, e com êles se trataram as bases do convénio: redução dos juros a 50 %₀, pagos em ouro nas datas habituais, não implicando esta redução a redução do capital; os rendimentos das alfândegas applicados ao pagamento dos encargos da dívida; as quantias necessárias para êsse pagamento entregues no Banco de

Portugal, que semanalmente remeteria para o estrangeiro a parte correspondente à dívida externa; plano de um empréstimo para liquidar o déficit de 1891-92, e a dívida flutuante, para garantir o serviço da dívida externa durante 2 anos *sem agravar o câmbio no período de crise que se atravessava*, reservando-se o govêrno a faculdade de entregar aos credores externos, em pagamento dos seus coupons de 1 de Abril de 92 a 31 de Março de 94, bondes provisórios que seriam trocados contra títulos do empréstimo projectado.

O empréstimo, cujos fins ficavam indicados, serviria para dar a Portugal o desfôgo necessário, permitindo a reorganização financeira; ao mesmo tempo que, pela supressão completa, ou quasi, do prémio do ouro, se resolvia a crise da circulação, — *ponto muito importante segundo as ideas de Oliveira Martins*; mas prevenia-se também, como se viu, a hipótese de se não conseguir o desejado empréstimo: nesse caso, o govêrno emitiria novos títulos, representativos de quatro semestres da dívida externa, o que significava um empréstimo cujos tomadores seriam os próprios portadores dos títulos da dívida. *Assim se evitaria, em todos os casos, a saída de ouro do país.*

Como se vê, a principal base das negociações era o pagamento de 50 0/0 dos juros em ouro, percentagem esta, segundo críticos contempo-

râneos, superior às possibilidades da nação. A autorização parlamentar, sendo prévia, também pareceu um êrro grave, porque suprimia a vantagem de se negociar *ad referendum*. E finalmente o reconhecimento dos comités estava outro-sim sujeito à crítica, já por assumir as aparências de uma quebra de soberania, já porque o acôrdo com êles transformava em contrato bilateral promessas difíceis de sustentar, se não impossíveis de cumprir. Deve notar-se, porém, que em todos êsses êrros—se êrros eram—colaborava Dias Ferreira, que dêles descarregou, depois, tôda a responsabilidade sôbre Oliveira Martins; e que não houve unanimidade entre os críticos do convénio, uns achando que se prometia de-mais, e outros de-menos.

Com o projecto partiram os representantes para Paris, pedindo de lá que o govêrno nomeasse um delegado seu para, em França, prosseguir as negociações.

Com efeito, o govêrno nomeou êsse delegado, que foi o honesto António de Serpa. A 17 de Abril, comunicava êle que o comité insistia por uma junta ou comissão composta de maioria estrangeira que recebesse directamente a receita das alfândegas, e que recusava sobretudo o Banco de Portugal. Oliveira Martins, de acôrdo com o ministério, repele a ingerência estrangeira na fiscalização ou arrecadação dos rendimentos. Serpa responde que os comités

abandonavam a idea da intervenção, mas exigiam a entrega semanal dos rendimentos affectos ao encargo da dívida, a um banco, sociedade ou comissão que elles designassem. O ministério recusa, e propõe a entrega do dinheiro ao Banco de França — quer na sua séde em Paris, quer no estabelecimento *nacional* encarregado de sua agência em Lisboa. Falha esta hipótese, em 8 de Maio o delegado português telegrafia que aceitou, sob reserva da aprovação do ministro, a idea da entrega em Lisboa, ao banco, sociedade ou pessoa que os comités indicassem. Presente êste telegrama ao conselho de ministros, votaram pela aprovação três dos seus membros, e três pela rejeição (um dos ministros estava ausente). Dos rejeitantes era José Dias, que impunha a volta ao texto do telegrama anterior em que se exigia a inserção do adjectivo *nacional* para o estabelecimento encarregado da percepção em Lisboa. Telegrafou-se portanto a António de Serpa, dizendo que as palavras «banco, sociedade ou pessoa» deveriam ser substituidas por «estabelecimento nacional»; o delegado responde a 12, apresentando esta fórmula do comité: «ces sommes... seront versées à Lisbonne à tel établissement, société ou banque *ayant son siège à Lisbonne* que les comités... indiqueront».

Quando, em sua casa, recebeu esta resposta (eram 10 horas da noite) Oliveira Martins es-

tava a ponto de sair para a legação de Inglaterra, onde devia encontrar-se com os seus colegas do ministério; ia satisfeito porque (pensava êle) não podendo haver estabelecimentos estrangeiros com séde em Lisboa, estabelecimento *com séde em Lisboa* era o mesmo que *nacional*, e a redacção do comité correspondia à que se propusera. Com surpresa, encontrou em José Dias uma resistência inexplicável: «eu não aceito senão a palavra *nacional*; sem a palavra *nacional* não aceito». Não se podendo discutir ali, pede um conselho de ministros para o dia seguinte; mas pouco depois dá-lhe um colega êste recado do presidente: não era necessário o conselho; êle teimaria no *nacional*. Diante disto, Oliveira Martins decide escrever a José Dias, a dizer-lhe que, não se sentindo com forças para, pela segunda vez, rejeitar as propostas de acôrdo do delegado em Paris, rogava-lhe o obséquio de tomar sôbre si êsse encargo. Não se demitia desde logo porque receava que uma crise ministerial naquele momento tivesse conseqüências funestas para a ultimação do acôrdo; reservava a escolha do ensejo oportuno para apresentar essa questão, pois, desde que escrevera a José Dias, a sua permanência no ministério era simplesmente provisória.

Demitindo-se finalmente a 27, a 31 embarcava para Inglaterra, esmagado, aturdido pela batida feroz que lhe fizeram (tanto monárquicos

como republicanos) e pelo maquiavelismo das aparências, que eram tôdas contra êle. Ia corrido como um criminoso:

«poucas foram» — escreve o irmão — «as pessoas que o acompanharam na partida: portanto, pequeno foi o número das que puderam avaliar o estado de perturbação especial em que se achava. Parecia sentir-se envergonhado de ter sido alvo de tão grande injustiça. Chegados que fomos junto do *Magdalena*, quasi se não despediu de nós, subiu atrapalhadamente a escada do portaló, e internando-se no navio parecia querer fugir da nossa vista; nunca lhe passara pela mente a possibilidade do que sucedera!»

Dias Ferreira cortou as negociações com os comités, e estabeleceu o pagamento de *um têtço* em ouro. Isto, depois do que se fizera, trouxe protestos e dificuldades que o obrigaram a demitir se, e com que teve de arcar o ministério seguinte, de Hintze Ribeiro. Oliveira Martins, depois de voltar de Inglaterra, deu à Câmara as razões do seu procedimento com os credores (Fevereiro de 93; ver sôbre o assunto: Hintze Ribeiro, *O regime da divida portuguesa*, p. 77 e seg.; Fuschini, *Liquidações politicas*, cap. V; o prefácio das *Cartas peninsulares*; e os art. no *Jornal do Comércio*, do Rio).

Convénio e empréstimo eram para êle condições prévias para vencer a crise da circulação, as dificuldades cambiais, e restaurar *depois* a economia pública pelo fomento da riqueza indí-

gena. Emquanto se não vencesse aquela crise pelo empréstimo, — quantas economias se fizessem, quantos impostos se lançassem, tudo seria absorvido pelas oscilações do ágio. Os resultados da política do presidente — dizia — foram os protestos dos interessados, a desconfiança no país causando a saída de capitais, e, *como consequência, a alta do ágio do ouro*; e nestas circunstâncias, além dos inconvenientes para a nação, aquele *térço* dos juros dos títulos que José Dias, agora, se propunha dar aos credores externos, correspondia, pela diferença do câmbio, a uma despesa *maior* para o Estado do que se tivesse dado a *metade* do juro com o câmbio melhorado pela política inicial (a de Martins).

Durante os quatro meses do seu ministério, Oliveira Martins conseguiu um benefício de uns 12:260 contos de receitas novas e de economias realizadas; fêz ratear pelas fábricas o déficit do trigo português, para evitar excessos de importação; promulgou novos estatutos do Banco de Portugal, e ordenou a publicação dos seus balancetes; mandou recolher ao Tesouro o que a este competia do imposto de trânsito cobrado pela Companhia dos Caminhos de Ferro; sequestrou à Companhia as linhas de Salamanca, para evitar que fôsem reivindicadas pelo governo espanhol e sacrificados os interêsses que

o Estado lhes vinculara; nomeou uma comissão que procedesse ao cadastro dos bens nacionais, e outra que estudasse a criação de bôlsas agrícolas, para sôbre elas fundar mais tarde o crédito rural; mandou publicar regularmente o boletim da dívida flutuante, onde se mostra uma amortização, de Janeiro a Abril, que se eleva a cêrca de 3:000 contos; liquidou as contas com a Companhia do Caminho de Ferro de Ambaca, e fêz com ela um convênio que lhe resolvia as dificuldades com benefício para o país — além de outras medidas de menor importância.

Depois dos discursos na Camâra em Fevereiro de 93, a sua vida política acabou. Pouco lhe restava, também, de vida física. Viera tarde, muito tarde, a sua ingerência nos enrêdos políticos: porque só agora, realmente, êle estava educado para historiador. Se pudesse re-escrever as suas *Histórias* com aquele mais fundo conhecimento da vida que dá o manejo dos grandes interêsses acompanhado de uma grande desgraça, — a sua crítica seria mais larga, mais justa, mais modesta e mais fecunda; o desdém do caricaturista cederia o passo à indulgência humana e à impassibilidade do verdadeiro sábio; e o seu espírito compreenderia melhor as maleabilidades de um Palmela, as objurgatórias de um Herculano e os septicismos de um Rodrigo, maneiras diversas, de temperamentos diferentes, mas tôdas igual-

mente compreensíveis, de reagir à indole de uma sociedade que esmaga sonhos e abstrações. Essa educação, que êle supunha feita em 91, antes, portanto, do Alcácer-Quibir da sua vida política, com dois anos de partidarismo e quatro anos de jornalista: essa educação só agora a tinha, se bem que ao entrar na batalha final já as escaramuças com a realidade lhe houvéssem amolgado a armadura de aço:

«Leal e desinteresseiramente comecei,» — escrevia em 1891 — «vai em seis anos, a intervir de um modo activo na política portuguesa. Muitos me acusavam de o não fazer, limitando-me ao cómodo e fácil papel de critico. Mas, sem a bossa da intriga, desadorando por igual o embuste e o espalhafato, com o mesmo ódio pelo desbragamento e pela subserviência, simplóriamente crente em que bastam rectidão e bom-senso para a regência de um pequeno país, como nós somos, era de ver que a minha passagem pela *selya escura* dos partidos tinha de servir principal, se não exclusivamente, para completar a minha educação. Há cousas que só se aprendem palpando, e que nunca se apreciam com certeza, por mais livros que se leiam. O animal homem carece de ser tratado para se ficar conhecendo... Subscrevendo agora com o meu nome as fôlhas durante anos dispersas ao vento da publicidade, e que mais comoveram a alma generosa dos portugueses que a teem, penso dar uma prova da minha sinceridade de nefelibata... Principio por aí, por ser o mais recente; depois seguirei pelas mais remotas, recolhendo as fôlhas amarradas dessa *vida nova* que um dia me seduziu, e que uma por uma foram caindo murchas e desbotadas, a ponto de eu, já convertido, reconhecer que vida fóssil é que era.

A nova é outra e muito garrida, saracoteando-se num gingar de quadris, piscando o olho à gente que arrasta atrás de si para a sombra amável das velas.»

Na sombra amável das velas se viu êle também pouco depois, para cair de súbito às facadas; ferido de morte, arrastando-se a custo e pressentindo o fim, repassava a tragédia pelos olhos pávidos, até que expirou (94) triste, «sem saudades do mundo,» pedindo aos amigos que se lembrassem dêle, plácido e conformado, segundo as testemunhas mais fidedignas; em revolta, dizem outros, contra o fim prematuro que lhe dava a sorte.

Recebeu a unção e talvez sem fé, para não afligir pessoas queridas, — o que constitui, em nosso entender, um amorável acto de sensatez.

Esboçámos — ou tentámos esboçar — nas modestas proporções que nos são possíveis, o destino e a evolução de um pensamento político representativo, e não a de um homem. Da história dêste tomámos apenas aquilo que nos parece de aplicação geral. Na opposição, ao romper da luta, mostrou-se impulsivo e por isso inábil; e não foi na côrte, segundo se diz, tão reservado ou tão discreto, tão composto e calmo quanto convinha ser. Desvairou, e isso explica-se. A violência jornalística no seu caso dá-nos a impressão de ter sido um êrro. Bem

sabemos que em tôda parte as oposições políticas são violentas, crescendo que no nosso país é mais natural a indignação. No entanto, por isso mesmo — porque somos doentes, instáveis e desequilibrados em maior grau — é necessário proceder aqui com mais paciência que nos povos fortes. Dito isto, reconheçamos que em Oliveira Martins não foram só as inabilidades, — de prever, aliás, num indivíduo de modesta origem, ríspido, sem treno algum de mundanidade, falho de experiência da vida política, destituído de *charme* e delicadeza, e pouco simpático no seu aspecto, — não foram, elas, dizemos, que lhe baldaram o plano político: sem elas o desfecho seria o mesmo, mais hoje, mais amanhã; e o dever do crítico é procurar aqui, sob o fortuito, um terreno básico e permanente de fenómenos típicos e gerais. Os acidentes desvanecem-se, vemos no ministro e nos contemporâneos a personagem abstracta do reformador, a colectividade abstracta de Portugal. A sua obra de doutrina política tem o privilégio de viver ainda, de nos dar a imagem mais completa das dificuldades do nosso tempo. Não deixou de influir nos acontecimentos, mas deturpada; e só hoje, por que assim digamos, temos experiência para a compreender. A idea de um govêrno de excepção, — que era para êle o instrumento político de um vasto plano de reorganização social, — foi passando para os

seus sucessores extremamente empobrecida, ou, por melhores palavras, despojada da sua essência, que era a sua grande finalidade: a reconstrução social-económica sob uma dupla inspiração, inovadora e tradicionalista. Voltar a êle, portanto, *mas já armados de uma lúcida crítica e da experiência republicana*, é acto útil para os Portugueses, que talvez concorresse para os aproximar, se alguma cousa pudesse agora, fazendo esquecer os êrros de todos, delir os velhos antagonismos. Complexo, revela a insuficiência simplista das teorias absolutas: aos democratas à velha moda, aos jacobinos, êle mostra o abstracto das suas fórmulas, produtoras de anarquia; aos reaccionários do positivismo, — a positividade espiritual das aspirações racionalistas, base teórica da Democracia; a todos, emfim, que as antinomias do problema político resultam das antinomias do próprio homem, e que não há fórmula definitiva, mas incessante adaptação a condições complexas que sempre mudam, cumprindo obedecer equilibradamente às exigências contraditórias e indestrutíveis do experimentalismo e da razão, da evolução e do *a-priori*, das liberdades individuais e da autoridade para o bem comum.

Se a sua obra de doutrina política, — desde as *Eleições ao Projecto de lei*, passando pelos artigos dêste volume, — conserva perfeita actualidade, mostrando um pensamento mais profun-

do que o de muitos autores contemporâneos, acaso o mesmo se poderá dizer da sua experiência de governação. Um dia, porventura, um grupo de homens retomará, dentro do regime republicano, o papel tentado por Oliveira Martins, e pelo mesmo esquema, e com as mesmas fases: medidas enérgicas iniciais; alívio das classes e indivíduos primeiramente prejudicados; fomento geral da riqueza pública, principalmente da agricultura;—e assim o conhecimento e meditação das suas ideas de govêrno, dos seus actos e do seu destino, poderá facilitar o entendimento dos futuros reformadores com a colectividade, e ajudar a todos a proceder melhor,—participando por isso com mais consciência no próximo acto dêste longo drama, ou tragédia, da vida política nacional. Nêle, o político-economista era mais sólido que o historiador; mas o País, desabituação de pensar claro (esta é a tristissima verdade) não tinha intelligência para o comprehender.

Considerando na sua aventura o papel representado pela Nação, veriamos confirmadas pela sua pessoa algumas das ideas que enunciou. Os processos que usaram os seus inimigos e a mole indiferença da sociedade tornam o seu caso exemplo típico de uma feição característica do Portugal contemporâneo: a queda, o abandono, o naufrágio miserável dos homens notáveis. Pondo de lado os que morreram cedo, os que viveram

no estrangeiro, e os que não tiveram por assim dizer uma consciência social: os outros, na maioria, dão-nos a impressão de quem vê uma cripta, onde se passou um pouco antes qualquer lutuosa scena de angústia. Esmagados, moral ou fisicamente, D. Pedro IV, Mousinho da Silveira, Costa Cabral, Oliveira Martins, João Franco, Arriaga, Sidónio Pais; fugidos nos cantos sombrios, protestando contra a realidade ou já estrangeiros ao seu próprio sonho, — Herculanoo, Passos Manuel, Bento de Sousa, Sampaio Bruno, Basílio Teles; suicidas, emfim, — Camillo, Júlio César Machado, Antero de Quental, Soares dos Reis, Manuel Laranjeira, Mousinho de Albuquerque, Trindade Coelho, Costa Ferreira... E muitos homens de verdadeiro mérito foram perdidos ou desaproveitados, dos quais uns buscaram no estrangeiro ambiente próprio para o seu espirito, e outros estiolaram-se aqui no país, pela ignorância, despreço ou hostilidade dos dominadores. Se houvesse nas elites, muito mais numerosas, da Inglaterra e da França, da Itália e da Alemanha, a mesma proporção de naufragados, atingiriam números de causar vertigens. Alguns dêles — direis vós — mataram-se por doentes, ou fugiram por misantropos: não houve culpa da sociedade. Pois admitamos que não houve nela um certo abandono do homem de escol: o qualificativo de «acidente», válido para um, para dois, para três

dos casos individuais, é insubsistente para a totalidade. Digamos então: ¿porque aparecem em Portugal tantos doentes e misantropos? Social, ou fisiológica, há grave doença na nossa grei, além dos defeitos que lhe são comuns com os outros povos do mesmo tipo. Oliveira Martins, caindo oprobriosamente no meio da indiferença da nação inteira, faz ver em nós uma massa amorfa a que faltam núcleos de agregação; tudo flui, tudo estremece, escorrega tudo; e quem, com a «broca da análise», furasse e furasse neste mesmo ponto, veria talvez as fontes profundas, as causas contínuas do mal português. Devemos apontar os fenómenos gerais; não podemos, todavia, ir mais fundo ainda do que êste nível, porque sairíamos excessivamente dos limites naturais do nosso tema. Páginas de mais malbaratámos já, resignando-nos a armar envergonhadamente, diante da cidade de pensamentos que fomos desenterrar donde jazia, para a trazer à luz como aí a tendes,— a miserável barraca dêste mau prefácio. Libertos nós da tarefa ingrata, e o leitor de nós se teimou em ler-nos, podemos passar — finalmente! — às páginas monumentais de Oliveira Martins.

ANTONIO SERGIO

LIVRO PRIMEIRO

PROBLEMAS POLÍTICOS

PROGRESSO OU FETICHISMO

Temos lido um par de histórias da Revolução Francesa. Admiramos muitos dos homens típicos daquela época extraordinária: admiramos, sobretudo, o espírito renovador que domina e como que penetra essa grande época. Mas admiramos na história: como admiramos igualmente os grandes príncipes, estadistas e letrados, que deram nos séculos xv e xvi a sua última forma às monarquias tradicionais: como admiramos os grandes Papas dos séculos xii e xiii, que criaram, no meio do caos da Europa feudal e bárbara, um centro de coesão espiritual, renovando os alentos da alma do velho mundo, prestes a extinguir-se: como, em geral, admiramos (sempre na história) cada um daqueles movimentos cíclicos, que refazem as sociedades e revelam mais um momento fundamental da sua evolução.

Mas, por isso que sabemos haver uma evolução na humanidade, e ser até essa evolução a própria essência da vida histórica das nações, por isso mesmo, uma vez pago o tributo de respeito e racional admiração às grandes cousas passadas, é que não queremos nem devemos imobilizar-nos numa adesão anacrónica, lendo continuamente numa página que o tempo virou há muito e fechando os olhos aos factos e às ideas que se acumulam no génesis duma época nova. Seria isso desmentir na vida de hoje aquele mesmo princípio de evolução que admiramos nas suas manifestações passadas e, em nome do progresso, cair numa espécie de fetichismo histórico, que é o contrário do mesmo progresso.

A Revolução Francesa é hoje um ciclo acabado e pertence já—ela e as suas irmãs menores, espanhola, portuguesa, belga, italiana—exclusivamente à história. Lógica, formalística, radical, foi sua missão proclamar Princípios, e nada mais. Perante ela baquearam as velhas instituições caducas e ficou o chão razo e apto para as edificações dum novo mundo social.

Perto dum século levou às sociedades modernas a absorção desses princípios revolucionários. Mas hoje, finalmente, traduzidos e consolidados na legislação civil e penal, na administração, na política, reconhecidos até pelos seus próprios adversários, êsses princípios deixaram,

por assim dizer, de ser princípios, para se concretizarem em factos: são agora as leis, os costumes, os usos e o mesmo modo de ser das sociedades actuais. E é por isso que a Revolução que os proclamou é agora um ciclo acabado. Realizada nos factos esgotou-se-lhe naturalmente a vitalidade. Já não é actual: pertence d'ora-avante à história.

Sôbre o chão, que ela limpou, urge agora edificar. Tal é a missão e a idea do momento histórico em que nos achamos.

A Revolução tornou possível a democracia: cabe ao nosso tempo organizá-la. A Revolução libertou a actividade do individuo e, para conseguir essa libertação, teve de pulverizar a sociedade: cumpre-nos agora a nós, que já estamos fora do ciclo da Revolução, recompor com êsses individuos uma sociedade estável e orgânica, onde a liberdade tenha um fim justo e a igualdade seja mais do que um princípio inerte ou uma aspiração indefinida.

Nessa recomposição das fôrças sociais, quer políticas, quer económicas, é que está a idea original que faz dêste último quartel do século XIX o comêço dum ciclo novo, dum novo monumento da evolução das sociedades. Trabalhando com os elementos legados pela Revolução e já assimilados, a nossa obra tem de a exceder, porque vão mais longe e são mais profundos do que os ideais dela os nossos ideais.

Só nesta direcção está o progresso. Não compreender êste grande facto, desconhecer a característica da era que começa e, sob pretexto de desenvolver princípios que já não comportam mais desenvolvimento, porque estão esgotados, imobilizar-se numa contemplação vazia de realidade, é tomar a forma pela essência, a retórica pela idea, e fazer simplesmente acto de fetichismo.

Quantos, neste nosso tempo, se julgam estu-
pendos revolucionários e não são mais do que
pobres fetichistas! Se êles pudessem suspeitar
que o seu jacobinismo, as suas teses abstractas
e ocas não passam de velha metafísica, e que
tudo isso está já realmente fora da questão,
está realmente tornado obsoleto por toda uma
ordem nova de factos e ideas!

Veriam, com pasmo, que a sua extrema-es-
querda é uma extrema-esquerda de pura fanta-
sia, uma extrema-esquerda que já era centro e
até direita ao tempo em que êles nasceram.
E, como tôda a imobilização é um obstáculo ao
progresso, teriam de reconhecer, êles, jacobinos,
que estão contra o progresso e que não é fazer-
-lhes injúria chamar-lhes reaccionários.

Para quem conhece a orientação actual das
sociedades e a verdadeira direcção do progres-
so, o jacobinismo contemporâneo, anacrónico e
reaccionário, resolve-se num simples caso de
fetichismo. — (*Provincia*, 15-IX-85).

RAZÃO DE ESTADO

O processo escandaloso que se tem desenvolvido perante os tribunais franceses e que vem sancionar desoladoramente a crise política cuja vítima foi um velho que, sem as qualidades eminentes do espírito humano, parecia ter e tinha as qualidades médias de frieza e manha do feitio burguês, incluindo a rapacidade — êsse processo é por vários motivos sugestivo.

Quando um facto impressiona vivamente a imaginação universal, é porque atrás dêle se esconde um problema de que é sintoma. E o prazer de todos os que meditam é diagnosticar, pelos sintomas esporádicos, os movimentos orgânicos do animal monstruosamente belo que se chama sociedade, e cuja existência positiva e real o espírito simplista teima em não reconhecer.

Aplica-se à sociedade o critério adequado aos homens, e requiere-se que ela obedeça àqueles ditames que a consciência nos impõe. É completamente absurdo. Proclama-se que o govêrno dos estados deve subordinar-se à justiça, guiar-se pela opinião, e ter por norma a publicidade — quando em verdade a opinião pública e a justiça são apenas moderadores dos princípios que foram em absoluto, e serão

sempre, de um modo mais ou menos relativo, a essência e alma dos governos — o segrêdo, e a razão de estado.

É do choque destas duas correntes antagônicas que resulta de facto o carácter dúbio, êsse carácter que nos homens se diz hipocrisia, e que é inerente à própria natureza dos governos mixtos, com uma face voltada, como Jano, para o oriente da autoridade esotérica, e a outra face olhando para o horizonte nebuloso das teorias e das ambições doutrinárias, a que no estado puro, ou absoluto, se chama Jacobinismo.

O jacobinismo e a razão de estado, eis aí a tese e a antítese do problema social.

A regência dos povos é uma função pública, absolutamente sujeita às normas da justiça, estritamente legal, constante, rígida nos seus processos. A origem da autoridade reside em todos, o govêrno pertence a todos, o estado é uma ficção anacrônica, o poder um mal apenas tolerado por indispensável, o govêrno um furúnculo, o livre-câmbio das vontades, das ideas, das fôrças e das mercadorias, sem reguladores, nem compensadores, é a forma espontânea e por isso adequada da existência social.

Êsse ideal do liberalismo, prêgado como dogma pelos jacobinos, tornou-se hoje o evan-

gelho dos anarquistas, logicamente consequentes.

Num tal quadro de princípios não cabe com efeito a noção de razão de estado, por isso mesmo que nele o estado é uma ficção irracional. O que resta porém saber, é se as sociedades podem subsistir e se a história é compreensível, sem que se reconheça a realidade de uma pulsação especial, de uma alma, de uma força que, em oposição freqüente com os ditames da consciência individual, é todavia para o corpo colectivo o que para o humano são as leis fisiológicas.

O que resta saber é se, acima do critério propriamente moral, não tem de haver, para o historiador e para o publicista, um outro critério, maior e mais compreensivo, mais obscuro também, mais indefinido nas suas percepções e mais falível nos seus ditames; um critério que não pode ser estóico porque a moral é do fôro particular do indivíduo, mas que tem de ser filosófico porque a inteligência do temperamento e dos fins de uma sociedade é o grande condão do génio do estadista.

Quando Talleyrand confessou que em política era mais grave uma tolice do que um crime, exprimiu com um dito uma verdade axiomática. Nem Richelieu, nem o marquês de Pombal, foram modelos de virtude; e se a casuística merece com efeito a nossa reprovação, porque é a teoria da razão de estado levada

para o fôro da consciência onde domina absoluta a moral, a politica não pode merecer-nos o mesmo enjôo porque na sua esfera domina principalmente a inteligência.

Quando D. João II, essa realização profética do *Príncipe* de Maquiavel, êsse construtor desapiedado da grandeza lusitana, o *Homem*, como lhe chamavam Fernando e Isabel, matava num patíbulo o duque de Bragança, ou apunhalava por suas mãos o duque de Viseu; quando D. João III mandava assassinar em França os emissários dos judeus, ou comprava a pêso de oiro os cardeais e os papas, nenhum dêles, nem de todos os demais príncipes e estadistas, réus de crimes segundo a justiça, devem ser acusados conforme o fazia noutro tempo a crítica infantil de um Voltaire, ou a austeridade estóica de um Herculano.

Porque havíamos de acusar também aquele homem que na epopeia portuguesa se levanta como herói cuja estatura sobrepua a de todos, passando por cima do nível dos mais altos em todo o mundo — Afonso de Albuquerque, verdadeiro génio que, na sua crueldade quasi assíria, manifestava em grau eminentíssimo a conjunção extraordinária da inteligência que lhe revelava os desígnios de um império, e do carácter que tinha nele ímpetos de grandeza leonina. Na Índia ficaram-lhe chamando o Leão-do-mar!

E que a razão de estado, inconsciente no espirito dos que nos períodos heróicos tiveram sobre si o comando dos povos, produzia neles um fenómeno psicológico especial: a incarnação da alma colectiva.

Nem D. João II, nem D. João III, nem Albuquerque, nem até Napoleão quando mandou matar o duque de Enghien, nem até Pombal quando trucidou em Belém os Távoras, tinham a consciência de cometerem assassinatos ou atrocidades.

O facto psicológico da invasão da consciência pela razão de estado, desde que toma proporções patológicas, isto é, desde que deixa de corresponder a um plano inteligentemente consciente, chama-se loucura cesariana, e teve em Tiberio o seu exemplar mais extraordinário.

Os homens transfiguravam-se, transformavam-se em seres simbólicos; e êste facto que, exposto nas suas proporções máximas pode parecer estranho, torna-se corrente e comezinho para todo o que, metendo um bocadinho a mão na própria consciência, observar os actos que praticou como membro de qualquer colectividade, e que não praticaria deixado a si próprio e aos impulsos exclusivos do seu temperamento individual.

Donde se prova que, ao inverso de ser o individuo que faz a sociedade, é a sociedade na mais lata acepção da palavra — a sociedade

política e a mundana, uma pátria, ou uma confraria — que forma e transforma o indivíduo.

E todavia uma crítica miope, uma ciência incompleta, um juízo desorientado pelo propósito de reacção contra os casos de loucura cesariana do absolutismo recente — aberrações positivas de um princípio constitucional como é a razão de estado — prègou e prèga incessantemente a negação dêste princípio, sem o qual a história é incompreensível, e a política insustentável.

Fez-se da justiça, da publicidade, da discussão, dogma de govêrno; e como se declamava em vez de se observar, produziu-se apenas a hipocrisia deprimente dos caracteres, aviltante das energias, compelindo à fôrça o estadista a mentir diàriamente, constantemente, abjectamente, à luz do sol diante de todos, julgando-se que assim ganhavam alguma cousa a liberdade e as garantias dos cidadãos!

Identificou-se êste movimento fatal, necessário e óptimo da generalização dos direitos civicos e da igualização progressiva das condições, que é o índice da civilização dos povos e se chama democracia: identificou-se, digo, com a pretendida abolição do segrêdo, que todavia, na frase popular, é alma dos negócios.

E, todavia, se no mundo houve já democracia verdadeira foram os quatro séculos em que a república romana se governou pelo seu sena-

do, só patente e público desde que César o mostrou a Roma, para o anular, expondo hipócritamente à irrisão universal a balofa vaidade dos Cíceros.

Neste nosso tempo, porém, em que nenhuma loucura cesariana pode desvairar os príncipes, porque o sceptro se vê reduzido à cana verde que os judeus deram a Cristo no caminho do Calvário; em que nenhuma alucinação religiosa pode desvairar os reis, nem os povos; em que nenhuma sêde de mando pode embriagar os ministros, porque o poder é uma palavra vã e um fantasma movido na scena pelas oligarquias que se escondem nos bastidores; neste nosso tempo, em que se diria não haver motivo para actos de razão de estado, por terem desaparecido os motivos de violência, há, haverá todavia cada vez mais, êsses motivos, na urgência de cobrir diante do público as malversações que correspondem hoje às violências de outros tempos.

Não há embriaguez do mando, não há alucinações religiosas; mas há, no lugar de tudo isso, uma loucura cesariana do oiro, pelo seu brilho, pelo seu peso, pelo seu gôso, pela vaidade que dá, pelo prazer que transcende — uma loucura cesariana tão grande como foi a de Tibério, ou de Calígula.

E esta sedução que vasou num tribunal, como uma rodilha esfarrapada, o pobre Wilson, amarrado aos seus vinte mil *dossiers*, e que torna o roubo o crime dominante nos países civilizados, vem de longe, vem desde a Renascença, quando Shakespeare exclamava com entusiasmo *gold, yellow, glittering gold!* ou quando Colombo, folheando Isaias nos palmares da Hispaniola, olhava arrebatado para as manilhas e colares dos indígenas e dizia com o bom-senso místico de um latino que o oiro é cousa tão preciosa que até *saca las animas al paraiso!*

Foi então, na Renascença, quando também nós *esculdrinhavamos* heróicamente os sertões da África e da América em busca do Ofir salomónico, depois de termos transposto a Taprobana à procura das terras da rainha de Sabá, que se iniciou o naturalismo contemporâneo, mas com uma fôrça e um vigor másculo, que os tempos posteriores amesquinham, desvirtuando-o e desorientando-o.

A Renascença, por isso mesmo que foi a idade aurea do heroísmo, foi também a idade clássica da razão de estado. Os absolutismos posteriores prejudicaram-na construindo exclusivamente sôbre essa idea de govêrno a estrutura do poder que, sob pena de ruína, há de

consistir, como afinal tudo quanto existe, num sistema de equilibrio e ponderação.

Mas as doutrinas que se levantaram para bater os absolutismos atacaram, como era óbvio, a sua própria essência, isto é, a razão de estado, levantando altares à sua antítese — à publicidade, à justiça, à discussão, a tudo quanto, inspirando a moral individual, parecia aos jacobinos dever predominar também sobre a inteligência governativa.

Satisfazem-se as almas generosas, enchem-se de um santo amor de justiça os corações simples, ao verem condenado um burlão que fazia do govêrno tavolagem; e também eu aplaudo, no fôro particular da minha consciência. Uma cousa, porém, é o fôro da minha consciência, outra o da minha inteligência de homem público. Se um aplaude, o outro lamenta.

Porque nesse banco de réus onde se sentou Wilson por trapaceiro, devia ter-se também sentado Fouché; e se assim não succedeu, foi porque a razão de estado e com ela a majestade do poder caíram tanto, como caiu a grandeza da França desde o tempo em que dava imperialmente leis ao mundo e revolucionava a Europa ensinando-lhe o novo direito, até ao tempo de agora em que apenas ensina a arte de a gente ganhar dinheiro e de o gastar divertindo-se.

Se a França não fôsse um país politicamente

desorganizado, jamais teria consentido no escândalo estrepitoso do processo Wilson. Se na França democratizada pudesse haver noção clara da razão de estado, nunca o genro de um presidente da república se sentaria no banco dos réus, nem o sogro teria sido violentado a descer os degraus do Eliseu. A suposta lição de moralidade pública, êsse exemplo que muitos celebram, ainda quando esteja puro de paixão política, faz maior mal à autoridade do poder do que bem aos costumes que, no fundo, se prevertem sempre com o desenrolar picante dum sudário de vergonhas.

Se Wilson não podia ser suprimido e o processo abafado, como sucederia em qualquer país onde a razão de estado pulsasse ainda, o réu de crimes que as circunstâncias acessórias tornam excepcionais, deveria ter um castigo excepcional também, que ferisse a imaginação popular.

Os crimes dos estadistas, quer os inspire a inteligência e sejam pelo menos compreensíveis, quer se chamem concussão e sejam em tal caso inteiramente abjectos, são sempre excepcionais. Reclamam imprescritivelmente, ou o silêncio, o esquecimento e a impunidade em holocausto à majestade do poder, ou exigem a exautoração solene e dramática, semelhante à dos soldados, porque a política é também uma milícia.

Os tribunais comuns são em tais casos, ou uma burla ou uma iniquidade. Ou esmagam um inocente, ofendendo a justiça, ou deixam ir um homem para sua casa ou para a cadeia, absolvido, ou condenado em três meses de prisão, depois de ter enxovalhado o poder e lançado a república na iminência de uma revolução.

Diga-se o que se disser, o govêrno exercer-se há sempre por um voto de confiança do soberano, ou do povo. A idea de ministros permanentemente enleados em fórmulas e garantias supostas não produz mais do que a hipocrisia constitucional, o amesquinhamento dos caracteres, afinal a irresponsabilidade, e portanto a impunidade dos governantes.

Tais são as conseqüências de êrro de doutrina. — (*Repórter*, 13-III-88; v. a nota a êste artigo no fim do vol.).

O IDEAL E A POLÍTICA

É factó resultante da larga observação da história que à existência dos povos não basta, não chegam para lhe dar vitalidade os instintos de conservação. É mister uma aspiração, ou, por outra, um ideal, que levante, congregue e tonifique o espírito dos cidadãos. Quando isto falta, as nações definham, a craveira da politica baixa, a maré da corrupção sobe.

E óbvio que assim seja. Falta nesse caso aos homens públicos um impulso, um estímulo que, ou lhes aqueça os instintos generosos, ou os obrigue a levantarem-se acima de si próprios. A política torna-se rotineira, a administração torna-se inepta, formiga o parasitismo, aparecem, como nódos filoxéricas numa vinha, as nódos de corrupção alastrando-se, levadas as suas sementes no ar pelas virações mornas da cobiça, da vaidade, da mesquinhez de alma, filha do vazio da inteligência.

Perde-se a noção da realidade das cousas. Confunde-se a ferramenta com a manufactura, o instrumento com o fim, os meios com as obras; e em lugar da felicidade de um povo, como objectivo da política, põe-se a fortuna dos políticos. Sacrifica-se o pôrto de destino aos acasos da derrota, e por isso o pôrto não se atinge e a viagem segue indecisa, sem norte, sem rumo, à mercê dos temporais, ou à mercê das calmarias podres em que se morre afinal de inanição.

Desgraçadas as nações que um dia deixaram de ter um pensamento, uma ambição, um ideal, que seja para o seu corpo colectivo o que é para o corpo humano esta energia sintética que nos anima, incitando-nos a trabalhar como condenados quando poderíamos viver como lazaronis.

A história dêste pequeno povo português oferece-nos a escala inteira dos sons que arre-

batam, dos gritos que seduzem, dos movimentos que dirigem uma nação, fazendo-a avançar no tempo como um préstito unido e firme, triunfal umas vezes, fúnebre outras. Tivemos as horas do nosso arrebatamento patriótico, tivemos as do nosso delírio místico, tivemos as da nossa vertigem conquistadora, e as horas mais frutíferas do nosso ardor de nautas, quando devasámos os mares do mundo inteiro. Tivemos finalmente, como todos no Ocidente, as horas de alucinação radical, dessangrando-nos na procura da quimera individualista, nós que antes nos definháramos andando em tórno do mundo à busca de duas quimeras — o Santo Sepulcro e o Prestes Joham das Índias.

Olhando as nações para além dos Pireneus vemo-las inspiradas, cada qual por seu ideal. Só nós da Península, nós Portugal e Espanha, dormitamos na apatia e na inconsciencia de nós mesmos!

As ambições conquistadoras que animam o panslavismo, impelindo os russos para o Mediterrâneo e para o Extremo-Oriente, ou os austríacos para sôbre a Turquia, seriam ridículas entre nós; e não o seria menos a pretensão de exercer uma influência qualquer no equilibrio da Europa.

Restaurar a história de um império colonial como o do passado, é insensato e ruinoso. Noutro tempo, êsses impérios, e entre eles o nosso,

consolidavam-se com a escravatura dos indígenas e com o monopólio do comércio. Fechavam-se os portos coloniais a todas as nações, forçavam-se a vir comprar os géneros a Lisboa. Hoje, não só tem de patentear-se os portos, como de equiparar-se as condições do tráfego. No Zaire, para o termos, tivemos de estabelecer a liberdade do comércio. Em tais condições, só podem ser impérios coloniais as nações que forem empórios fabrís.

Desde a publicação do código civil que consagrou as conquistas do Marquês de Pombal, e desde 1834, pelo que diz respeito ao estado e aos direitos das pessoas, ficaram liquidadas entre nós todas as questões análogas às actuais do Brasil, da Alemanha e da Rússia. Não houve mais escravos em território português depois do Marquês de Pombal e do marquês de Sá da Bandeira. E se os judeus que foram expulsos por D. Manuel deixaram de si os cristãos novos, também o marquês de Pombal aboliu essa distinção odiosa. Os judeus que temos são circumcizos; agora são os *judeus* que todas as nações teem.

Questões religiosas como a que agita a França, conflitos do Estado e da Igreja, são-nos também desconhecidos, porque a concordata de 1842, vindo depois da impiedade consumada da nossa revolução liberal, pareceu ainda ao Papado aceitável, apesar de consignar princípios

e regras que a Alemanha hoje em dia reivindica e não consegue. Movimentos místicos, explosões da velha alma católica, não se dão, em primeiro lugar, com a nossa fibra apática, e em segundo não encontram alimento no nosso clero que é um funcionalismo. As missões, os missionários, os propagandistas, os educadores, são estrangeiros; e pouco ou nada conseguem, porque se há sociedade profundamente secularizada (e materializada também, diga-se a verdade) é a nossa.

Quanto a liberdades, às famosas liberdades, nem é necessário falar nisso, aqui e em tôda a parte. O vento sopra de outro norte. Esta idea de que a liberdade política é um meio e não um fim, verdade que os críticos do individualismo se cansaram a prègar, entrou no espírito de todos, não por educação da inteligência, mas por evidência instintiva. Prègam-se unicamente os direitos que valem, e por todos sentirmos que não nos valem nada, é que deixamos dissolver *meetings*, funcionar ditaduras, aplaudindo o govêrno que sabe querer, exigindo-lhe apenas que saiba e que queira.

Anarquismos não temos, mas de um momento para o outro pode desabrochar, neste jardim da Europa, essa flor palustre. Não temos anarquismo, porque não temos, pode dizer-se, proletariado fabril. Mas a crise dos campos pode trazer às cidades os bandos dos *jaques*, embora o nosso camponês seja paciente

e submisso como o turco. Na capital, é verdade, fermenta, sob o nome de republicanismo, essa camada de descontentes, de desvairados, de iludidos, e de miseráveis, com alguns idiotas e bastantes velhacos à mistura; essa poeira que se observa em todas as grandes cidades e que a polícia contém muito melhor do que as artes e veniagas de vários políticos que se teem na conta de espertos.

Neste deserto absoluto de problemas sociais há porém, como nas calmarias do mar, um problema enorme, um problema imenso que tudo envolve e absorve. Sob a calma esconde-se a tempestade. O vento morno da corrupção, os balanços isocrônicos da indolência, o estanhado do mar da ignorância e do descaramento universal, conseqüências da falta de movimento e de vida, são os prenúncios da tempestade.

Fazer porém da moralidade um programa é ofensivo da dignidade de um povo que *ipso facto* confessaria a sua degradação. Fazer do ensino o fito primário das nossas ambições é inadequado, porque não se pode aprender quando se tem a fome que é má conselheira; e porque o ensino sem a educação, as letras sem os costumes, o saber sem o carácter, são absolutamente estéreis, são até anárquicos e perniciosos. O homem é uma máquina animada pela energia moral, dirigida pela energia intelectual.

Moralidade sim, moralidade sempre, mas não

como programa; porque a moralidade é, e tem de ser, o pão nosso de cada dia e não o banquete desejado das festas solenes. Ensino, instrução, sim; mas subordinado à educação vivificante e ao bem-estar e saúde do corpo, sem os quais é impossível a saúde do espírito.

O nosso ideal, o nosso programa, a nossa ambição, no momento actual da sociedade portuguesa, está pois na reconstituição do nosso organismo económico, no estímulo dos nossos nervos produtores; porque enquanto êstes quatro milhões de portugueses que habitam sobre um solo na metade inculto viverem de exportar gente para o Brasil e de contrair empréstimos, à razão de oito ou dez mil contos por ano, não sairemos da rotina, não sairemos da calmaria sobre um mar estanhado com o navio aos tombos.

A nossa política é a do Arcebispo; é a *vaca e riso* — o riso da alma satisfeita e ingénua, na paz da consciência e da inteligência, com a mesa farta de iguarias modestas. — (*Provincia*, 7-IX-86; v. a nota a êste artigo no fim do vol.).

OS PARTIDOS POLÍTICOS

Dois traços fundamentais caracterizam, não só entre nós, como por tôda a parte, a vida política das sociedades.

Um dêles é o dissipar das velhas teorias racionalistas, que faziam da sciência social uma hermenêutica de juristas, imaginando que os povos obedeciam, na sua vida positiva, a determinadas doutrinas, como se fôsem sêres abstractos e não reais. Pensava-se que, por uma verdade ser racional, bastava isso para que devesse ser real. Desconhecia-se que a natureza é uma cousa, e a lógica outra; e que, se por vezes o individuo consegue dominar-se a si, ao seu temperamento e aos seus instintos, a sociedade é um organismo que pode mover-se por paixões e por interesses, por deslumbramentos sublimes e por fraquezas abjectas, por instintos sempre, generosos ou egoistas, mas não se move por silogismos.

O poder de análise e raciocínio, que impera muitas vezes, mas não sempre, no homem tomado individualmente, não impera nunca na sociedade humana; da mesma forma que nenhum organismo natural reproduz os tipos e as séries determinados pela abstracção scientifica.

Desta noção errada dos juristas da primeira metade do século nasceram instituições e fórmulas políticas, de que o futuro se há de rir inevitavelmente, quando comparar o facto com a ficção, quando considerar a forma por que se governavam homens, que todavia se tinham na conta de cultos e inteligentes.

Pois bem: êsse velho equívoco dissipou-se já

e por isso é impossível distinguir hoje em dia, pelos princípios ou ideás dirigentes, os partidos que outrora se chamavam, e eram avançados e retrógrados, progressistas e conservadores. Tudo isso pertence à história.

As confissões, as declarações, feitas durante esta sessão no parlamento português, são a prova evidente disto que dizemos. Houve uma ditadura, e só algum retardatário se lembrou de discutir o *atentado* em si: criticou-se ou defendeu-se unicamente a utilidade, a conveniência, a oportunidade dos actos ditatoriais. Discute-se uma instituição bancária, e dos dois lados da câmara se ouvem profissões de fé de socialismo catedrático.

Por isso, num ponto de vista antiquadamente político, os partidos não são hoje mais do que clientelas congregadas em tórno de um chefe. Por isso a sucessão do comando do partido regenerador está sendo uma operação extremamente difícil.

É que hoje um chefe é mais do que era há vinte ou trinta anos: é um autocrata. Noutros tempos, um partido era uma idea, um pensamento politico a que o próprio chefe da grei tinha de obedecer. Hoje, o caso muda inteiramente de figura...

Ousamos ainda fazer uma profecia que ninguém deve tomar a mal, porque é unicamente

crítica. Essa profécia consiste em que ao velho partido progressista sucederá o mesmo que ao regenerador, no decorrer futuro dos tempos, se, outro Anteu, se não retemperar no torrão fecundo do amor pátrio.

É que êstes fenómenos obedecem a motivos de ordem superior: *sublata causa, tolitur effectus*. Quem são os conservadores? Quem são os progressistas? Que valem êstes nomes? Que ideas andam ligadas a êstes lemas?

Abstraimos, é claro, do maior ou menor valor pessoal dos políticos, da melhor ou pior arte do govêrno, da mais ou menos inteligência, pujança ou honestidade dos chefes. Tudo isso é secundário, no ponto de vista a que agora obedecemos.

E êste ponto de vista é que as ideas políticas foram-se, e todos estamos de acôrdo pelo que respeita aos famosos *princípios*, causa de tamanhos ódios em idades que já lá vão.

Mas, sob pena de uma sociedade se anarquizar, entregue às mãos exclusivas dos *condotièri* para mandarem, e dos mercenários para servirem mediante salário, é mister que o organismo politico corresponda ao sistema das ideas e dos interesses que agitam um povo.

Na Bélgica, por exemplo, liberais e conservadores teem também a mesma politica; mas uns são católicos, outros protestantes, e nisso não se confundem.

Em Inglaterra, *whigs* e *tories* teem também a mesma política; mas uns querem a repressão na Irlanda, querem a integridade do Império britânico, querem a volta à protecção económica; ao passo que outros querem transformar o Império numa federação, dando autonomia às colónias e liberdade à Irlanda. Nisto não se confundem.

Ora, entre nós é mister que igualmente haja alguma cousa que nos distinga, além do nome de progressistas e regeneradores, que nada mais significa, por si só, do que uma tradição já vazia de significado político. Todos somos liberais, todos somos conservadores, todos queremos melhoramentos materiais, todos queremos igualmente melhoramentos morais. Há acôrdo a propósito de tudo: há desacôrdo a propósito de tudo, igualmente. Porque das ideas de governo não curamos: tratamos apenas de quem há de governar.

A mesma medida, um mesmo plano, feito por A, é excelente para uns, odioso para outros; praticado por B, torna-se odioso para os que o achavam excelente, e vice-versa. É a isto que se chama um país anarquizado. E êste acôrdo, fundamental a certos respeitos, absolutamente deficiente a outros, é a causa primária do nosso desgoverno, da nossa corrupção política e desta moléstia grave que pode, com o tempo, atirar-nos a todos para a vala dos mortos, em que a

Polónia caiu românticamente e a Irlanda tom-
bou burguês e parlamentarmente.

Esta é a segunda causa das duas que mencio-
námos a princípio. Ao scepticismo dá logo o
braço a corrupção; porque, desde que os homens
não teem crenças nem ideias, amesquinçados no
carácter e na inteligência, descem para sempre
à condição dessas gentes quasi bestas, que Táci-
to descreveu nos seus romanos: *homines ad
servitutem paratos*.

Mas que ideias, que planos, que projectos po-
dem dividir-nos? Em religião, somos todos scé-
pticos; em política, todos liberais, *hasta los
curas*; em administração, todos centralistas ou
descentralistas, conforme sopra o vento; quanto
a colónias, estamos também de acôrdo; quanto
a obras públicas, *haussmannizamo-nos* todos
igualmente.

Ora, sob pena de irmos todos abraçados pa-
rar à vala comum, de que há pouco falámos, é
mister que se distingam dois campos no terreno
positivo e prático, no terreno ardente e fulvo da
côr do ouro, cujo Bezzerro é o miserável culto
destas idades amesquinçadas.

Há no nosso país quem à inteireza do cará-
cter junte a lucidez da inteligência e reconheça
que a observação diária dos factos sociais obriga
a considerar menores os inconvenientes disso
que se denomina socialismo de Estado, do que
os males que veem da anarquia capitalista? Há

quem considere menos desorganizador da máquina social e da inteireza moral de uma nação a expansão das funções do Estado, do que a pilhagem sistemática da riqueza pública pelos vários bandos de agiotas? Há quem prefira o govêrno da Alemanha cesarista à anarquia das repúblicas radicais, como os Estados Unidos, onde aparecem comprados todos os jurados de Nova York, ou a França revelada pelo panfleto de Drumond? Pois todos êsses constituem um partido. Os outros o partido oposto.

Há em Portugal quem a sério pense no fomento da riqueza nacional, na protecção aos pobres e infelizes, sem idea de beneficiar locupletando-se à custa dos proprietários e dos proletários? Pois, se há, todos êsses constituem um partido — o partido da gente honesta e prática, inteligente e audaz.

É sòmente neste sentido que a palavra progressista pode ter hoje em dia significação positiva bastante, para se diferenciar como partido. É sòmente dêste modo que poderemos corresponder às nobilíssimas tradições dos nossos maiores, êsses homens de fé viva, esperança ardente e inesgotável amor por esta nossa desgraçada terra, êsses homens que se chamaram Mousinho e Passos, Sá da Bandeira e José Estêvão.

Será isto um sonho e uma quimera vã? Talvez seja; mas antes queremos esperar, sonhando,

do que atirar lugubrememente com o espírito para os páramos onde há vastas mangedouras, ficando-nos a ruminar, tão bestial como idiotamente, o vazio da vida na insipidez da digestão. — (*Provincia*, 23-VI-87; v. a nota a êste artigo no fim do vol.).

PRESTÍGIO E INFLUÊNCIA

Definir com precisão estas duas palavras é até certo ponto iluminar o foco mais íntimo da fôrça política nas sociedades democráticas.

A *opinião* é nelas o alicerce do poder, mas essa palavra, também, muda de sentido, conforme na constituição da fôrça predomina o prestígio, ou predomina a influência.

Chamamos prestígio a essa acção como que eléctrica, a êsse predomínio moral e intelectual, a essa confiança e a êsse amor que certos homens ou certos partidos provocam no povo. Chamamos influência à acção directa que outros homens exercem em tôrno de si, conquistando sectários e aderentes. O prestígio é, num sentido, impessoal; a influência deve tudo à personalidade.

O prestígio e a influência, tanto um como o outro, podem ser legítimos ou espúrios, benéficos ou nefastos. Aquele homem ou aquele partido, a que um concurso de causas deu prestígio,

e que se não mostra igual à situação desenhada ou é um impostor ou um pobre de espírito: em qualquer dos casos depressa chega o momento cruel do ajuste de contas, a prova decisiva e crítica. Nesse instante os balões de fumo acham-se, quando não estoiram.

Por outro lado, aquele homem que vive apenas da influência vê-se forçado aos maiores sacrifícios para conservar a sua fôrça, — de pactos em pactos, celebrados para manter uma acção que se não expande à luz do sol nem vai, como as raízes fundas, haurir elementos de vida no sentimento popular; de concessões em concessões, transigindo hoje com interêsses, amanhã com circunstâncias equívocas, — vê-se dia mais, dia menos, apertado contra o muro espesso da impotência, ou da imoralidade. Tendo de escolher entre as duas, prefere quasi sempre a segunda.

Seria curioso observar nos nossos homens públicos mais conhecidos a fôrça de que dispõem e os elementos em que ela se funda: se no prestígio, se na influência; mas êsse estudo, além de poder melindrar pessoas, é sujeito a muitos êrros de apreciação quando se trata de contemporâneos. Citemos apenas um que já quasi pertence à história: o snr. Fontes. Teve prestígio noutro tempo, e com êle ganhou influência. Mas como o prestígio era infundado, o balão achatou-se, deixando apenas a influên-



cia. De chefe de um partido, tornou-se capitão de uma guerrilha de políticos famintos e general de um regimento de plutocratas não menos ávidos. Fez disso um sistema de governo: o Fontismo; e vê-se há tempo na situação inevitável para todos os que substituem a influência ao prestígio, a intriga á acção, as clientelas aos partidos. É renegado pelos seus mais queridos filhos. Ao inverso de Saturno, devoram-no...

Olhemos para trás. Mousinho da Silveira teve prestígio, Silva Carvalho teve influência. Tiveram prestígio, com menor ou maior fortuna, o duque de Saldanha, o marquês de Sá, Passos Manuel, e finalmente o bispo de Viseu. Tiveram influência, de melhor ou pior quilate, Aguiar e Rodrigo da Fonseca, Avila, e sobre todos o homem mais poderoso da política liberal portuguesa, Costa Cabral — outro vivo que, todavia, pertence já à história como o snr. Fontes.

A simples enumeração destes exemplos mostra um facto: é que também nos partidos há temperamentos e feições predominantes. Os progressistas distinguiram-se pelo prestígio, os conservadores pela influência. Qual vale mais?

O prestígio sem a influência ainda tem valor, embora ocasional ou excepcional; e quando é legítimo conquista a máxima das influências. A

influência é que, por si só, nada vale. O prestígio é fôrça, a influência é instrumento. Um é braço, o outro ferramenta. Um manda, o outro obedece. Toda a questão está em que um subordina, e que outro é subordinado.

O prestígio é o reflexo de uma idea, a influência é o apoio de uma fôrça. Para que servirá o alicerce sem o edifício, ou a influência sem a idea? Para satisfazer vaidades, para dar pasto a agitações cegas, para alimentar cubiças exigentes? — (*Provincia*, 17-XI-86)

O DESCRÉDITO DA POLÍTICA

Eis aqui um fenómeno de psicologia social digno de sério estudo. É um facto comum a todo o ocidente europeu democratizado.

Há meses, o irmão do rei de uma das grandes nações latinas, perguntado pela política da sua terra, respondeu: *toujours plus bas! toujours plus bas!* meneando tristemente a sua cabeça grisalha. E há semanas apenas a França elegeu presidente da república um homem que por celebridade não tinha mais do que o nome de seu avô.

Todavia, ainda há quarenta anos, nessa mesma França, a presidência da república debateu-se entre o herdeiro dos Napoleões e o

grande poeta, o grandíssimo orador que se chamava Lamartine.

Há duas gerações, ou menos, viam-se à frente dos países latinos os seus homens de pensamento eminente: Guizot, que era o primeiro historiador da França, Chevalier ou Cobden, os economistas superiores, Duruy, o arqueólogo erudito, Beaconsfield, literato exímio, e entre nós próprios, Ferrer, um jurisconsulto insigne, Garrett, um artista primoroso, Herculano, o que passou pelos arraiais políticos como Daniel pela cova dos leões, ou pelas fornalhas ardentes de Babilónia...

Hoje vêem-se por tôda a parte anónimos. Que era o sr. Crispi, o sr. Sagasta, lord Salisbury, ou o sr. Tirard, antes de serem presidentes de conselho? Uns eram políticos apenas, outros cousa nenhuma. O sr. Crispi gastou a vida a transitar, politicando, do mazinismo para a esquerda dinástica; lord Salisbury gastou-a a diplomaticar sem lustre pelas côrtes europeias. São dois exemplos, um aristocrático, outro democrático, de promoção por antiguidade. O sr. Sagasta era um engenheiro como há centos; o sr. Tirard um relojoeiro como há milhares.

Dar-se ia o caso de que em França e na Inglaterra, em Itália e na Espanha, o pensamento, o saber, a intelligência, sofressem uma depressão geral? Não; por forma alguma. Pelo

contrário, pode afirmar-se que nunca em nenhum desses países foi tão activa e tão intensa a vida intelectual: atestem-no Huxley e Wallace, Darwin, Lyell e Jevons, Spencer e Sumner Maine; digam-no Lombroso e Cossa, Ardigò, Vignoli e Mantegazza.

A razão, portanto, não pode ser essa. E' outra, ou antes, são várias outras.

Procedamos por partes.

A primeira razão é a vitória completa da democracia que, ampliando o exercício do governo ao comum dos cidadãos, fez baixar necessariamente o nível individual dos governantes.

O governo dos povos não é de-certo uma sciência, mas é uma dessas artes que em seu auxílio exigem imprescritivelmente os subsídios exactos das sciências, como à medicina sucede sobretudo com a fisiologia e à engenharia com a matemática.

A democracia, pois, é a causa da depressão dos governantes no ponto de vista da sua capacidade técnica. É, não quer dizer porém que tenha de ser. É, no estado democrático nosso contemporâneo, estado de ensaio e de iniciação.

Confunde-se hoje a soberania com o poder, a autoridade com o governo. Todo o cidadão é sem dúvida, cabal, completa e igualmente, uma fonte de autoridade e um poço de sobera-

nia; mas que todo o cidadão seja também virtualmente um homem capaz de exercer os supremos cargos da república, eis aí um dos paradoxos que farão sem dúvida estalar de riso os nossos vindouros. Requerem-se montanhas de habilitações e atestados para o exercício da mais ridícula função: nada, absolutamente se requiere, nem folha corrida, nem exame de instrução primária, para se ser deputado ou ministro.

Êste campo aberto às ambições e vaidades traz consigo uma selecção que forma, ao lado das classes pensantes ou produtoras, a classe política, encarregada de representar e governar as nações. A lei da divisão do trabalho actua sôbre ela, e cada vez mais a classe política se define e se isola, num regime que todavia, teòricamente, é o govêrno de todos por todos.

As classes produtoras vivem dos frutos do seu trabalho, ou da sua agência. E de que vive a classe política?

Manda a doutrina que o trabalho político seja instigado pelo civismo. Em muitos países são gratuitas várias funções. Em Itália não se paga aos deputados (daí resultam casos picarescos), entre nós não se paga aos pares, e...

Mas uma cousa é o que a doutrina manda, outra o que a natureza exige. A classe política por tôda a parte vive dos empregos da república, tendo como acessório o tráfico de vene-

ras, lugares, concessões, etc., e na realidade a divisão do trabalho e a selecção natural fazem com que as democracias de hoje não passem de burocracias temperadas, tipo de govêrno não previsto nos quadros aristotélicos.

Á depressão, no ponto de vista da capacidade técnica, devemos pois juntar o ripanso e essa primeira depressão no ponto de vista da dignidade, que são próprios de tôdas as oligarquias.

Compreende-se portanto que neste nosso tempo, quando o espirito prático ou a crítica hirta e fria governam tôda a gente, muita dela e da melhor prefira, à profissão política, outras profissões que se lhe apresentam mais rendosas em lucros, ou mais agradáveis em satisfações e mais conciliáveis com a hombridade.

E eis aí está como por via de regra os políticos se recrutam hoje, nos países latinos, entre os *fruits secs* principalmente: advogados sem causas, escritores *manqués*, professores sem amor aos livros, médicos sem clínica, engenheiros sem colocação, de envolta com os malucos e visionários excêntricos, farcistas e exploradores do escândalo que nas grandes capitais formam os radicalismos, anarquismos e outros ismos.

A grande, a pesada massa é, porém, a dos

mediocres, pretendentes a empregos. São formigueiro, são legiões. Multiplicam como peixes, pois cada vez é maior o número dos filhos de populares que, aburguesando-se, vêem somar-se aos filhos dos burgueses já empregados.

Daí resulta o facto sabido da carestia da administração nas democracias. Daí também resulta uma concorrência feroz no jornalismo e nas candidaturas, mais ainda que nos parlamentos. Daí resulta o acharem-se substituídos os partidos de outro tempo, com teorias, ideas, sentimentos e afinidades, por confrarias ou clientelas animadas apenas pelo instinto de combate, e cuja presa é um lugar na câmara para os que estão de cima, e um emprêgo mais somenos para os subalternos. Daí resulta finalmente que o decôro, o respeito recíproco, a tolerância e tôdas as qualidades próprias da sociedade de gente bem educada se postergam nos conflitos naturalistas em que o descaramento é a suprema fôrça e a subserviência a primeira qualidade: tipo, o filho de Giboyer, de Augier.

Esta máquina funciona no meio da sociedade, dando-se-lhe em espectáculo. O público, indiferente por via de regra, acorda quando há escândalo e assiste como num teatro, pateando quási sempre. E francos os bastidores da scena, abolido o sigilo próprio dos governos aristocráticos, as fraquezas de uns, as abjecções

de outros, as inconseqüências de quasi todos, fazem com que a profissão politica seja ao mesmo tempo a mais invejada pelo instinto de vaidade, mas também a menos respeitada.

A vaidade, simplesmente, leva ainda muita gente ingénuo a servir de comparsa na comédia, figurando de farda, alamares, crachás e espadim, nas cerimónias que o novo regime recebeu por tradição do antigo; mas os que olham as cousas pelo que são e não pelo que parecem, absteem-se prudente ou egoistamente.

Uns, com a seriedade irmã da modéstia, commentam passivos a marcha das cousas públicas, retraindo-se cada vez mais no fôro íntimo da sua vida de professores ou de proprietários, de artífices ou de escritores. Outros, com o instinto lucidamente ávido, preferem, e tem razão, estar mais ou menos de fora para saquear a república mediante os subsidios que distribuem, a estar de dentro para apenas receberem êsses subsidios.

De tudo isto resulta que não há nas democracias homem menos respeitado, nem mais influente, do que o político. Essa influencia não é prestigio: é apenas a consequência dos empregos que pode distribuir e dos negócios que pode contratar. Encontra-se como elo de uma cadeia, em que para um lado estão os eleitores, dando-lhe em troca de pequenos serviços o simulacro de popularidade que é uma fôrça;

e para outro lado estão os barões fornecendo-lhe o dinheiro com que essa fôrça se compra, sonantemente, pela imprensa e pelas eleições.

Vaidoso muitas vezes, quando não é por excepção um homem frio, ao político, geralmente crivado de dívidas, quadra essa humorística denominação espanhola — *un infelis!*

Compreende-se pois que a selecção tenha de fazer-se num sentido cada vez mais deprimente; compreende-se a abstenção do grande número; compreendem-se afinal as palavras do príncipe: *toujours plus bas!*

Mas isto não basta.

É necessário esgaravatar mais fundo neste fenómeno tão geral da psicologia contemporânea, e tão universalmente reconhecido.

Há três causas fundamentais de que as notas precedentes não passam de conseqüências.

A primeira é que, sendo as sociedades, como são, organismos tão vivos e tão centralizados como o corpo humano, por exemplo, não basta que nos indivíduos apareça isoladamente um sentimento de protesto: é mister que êsse sentimento encontre um sistema de órgãos adequado à sua manifestação. Por isso os bons desejos dos cidadãos não terão mais do que um valor moralmente platónico, emquanto a

democracia não encontrar formas tão apropriadas de govêrno como as tiveram a aristocracia ou o absolutismo.

Com a segunda causa passamos do campo das instituições para o da moral.

As reformas da primeira metade dêste século tiveram por fim destruir, e destruíram, todos os vínculos que, à moda antiga, prendiam o homem à sociedade. Democracia julgou-se sinónimo de individualismo. Tornou-se tudo pessoal e vitalício: e daí, êsse próprio cidadão que protesta contra a marcha das cousas em abstracto, quando encara qualquer ponto concreto que lhe interessa refere-o apenas a si próprio e à duração da sua existência, reproduzindo mentalmente, com maior ou menor consciência, as duas frases célebres que precederam a revolução francesa: *cela durera bien autant que moi; — après moi le déluge!*

Com a terceira causa, finalmente, passamos do campo da moral para o da filosofia.

Os progressos do saber são deprimentes da energia de acção. O heroísmo é uma planta bárbara. O homem culto consome-se a buscar as relações e as causas das cousas, enquanto os rudes investem e prosseguem. Já o poeta dizia:

de las cosas mas seguras
la mas segura es dudar...

Como haverá decisão com a dúvida crônica-mente universal? ; Como haverá energia, se a cada momento se estaca perguntando em tô-das as línguas: quid inde? à quoi bon? quien sabe?

A superioridade intelectual, enervadora da vontade, essa superioridade tão característica do nosso tempo, é assim a causa mais íntima, e por isso a mais grave, do descrédito da política.— (*Repórter*, 19-I-88).

POLITICA E MORAL

O PRINCIPIO DA IMORALIDADE

O *Jornal do Comércio* acusa-nos do feio êrro de supôr que a corrupção é o apanágio de um só partido, ou de um chefe de partido, e cita-nos muitos homens honrados na sua vida particular, que foram corruptores na sua vida pública. Francamente, não dá novidade; e para prova da nossa inteireza dir-lhe-hemos que, se não consideramos pessoalmente o snr. Fontes um puritano, como foi Guizot, não lhe fazemos a injustiça de o supôr um devasso.

A questão, como o *Jornal do Comércio* a pôs, não satisfaz. É necessário olhar mais largo, e analisar mais fundo.

No govêrno das nações há dois processos, e no modo de apreciar os homens públicos há dois critérios, perante êste facto geral, comum a tôdas as épocas, o facto da desmoralização dos costumes. O jornalismo político, se não deve ser-lhe indiferente, não deve também perder-se, nem em declamações estéreis, nem em simples confissões mais inúteis ainda, porque a política é uma cousa prática e não uma escola de moral.

Uns dizem que entre o carácter público e o particular há uma linha divisória absoluta; outros afirmam o contrário. Uns dizem que o mister do estadista é *ser do seu tempo* e arranjar-se com a devassidão para governar; outros afirmam que o verdadeiro homem de govêrno há de reagir sempre, de todos os modos, contra a immoralidade. Para uns a indecência pessoal de Talleyrand não diminui o seu valor político; para outros, êsse cínico desbragado, que Sainte Beuve pintou, foi nefasto por ter sido devasso. Para uns, Guizot, Walpole, Silva Carvalho, Costa Cabral, Rodrigo e o snr. Fontes, são mais ou menos grandes homens, ainda quando corrompem, ainda quando enlameiam o govêrno, embora possam não se enlamear a si próprios; mas, para outros, êsse princípio de scepticismo é a máxima das abominações. De resto, a questão é antiga. Já César a dirimiu com Catão, e César morreu apunhalado. Gui-

zot e os *ventrudos* de Luís Felipe, açoitados pelo libelo famoso de Luís Blanc, caíram nos dias de Fevereiro; da mesma forma que Napoleão III e o bando que em 1852 salteou a França tombou sob a condenação tremenda de Victor Hugo, um poeta, de Rochefort, um panfletário, e de Gambetta que foi o Demóstenes dêsse Felipe. Silva Carvalho e os seus *devoristas* foram condenados em 36 pelo movimento de Setembro, e Costa Cabral e os seus tiranetes pelo da Maria da Fonte.

É que o instinto popular é justo, e jamais aderiu à doutrina da imoralidade. É que êle é absoluto e feito duma só peça, e jamais acreditou que um trampolineiro pudesse ser um grande homem, nem que a corrupção pudesse arvorar-se em princípio de govêrno. Para êle, governar é exercer uma magistratura quási sagrada; govêrno é sinónimo de justiça. Ai de nós, quando se convence do contrário!

Temos, teremos sempre, esta aberração singular; adoecemos desta mania incorrigível; acreditamos com o povo que um devasso não pode ser um bom governante, nem o princípio da imoralidade a base de nenhuma política fecunda. E entre os governos que pactuam e os que reagem contra a corrupção dos costumes, somos e seremos pelos últimos contra os primeiros. Aberração? Mania? Embora! Mousinho da Silveira passou tôda a vida por doido, Passos

Manuel por *poeta*, Herculano por excêntrico — e entretanto êsses três homens, que mais brilhantemente encarnaram a nobreza lusitana nos nossos tempos, foram incomparavelmente maiores e mais úteis do que os trezentos, três mil, ou trinta mil especuladores *hábeis*, sempre prontos a boiar na onda da corrupção... para fazerem a felicidade da nossa pobre terra!

Nós, progressistas, desde Passos Manuel até ao snr. Braamcamp, fomos, somos e seremos sempre dos que entendem que a moralidade pessoal é condição da moralidade política, e que o mister do govêrno é reagir e não é pactuar com o rebaixamento dos costumes.

Eis aí o motivo porque entendemos que *a corrupção é o apanágio de um só partido e de um chefe de partido*: é porque o snr. Fontes fez também da imoralidade o princípio de govêrno, imitando sem talento os seus predecessores, mais ou menos ilustres, mais ou menos pessoalmente limpos. E é porque o partido oposto ao fontismo foi e será sempre um partido nobre e honrado.

A Regeneração nasceu maculada pelo baptismo *prático* de Rodrigo, que passou a Saldanha a água do *Contracto*. Nós viemos à luz inspirados pelo verbo patético e altivo do grande Passos. Nesta questão das origens está a explicação de muitas cousas. (*Provincia*, 20-VIII-85).

DURA LEX

Governar é, antes de tudo e sôbre tudo, prestar homenagem à majestade da lei. A tolerância que se confunde com a fraqueza, a condescendência que se assemelha à cumplicidade, — não são elementos de govêrno, são instrumentos de desordem ou de traficância. O Estado impassível, indiferente e cínico, é a expressão da Anarquia.

E quando a corrupção se alastra, crescendo como uma nódoa oleosa, quando nos ares pairam nuvens espessas de insectos que sufocam, a idea de govêrno sorri a todos os espíritos como um clarão de esperança. Que importa que, para rarefazer a atmosfera política, para contemplarmos de novo o azul imaculado das velhas e queridas aspirações, assistamos primeiro à profligação estrondosa dos bulções enovelados de escândalos que nos encobrem o céu? As tempestades purificam. Acabou-se o horror antigo por êsses sinais de que falam ingenuamente as crônicas primitivas. Os cometas passam inofensivos, e os eclipses não amedrontam ninguém.

Levante-se no horizonte o astro da Justiça, e as consciências puras, como bandos de aves livres e felizes, saudarão com hinos o esplendor da alvorada. . . (*Provincia*, 16-XI-87).

REALIDADES POLÍTICAS

FALTA DE BONS PONTOS DE APOIO

O verbo governar tem de há muito o significado de transigir. É mau? Será mau; pela nossa parte achamos que é; mas uma cousa são as inclinações do espírito de cada qual, outra as conclusões a que é necessário chegar quando se observam criticamente os elementos disponíveis. E é isso que apenas nos preocupa neste momento.

Diz o colega que, se as cousas são como o jornal semi-oficial as pinta, a responsabilidade cabe a quem comanda a barca. Nós temos opinião diversa. A responsabilidade não é de ninguém, porque de facto ninguém comanda; todos transigem. Declinar êste verbo em todos os seus tempos: nisto se resume há bons trinta anos, com excepções breves, mas por isso mesmo honrosíssimas, a sabedoria governativa. Para haver poder é necessário que haja pontos de apoio. Onde? O país está nas circunstâncias do pilriteiro da canção. Talvez um dia acorde com fome de tanta indigestão, e nesse dia talvez dê fôrça a alguém: antes não. ¿O que quer cada uma destas parcelas do país que se chama um cavalheiro? É ser servido, sem curar do próximo.

Futuro, sociedade, lei, interêsse público são meras frases desbotadas. No dicionário há uma palavra única — eu !

Por tudo isto, o acto de franqueza da fôlha semi-official parece-nos louvável como o é sempre a franqueza; e se tivéssemos a notar alguma cousa, não seria a opinião expressa ácerca da política, mas sim a perspectiva assustadora que nos propõe :

¿ Durará isto ainda por muito tempo? É possível. No indivíduo é certo que estas agonias morais são menos lentas e caminham mais depressa à catástrofe. Nas grandes agremiações de homens, nestes vastos organismos sociais, estas decomposições levam muito mais tempo a resolver.

Lembrem-se do tempo que decorre desde a comédia do Roussillon até 1820. Isto indica, independentemente de outro exemplo, a lentidão das públicas gangrenas, e quanto tarda, às vezes, a solução do mal.

Deus nosso senhor e pai misericordioso nos há de livrar por certo de outra caturrice como foi a de 1820. Se as cousas tiverem de chegar a apuros semelhantes, o caso há de ser mais falado e mais duro de tragar. (*Reporter*, 11-IX-88).

PLUTOCRACIA E CESARISMO

Ontem a *Havas* dizia num telegrama: «Desmente o *Figaro* que a casa Mackay seja a comanditória da campanha eleitoral boulangista.»

Talvez esta notícia surpreenda a algum leitor mais ingénuo ou menos lido nas histórias antigas e modernas. Convém por isso dizer duas palavras sôbre o assunto.

A verdade é que nas épocas análogas à nossa, sucede que, dissipadas as crenças políticas, e não obedecendo o govêrno ainda à pressão dos interêsses constituídos por impropriedade dos moldes democráticos, os homens públicos em geral são comanditados por argentários, para falarmos à antiga, que fazem dos governantes seus instrumentos e da administração pública matéria de negócios.

Foi a isto que na linguagem aristotélica se chamou plutocracia; e o que vemos hoje é absolutamente idêntico ao que se viu em Roma quando Crasso, o *dives*, o rico por excelência, se fez comanditório de César.

Um tal estado repugna à consciência recta, mas não ofende os espíritos simples e muito menos ainda a gente interesseira que é a grande maioria. Para o observador, porém, as comanditas políticas não passam de uma dessas mui-

tas babas mesquinhas com que, andando, as nações vão sujando o caminho por onde seguem.

Que êsse caminho seja firme e o destino luminoso, como foi firme a estrada e luminoso o fim de um César — eis aí o que o bom senso exige, pois que toma o pulso à humanidade e sabe ao certo de que exígua soma de virtudes ela é capaz.

Como o bombix, César fez da baba aviltadora de Roma o filamento de sêda tenaz e luminosa com que também teceu o seu casulo, para sair dêle em crisálida triunfante da morte e da vergonha.

É necessário, pois, justificar, como êle, pela grandeza dos fins, a pequenez dos meios; de outra forma, em vez de César, fica-se reduzido à misérrima sorte de João Fernandes, sócio de indústria das comanditas plutocratas, ou instrumento ingénuo e simplório do argentarismo.

Oxalá não seja essa a sorte de Boulanger. (*Reporter*, 18-IV-88).

CACIQUISMO

Chama-se no país vizinho *caciques* ao que entre nós se chama *influentes*. A palavra portuguesa não tem como a espanhola um significado pejorativo.

Segundo se sabe, cacique era o nome que os

espanhois davam aos chefes dos índios americanos. Cacique, ou influente, em Espanha e em Portugal, é quem *todo lo manda* numa determinada zona de terreno — numa freguesia, num concelho, num distrito.

O caciquismo local é de duas naturezas: ou nasce do poder que um grande proprietário tem em povoações mais ou menos suas vassalas, como por exemplo no distrito de Castelo Branco o sr. Vaz Preto Geraldês, tipo perfeito do género; ou provém da influência adquirida politicamente, dando emprêgos, livrando recrutas, etc. Há, portanto, o cacique proprietário e o cacique burocrático, no vasto género dos caciques políticos.

Perversão da máquina eleitoral, mistificação do sistema representativo, o caciquismo é porém ainda assim menos ilegítimo na primeira espécie do que na segunda. Por isso mesmo que é menos ilegítimo, é também mais sólido quando se apoia na preponderância proprietária, do que quando apenas resulta da ciganice política.

Só uma revolta espontânea das populações pode tirar o bastão ao cacique proprietário, mas um caso dêesses é improvável, dado o estado deplorável a que chegou a nossa consciência política. Basta, porém, um pedaço de energia e tino no govêrno para quebrar nas mãos do que o empunha um sceptro de cana-verde.

Em ambas as hipóteses os abusos são gra-

ves, e enorme o compadrio, por ser caso averiguado e assente que todo o poderio ilegítimo tem por base a imoralidade. (*Provincia*, 26-VIII-86).

EXÉRCITO E DEMOCRACIA

... Nas repúblicas o exército adquire um tipo francamente correlativo à democratização da sociedade. A milícia não é um sacerdócio, como nos tipos imperiais, nem um serviço, como nos tipos monárquicos: é um dever e uma honra inerentes ao fôro de cidadão.

Êste tipo de exército que foi o da república romana e com o qual ela efectuou a conquista da Itália e da Grécia, da África e da Espanha púnicas; êste tipo, ao inverso do permanente, tem antes em vista o inimigo externo do que a ordem interna, embora em uns povos se inspire no propósito de conquista e em outros no simples pensamento da defesa.

Mas tem sempre em vista o inimigo externo, e por isso, desde que o mêdo do estrangeiro não mantém submissa uma sociedade, é de todos o mais perigoso, assim como a democracia, na forma inorgânica em que a possuímos, é de todos os moldes constitucionais o mais inconsistente.

Quando, no primeiro quartel dêste século, as

ilusões liberais se levantavam contra os velhos exércitos permanentes das monarquias, pensaram os radicais fazer deles exclusivamente máquinas militares voltadas contra o inimigo externo, confiando a ordem interna às milícias efémeras conhecidas pelo nome de guardas-nacionais e que tão desordenada e ridícula memória deixaram de si.

Pois hoje o armamento universal obrigatório das democracias europeias é a realização absoluta do pensamento mal definido no princípio do século; e é hoje portanto que às nações ocidentais se apresenta, na sua crueza, o problema que assaltou a república romana no momento de terror das invasões súbitas dos cimbros e teutões.

Desde que todo o povo é soldado, forçosamente desaparece êsse espírito de excepção que antes alimentava a classe áparte dos militares congregada nos exércitos permanentes. Desde que todo o povo é soldado, ¿ como se há de, numa democracia em que a vontade do povo é a única origem do poder, excluir o soldado do voto, e o oficial dos partidos e da política?

¿ Mas como há de, por outro lado, manter-se a ordem interna na democracia, em que os partidos são fracções do exército nacional armado e aguerrido?

Esta opposição e êste conflito foi que em Roma deu de si os sucessivos consulados de

Mário, a reacção sangrenta de Sylla, e por fim a revolução que aclamou César, para sôbre o seu cadáver, e sôbre o de António, Augusto vir, depois de Áccio, impor a paz ao Império com a instituição dos exércitos permanentes.

Se em Paris foram as guardas nacionais que derribaram Luís Felipe na revolução de Fevereiro de 1848; em 1871, na Comuna, foram já regimentos dêsse exército popular formado por Gambetta que, levantando as coro-nhas para o ar, pactuaram com a plebe insurreccionada.

Conta-se de Castelar um dito que, profundamente falso, passa todavia como expressão gráfica de uma verdade. Queriam apresentá-lo ao general Boulanger.

— Para quê? disse Castelar. Conheço-o muito bem. Não passa de um general espanhol.

Pois passa. É cousa inteiramente diversa. Os Saldanhas espanhoes eram *condottieri* nascidos da decomposição do principado e do apodrecimento da disciplina militar; enquanto o Mário francês é, como o romano, filho legítimo da democratização do exército.

No mêdo dos prussianos teem hoje os franceses o equivalente do terror latino pelos cim-bros e teutões; e quando exaltam Boulanger como o salvador pela *revanche*, fazem como o romano quando aclamava Mário consul, contra o voto das classes dirigentes da república.

E Mário, lembremo-nos bem, não passava de um soldadão, estúpido como uma porta e bêbedo como um ôdre. As democracias inorgânicas nunca escolhem senão os homens feitos à sua imagem; é natural por isso que Paris aclame o seu general *à la belle barbe!* Só mais tarde se verá se ele é capaz de exterminar os teutões... (*Reporter*, 3-IV-88).

MONARQUIA E REPÚBLICA

ILUSÕES ANTIGAS E POLÍTICA POSITIVA

Não há hoje país da Europa onde a velha planta do idealismo liberal floresça como entre nós. Por tôda a parte sopra um vento de positivismismo e bom-senso, que limpa os ares dos farrapos de velhas nuvens jacobinas.

Vê-se a Inglaterra apaixonada pelas questões agrárias, industriais e de classes; vê-se a França vibrar desde os Pirenéus até à Mancha com a questão colonial, e, — tal é a diferença dos tempos! — essa velha pátria de Robespierre esqueceu os antigos e efêmeros dogmas do radicalismo jacobino. Ninguém cuida já do govêrno directo, da *reivindicação das liberdades*, dos direitos populares, e da mais farragem que noutro tempo

formava o catecismo do estadista, alimentando a oratória pantafaçuda do tribuno.

Desde que Gambetta pôs ao seu partido o nome de Oportunismo, a mudança operada no temperamento político da nação tornou-se um facto consagrado. Desde que Mazzini levou consigo para a cova os últimos restos do jacobinismo italiano, vê-se a Itália, exclusivamente preocupada com as questões positivas e práticas, restaurar as suas finanças, melhorar o sistema dos seus impostos, engrandecer as suas fôrças militares, proteger o seu comércio marítimo, fomentar a sua indústria, a tal ponto que não distarão largos anos sem que tenham desaparecido de todo da face da península essas hediondas pústulas de miséria terrível que ainda há pouco contrastavam com o lirismo dos seus revolucionários e com as aventuras dos seus *condottieri*. Até na vizinha Espanha, que mais de perto se parece connosco, o jacobinismo republicano confessa a sua impotência, quando Castelar, apertando a mão de Sagasta, faz preito de vassalagem à Regência.

Um partido que tem como programa, única e absolutamente, a substituição do poder executivo do rei pelo poder executivo dum presidente da república, bem se pode dizer que é uma flor singular desabrochada por excepção neste famoso jardim da Europa à beira-mar plantado em que o snr. Fontes, como um eucalipto desen-

gonçadamente esguio, se levanta sobranceiro às plantas odoríferas que Link não pôde descrever, descrevendo, porém, exemplares bem semelhantes da comédia grotesca do nosso século XVIII.

Não é, ainda assim, o chamado partido republicano português, agregado heterogêneo e inconsistente, o que demonstra de um modo mais claro o vigor que continuam a ter entre nós as ilusões passadas.

Na Universidade, viveiro quási exclusivo dos nossos políticos, só agora muito raros professores começam a pôr de parte os mestres jacobinos ou doutrinários que, desde dezenas de anos, tinham o monopólio do ensino. Nem a indústria, nem o comércio, nem até certo ponto a agricultura se encontram representados nos nossos parlamentos, aliados aos engenheiros e naturalistas de um modo suficiente para contrabalançar a influência frásista dos advogados e literatos.

A subalternização desta espécie é o que hoje dá um tom novo e prático à política das nações de além dos Pirenéus.

Por cá, adora-se ainda, sobretudo, o período sonoro e ribombante, a metáfora mais ou menos campanuda, o entimema arrebatado, a após-trofe grandiloqua, a prosopopeia onomatopaica; e é com êsses elixires da velha vida que muito a sério mais de um homem grave espera que a

falta de trabalho e de pão, de que sofre o povo português, se remedeie, proclamando o sufrágio universal, a descentralização, a liberdade de cultos, a emancipação das consciências, o senado popular e talvez a derrogação do *veto*.

Não se lembram êsses tristes herdeiros das velhas ilusões de nossos pais que os votos se vendem, e a eleição será tanto mais fictícia, quanto o sufrágio fôr mais universal; não se lembram de que os votos principalmente se vendem, porque um povo quási faminto leva a vida a mendigar empregos, e que o meio de tornar a eleição genuína seria, em vez de universalizar o sufrágio, assegurar o trabalho, penhor da independência.

Não vêem êsses pobres iludidos que a descentralização, tal como tem sido concebida e praticada, apenas redunde no facto já hoje reconhecido de levar às instituições locais essa fúria de despesa e essa indiferença perante dívidas excessivas, que caracterizam as finanças de um Estado em ruína.

Não se lembram de que a liberdade dos cultos e a *emancipação das consciências* seriam declarar em Portugal uma questão religiosa que felizmente não existe.

Não se lembram que dar à constituição do senado uma origem fundada na eleição popular é simplesmente absurdo, pela razão óbvia de que a existência de duas câmaras só se justifi-

ca quando a representação do país fôr feita por processos diferentes.

Não se lembram finalmente êsses retardatários de que os direitos conferidos sem serem reclamados são inevitavelmente uma burla, por isso que só tem capacidade para os exercer quem teve fôrça para os exigir.

E é por isso mesmo que entre nós viça ainda a flor emmurchecida das velhas ilusões passadas, outrora coloridas e ardentes; é por isso que ainda não soubemos substituir a fraseologia pela discussão, o lirismo pelo raciocínio, o devaneio pelo bom-senso e uma política positiva e prática a essa farragem de antigualhas cedidas; é por isso que, entre nós, governa e impera êsse expediente vivo, que se chama o snr. Fontes, seguido pela cauda de parasitas roedores que constituem o seu partido. (*Provincia*, 4-1-86).

OS RETARDATÁRIOS DO DOUTRINARISMO ABSTRACTO

Os nossos bons amigos da *Era Nova* (cremos que, no fundo, são sempre nossos amigos) num dos seus excelentes artigos confusos, chamam-nos *amadurecidos*. É uma qualificação muito lisonjeira para nós e que, *en tout bien tout honneur*, lhes agradecemos. Vemos com

prazer que não estudámos debalde e que há quem nos faça justiça. Também nos chamam pedagogos. Com efeito, desejamos sê-lo. Já Proudhon disse que «democracia é demopedia» e, quanto a nós, penetrados desta verdade, um dos nossos fins, escrevendo, é ensinar os ignorantes.

Em troca de tanta amabilidade, quiséramos poder aplicar aos nossos bons amigos da *Era Nova* algum epíteto que valesse um pouco mais do que o de *desorientados*, que não lhes agradeu, segundo vemos. É que nisto de *orientação* não está tudo em querer tê-la: é necessário estudar os rumos e conhecer a rosa-dos-ventos. Ora, os nossos simpáticos amigos navegam à-toa, acreditem. Pretendem ir para diante, quando é para trás que olham. Proclamam-se da *Era Nova*, mas, de facto, a Era que invocam é velha já e macróbia. Envergam gravemente o colete de amplas lapelas e a gravata de sete voltas de Maximiliano Robespierre, segundo o último figurino de 1793, e veem todos pimpões proclamar direitos abstractos e reivindicações teóricas e escolásticas no meio de uma sociedade preocupada febrilmente com os problemas concretos da sua organização económica, agitada pelas mais pungentes questões sociais, imediatas e inadiáveis, que só anseia por soluções positivas. ¿ Que outro nome tem isto senão o de *desorientação*?

Depois (queiram perdoar) não sabem o que dizem. O monstro singular que descrevem com o nome de rei (no artigo que nos sugere estas amigáveis reflexões) e com o qual pretendem apavorar as gentes e provocar em nós a compunção, é um puro ente de razão, que não nos consta existir hoje em parte alguma do mundo civilizado, mas só no armazém poento da velha retórica. É o *tirano* clássico das escolas de declamação. Que essa avantesma, assim arreada pela eloquência da *Era Nova*, tenha ainda uma certa aceitação na esfera adequada dos leitores de Alfama, compreende-se. Mas aconselhamos os da *Era Nova* a que não exibam êsse personagem funambulesco fora daquela região simpática. Fora dali o papão provoca só o riso.

Os da *Era Nova*, ou *Era Velha*, tinham todavia obrigação de saber que uma monarquia constitucional não é mais do que uma república com uma presidência hereditária; que um rei constitucional não é um *tirano*, mas um magistrado; que um presidente de república pode ter poderes muito mais latos e ser mais *tirano* do que um monarca constitucional; que, de facto, o presidente da república, por exemplo, dos Estados-Unidos, armado com o *veto* suspensivo, e com um ministério seu, completamente independente das câmaras, possui poder maior e mais *tirânico* do que o rei de Itália, ou de Por-

tugal, ou da Bélgica, que teem de obedecer, na escolha dos seus ministros, às indicações da maioria parlamentar.

Deveriam mais saber os da *Era Nova* que a forma política é cousa secundária, e que o essencial e fundamental são as instituições sociais; que uma monarquia com instituições valerá sempre incomparavelmente mais do que uma república que as não tenha; que no ponto de vista do funcionar da máquina política, a república francesa, liberal e anárquica, presta tão pouco como a monarquia portuguesa, igualmente liberal e anárquica há um bom par de anos; que o facto de ser Júlio Ferry primeiro ministro duma república, e não duma monarquia, não obstou de forma alguma a que o mesmo republicano Ferry envolvesse subrepticamente a França na aventura duma expedição impopular e cheia de perigos, nas barbas republicaníssimas dum parlamento filho genuíno do sufrágio universal.

Deveriam finalmente saber os da *Era Nova* que na França republicana, mas sem organização e anárquica, o povo não se julga mais feliz do que nos países monárquicos, como o manifesta todos os dias eloqüentemente por meio de greves, motins e atentados; e que, não há ainda 15 dias, publicou o partido socialista em Paris o seu manifesto eleitoral, onde se lê textualmente «que os republicanos não teem feito há

io anos senão corromper cada cada vez mais a república, tornando-a instrumento da exploração capitalista do povo trabalhador.»

Tudo isto é elementar e tinham obrigação de o saber os da *Era Nova*, ou *Era Velha*. Como o não sabem, temos de lho dizer e explicar. E não deverão estranhá-lo, visto já nos terem atribuído uma certa capacidade pedagógica, com o que ficámos realmente satisfeitos. Não tornem pois a queixar-se os nossos simpáticos amigos «de que os abandonámos sem ao menos tentarmos inocular o sangue novo das nossas sabedorias na sua ignorância.» Não há queixa mais injusta. ¿Pois que fazemos nós aqui há meses senão tentar repartir com êles e com outros (mas com êles ainda mais solícitamente, se é possível) os frutos «das nossas sabedorias»? E justamente por que os achamos, aos amigos da *Era Nova*, singularmente atrasados, e retardatários além do permitido quando se é tão *avanzado*, é que aceitamos do coração o encargo de pedagogos, que nos conferem, empenhando-nos fraternalmente em os esclarecer, como merecem pelo seu bom natural e louváveis intenções. (*Provincia*, 9-X-85).

CONVENIÊNCIA DA REALEZA EM
CASOS ESPECIAIS

...Ora, a razão é óbvia e simples: porque a cegueira de doutrinários ou o ardor infantil da mocidade lhes não deixa vêr as cousas de um modo praticamente lúcido. Disse Bismarck no parlamento alemão que todo o Ocidente europeu era de facto *republicano*, quer tivesse reis, como nós, quer os não tivesse, como a França ou a Suíça. Com efeito, desde que a origem do poder político está na vontade popular, já Herculano disse também importar-se pouco que outrem se sentasse num trono, numa cadeira, ou numa tripeça.

Por outro lado e prosseguindo, todos os publicistas, desde Aristóteles, que viveu há mais de vinte séculos, até Montesquieu, que vivia no século passado, registraram esta observação: que o regime republicano exige nos cidadãos uma dose enorme de abnegação cívica. Os nossos colegas *sans cutotes* que todos os dias prègam desbragadamente, é claro, contra a corrupção dos tempos (como de resto nós o fazemos também) estão por isso mesmo declarando a impossibilidade da república entre nós; porque, quando a si próprios se julgassem impolutos e impecáveis, como naturalissimamente se julgam, a mesquinhez da sua fôrça e a esterilidade relativa da

sua propaganda mostravam que o comum dos cidadãos não possui os mesmos dotes.

Dada a fraqueza dos tempos, a monarquia é, pois, indispensável — e é essa a razão do pequeno êxito e das repetidas bulhas da igreja república.

Indispensável, todavia, porquê? Por esta razão simples de que o rei, permita-se-nos êste plebeísmo que agrada de certo às pessoas com quem falamos, defendendo os interesses colectivos, defende a própria pele. Solidário com os interesses do país, melhor ou pior entendidos, é um penhor de conservação incomparavelmente maior do que seria o ardor dudoso da nova camada de políticos que, adicionada à anterior, se votaria a fazer a felicidade da pátria, governando sem rei, nem roque.

Esta observação basilar para a teoria positiva das monarquias nos povos democratizados do Ocidente é de Montesquieu, que a desenvolve na sua *Grandeza e Decadência dos Romanos*. O rei é uma garantia necessária de conservação para os povos adormecidos, para as nações enervadas, para os países em que o sentimento da abnegação cívica está obliterado, e portanto enfraquecido o instinto da liberdade.

Não nos digam os nossos colegas que tal não sucede entre nós, pela razão simples de haver umas fôlhas que diariamente insultam o rei com uma impunidade absoluta, porque essa própria

impunidade é argumento em prol da nossa doutrina, e porque os condena ainda por cima a nenhuma consequência visível que tem as suas diatribes diárias.

Se o govêrno tem sido uma arte de fabricar maiorias (e neste sentido o sistema representativo de tôda a Península poderia dar um capítulo eloqüente aos amadores dessa ordem de estudos); se o povo português, num estado de espírito messiânico, o que pede é que o governem bem, dando-se-lhe pouco das navalhadas ocasionais perpetradas na Carta; se as cousas são de facto assim, ; como querem os republicanos que a gente de bom-senso faça cômô nas suas declamações contra o rei, e espere a idade de ouro do *govêrno do povo!*

O povo não quer governar, quer ser governado: nisto se resume tudo; e na nossa universal e deplorável decadência, o rei é o melhor penhor de uma tal ou qual estabilidade de cousas. Acusá-lo a êle das nossas fraquezas, dos nossos vícios, do nosso egoismo inexcusável, é, além de absurdo e de ilógico, profundamente injusto. Como homens, os reis são melhores ou piores, mais ou menos sagazes, mais ou menos egoistas ou virtuosos. Como instituição, a realza, o principado, aquilo a que nos tempos de Aristóteles se chamava *tirania*, sem ter o significado mau que hoje tem, é indispensável e inevitável em nações depauperadas como a nossa

o está a todos os respeitos, segundo o próprio dizer dos jornais *sans culotes*, de acôrdo neste ponto, mas só neste, connosco.

Procurar acordar o dormente, chamá-lo à vida real, expor-lhe cruamente a sua desgraça, a ver se desperta, parece-nos a nós empresa mais proveitosa do que desvairá-lo com um farrapo vermelho de anarquismo, que apenas pode ter como conseqüência, em horas de crise aguda, o juntar uma loucura mais ao rol extenso das catástrofes nacionais. (*Provincia*, 18-IX-86).

INTERVENÇÃO REAL PARA DEMOCRATISAÇÃO DA MONARQUIA

Um dia, num dêsses assomos de franqueza tanto dêle, Sampaio, o grande jornalista, disse que, na derrocada universal dos prestígios e das influências, um poder apenas ficara de pé — o Rei! Sampaio disse uma grandíssima verdade.

Com efeito, êste povo, apático por temperamento, melancólico por índole, pessimista por génio, maltratado pela política, sem crenças nem esperanças em quem quer que seja, abraça-se à tradição monárquica, e o bom-senso instintivo diz-lhe que uma solidariedade de interesses o liga aos seus reis...

Bem sabemos que estas palavras soarão es-

tranhadamente aos ouvidos dos doutores em leis, que põem acima da realidade as fórmulas e acima do interêsse comum as suas argúcias e vaidades de letrados. Para nós, porém, valem mais do que tudo os actos; e quando vemos a podridão miserável a que os doutores das leis conduziram as nossas classes médias; quando observamos, de um lado, a fôrça que há no trono, e do outro, a esperança passiva, a simpatia calorosa que há no povo, desejamos sobretudo, para a fortuna da nossa terra, um apêrto de mão directo entre o rei e povo.

Basta de fórmulas! basta de garantias, basta de *liberdades*. Tôdas, temo-las tôdas; e hoje em dia, as monarquias, ou hão de ser democráticas, ou não podem ser. (*Provincia*, 5-X-87).

INTERVENÇÃO DA COROA EM NO- ME DA SALVAÇÃO PÚBLICA

Uma observação ao tema dos partidos novos, a que nos referímos ontem.

Pode haver um outro modo de os formar, desde que as condições de desordem dos existentes o exige, e quando a opinião indifferente se não agita.

Êsse modo é a intervenção directa da Coroa, exorbitando, é claro, das suas funções consti-

tucionais, mas fazendo-o em nome da salvação pública.

Há muitos exemplos de casos dessa espécie nos países constitucionais: um último e recente, embora malgrado, foi a tentativa do actual presidente da república francesa para formar um ministério chamado de *concentração*.

Quando os partidos constituídos se mostram impotentes, por vezes o chefe do Estado cria um simulacro de partido, nomeando um govêrno eclético. E não é raro também que êsse govêrno, radicando-se, se torne a origem de um verdadeiro partido.

Mas êste processo, para ser eficaz, requiere duas condições difíceis: uma é o acêrto da escolha, outra que os escolhidos dêem, ou possam dar, boa conta de si. Não correspondendo à espectativa, legítima ou infundada, é indiferente para o caso, o povo lança a responsabilidade sôbre a coroa. Aí está o perigo. (*Reporter*, 27-1-88; o artigo que no jornal precedeu êste está na p. 147).

CRÍTICA DO PARLAMENTARISMO

O PARLAMENTARISMO É ARISTOCRÁTICO E NÃO CONVÉM À DEMOCRACIA

Sistema representativo é uma cousa, governo parlamentar é outra. Da confusão das duas vem o aceitar-se como axioma a resposta freqüente às críticas gerais contra a segunda: «Não se achou ainda outra espécie de constituição!»

É um êrro chapado. Nem os Estados-Unidos, que são uma república, nem a Alemanha, que é um império, se governam parlamentarmente, a-pesar-de terem assembleas representativas.

Num sentido abstracto, não há governo que não seja representativo; mas há uma grave diferença entre a representação implícita das ditaduras ou principados em que o governante é directamente responsável perante a nação, e a representação explícita em assembleas de delegados ou deputados.

Esta fôrma constitucional de representação, emanada do país por eleição, é que parece, com efeito, uma conquista definitiva da política; mas entre isto e o governo parlamentar há também diferenças gravíssimas.

O govêrno parlamentar é a forma adequada às sociedades aristocráticas como a Inglaterra, que deu o tipo ao continente. Em Inglaterra e no continente o parlamentarismo floresceu enquanto houve censos eleitorais elevados, e portanto câmaras tiradas da alta burguesia. As assembleas eram salas em que se acatavam as regras da boa sociedade.

Com a generalização democrática do sufrágio as cousas mudaram inteiramente, até na própria Inglaterra, onde também são gerais os clamores contra o obstrucionismo. Compare-se o parlamento francês de hoje com o da Restauração, e a diferença será evidente.

A obstrução, a violência, a grosseria, todas as armas da luta francamente plebea, entram irremediavelmente em linha de combate. Lamenta-se que a câmara se torne uma praça, mas não pode deixar de ser assim — e assim é por tôda a parte, na Itália, em França, na Espanha, e entre nós que estamos, porém, dando meças a todos!

Quando o nariz de um ministro é tema de debate, quando a outro se chama carnavalesco, a outro catão de borracha, e tudo isto revolvido em fundos de vasos eleitorais, com o tumulto e a berraria por comentários, é evidente que as câmaras não podem ser senão chancelarias do govêrno, que as discussões não podem passar de simulacros, e que o parlamento, ou

há de ser uma ficção como é entre nós, tornando os governos em ditaduras irresponsáveis, ou há de absorver em si a soberania, substituindo-se aos governos como aconteceu em 93, e agora se está repetindo em França.

O parlamentarismo é aristocrático. Desde que a representação de um povo se democratiza, ao parlamentarismo há de suceder um tipo diverso de govêrno, tipo de que os Estados-Unidos e a Alemanha propõem duas espécies de rudimentos. — (*Repórter*, 2-III-88).

EVOLUÇÃO DO PARLAMENTO:
DE SALA A CAFÉ.

Sinceramente, não parece que haja em Portugal, hoje em dia, situação menos invejável do que a de ministro.

Só uma grande abnegação, ou uma vaidade pueril — talvez a mistura destas duas cousas — pode levar um homem cõscio do seu valor, seguro no seu orgulho, à posição mísera e mesquinha de servir de alvo aos ataques mais grosseiros, às injúrias mais descompostas, sem poder tomar aquela desforra a que em outras condições recorre qualquer homem.

É que, por virtude do parlamentarismo, o ministro é uma *tête de turc* sôbre a qual os deputados podem malhar à vontade. Edificante e pú-

blico espectáculo de respeito pela autoridade e acatamento pelas instituições!

É que o parlamentarismo foi a invenção das altas burguesias da primeira metade do século, quando no regime do censo eleitoral a classe política tinha ainda alguma cousa de aristocrática.

Com o sufrágio universal e o rebaixamento constante do nível político, os parlamentos perderam o carácter de salas ou câmaras, onde se discute cortêsmente, embora violentamente por vezes, para tomarem o carácter de clubes ou cafés onde se injuria e se troça.

Nem se percebe porque há de ser proibido o cigarro e o bock! (*Repórter*, 24-1-88).

ABSURDO DOS SENADOS COMPOSTOS POR ELEIÇÃO

Depois — voltando ao nosso assunto — no parlamentarismo são necessárias duas câmaras, representantes das duas ordens em que se divide a sociedade aristocrática: o sangue e o dinheiro. Nos *lords*, os herdeiros das casas arroladas no *Doomsday book*; nos *commons*, os representantes da alta burguesia municipal.

Os órgãos representativos correspondem assim à constituição social.

¿Mas que significa uma segunda câmara sem

morgados hereditários? ; Que quiere dizer senão uma duplicação inútil um senado composto por eleição?

Pretende-se que sirva para congregar a aristocracia social, ou natural, de tôdas as sociedades, qualquer que seja a sua constituição — o *tchin* burocrático, militar e judicial, o dinheiro, o talento, etc.

Tudo isso quiere dizer alguma cousa quando a nomeação compete ao príncipe, como em Roma com Sylla ou César, como no senado dos Napoleões, tornando-se em tal caso um moderador do govêrno pessoal do ditador; mas de nada vale quando a eleição domina.

Os exemplos abundam. Por tôda a parte o papel dos senados é subalterno. Quando os senadores são pagos, o senado é a reforma dos políticos ou a sinecura dos talentos. Quando são gratuitos, nem isso é.

Basta dizer que no 4 de Setembro, quando a república se proclamou em França, os senadores que funcionavam no momento da revolução esperaram de balde que os fôsem dissolver e tiveram de retirar à formiga para suas casas. Os republicanos tinham-se esquecido de que existia um senado!

A nossa câmara-dos-pares, tal como existe hoje, é um híbrido.

Abolida de direito com os morgados uma aristocracia territorial que se extinguiu já, a

nomeação régia poderia dar importância à câmara-alta, se a política, prosseguindo no caminho burocrático, não tivesse estabelecido o regime da fornada periódica. Com a última reforma, normalizou-se este regime pela introdução dos pares efectivos.

Já era pois uma chancelaria governativa antes da reforma. Hoje é outra câmara-de-deputados, composta, em parte, de homens que não dependem do *chapéu do ministro*. Mas como só com esses não se faz maioria, para o mecanismo governativo o caso importa menos. Dantes, os governos podiam cair e caíam perante a oposição dos pares: hoje, nem dos pares, nem dos deputados. Só podem cair por acôrdo, ou por incapacidade. (*Reporter*, 5-III-88).

VERBORREIA PARLAMENTAR

Uma das doenças filhas do parlamentarismo é a que o nosso querido Eça de Queiroz ainda ontem chamou aqui *verborreia*.

A verborreia não tem nada que ver com a eloquência; está para ela como, na fábula, a rã quando se inchava a imitar o boi. E o pior é que não estoira!

A verborreia é a arte de falar indefinidamente sem dizer nada, ou dizendo apenas sensaborias; a verborreia é a faculdade de encher ho-

ras, maçando a gente: arte muito mais fácil, muito mais incômoda e muito mais geral, do que a *plumorreia* — e por uma razão simples.

Porque se deparamos com um caso de incontinência de pena, deitamos o papel fora; mas a incontinência de palavra temos de agüentar a pé firme. Depois, o atacado de plumorreia há de pagar a tinta e o papel, e tirar de si o tempo; ao passo que ao verborraíco ainda por cima lhe pagam para nos maçar.

Além disso, o que num caso é defeito mortal, é virtude no outro. O escritor atacado de plumorreia está pronto; o orador cuja verborreia dá para horas e sessões inteiras passa à categoria de homem-de-Estado, e com razão.

Desde que o palavriado é a mola principal do sistema, a verborreia é a maior das fôrças.

Falou três horas! Falou três dias! É um homem. — Mas que disse? — Eu sei lá o que disse! Disse muitas cousas. Falou três horas! Falou três dias! Temos homem. Cada período... que fôlego!

A sanfona, o realejo e todos os instrumentos de manivela não chegam a representar bem a verborreia. É mister recorrer à imagem clássica do moinho. Dentre as duas mós, triturada a idea como o grão, sai pela caleira dos lábios uma farinha de palavras em jacto perene; e ainda quando as ideas ou o grão falta, as duas

mós vão girando, vão moendo, com a tenacidade do vento, da corrente, ou do vapor, e lançando pela bôca lascas de granito, ou esquirolas do cimento de *La Ferté, sous Jouarre*.

A verborreia, porém, não é doença exclusiva do Meio-dia. Lord Beaconsfield — o nosso querido Eça de Queiroz sabe-o bem — chamava *diarreical* a eloquência de Gladstone. É a mesma ideia de fluir, agravada.

Por isso não acreditamos que os parlamentos decretem jamais a continência da palavra: seria suicidarem-se. (*Repórter*, 21-III-88).

RES, NON VERBA

Está completo um mês de sessão parlamentar. Está decorrido um terço do período normal legislativo. Que há feito?

Esta pergunta não envolve censura para ninguém; mas exprime uma lástima sincera de que seja forçoso responder — nada!

É deplorável assistir ao espectáculo dos torneios estéreis de palavras, dos dilúvios cerrados de metáforas, dos nevoeiros densos de apóstrofes e entimemas, de hipérboles e anacolutos, com que a retórica parlamentar avança em coluna no deserto de ideias, sonolenta e estéril, com o braço erguido para o tecto da sala, a voz tonitroante, a face inflamada... e no es-

pírito de todos a consciência do vazio em que se agitam, e da desproporção e dissonância entre os sentimentos e as frases.

Faz dó ver um congresso de inteligências superiores, de espíritos agudos, distintos, ou sabedores, desperdiçarem o tempo num palavreado estéril, e pôrem muitas vezes, senão paixão pelo menos interêsse, nas bagatelas que diurnamente ocupam o parlamento. Ler o *Diário das Câmaras* é o mesmo que jornadeiar num adusto e sêco deserto.

Words, words, words!

¿ Qual é a explicação óbvia dêste fenómeno?
¿ Qual é a razão suficiente dêste caso a que verdadeiramente podemos chamar patológico?

A nosso ver, a razão está, em primeiro lugar, no seguinte facto: o desiderato e a missão real de uma opposição parlamentar não é, como os teorizadores do sistema supuseram, exercer o papel de crítico sôbre os actos do govêrno e o de moderador sôbre o espírito mais ou menos faccioso das maiorias. A verdade, que a retórica mascara mal, é outra: o dever das opposições é derrubar ministérios, quando estejam maduros, e moê-los emquanto verdes, para que amadureçam.

¹ Esta primeira razão explica o porquê de se encontrarem espíritos distintos ou superiores abarbadados com tarefas que eles próprios são os primeiros a confessar mesquinhas, se não ridi-

culas. Todo o homem, por grande que seja, colocado numa posição falsa aparece diminuído. A esterilidade do parlamento não é só nefasta ao país: é deprimente para a reputação dos seus membros.

Em segundo lugar vem a discordância entre as ideas e as palavras. Os sentimentos que animavam a eloquência de nossos pais, os sentimentos idealistas que ainda aquecem muitos ingênuos de cabelos brancos — porque a ingenuidade nos nossos dias tem cãs — êsses sentimentos apagaram-se nos cérebros e nos corações dos homens novos que ainda usam contudo o vocabulário frio das ideas dissipadas.

Ao ouvir os oradores da câmara fulminar os atentados cometidos contra a liberdade, as garantias da soberania despedaçadas, e outras frases mais rotundas, mas equivalentes, qualquer suporia que anima êsses moços o mesmo entusiasmo ds há meio século. Ilusão! Êsses moços riem de si próprios, sabem que todos, nas mesmas circunstâncias, cometeriam atentados contra a liberdade e despedaçariam as garantias da soberania popular. O único fim dêles é moer o govêrno, para o amadurecer e substituir-se-lhe.

A isto se chama política, no feliz sistema parlamentar que nos rege.

Êste mês que vai decorrido assim, para isto, é a mais solene votação que a câmara podia

dar ao bile de indemnidade pedido pelo govêrno para a sua ditadura.

Não discutimos agora os actos dela; mas afirmamos que o tempo consumido em parouvelar absolve êste govêrno do golpe que, à imitação dos anteriores e para exemplo dos sucessivos, deu no que se chama as prerogativas parlamentares. O país quer govêrno, não quer discursos. De frases estamos saciados, de actos estamos sequiosos. A palavra só é um instrumento abençoado quando esclarece. Quando chicaneia é nefasta. Quando arrebatada, domina — ; mas pensa porventura ainda algum retardatário que há ingénuos capazes de serem arrebatados pelos casos de Alijó, ou pela trapaça de Felgueiras?

Para que o país nos possa tomar a sério e respeitar-nos, é mister que nós, políticos, nos tomemos primeiro a sério e nos respeitemos a nós mesmos.

E para que nos tomemos a sério é mister que abandonemos ficções; mas para as abandonar é também mister que as circunstâncias não ofereçam aos partidos esta tentação fatal de lhes proporcionar, com artificios e ficções como todos aqueles que teem occupado a câmara um mês e vão occupá-la talvez outro mês ainda, o meio crónico de moer ministérios e trepar ardeiramente aos bancos do poder.

O que em Portugal, como em tôda a parte, urgentemente se reclama é uma reforma do par-

lamentarismo; é a separação do legislativo e do executivo, é o fim dêste sonolento reinado da frase tão rotunda como vazia. — (*Provincia*, 2-V-87).

O INCIDENTE, O PRECEDENTE E O CHINFRIM

Se a imaginação contemporânea fôsse capaz de formar mitos, era êste o momento de personalizar as entidades que pairam sôbre a vida parlamentar, como noutro tempo personalizou o código de 1820 numa mulher, entre rainha e deusa, Dona Constituição, que vagamente o povo confundia com Dona Maria II.

As três entidades fatais do parlamento chamam-se o Incidente, o Precedente e o Chinfrim.

O Incidente ataca, o Precedente defende-se e o Chinfrim resulta do choque, à maneira da chuva, sângue fertilizante dos combates feridos no céu tumultuoso dos Védas...

No âmbito olímpico dos Pares tinham-se já por vezes degladiado o Incidente contra o Precedente; mas ainda a luta não tomara as proporções ferozes que na outra câmara levava muitas vezes ao esfacelamento das carteiras e ao berreiro atroador, como nos combates homéricos, em que os herois vazavam das bôcas as injúrias monstruosas, enquanto os braços armados despediam lançadas titânicas.

Viram-se agora os próceres de punho cerrado, bôca espumante, olhos acêsos em cólera, bramirem e espinotear em fulos; e as tempestades conhecidas das regiões inferiores do ar, ao nível das nuvens, subiram para o alto, até aos recessos etéreos onde moram os deuses na plenitude da paz.

Revolucionou-se todo o Olímpo, e nas galearias cheias, os dévas do Pôrto esfregavam as mãos satisfeitos, enquanto pelos espaços as multidões das almas de um povo, fugindo em turbilhão, afastavam as vistas confrangidas pela insânia dos olímpicos.

É desta forma que as nações se esfacelam — pelo descrédito miserável dos homens e das instituições; pela fraqueza irmã da violência, pela chateza irmã da filáucia.

Às observações que aqui temos feito não podia haver, nem mais rápida, nem mais completa demonstração. Se alguém imagina que governar é apenas pactuar com tudo e fazer gala de um scepticismo confundível com a impotência, engana-se. Há quinze dias os deputados em tumulto obrigaram a que se encerrasse a sessão; agora os pares tumultuam também. Amanhã haverá novos chinfrins, e de arruaça em arruaça, de degrau em degrau, ir-se há rolando, ir-se há descendo, se porventura é possível descer mais baixo ainda no conceito do país que não é político.

Enxovalhado o poder, despedaçada esta mola íntima da vida das nações, provado que não há força para reagir, resta apenas a esperança de uma agonia mansa e de uma decomposição obscura — morrer para um canto, no abandono das cousas inúteis! Assim acabou a Polónia, nos combates clamorosos das suas dietas, nas lutas fatais do Incidente com o Precedente, resolvendo-se em Chinfrins sucessivos, até ao chinfrim derradeiro da partilha de 1773. — (*Reporter*, 16-III-88).

MARMELADA PARLAMENTAR E DES- SORAMENTO CONFEITEIRAL

Ora sucedeu ontem pela segunda vez nesta sessão parlamentar o facto, aliás inverosímil, da minoria oposicionista ter impedido que a câmara prosseguisse nos seus trabalhos.

Como lavamos as nossas mãos (seguindo as regras de Pilatos) de tôdas as questões úrgicas debatidas com o aprumo e a seriedade condignas dum parlamento, não nos cumpre saber quem tem razão nas pendências regimentárias que aí se *marcam* ou se *riscam* diariamente. E ninguém se abespinhe com o emprêgo dêstes verbos, que de antes eram exclusivos dos bairros elevados da cidade, porque já lhes ouvimos dar fóros parlamentares com gáudio hilariante da câmara.

Nós tratamos de outra questão mais grave, qual é a de saber se nas condições presentes é possível a um govêrno governar.

Em teoria, o parlamento é uma sala e os debates correm entre cavalheiros, a quem é lícito irritar-se, mas nunca é lícito infringir as regras de boa sociedade que estão no fundo do sistema parlamentar — essencialmente aristocrático, no sentido mais geral da palavra.

Na prática não é assim. Com razão, ou sem ela, o facto é que a minoria impede a câmara de trabalhar. Conhecia-se o sistema obstrucionista pela verborreia; conhecia-se o processo abstencionista pela saída da câmara; mas o processo brutalmente impeditivo, em que o charuto na bôca, o chapéu na cabeça e as carteiras partidas entram como elementos de polémica — êsse é novo.

Também não queremos saber se é bom ou mau, adequado ou impróprio: dizemos apenas que é novo, e basta.

Porque essa novidade cria uma situação também nova, a que é mister achar uma saída. Parece que o expediente dos acordos, das habilitades, das manhas e escovinhas, principia a não dar resultado; e que a fôrça das cousas impõe medidas enérgicas para o funcionamento regular da máquina politica.

Quais são elas? ; O emprêgo da fôrça, a expulsão violenta dos turbulentos, como se fez a

Bradlaugh no parlamento inglês, e a Baudry-d'Asson no parlamento francês? Seria bom, se o executivo tivesse entre nós fôrça para tais rigores, não contra um deputado, mas sim contra duas dúzias dêles.

Que resta, pois?

Dissolve-se uma câmara, quando se não pode governar com ela; mas isto succede, parlamentarmente, nos casos de impossibilidade para um govêrno de congregar maioria. O caso actual é extra-parlamentar: o govêrno tem maioria de sobra — mas o facto é que a minoria dá brutalmente a lei sempre que quere, e parece estar decidida a querer agora com uma certa firmeza.

Se essa decisão durar, ¿ que se há de fazer? Digam-no os paduanos. Quanto a nós, fora da dissolução não há remédio.

Dissolver porém uma câmara em que o govêrno tem uma maioria firme, compacta e ilustre, é evidentemente um contrasenso constitucional — o que não quere dizer que seja um contrasenso político, agora que a inanidade das fórmulas parlamentares se está demonstrando.

Se o govêrno não tivesse esvaído as suas fôrças numa primeira ditadura, seria agora ou nunca o momento de suspender as garantias representativas — agora que, contra tôdas as regras, a minoria lhe impõe o dilema que fez baquear Mac Mahon: *se demettre ou se soumettre*.

Demitir-se repugna com razão ao govêrno; submeter-se deve repugnar-lhe mais ainda. E depois?

E depois, a verdade é que todos os dias se adelgaça o ponto de uma marmelada única no seu género que nos leva açucaradamente para um estado híbrido de pastelaria insonsa e des-soramento confeiteiral.

Acusam-nos de melancólicos e pessimistas, a nós que, terminando esta nota ao som dos foguetes queimados em honra do rei Óscar, achamos pelo contrário que tudo isto se esvai patuscamente em fumos listrados pelos ziguezagues de fogos de artifício. (*Reporter*, 17-V-88; êste artigo foi escrito na época da visita do rei Óscar a Lisboa.)

TROÇA E FEIRA

É tão unânime o consenso ácêrca da esterilidade para o bem e da eficácia desmoralizadora do parlamento, que os jornais portugueses, em geral tão tímidos pelo que respeita às cousas, quanto desbragados quando se trata de pessoas, são concordes em acusar os sintomas que tão bem revelam a desorganização geral nesta engrenagem superior da sociedade.

A timidez, porém, denuncia-se no facto de que, acusando os sintomas e troçando a sessão, não se atrevem a pôr o dedo na ferida.

As câmaras tornaram-se máquinas de atacar e defender ministros, exclusivamente.

Emquanto durou a esperança do ministério cair, o incidente e o chinfrim alastraram-se sobre o campo desolado da verborreia. Durante cinco meses, a câmara limitou-se a rivalizar com os circos, onde se partem bancadas e reina a piada chula. Esperava-se que o ministério caísse. No último mês, perdida essa esperança, levantou-se o deus acôrdo, fecharam-se as torneiras do templo e os sacerdotes deitaram-se de mãos-postas diante de outros deuses: o enxêrto, a canastrada.

Dizem os entendidos que os últimos dias de sessão custaram o melhor de duzentos contos. É caro.

E mais grave ainda é que se tivessem votado de afogadilho, com o pé-no-estribo, durante um mês escasso, as leis que deveriam ter sido discutidas enquanto a câmara verborreava; as zonas e os cereais, os alcoois, e a instrução feminina — tudo isso que passou como um ápice, porque já não havia esperança do ministério cair.

No ponto a que as cousas chegaram não se pode tratar de pedir responsabilidades, porque isto é um caso sintomático da moléstia de impotência universal. Impotência da maioria, impotência da minoria, impotência do governo, impotência de todos, para tudo. Começou-se pelo sofisma, acabou-se no desbragamento.

Os áugures já não deitam a língua de fora entre si, às escondidas; deitam-na tôda, uma língua de palmo-e-meio, à face de um povo inteiro.

O parlamentarismo principiou por ser uma invenção de letrados, passou a ser uma mistificação de políticos, e hoje é o que se vê.

A sessão foi troça durante cinco meses, tornou-se feira no sexto.

Dizem os experientes que nunca se vira por cá cousa semelhante.

Quanto a nós, a prova da doença parlamentar está na incapacidade que o enfêrmo tem para receber os medicamentos receitados pelos dulcâmaras políticos: um drástico — as incompatibilidades; e um tónico — o regimento novo. O enfêrmo gemeu, e, sem fôrça para dizer que não, voltou-se para a parede mandando os médicos à tabúa, amouu, resignou-se, e essas duas garrafas das incompatibilidades e do regimento ficaram à cabeceira rolhadas, esperando o dia de juizo. (*Reporter*, 18-VII-88).

TOIRADAS PARLAMENTARES

...E' tão agradável assistir-se ao espectáculo das paixões mais ao menos genuinas! ¿ Quem vem às galerias para ouvir uma dissertação maçadora sôbre bancos ou sôbre trigos? Vi-

mos aqui para as toiradas escandalosas da política; para ouvirmos as descomposturas ferinas e os insultos pessoais. Bem sabemos que estamos num circo, mas é por isso mesmo que queremos distrair-nos. E lá em baixo passa outro tanto: quando as galerias se vasam, vasa-se a câmara; quando elas se enchem, enchem-se as bancadas. . . . (*Provincia*, 27-VII-87).

PILRITEIRO DÁ PILRITOS

Primeiramente, pensou-se que o debate parlamentar servia para aperfeiçoar as leis, nas oficinas criadas com o intuito de as fazer.

Depois viu-se que a fabricação das leis não era efectivamente o forte dos parlamentos: funcionavam durante um período mais ou menos longo, ao lado do govêrno, para os bandarilhar e para os defender.

Estas justas oratórias e as intrigas consequentes eram, segundo se dizia, válvulas de segurança por onde podia resfolegar a opinião pública, indicando aos maquinistas a oportunidade da renovação das peças do aparelho.

Agora, graças a Deus, já se vê nítida e claramente que nem para uma, nem para outra cousa servem as câmaras. Não servem para que resfolegue a opinião, porque semelhante planta não viça no matagal da indiferença pública. Não

servem para bandarilhar os governos, porque os atacam a pau, quando os não defendem a passes engenhosos de capa, mostrando nestas intermitências a sua inconstância e na violência a sua fraqueza. Não servem para indicações constitucionais, porque indicam tanto como o barómetro nas vésperas de um temporal: indicam apenas que a pressão atmosférica anda aos saltos e que, no desequilíbrio tumultuoso dos elementos, cada qual tem a premunir-se contra a trovoada que aponta no horizonte.

Servem apenas como impedimento, o que às vezes não deixa de ter vantagens, e também como palco para a exibição de muitas vaidades e muitas mais misérias. Êsse espectáculo não deixa de ser instrutivo, mas além de caro é desmoralizador.

Não servem para o que foram primeiro instituídas, pois tudo fazem menos leis. Há cinco meses que funcionam, e serviram apenas para desmanchar o que tinham feito no ano passado: desmanchar o grémio dos tabacos em régie, desmanchar as licenças industriais em cousa nenhuma.

Para cinco meses é pouco; mas agora, com sessões nocturnas, em tempos de calor, vão ganhar os meses perdidos e votar de afogadilho, à razão de uma lei por dia, anda mão, fia dedo... exactamente como o ano passado se votaram as licenças e os tabacos, sem que a

oposição as discutisse, para suceder naturalmente para o ano o mesmo que sucedeu este ano: desmanchar o que se atamancou de empreitada.

¿Porque é que o pilriteiro dá pilritos e não dá coisa boa? É por que cada qual dá o que pode, conforme a sua pessoa. O parlamento dá pilritos porque não pode dar maçãs. E a conclusão destas observações, nascidas da nossa figadeira, aliás alegre, é a máxima profunda de que as cousas são o que são, isto é, pilritos. (*Reporter*, 28-V-88).

A ABSTENÇÃO FORÇADA DOS MELHORES

A abstenção é um fenómeno que, por tãda a parte, está demonstrando a caducidade das formas vigentes do govêrno representativo. Se nos não enganamos, nas últimas eleições de Lisboa votou apenas o terço dos eleitores.

A abstenção eleitoral é grave, porém mais sintomática ainda é a abstenção parlamentar.

É a essa que nos referimos hoje, registrando as declarações de dois homens eminentes por muitos títulos, e que a um talento provado juntam larga experiência das cousas. São os srs. conde do Casal Ribeiro e visconde de Chancelieiros.

Vemos dos jornais que oraram ambos na

assemblea do Centro Agrícola de Alenquer e que ambos aí afinaram pelo mesmo tom:

«Estou ausente do parlamento, disse o sr. visconde de Chancelheiros, porque, voltando àquela casa, tinha de dizer verdades muito duras, e de-certo a imprensa contratada para a calúnia se ocuparia dos meus actos como de intenções reservadas. O sr. conde de Casal Ribeiro está como eu ausente e descrente do que podia e devia fazer-se; e da forma como tudo está organizado, nenhuma falta lá fazemos.»

«Entreí no parlamento, disse por seu turno o sr. conde de Casal Ribeiro, quando as questões se não limitavam a simples declamações, mas por vezes terminavam com a luta; hoje tudo mudou, e a descrença invadiu também o meu espirito diante de uma política de meros expedientes. Desviei-me do parlamento, onde me convenci que nada podia fazer.»

Quando homens dêste valor, valor que é incontestável e múltiplo: valor do talento, da experiência, da posição e da riqueza, fazem publicamente declarações tais, dando assim confirmação ao que está no pensamento de tanta gente—é fôrça confessar que há desarranjo na máquina política.

O argumento ingénuo de que é mister combater sempre, ainda com a certeza da derrota, peca por dois lados. É impossível combater bem quando não há confiança no processo; e é

além disso desagradável, porque se sai da luta enlameado perante um público disposto a acreditar em tôda a espécie de calúnia. O sr. conde de Casal Ribeiro invocou um dos motivos, o sr. visconde de Chancelheiros pôs o dedo na outra ferida.

Que resta, pois? A abstenção.

Mas êste sintoma de desordens gravíssimas no maquinismo político do país traz consigo conseqüências também gravíssimas. Porque, da abstenção dos melhores, resulta a liberdade dos outros.

Todos reconhecem que as cousas não vão bem; mas em parte alguma se vê, nem o propósito, nem a fôrça, para as melhorar. Deus queira que por êste caminho da fraqueza não tenhamos de chegar à solução fatal da violência, ou à solução mais triste ainda do estiamento. (*Repórter*, 19-VII-88).

MISTIFICAÇÃO PARLAMENTAR

Antigamente, disse outro dia na câmara um deputado, os regeneradores tinham nas suas mãos o conselho de estado, o supremo tribunal administrativo, o tribunal de contas, a câmara municipal — tudo; tôdas as instituições que teòricamente devem ser independentes, e que de facto não são mais do que instrumentos da di-

tadura governativa; tudo, e até as companhias poderosas que teòricamente também devem andar subordinadas ao estado, mas que de facto lhe ditam a lei.

Antigamente, os progressistas, continuou, faziam «literatura política»; hoje substituem-se aos regeneradores em tôda a parte e fazem «política prática». Por isso os aplaudia, êle, orador.

Nós não aplaudimos, nem increpamos. Os tempos variam, variam as cousas. Há com efeito dois modos de entender a política, e não temos a pretensão de impor a ninguém as nossas preferências. Observamos apenas e deduzimos o que é mister deduzir-se destas palavras candidamente verdadeiras.

Deduzimos, em primeiro lugar, que na opinião do orador, a tradição antiga morreu, sendo substituída pelos processos práticos dos adversários; deduzimos, em segundo lugar, que efectivamente o maquinismo constitucional é uma pura mistificação.

Nenhuma destas duas conclusões surpreende o nosso juízo. Mas, depois de uma confissão tão cândida, não é lícito falar-se-nos ainda das excelências do parlamentarismo — a não ser para que ouçamos no seio do próprio parlamento a sua condenação formal! — *Repórter*, 14-III-88).

FECHEM-SE AS CAMARAS!

¿ Qual será o motivo porque os *meetings*, as arruaças parlamentares, os tumultos esporádicos, e a guerra desabrida dos partidos oposicionistas não conseguem levar consigo o país, que encolhe os ombros, e sempre que se agita, como os operários no Pôrto, os populares na Madeira, os lavradores no congresso, principia por declarar que não *faz politica*?

Dir-se-ia que, no estado de agitação latente do país inteiro, provocada pela crise declarada em tôda a parte, seria fácil às oposições tirarem daí elementos para derrubar o govêrno. E todavia não é assim. Porquê?

Por dois motivos. Em primeiro lugar, porque as oposições fazem uma campanha apenas negativa: não apregoam, não prometem cousas que quadrem às necessidades públicas. Em segundo lugar, porque lhes falta a autoridade moral, e por isso, ainda quando promettessem alguma cousa, ninguém acreditaria nas promessas.

Acusa-se o govêrno — de quê? De imoral, de gastador e de opressor; mas é de todos sabido que por todos êsses crimes foi, não há três anos ainda, a opposição de agora expulsa do govêrno. ¿ Como há de pois conceder-se-lhe autoridade para acusar? Quem se der ao trabalho

de folhear os jornais do tempo, ou de provocar as reminiscências, verá que o nepotismo, o desperdício, a violência, e por fim a rêde de tributos, foram as causas da ruína da situação precedente.

Eis aí está porque os ataques oposicionistas batem em vão sôbre um govêrno que não sofre apoplexias de fôrça; eis aí porque êsses ataques não conseguem, por mais que façam, trazer para si, como auxiliares, o desgosto, o mal-estar, o desânimo, a desesperança — porque desesperança existe — do país que não é político.

Quanto a nós, a deplorável verdade da situação é esta, e nisto mesmo consiste a sua gravidade.

A oposição desespera-se, o ministerialismo esfrega as mãos de contente; mas o verdadeiro patriotismo lamenta, porque o governo se vê transformado assim numa cataplasma inevitável.

Em tais circunstâncias, o que seria para desejar é que se fechasse quanto antes êsse teá-tro parlamentar, onde o despeito de uns, a perrice de outros, o facciosismo de todos, estão dando cada dia espectáculos mais deprimentes da dignidade nacional.

Vá o govêrno arrastando a sua vida conforme puder, uma vez que lhe não é dado ser forte, nem à oposição é dado substituir-se-lhe. Mas fechem-se as câmaras, logo que se tiverem

liquidado as questões de honra pendentes e votado as formalidades financeiras indispensáveis.

Nesta situação obscura, parece-nos isto ainda assim o mais sensato. — (*Repórter*, 17-III-88).

DIVÓRCIO ENTRE O POVO E OS SEUS MANDATÁRIOS

¿ Que significa o facto dos lavradores do reino, reunidos em congresso, tomarem em suas próprias mãos o debate e a defesa dos seus interesses, senão que lhes parecem inadequados e ineficazes os processos constitucionais de representação política ?

Efectivamente, quando a gente vê e se convence do que é, quanto vale e para que serve o maquinismo eleitoral parlamentar, é fôrça reconhecer que os lavradores teem razão.

¿ Que significa o facto dos aplausos com que foi recebida a imagem crua da agricultura entre o comércio e a indústria fazer lembrar Cristo no alto do Calvário ?

A comparação é má, porque a indústria e o comércio não são ladrões ; mas êste símile injurioso é a expressão imprópria da verdade, quer dizer, que a agiotagem prima sôbre o trabalho rural — como prima sôbre o industrial e o comercial.

¿ Que significam os protestos ruidosos contra

a intervenção burocrática e o pedantismo teórico dos doutores de lavoura ?

A apoteose da rotina é sempre contestável. Muito, muitíssimo há que fazer por parte dos lavradores ; mas por parte do Estado cumpria que houvesse discernimento, e não se confundisse o gastar dinheiro às tontas com o proteger e defender a agricultura.

E os protestos querem dizer mais : exprimem o velho sentimento do país perante os enxames burburinhantes das colmeias burocráticas. No tempo de D. João V, o ministro Alexandre de Gusmão, um dos precursores de Pombal, apertava as mãos à cabeça exclamando : «A fradaria mata-nos!» Mude-se o nome, fica a mesma cousa.

Ora agora somemos tudo : a desordem política, a agiotagem absorvente, as quimeras teóricas, a burocracia parasita — e aí temos as convicções dos lavradores, principalmente na metade sul do país.

Na metade norte, a população densa, a propriedade retalhada, a vida democrática e o véu espesso do nevoeiro de ideas indefinidas, deram ainda há pouco de si uma agitação perante a qual o govêrno oportunamente recuou.

De um lado opiniões, do outro confusão ; de um lado tumulto, do outro uma assemblea inspirada nos seus interêsses colectivos, funcionando ao lado do parlamento, onde os interêsses



ses políticos passam adiante dos da nação. De ambos os lados divórcio entre o povo e os seus mandatários.

Não exageremos: o congresso não pode tornar-se em côrtes. Mas se não queremos ser assustadiços, também nos não agrada o papel de Pangloss. — (*Repórter*, 22-II-88).

REFORMA DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS.

Temos repetido insistentemente as críticas ao parlamentarismo nacional, no que nem sequer nos cabe o mérito da originalidade: todos concordam em que não presta para nada. A diferença, porém, consiste em que muitos dizem que, ainda assim, se deve conservar o que está, pois não é possível encontrar melhor; enquanto nós dizemos, com o mantuano, *alia tentanda via est*.

Não basta, porém, acumular críticas e acusações. O arrependimento não é virtude colectiva. É mister aventar ideas orgânicas, até para que os defensores pessimistas do *statu quo* parlamentar — e pessimistas porque negam a possibilidade de se sair dum estado absurdo e pernicioso — não imaginem, ou não argumentem com o fantasma das ditaduras, ou dos absolutismos.

Nem adoramos umas, nem outros. Se há conquista sólida dos nossos tempos, é a representação democrática, esboçada nos tempos antigos pelas procurações dos povos nas côrtes dos três-estados do reino.

Quanto a nós, as ideas correntes e consagradas nas instituições, acêrca da representação popular, hão de sofrer com o tempo gravíssimas modificações que, sem lhes alterarem a essência, produzirão resultados inteiramente diversos dos actuais; mais neste lugar não se trata de discussões de direito público em abstracto: apenas de política prática e comesi-nha.

O facto reconhecido por todos é que a câmara-dos-deputados, saída do sufrágio pode dizer-se universal, e da eleição directa, naufraga em Scylla ou em Charybdes, conforme as leis dão, ou não dão, amplitude à representação das minorias.

Se a câmara vem, compacta e una, animada por um decidido ministerialismo, succede, como succedia antes, tornar-se uma chancela do executivo, sem autoridade, nem responsabilidade. Se na câmara entram, como se dá com a nova lei, minorias fortes, succede, como succederá sempre, quer os governos sejam bons, quer sejam maus, quer os seus actos sejam justos, quer injustos, tornar-se impossível o movimento, porque o fim absolutamente principal das minorias é enfra-

quecer os governos para os derribar. Está isso na sua própria natureza constitucional.

Em tais circunstâncias, o Obstrucionismo tem um papel a que fatalmente corresponde o Acôrdo. A ficção parlamentar torna-se um desbragamento; a fiscalização administrativa, que é um dos atributos necessários das oposições, torna-se um sistema impeditivo em que a verborreia tem o papel eminente.

Chegando-se pelo cansaço a um verdadeiro bêco sem saída, o govêrno vê-se forçado a transformar-se também numa ditadura em que o artifício substitue a franqueza; e desta dupla mistificação do legislativo e do executivo resulta o descrédito universal das instituições. O exemplo da última sessão fala alto: não é mister comentá-lo.

Qual é a causa disto? Qual é o remédio? Indicar a descrença, a apatia, a corrupção do corpo eleitoral, não basta, nem serve para nada; porque na política o necessário não é diagnosticar, é aplicar tratamentos adequados ao estado de saúde dos enfermos. Que estamos doentes, ninguém duvida: fica para amanhã formularmos o nosso *recipe*.

Nas repúblicas ou nos cesarismos, nos Estados-Unidos ou na Alemanha, escapa-se aos males inerentes ao parlamentarismo pelas atribuições concedidas ao executivo. Na Alemanha, o imperador regê o Estado, na genuína acepção

do verbo reger; o parlamento *colabora* na formação das leis. Nos Estados-Unidos o parlamento *faz* as leis, o presidente rege o Estado. Em ambos os países os ministros são secretários do soberano, não são emanações do parlamento. Num a soberania é vitalícia e hereditária, noutra é transitória o electiva: isto distingue o cesarismo da república.

Nós não somos, nem uma, nem outra coisa; por isso nenhum dos processos nos convém actualmente. Somos uma monarquia representativa do tipo inglês reproduzido segundo o texto que fez para nosso uso o inglês Stuart. Convém-nos? Não nos convém? É ou não é adequada ao nosso temperamento nacional, à nossa índole, às nossas tradições? Problema é este que excede os limites de umas notas fugazes, e as fronteiras da política terra-a-terra. Há mais de meio século que vivemos com a Carta e costumámo-nos a ela.

O facto é que a nossa constituição é inglesa, e todo o mal está em lhe termos introduzido cunhas sobre cunhas de francesismo. O tipo das convenções, ditaduras anónimas das assembleas parlamentares, que é a tendência francesa, insinuou-se gradualmente, destruindo a ponderação exercida pela câmara-dos-pares — essa ponderação que é o segredo da estabilidade da constituição inglesa.

Assembleas electivas oriundas de um sufrá-

gio, tanto mais inorgânico quanto é mais universal, hão de produzir sempre instabilidade, anarquia e corrupção. Está na natureza das cousas, e os exemplos da França e dos países continentais do Ocidente que giram em volta dela demonstram-no constantemente.

No regime inglês que adoptámos é mister que uma câmara-de-pares, cujo mecanismo e cuja origem seja diversa da dos deputados, pondere e corrija os vícios inerentes à máquina eleitoral como hoje é. Temperou-se a hereditariiedade com a eleição, e desde que se aboliram os vínculos era conseqüente que assim se fizesse.

Mas há muitas formas de eleger, e de-certo a vigente não corresponde aos desejos de conservação, tanto mais vivos quanto mais enfêrmo é o estado social de um país. Vemos a câmara-dos-pares ser tanto uma chancela do govêrno como a dos deputados, porque a sua maioria saí tanto como a outra da solidariedade partidária.

E em tais condições o sistema da ponderação que lord Stuart traduziu para nosso uso está destruído, e as duas câmaras não são mais do que duas secções de uma mesma câmara funcionando em salas áparte, sob as ordens e conforme as artes dos ministros.

Fica o recurso do obstrucionista: fica. Mas deplorável é o estado de cousas que não tem

por si outro argumento senão o da redução ao absurdo.

Abolidos os vínculos, a hereditariedade no pariato não tinha razão de ser. Quando em Inglaterra se abolirem, acabar-se há a hereditariedade dos *lordships*.

Não se acabou de todo entre nós, mas desde que se exige um grau elevado de instrução e de riqueza, tirou-se-lhe o que havia de ilógico. Se as famílias, sem vínculos, mantem o seu lugar aristocrático, os seus representantes estão bem colocados na câmara. Reduziu-se a metade o número de pares hereditários e de livre nomeação régia, preenchendo-se a outra metade com os pares electivos, chamados de galão branco, e que vieram substituir as antigas *for-nadas* com que a Coroa, em casos excepcionais, *mas só em casos excepcionais*, punha o parlamento à mercê do executivo.

Foi bom, ou foi mau? Parece-nos que não foi boa esta maneira de completar a câmara-dos-pares com elementos que deviam ser conservadores, embora fôsem extraídos por eleição do corpo social.

Se se quer manter o princípio constitucional inglês da ponderação de interêsses e classes sociais; se se não quer descambar gradualmente no tipo francês das assembleas soberanas, das revoluções políticas inerentes, e de

tôda a trapalhada de que a França é vítima há um século — é mister repor num estado de autonomia a câmara-dos-pares, de acôrdo, porém, com as reformas efectuadas nas instituições, isto é, com a abolição dos vínculos e com a abolição do princípio de hereditariedade.

Se prègássemos cesarismo, pediríamos para a Coroa a livre nomeação dos cinqüenta pares hoje electivos; como apenas nos inspira um pensamento de ordem, conservação e liberdade verdadeira, não desejamos isso.

O que nos parece, é que os pares electivos, em vez de saírem do voto das corporações administrativas, que por isso mesmo ainda mais politicas se tornam, tornando-se solidárias com a vida dos ministérios — que os pares electivos, em primeiro lugar devem ser reduzidos à terça parte do quadro da câmara; e em segundo lugar devem sair daquilo a que nos apraz chamar representação orgânica das fôrças sociais.

Já hoje os estabelecimentos scientificos superiores delegam um certo número de pares: alargue-se o princípio. A riqueza móvel e imóvel não vale menos do que a sciência. Assim como há delegados das escolas superiores, haja delegados das associações comerciais de Lisboa e Pôrto, e das assembleas distritais dos quarenta maiores contribuintes, prediais e industriais. Importa menos a magistratura do que

o professorado superior? Não. Haja pois delegados eleitos pelas Relações do reino.

A câmara-dos-pares, compondo-se assim com os representantes das famílias aristocráticas, e com os representantes das corporações ou classes eminentes, seria verdadeiramente conservadora, seria independente dos governos, e poderia então exercer, transformada segundo as exigências sociais do tempo, êsse papel de ponderação constitucional que os lords ainda exercem em Inglaterra.

Não é só a reforma da câmara-dos-pares que é urgente para pôr alguma ordem no mecanismo parlamentar: é também a promulgação de medidas atinentes a coordenar o exercício das funções legislativas.

Três cousas desejaríamos:

Que nas comissões das câmaras as minorias fôsem sempre largamente e obrigatòriamente representadas: na quarta parte, digamos, do número dos vogais;

Que se coibisse o abuso da eloquência nas discussões públicas, por meio de disposições regulamentares adequadas;

Que se estabelecessem incompatibilidades.

O alcance do primeiro dêstes pontos é evidente para todos os que praticamente conhecem as cousas.

Raríssimas vezes nas comissões se discute e

se estudam os projectos. A *política* sobrepõe-se a tudo. A opposição está ausente, os votos são todos, ou quasi todos, de confiança, entre homens solidários. Introduzir nessas reuniões a fiscalização das minorias, seria do maior alcance, porque a attitude a que em público a *política* obriga, não se impõe em particular. Discutir-se-ia de-veras, e as propostas viriam à câmara em muito melhores condições.

Coibir a verborreia é uma urgência reconhecida por todos; mas que se não satisfará, atrevemo-nos a affirmá-lo, se paralelamente se não reformar o maquinismo parlamentar. Nos termos em que elle funciona, o obstrucionismo é uma consequência inevitável.

Estabelecer incompatibilidades é também uma necessidade cada dia mais provadamente urgente. Apresentou-se esta sessão um projecto que não teve seguimento, nem podia tê-lo, por isso mesmo que era excessivamente inadequado.

As incompatibilidades teem de sair de um compromisso prático entre as necessidades do pessoal governativo e as condições económicas da sociedade. Banir em tese os directores de companhias é absurdo e é impraticável, porque hoje a máxima parte da riqueza se congrega em companhias; porque a banirem-se os directores, deveriam banir-se os accionistas; porque a banirem-se os que teem os seus bens em compa-

nhia, deviam banir-se os que os teem isoladamente. Bania-se tôda a gente.

A nosso ver a incompatibilidade neste caso está na espécie particular das companhias subsidiadas pelo Estado, ou que com êle teem contractos singulares para o desempenho de serviços públicos. A incompatibilidade vem do princípio de que se não pode ser juiz e parte ao mesmo tempo.

Além desta incompatibilidade há outras que são obviamente necessárias: a dos militares em serviço activo e a dos funcionários públicos que desempenhem lugares ou comissões de livre nomeação do govêrno.

Ninguém dirá, depois desta longa conversa de quatro dias, nem que nos limitamos a críticas estêreis, nem que da perversão do parlamentarismo apelamos para a ditadura ou para o absolutismo. Sabemos muito bem o mal que êle nos fez, para desejarmos que volte, de mais a mais, anacrònicamente. (*Repórter de 25, 26, 27 e 28-VII-88*).

«A PROVÍNCIA».

Todo o nosso programa está expresso no título dêste jornal.

Somos progressistas e somos provincianos.

Que valor teem êstes dois adjectivos? Que laço de união os liga?

Pelo fundo das províncias, em todas as cidades e vilas afastadas, há um povo que, sem protestar ainda clamorosamente, murmura contra o desgôverno em que vivemos. E em cada terra se encontra um grupo maior ou menor de homens cultos que, interpretando os rumores e queixumes do povo, apontam os motivos, dão as razões e esperam ansiosamente por um novo apêlo às energias nacionais. Êsses homens sabem que a anarquia e a corrupção levam as nações ao destino que foi o nosso em 1580.

Dispersas essas vontades, sem coesão essas fôrças, ficam impotentes contra o scepticismo profundo que lavra na capital. Os homens de boa-fê escondem-se, absteem-se, principalmente nas grandes cidades onde se tornou moda não querer saber de política.

E a legião dos parasitas, omnipotente por isso que não encontra diante de si fôrças bastantes para a contrariar, prossegue triunfante, devastando e escarnecendo do país ingénuo e simples, que explora como bens de menores.

Eis aí por que somos a *Província*.

É nosso propósito tornarmo-nos o éco dos protestos das populações; é nossa ambição darmos-lhes uma unidade sem a qual não há verdadeira fôrça; é nossa esperança que a voz do povo, sufocada pela oligarquia burocrática a

que se dá o nome de partido *regenerador*, se faça um dia ouvir na capital, obrigando-a a mudar de vida.

Em todos os momentos criticos da nossa vida contemporânea foi a província que, impondo a sua vontade à capital, a obrigou a mudar de rumo.

Em 1820 saíu do Pôrto o movimento que expulsou os ingleses nossos tutores e o seu procônsul Beresford e, melhor ou pior, começou a destruição do velho Portugal fradesco.

Em 1836 os deputados do Pôrto, chegando à capital, efectuaram essa revolução simpática e nobre a cuja frente se achou o mais belo dos nomes políticos portuguezes — Manuel Passos. A revolução de Setembro acabou o reinado dos ditadores que por terem feito a obra meritória da nossa grande guerra civil se julgavam com direito a protraír à custa do enervamento de tôda a nação um poder cuja oportunidade passara.

Da Maria da Fonte e da reacção da província contra os tiranetes cabralinos todos sabem.

Ora hoje o país encontra-se, não perante um conde de Tomar, isto é, perante um homem tenaz, forte e talentoso que conceba o exercício do poder como uma tirania — encontra-se numa situação análoga à que precedeu a revolução de Setembro. Debate-se contra a fôrça da inércia, contra a resistência da intriga, contra a lepra

da corrupção, que se insinua por todos os meios, pervertendo todas as boas vontades, e sorrindo scéptica e alvarmente perante qualquer movimento de coragem e dedicação patriótica.

Eis aí por que somos provincianos.

E somos democratas por que 1820, 1836, 1846 foram obra do povo levantando-se contra a gente anafada e cheia da oligarquia burocrática da capital — os *desembargadores* dos tempos antigos, os *chamorros* e *devoristas*, de 1835, os *cabralistas* de 1846 — a todos os quais succederam hoje em dia os *fontistas*.

E somos progressistas porque os homens que fizeram a revolução de Setembro eram os continuadores dos *vintistas*, primeiros democratas portuguezes, e tiveram por successores os valentes de 1836 e de 1846. Somos filhos genuínos dos *patuléas*.

A tradição democrática é a honra e o braço indelével do partido progressista.

E esta tradição e este partido são essencialmente provincianos e principalmente portuenses.

O Pôrto foi e é ainda a capital do pensamento democrático portuguez.

O Pôrto foi o foco donde todos os movimentos restauradores da nossa sociedade partiram; e será uma vez ainda onde hão de convergir e congregar-se as vozes de todo o norte do reino para daqui se levantar o grito pacífico mas enérgico do país reclamando govêrno, recla-

mando juízo, reclamando pelo menos decôro e pudor à capital e aos seus parlamentos, aos seus conselhos, aos seus ministérios, às suas secretarias.

A crise que todos vêem vir é demasiado grave, e os tempos estão de tal modo transformados que a eminência antigamente conferida às questões chamadas constitucionais não pode ser já hoje a preocupação primordial de quem se proponha a intervir eficazmente na política portuguesa. Soou a hora de meditarmos o velho adágio que diz *prius vivere deinde philosophare*.

O sucessivo desconcerto de todas as teorias constitucionais tornou scéptica a maioria dos cidadãos a quem falta ainda um outro rumo em que dirijam as suas ideas, os seus actos e os seus sentimentos.

Instintivamente, tôda a gente clama por isso que nós consideramos como o pensamento fundamental e redentor: o mínimo de *política* e o máximo de *governo*.

Por governo entendemos nós:

- a moralização e melhoria da administração em geral;
- a ordem, o equilibrio e a moralização também do orçamento do Estado;
- a defesa do trabalho nacional, a restauração da indústria e a protecção às classes desvalidas.

Êste será o nosso programa; êste é o pensamento da antiga democracia *patulêa* rejuvenes-

cido à luz das ideas modernas. Esta é a vida nova que surge dentro do nosso partido, não como um renegar do passado, mas sim como uma afirmação positiva das suas tradições mais nobres e invariavelmente defendidas; não como pensamento exclusivo dêste ou daquêle grupo, mas como bandeira comum à qual se abraçam todos os progressistas que sabem antepor as ideas às pessoas; não como plano particular de uma parcialidade, mas como ambição unânime de um partido que sempre buscou o seu apoio no povo em vez de procurar amparar-se de preferência às simpatias cortesãs.

Análogo é o programa de todos os partidos radicais europeus, não falando nos conservadores que também procuram na protecção dos pobres um esteio contra a invasão irresistível da democracia.

Tôda a Europa se acha numa época de reacção victoriosa contra a anarquia económica; em tôda ela predomina o pensamento da nacionalização do trabalho e da protecção aos trabalhadores. O rei da Dinamarca adopta os projectos bismarckianos alemães, o de Itália faz suas as ideas de Minghetti. Ontem era Moret que no ministério Sagasta iniciava em Espanha um plano de renovação; em Inglaterra lord Salisbury e o próprio Gladstone ouvem os radicais ingleses que pela bôca de Arnold Toynbee dizem:

«Não abandonamos a nossa antiga fé na liberdade, na justiça, na iniciativa individual; mas, sob certas condições, afirmamos que o povo não basta para se proteger a si próprio e tem de ser ajudado pelas instituições que o representam. O govêrno não deve obedecer a um pensamento de protecção paternal, mas sim a uma idea de solidariedade fraternal.»

Fazemos nossas estas palavras expressivas, certos de termos do nosso lado as massas numerosas dos cidadãos que pedem trabalho, isto é, pão; certos de termos pór nós a classe média, inimiga de tôda a desordem, de tôda a espécie de anarquia e dos cataclismos inevitáveis no regime em que *vamos indo*.

O nosso programa resume-se pois finalmente em dois artigos:

1.º Apelar para as entranhas da nação, pedindo ao povo um esforço que obrigue a oligarquia dominadora do país a submeter-se ou a demitir-se;

2.º Apelar para a Província onde ainda existem dispersos elementos de civismo, pedindo-lhes que se congreguem e obriguem a capital a ter juízo. (*Província*, 25-V-85).

VIDA NOVA!

Vida nova! Vida nova!

Inspiremo-nos da nossa tradição; lembremo-nos de que a nós deve o país a implantação das reformas económicas mais graves:

- a criação do ensino técnico e artístico;
- a da indústria da fiação, que alimenta no norte do reino dezenas de milhares de bôcas;
- a abolição dos morgados;
- a abolição dos monopólios antigos, como o do tabaco e o da barra do Douro;
- as leis de desamortização.

Reconheçamos que as necessidades do tempo nos obrigam hoje a prosseguir ávante, fomentando por muitos outros modos a produção nacional dêste pobre país onde o juro impede às indústrias de viver e ao negócio de prosperar; onde as exportações estão paralizadas e o comércio externo progride numa razão inferior à da Turquia.

Deixemos aos nossos adversários a glória fácil de fazer obras ruinsas e inúteis — apenas proveitosas para êles que, à sombra de tais obras, se mantem no govêrno enchendo todas as mãos pedintes.

Acabemos de vez com o cancro da nossa

anarquia financeira que nos põe em risco permanente de bancarrota, e nos suga todos os capitais móveis, desviando-os das ocupações produtivas.

Deixemos aos nossos adversários o proveito de viverem dêsse estado anárquico, comprando os homens por empregos e as localidades por obras públicas, pondo *dobradiças* quando faltam lugares, engordando o enxame das secretarias, amparando o vício crônico da empregomania.

Vida nova! vida nova!

Seja essa a vida lealmente unida por um laço de aspirações comuns — aspirações confessáveis, aspirações nobres e dignas desta democracia de pequenos proprietários rurais, de pequenos industriais que são o nervo e a fôrça da nação portuguesa!

É aqui, é no Norte, é no Pôrto, que o nosso partido teve sempre a sua verdadeira guarda avançada.

Todas as vezes que a vida nacional careceu da acção violenta ou apenas enérgica do povo para imprimir um rumo diverso à derrota da nau do Estado: de todas as vezes partiu do Pôrto o novo impulso.

Foi assim em 1820, para expulsar os ingleses e obrigar a côrte a voltar do Brasil.

Foi assim em 1826 para proclamar a Carta constitucional.

Foi assim em 1833-4, quando se expulsou D. Miguel.

Foi assim em 1836, quando se fez a revolução de Setembro.

Foi assim em 1846, quando se deitou a terra o Cabralismo.

Será assim em 188... quando se puser termo à ditadura de miséria que a nossa fraqueza tolera e que vive apenas pela nossa inércia.

Mas em 1820 e em todas as datas posteriores, os nossos costumes eram diversos do que são hoje. Nessas datas o instrumento das revoluções era o exército, e as sedições militares e os tumultos de quartel o meio prático de realizar os movimentos.

Tais processos pertencem à história: não conveem a um povo cõnscio da sua fôrça e do seu direito. As revoluções duradouras são as revoluções pacíficas. A energia da opinião pode mais do que os canos das espingardas, e a agitação das ideas ouve-se mais longe e por mais tempo do que o ruído dos canhões. (*Provincia*, 18-VII-85).

TRISTIA!

Não sabemos ao certo qual é mais grave: se a chateza dos pensamentos, se a inópia dos nossos recursos.

Lê a gente certas gazetas metropolitanas e atira-as com nojo para o lado, enfastiado por uma tagarelice tão ôca. Dá-lhe vontade de cravar os bicos da pena nesses aranhaços políticos e pregá-los na parede a secar como se faz nas colecções de insectos. Curiosa colecção que seria!

A intriga soez, a vaidade mesquinha, gafanhotos que saltam, macacos que riem, brunindo-se, coçando-se com as mãozinhas peludas sempre inquietas, é o efeito que nos fazem as gazetas altamente pitorescas do janotismo lisboeta.

Toda a gente sabe como o género simiesco faz rir, e nós não nos excluimos do número dos que em horas de tédio se divertem com os esgarês da macacaria. Mas não devemos calar que nos entristece ver por tal forma amesquinhada a dignidade da imprensa.

Bem sabemos que a política é uma cousa pouco limpa por sua própria natureza; mas parece-nos que entre nós a teem levado às proporções de imundície. Todos sabemos o que há

por de baixo das risotas: os despeitos irritados, os interesses ofendidos, os negócios malogrados; as folhas caídas de esperanças longamente acariciadas. Mas são melancólicas essas flores de suposta alegria, brotadas de um monturo, flores amarelas que denunciam as raivas concentradas. ¿ Que outro sentimento podem provocar senão o desdém?

Quando nos decidimos a trilhar esta estrada da política, a ver se podíamos contribuir de algum modo para a reforma das nossas cousas, já sabíamos que havíamos de topar com obstáculos de mais de uma sorte. As rãs tinham de levantar-se dos charcos, e os sapos haviam de aparecer ao sol. Seria divertido pormo-nos a grasnar com as rãs! O sapo tem um piar triste e argentino, é verdade, mas é sapo...

Deitemos pois tudo isso para trás das costas, como vulgarmente se diz, e deixemos as gentes folgarem conforme gostam. Emquanto fazem só isso, não fazem mal: o pior é quando as circunstâncias lhes permitem traçar na fantasia folhetins coloniais, lardeados de cálculos de aritmética preta que, por nosso mal, se tornam em brancas e geladas verdades, crueis encargos para esta desgraçada terra, agonizante em frouxos de riso alvar.

Porque a verdade é esta. Emquanto uns riem pelo Chiado, outros choram por estas províncias obrigados a engeitar uma pátria madrasta

que lhes não dá pão para comer. Emquanto os nossos impagáveis folhetinistas de toda a espécie, desde a espécie maçadora até à mais picante, românticos uns, realistas outros, êstes campanudos, aqueles epigramáticos, fumam vaidosamente o seu charuto, rebolando a sua importância, ou tratando das suas negociatas— cá pelas províncias as mães choram com lágrimas de sangue as perdas dos filhos, e vão acumulando ódios que reventarão um dia se as cousas não mudarem de rumo.

(Tinham de-certo rebentado agora, se o Mestre de tôda essa risonha sociedade não entendesse mais prudente sumir-se por um alçapão abaixo.)

¿Pois sabem, sinceramente sabem, que nos dez anos de 1875 a 1884 emigraram de Portugal 142.941 pessoas? ¿Pois sabem que cada ano são quási 15.000 habitantes que perdemos? ¿Pois sabem que cada dia são mais de 40 homens válidos, pelo menos, que fogem de uma terra ingrata? ¿Pois sabem que isto vai assim, numa progressão crescente e assustadora? Em 1878 foram 9.926; em 1879 foram 13.208; em 1880 foram 12.597; em 1881 foram 14.637; em 1882 foram 18.272; em 1883 foram 19.257; em 1884 foram 17.518.

E note-se que êstes números são apenas os que a estatística registra. A emigração clandestina, que é enorme, essa, ignora-se a quanto monta.

Os países que importam gente avaliam em um conto de réis cada emigrante: pensemos em quanto perdemos cada dia. Quarenta contos de réis de sangue! E ainda o pior não é isso. O pior é a fúnebre perspectiva que por êste caminho nos espera. É positivo que a lei dos números governa o mundo, e é sabido que a França, outrora predominante nos destinos da Europa, se vê hoje subalternizada desde que em volta dela se formaram nações compactas e mais prolíficas. Pois bem: o facto da nossa emigração condena-nos num futuro mais ou menos breve. Hoje estamos perante a Espanha como 1 para 4. Temos 4 milhões de habitantes, ela tem 16.

Mas a Espanha, na razão em que a sua população progride, terá dentro de 70 ou 80 anos 32 milhões de habitantes; e no mesmo praso nós teremos sómente 6 milhões.

¿E porque é que nós progredimos apenas na relação de 6 décimos por cento? É pela razão simples e óbvia de que não temos indústria, fora a da exportação de gente e a da lavra de vinhas que reclama poucos braços. É porque temos dinheiro a 7 p. 100. É porque possuímos apenas 8.000 cavalos vapor applicados à indústria, quando cada quatro milhões de franceses tem 40:000, o quintuplo! É porque, roídos pela agiotagem,— e o tesouro é neste caso o primeiro dos agiotas,— não podemos entrar em concor-

rência com os povos activos e verdadeiramente progressivos.

¿ Sabe tudo isto o sujeito que vai pelo Chiado fumando o seu charuto, e preparando a pilhéria para à noite pôr na gazeta, ou urdindo a intriga que deitará abaixo o ministério, ou calculando os lucros do sindicato em via de formação? Se o não ignora, ri-se e encolhe os ombros! Resta porém saber quem será o último a rir.

Ora eis aí está porque as folhas catitas da capital galhofam com a nossa rudeza de provincianos, chamando-nos caturras e ridículos, malgradados e cheios de despeito, ou de ambições como as de êles, quando nós apenas temos no coração a mágua e nos olhos lágrimas como as de essas mães que todos os anos assistem ao partir dos filhos para longes terras, mágua e lágrimas por vermos a pátria imersa

no gôsto da cubiça e na rudeza
de uma austera, apagada e vil tristeza!

(Provincia, 16-III-86).

EM ÁRVORE SÊCA!

Assim corremos açoitados por um furacão. Cassaram-se todas as velas, arrearam-se os mastaréus, e a nau — ou antes, a jangada nacional

— vai à mercê do vento, perseguida pelos esquadões de ondas velozes e espumantes.

Corre sem vela e sem leme
o tempo desordenado
dum grande vento levado!

A bordo a multidão indiferente joga e dança. Também dançava dentro das muralhas das cidades da Gália e da Espanha, no tempo de Salviano, quando lá por fora rugiam os esquadões de bárbaros, ávidos de sangue e oiro.

Assim as nações se extinguem quando a chufa soez, o interêsse sórdido, a intriga mesquinha, enchem as bôcas, os corações e os pensamentos, inacessíveis já aos impulsos generosos, aos raciocínios claros, à voz ardente e límpida da verdade.

Tudo é confuso e obscuro sob o céu plúmbeo; tudo é pequeno sob o capacete de nuvens baixas e opacas. Nada se ouve, no meio do assobiar estrídulo das paixões rasteiras, das cobiças vis; e quando se observa êste formigar de gente,

vendo quanto mal fizeram
a cobiça e ambição,

sentem-se náuseas e dá vontade de vomitar.

À desfaçatez de uns responde a indiferença de outros. Encolhem-se os ombros, quando alguma verdade sôa como nota discordante. Sorri-se, quando se levanta alguma ambição nobre e ingénua.

E entretanto a jangada nacional vai vogando açoitada pelo vento, e a bordo continua a dança, sem que ninguém considere a soma de desgraças que a sua indiferença acarreta nem a soma de responsabilidades que a sua inércia cria.

— Vejo perigos correr
quem não cuida que há mudanças!

Diziam os pilotos não haver perigos; e o seu trabalho incessante era sopitar os sustos de uns, comprar o silêncio de outros, abafar a inquietação vaga do maior número.

Mas, quando um vagalhão mais alteroso se avizinhou, ameaçando engulir a jangada, os marinheiros e os pilotos, aturdidos, estonteados, desavieram-se, descompuseram-se, e viu-se que espécie de harmonia havia no tombadilho onde os oficiais de bordo começaram a gritar:

— O nosso govêrno é um cáos: caminhamos em arvore sêca para um abismo! diz o sr. Serpa.

— É necessário arranjar dois mil contos por

ano, senão estamos perdidos! — exclama o *Economista*.

— Isto é uma jangada ofenbáquica! nota o sr. Pinheiro Chagas.

— Eu bem me queria opor! mas o patrão que tem sobrinhos mandou e eu curvei-me, — acode sonolentemente o sr. Hintze sem sorrir...

E a jangada, em árvore sêca, correndo! correndo! E eles

de fazer mal não deixaram
de demónio hábito têm.

Os assobios do vento são cortados de espaço a espaço pelo grasnar dos alcatrazes, e as aves de rapina passam aos bandos, ligeiras como frechas, torneando a pobre jangada perseguida pelo temporal.

Cada uma delas tem face humana... faces nossas conhecidas. Baixam os seus vôos circulares e já se atrevem a atacar os quási náufra-gos. Cheira-lhes a cadáver, e querem cevar-se. Há de tudo nesses bandos: há fidalgos e ple-beus, há simples e há espertos, há abutres, há açores, e até há gaivotas... que serão depenadas e engulidas.

A pobre jangada não galopa, vôa. Meteu água

numa corrida. Os ventos que veem do norte — de Londres, de Paris, de Amsterdam — vão-lhe abatendo pouco a pouco os fundos.

Já se começa a ouvir um clamor de misericórdia, mas o clamor da tempestade e o da dança são mais altos:

corre sem vela e sem leme
o tempo desordenado
dum grande vento levado!

A redondilha de Camões tem a data de 1576. Dois anos depois a jangada portuguesa de então foi despedaçar-se contra o recife de Alcacerquibir.

A jangada portuguesa de hoje irá primeiro bater nas pedras da bancarrota; e depois, aos tombos, deixando cadáveres boiando na esteira lúgubre da sua derrota; deixando pedaços nas garras dos corvos que esperam o naufrágio para saírem da refrega, êste com os caminhos de ferro, aquele com o banco e o contracto da emissão, êst'outro com as obras do pôrto de Lisboa — ou talvez um sobrinho só com todas as cousas ao mesmo tempo! — depois a jangada irá dar à costa nas praias dentadas da Espanha...

...Se porventura não se levantar antes um ímpeto decisivamente enérgico que expulse do

seu pôsto os palinuros nefastos, que afaste para longe os bandos de aves de rapina, que dê coragem e direcção aos desalentados, que dê consciência da sua inacção criminosa aos indiferentes — e que, restaurando na sua fôrça os velhos brios nacionais, levante de novo êste país (a que um ministro seu, de risota, ousa chamar ofenbáquico!) ao lugar que lhe marcam as ideias do nosso tempo e as gloriosas tradições portuguesas de outras idades. — (*Provincia*, 1-VIII-85).

A BIGORNA E O MARTELO

Costumava José Passos dizer: «Êste partido progressista é honesto, é digno, mas tem um grave defeito: quando as circunstâncias exigem que seja martelo, obstina-se em ser bigorna.»

Tem os defeitos da sinceridade, tem o *vicio* da legalidade. Doutrinário, filho de doutrinários, os pontinhos embaraçam-no; e, quando seria necessário coragem, apenas tem apresentado escrúpulos. O espírito jurista mais de uma vez lhe abafou o instinto político. Aferrado à lei, o que é excelente, tem-se prendido porém demasiado com a letra, esquecendo o espírito. Por isso neste grémio abundam os laivos de farisaísmo que o fazem bigorna, quando era necessário ser martelo.

Outros tempos, outros costumes. O vazio das fórmulas está demonstrado hoje, a inanidade de muitas doutrinas também o está. Se já nossos pais pensavam que, garantida a soberania popular como base do direito político, importava pouco que *outrem se sentasse num trono ou numa tripeça*, nós pensamos hoje com a grande maioria dos publicistas, que não são as leis que fazem a sociedade, mas que é, ao contrário, do conjunto das condições sociais que resultam as legislações estáveis, duradouras e fecundas. O político não tem de fabricar códigos: tem de actuar positiva e energicamente nos elementos sociais. Só assim se é martelo em vez de bigorna.

Os que malham em permanência com a pena sobre o papel, gastando a vida a dar leis, artigos, parágrafos, e, depois das leis, regulamentos, avisos, instruções, e tôda a enorme montanha de papel sob que geme a administração, enganam-se se supõem que as suas torrenciais reformas alterarão um ápice à essência das cousas. É necessário cortar fundo e firme para fazer mais do que emplastos...

Não se é político, se se não equilibram na balança do govêrno, o Direito num prato, e no outro a Razão de Estado: e a utilidade partidária é sem dúvida um elemento desta. Tudo no Universo resulta de equilíbrios, a começar pela própria Terra, que se move e existe em resul-

tado dos impulsos diversos a que obedece. Mas se o fiel da balança perde o prumo, foi-se a estabilidade. Se pesa o prato do Direito e os escrúpulos farisaicos dominam, fica-se no estado de bigorna em que os inimigos batem; se pesa o prato oposto, o martelo desmanda-se, e vêem-se as tiranias ou observam-se os espectáculos nojentos dos governos de corrupção. Bata-se com ferro, ou bata-se com ouro: em qualquer dos casos ataca-se a origem de tôda a fôrça, que é a espontaneidade do povo...

A generosa ilusão das democracias e a conseqüente birra dos juristas é supor que a legalidade, por si só, pode fazer o govêrno. Reacção contra o princípio oposto, cai num defeito, nobre sim, mas também nefasto. Por não querer ser martelo, torna-se bigorna — em que cada qual malha desapiedadamente! Ora a primeira condição de todas as cousas é serem activas, porque na passividade não há pròpriamente existência. — (*Provincia*, 28-VIII-85).

OS ALVITRISTAS

Não há partidos possíveis senão os partidos práticos porque a política foi, é, e será sempre a arte de governar os povos.

Uma cousa é a cadeira de professor ou a tribuna do propagandista, outra é o banco do governo.

Os partidos radicais, quer sejam conservadores, quer sejam revolucionários, o jacobinismo vermelho e o jacobinismo preto, tôda a espécie de doutrinarismo acabou, desde que no espírito popular se apagou a embriaguez que acendia a uns a fé no passado, a outros a fé no futuro.

O espírito moderno vive no presente, pelo presente e para o presente.

A política é a arte de tirar o melhor partido possível das circunstâncias, obedecendo porém sempre ao critério dos princípios.

Por isso quando se faz do governo uma escola de doutrina cái-se; mas quando se faz do poder um alvitrismo empírico cái-se também — às vezes mais tarde, mas mais ruidosamente.

É que a política, sem ser uma sciência, tem de contudo obedecer, como todas as artes, aos princípios scientificos e aos preceitos da moral.

A política trata as sociedades, como a medicina trata os indivíduos; e entre um estadista e um alvitrista há a mesma diferença que há entre um médico e um curandeiro.

Os alvitristas políticos, explorando todas as circunstâncias, obedecendo a todas as influên-

cias, pactuando com todas as exigências, servindo todos os caprichos; sem vontade, nem opinião; girando como cata-ventos à mercê das virações do interêsse mesquinho; obedecendo como navios sem leme à direcção de todas as correntes; boiando, flutuando sempre, sem terem vaga que os afunde, mas sem terem também escaracéu que os levante às eminências da glória onde se remonta aquele que soube um dia interpretar a opinião sã dos seus concidadãos e defini-la em factos, em actos positivos e duradouros — os alvitristas políticos são os sintomas que aparecem nas épocas de crise mental e moral das sociedades para a denominarem.

Êste periodo escuro da nossa vida nacional chamar-se há para sempre — o tempo do sr. Fontes. — (*Provincia*, 14-VII-85).

ASPECTOS DA POLÍTICA PORTUGUESA

RES PUBLICA, RES PRIVATA

Preocupar-se exclusivamente com a política é o carácter próprio das nações anémicas. Todos se propõem administrar o Estado, todos criticam os governantes — por isso mesmo que

quási todos vivem do orçamento, êsse saco sem fundo, na opinião geral.

Assim, de facto, a *res publica* não passa da *res privata*, isto é, do ordenado ou da aposentação de cada qual. O resto é fumo!

Cada um de nós tem de contribuir anualmente com 7:600 réis para os gastos gerais da nação: e como o português não tem de-certo rendimento superior ao do italiano, do austríaco, do espanhol, ou do russo, digamos entre vinte e trinta mil réis, segue-se que, pelo menos, a quarta parte das nossas rendas nos é administrada pelo Estado.

E por isto, nesta espécie novíssima de um comunismo que outrora foi monástico, a política é absorvente a ponto de matar todas as outras formas de vitalidade mental: as academias e as universidades, as escolas e as bibliotecas, a cátedra e o livro.

Desta forma, na ausência de uma intensa vida económica, na penúria e na mendicidade universal, a política, sem manifestações de fôrça e pensamento que a incitem, a corrijam e a orientem, é apenas uma agitação esterilmente ávida em tórno de um bolo chamado orçamento.

Much ado about nothing, como disse o inglês? Pelo contrário: *Much ado about money!*

— (Repórter, 25-I-88).

POLÍTICA DE QUIMERAS, POLÍTICA DE
NEGOCIATAS E POLÍTICA ECONÓMICA

É incontestável que o animal homem carece de um estímulo qualquer de ordem moral, para não reincidir inteiramente na bestialidade donde saiu.

Emquanto nas cabeças de nossos avós e nossos pais havia o nevoeiro de quimeras jacobinas que acendiam a voz de José Estêvam, a coragem de Passos Manuel e o estoicismo de Sá da Bandeira, a besta que vive no fundo de todos nós tinha um açaimo mais ou menos eficaz.

Varreu-se o nevoeiro, desafiou-se a correia, e eis-nos aos pulos, a morder, como cães danados por uma raiva, contra a qual ainda se não inventou Pasteur.

Êste estado de crise, esperemos em Deus que seja passageiro. Quando tudo estiver mordido, babado, a escorrer em sangue, é natural que, pela fôrça das cousas, e pelas urgências da conservação da própria pele, assente a nú sôbre os ossos, entremos no bom caminho.

Porque uma cousa é a política dos negócios e das galampinas, outra cousa é a política positiva e prática, tendo em vista os legítimos interesses das classes e até das pessoas, ou por outra, a política económica.

Uma cousa é a política extenuante que sacrifica a riqueza do país à ventripotência do tesouro, e as classes produtoras à parasitagem burocrática e ao dente roedor dos ratos eleitorais — outra cousa é...

¿Para que havemos de pôr mais na carta? Tôda a gente sabe o que a outra cousa é: porém o virus que nos empesta o sangue, consiste precisamente em que tôda a gente o sabe, mas ninguém o quere, senão por amor da arte, platonicamente.

Somos cinco milhões de portuguezes, de nariz para o ar, com o beijo estendido, à espera de que nos cáia do céu, isto é, do govêrno, alguma gôta dêsse maná com que o Senhor alimentou os judeus no deserto.

E o melhor é que, para escarmento dos incrédulos, cái uma chuva tão verdadeira e alimentícia no deserto português como caía nas estepes do Sinai. Ponto está em que dure a chuva abençoada. — (*Repórter*, 4-V-88).

OPINIÃO INDIVIDUAL E DISCIPLINA PARTIDÁRIA

Ainda hoje o caso político é o discurso do sr. Carlos Lobo de Ávila, essa oração que, além de ser primorosa, teve o mérito de ser oportunamente digna. A prova disto vê-se no aplauso

com que a receberam maioria e oposição, dentro e fora da câmara.

O talento do moço orador não carecia de ser pôsto a uma nova prova; mas é maravilha, para quem o não conhece, como soube manter aprumado o fiel da balança do bom-senso entre as pressões divergentes do que se chama a disciplina e as do espirito da oposição.

Se era um *amuado*, ficou-o sendo.

Amuado é todo aquele que não abdica do seu pensamento e do seu critério, senão até ao ponto que entende conveniente aos legitimis interesses do seu país e do seu partido.

Amuado é todo aquêle que fala com franqueza; e, sem se desligar dos seus, prefere dizer com modos o que sente, repugnando-lhe o papel de granadeiro numa companhia de pome-rânios.

O amuado é sempre discutido, é sempre abo-canhado, mas é sempre aplaudido no pensamento íntimo de tôda a gente sincera não amuada, que num momento feliz bate palmas como bateu antes de ontem.

O amuado é o herege de todas as ortodoxias e, como se sabe, desde os tempos mais remotos os críticos disseram convir que houvesse hereges em todas as igrejas. Parafraseando um centão histórico, convém dizer: *opportet amuados esse*.

Além de que, a era em que os partidos, uni-

dos, firmes, arregimentados atrás de uma bandeira, manobravam à voz de um general — essa era passou com as ideas capazes de produzirem entusiasmos. Hoje a política é universalmente oportunista; há *questões*, não há *programas*; e portanto os indivíduos agregam-se e desagregam-se, para se agregarem e desagregarem outra vez.

Uma das cousas que maior mal faz hoje ao parlamentarismo é a teima ronceira de querer simular a existência de partidos, na velha acepção da palavra, quando não há de facto mais do que grupos, bandos, clientelas ou sindicatos — políticos, entendamo-nos. — (*Reporter*, 7-III-88).

DESAGREGAÇÃO DOS PARTIDOS

O epílogo da última borrasca parlamentar foi o desquite de um dos deputados mais proeminentes da opposição. Disse-se, ou diz-se, que êsse desquite não é singular, antes exprime uma scisão no seio da já fragmentada família regeneradora. Eram dantes serpéceos, barjonáceos e pôrto-francos: agora seriam quatro grupos, o do sr. Barjona, o do sr. Serpa, o do sr. Lopo Vaz e o do sr. Hintze.

De modo algum afirmamos que isto seja assim: repetimos apenas o que se diz, para daí tirarmos algumas ilações oportunas.

Que o queiram ou não os homens práticos, as ideias e, se esta palavra não soar bem, as tendências, são também um facto positivo, de influência superior, embora às vezes menos evidente.

Ora uma das tendências necessárias do nosso tempo, e não só por cá, mas por toda a parte, é a dissolução dos partidos. Porquê? porque se dissolveram essas ideias, únicos laços que afinal podem congregiar homens, impondo-lhes uma vontade comum, às vezes com sacrificio das suas vontades e pensamentos individuais.

Emquanto o governo mantém de cima uma parcialidade, a união conserva-se por vários motivos, que não vem a pêlo enumerar, uns dignos, outros duvidosos; mas assim que o laço do poder falta, os grêmios dissolvem-se e ficam os homens. É com o seu valor pessoal que deve contar-se, e não com as fantasmagorias de partidos mal vestidas sob o anacronismo dos programas tradicionais. Hoje os programas nascem da urgência da ocasião e da ponderação dos caudilhos.

Quem hoje lançar os olhos para a opposição parlamentar, não carece de lunetas para ver em quantas fracções se divide. Temos o sr. Serpa e o sr. Lopo Vaz mikado e taikum do Japão regenerador; temos o sr. Hintze Ribeiro mais ou menos rebelde, insurgindo-se contra o poder usurpado pelo shogun; temos o sr. Bar-

jona que forma bando áparte, namorando com um sorriso búdico os diversos lamas que pisam o templo sagrado: o sr. Manuel Vaz, o sr. Marçal Pacheco, o sr. Tomás Ribeiro, no pôrto-franco, e o sr. Dias Ferreira no seu voluntário isolamento. São pelo menos oito caudilhos, com ou sem milícia mais ou menos japonesa.

É isto um bem? É isto um mal? É o que pode ser e tanto basta. É o que é, e não pode ser de outra forma por motivos sabidos de todos.

O que nós queremos dizer para terminar, é que afinal tanto se pode fazer com partidos como com homens. Ponto é que a capacidade dêsses homens seja verdadeira e que as suas intenções sejam rectas. — (*Reporter*, 21-V-88).

ASTRONOMIA POLÍTICA

Quando no espaço se destaca de um sol alguma porção de matéria cósmica, a fôrça que o despedaça pulveriza-o, e o movimento rotatório da atracção imprime-lhe a forma esférica.

Novos astros minúsculos vão girando de companhia com os antigos, na estrada incômensurável dos céus!

Esta sociedade dos astros parece-se muito com a astronomia política.

Quando, por alguma catástrofe cósmica, o poder expele de si um ministério, a massa partidária fragmenta-se, e girando vertiginosamente em tórno do sol, esferisa-se em partidos, em grupos, em *amigos*, até em átomos individuais, que todos á porfia, com seu chefe e sua côr, uns luminosos como fogo que são, outros negros como a Terra, outros pardos como a Lua que é fria, galopam nas amplitudes do espaço com um tropear diverso daquela suave harmonia das esferas que hipnotizava Newton.

Serpáceos, barjonáceos, lopáceos, hintzáceos, manuelvazáceos, não são com efeito nomes planetariamente eufónicos, de que a combinação nem o contraste possa produzir uma sintaxe clássica. Nem a cauda de planetinhos jacobinos, de *estalo* ou de *parafuso*, faz mais do que aumentar a cacofonia tagarela das esferas siderais, girando em tórno de um sol, onde os telescópios descortinam também hipotéticas manchas de amuados.

Por entre a confusão dos astros, aparecem intermitentemente cometas, caudatos ou sem cauda, passando enigmáticos—Marçal com a ironia adunca, José Dias com a graça cortante —e introduzindo o silvo da sua marcha no *charivari* das esferas, em tórno do sol manchado.

Tudo em volta é negro e mudo, infinito no vazio, incomensurável na sua pequenez, eterno

na sua inconsciência—o espaço de um país inacessível à noção fatídica do tempo!—(*Reporter*, 6-II-88).

ESPAÑA E PORTUGAL

Falar de ideal, cá na terra, é o mesmo que falar de corda em casa de enforcado. Nenhum povo foi, com efeito, mais brutalmente garrotado pelo ideal do que nós—os propagadores da fé cristã pelo mundo, os exterminadores dos judeus—que tombámos num catre com o *delirium tremens* do heroísmo.

Todavia, o ideal é uma pimenta indispensável ao paladar dos povos. Quando falta, há menos do que nada: uma chatinagem indigesta e uma idiotice ridícula.

Os ideais dos povos são mais comezinhos hoje em dia, e principalmente nos povos pequenos como nós. São os da Suíça e da Suécia, talvez as nações mais felizes da Europa; são feitos de paz e liberdade, de juízo e de trabalho, ideais pacatos de *vaca e riso*, na frase do Arcebispo.

Ora aqui ao lado temos uma nação que foi grande no passado, e parece agora animada da vontade de o tornar a ser. A Espanha propõe-se entrar no quadro das grandes potências. Está à frente da sua política externa um homem capaz de aventuras, *brouillon* talvez, audaz de-certo.

São êsses os mais perigosos. E nós achamo-nos geográfica e politicamente na situação da Holanda perante a Alemanha.

Temos vastas colónias, apeteceíveis para quem dispuser de dinheiro; temos os portos ocidentais; possuímos a testa das linhas fluviais, ferroviárias, desta península, que no pensamento de todo o espanhol tem de ser uma só nação.

Sete séculos de história independente, ainda assim interrompidos, militam por nós; milita contra nós a geografia e a tendência para as grandes aglomerações nacionais. Muita gente crê que os sete séculos e alguma retórica bastam. Engano. Seria mister reforçá-los com o ideal da *vaca e riso* do Arcebispo. O nosso juízo valeria mais do que todas as ambições da Espanha.

Mas o nosso juízo é pelo menos problemático. Logo que um governo vence eleições, que um parlamento confere votos de confiança e que os fundos sobem, deitamo-nos de costas, com o papo para o ar e as mãos cruzadas sôbre o ventre, impando de satisfação e rosnando contra os maldizentes. Bom proveito nos faça!— (*Reporter*, 31-1-88).

Uma das reclamações dos congressistas foi a proibição das tarifas chamadas lá fora *de penetração*, tarifas em virtude das quais os caminhos de ferro, desde que se acham combinados

ou fusionados em países limítrofes, diminuem o preço na razão da distância.

De tal forma os caminhos de ferro instituem verdadeiros prémios de importação e estabelecem condições anormais de concorrência.

Teem tóda a razão os congressistas; mas, como se há de resolver o problema, a não ser pela nacionalização total dos caminhos de ferro? E como esperar essa medida, a todos os respeitos oportuna e redentora, se os governos, emmaranhando os direitos antigos em concessões novas, cada dia procuram afastar-nos mais dela? Agora mesmo o govêrno propõe a alienação da rêde do Alentejo para fazer dinheiro.

Num contracto ou concessão nova, pode porém introduzir-se a cláusula proibitiva das tarifas de excepção de qualquer género, estabelecendo-se que os preços sejam específicos, gerais e constantes a qualquer distância. É o regime do Estado na rêde do Minho e Douro.

E só êste regime é consentâneo com a liberdade de concorrência interna e externa: só êle pode fazer dos caminhos de ferro o que as estradas são — um meio a todos patente, em igualdade de condições.

Mas nas linhas que teem concessões antigas, não é possível ir coarctar direitos garantidos por contractos; e as nossas linhas de penetração em Espanha acham-se neste caso: a de Leste, a de Cáceres, a da Beira-Alta. Para todas o

tráfego mais rendoso é o que vier de mais longe, isto é, de Espanha.

E estas cousas agravam-se ainda mais desde que as linhas limitrofes, portuguesas e espanholas, estejam, como estão, fundidas ou sindicadas.

É mister reconhecer-se a impossibilidade da concordância da autonomia política e da união comercial ou económica. Países *penetrados* de qualquer modo, são países em via de perda da independência. Tanto faz a liga aduaneira, como a dos caminhos de ferro; tanto um *zollverein*, como um *bahnverein* hispano-português. Um há de arruinar-nos como o outro nos arruinaria. Ou havemos de ser um país produtor e independente, ou um país de passagem e politicamente condenado. O tempo de optar chegou e é urgente uma decisão. — (*Reporter*, 27-II-82).

Aqui há anos, quinze ou dezasseis anos, foi moda cáírem sucessivamente os governos sob o labéu de ibéricos. O estado crítico da Espanha dava a semelhante acusação visos de plausibilidade; mas dêsse tempo dizia Herculano, com tôda a razão, que os espanhois nos estavam prestando o inestimável serviço de nos fazerem passar aos olhos da Europa como gente ajuizada.

Prasa a Deus que os papeis se não invertam

completamente. Lembremo-nos de que a Espanha acorda, enquanto nós vamos adormecendo embalados pela falácia e pela intriga. Nesta concorrência declarada dos povos, talvez o tino, a ciência, e o bem-estar das nações valham mais ainda do que as armas, para a defesa da sua independência. Se queremos conservar a nossa é mister que empreguemos os primeiros meios, porque é illusória a confiança de a mantermos só pela fôrça dos segundos.

Acodem-nos estas palavras, que estão no ânimo de todos, perante dois factos simultâneos trazidos agora à luz da publicidade. Um é o convite para o centenário da descoberta da América em 1892; o outro é a adjudicação da linha férrea de Plasencia a Astorga, ao longo da nossa fronteira.

Num caso vemos a Espanha, levando-nos pela mão, convidar para Madrid as nações néo-peninsulares da América em seu e nosso nome, sem autorização do nosso govêrno, conforme êle o declarou ao parlamento. No outro caso, vemos uma linha estratégica sob os dois pontos de vista, militar e comercial, ameaçando simultâneamente a nossa fronteira e o esperado tráfego dos nossos portos.

Terminada também a linha de Huelva a Zafra, a Espanha terá em tôda a extensão da fronteira portuguesa um instrumento estratégico de primeira ordem, cujos pontos principais se-

rão, de sul para norte, Huelva, Zafra, Mérida, Cáceres, Plasencia, Salamanca, Zamora, Astorga, León e Gijón. Os apregoados benefícios que a linha de Salamanca traria ao Pôrto desaparecem, desde que Salamanca fica mais perto de Gijón, no mar cantábrico.

E para isto fomos subsidiar um caminho de ferro em Espanha, arruinando ainda por cima uns milhares de contos de capital português! Com tolices destas perdemos mais do que com a fraqueza dos nossos recursos militares. Se, bem governados, tivéssemos alguma scintilha de patriotismo sério e firme, e algum vislumbre de discrição previdente, não havia talvez que temer para breve. Mas, se pelo contrário, somos nós próprios, os nossos capitais e as nossas companhias, que fazemos o jôgo da Espanha!

Marrocos, Gibraltar e Portugal são as três ambições da Espanha, o que não quer dizer que sejam — excluindo talvez Marrocos — o alvo imediato da sua política.

A união ibérica não é hoje o programa de nenhum dos partidos espanhóis, mas é o instinto de todos.

A conquista de Portugal é uma idea tão antipática para êles, como a fusão das duas nações lhes parece uma abençoada fatalidade. Tudo está em analisar e distinguir bem estas cambiantes de pensamento, porque são êsses

os momentos sucessivos da definição de uma idea.

A ambição inconsciente de hoje é o plano de amanhã, para ser o propósito do dia seguinte; e à medida que a idea se define, acentúa-se a energia da acção: amizade primeiro, pressão depois, violência afinal.

Atravessamos o primeiro momento. A mim me dizia um dos diplomatas eminentes da Espanha o seguinte:

— A união dos dois povos está nos destinos da civilização; mas seria um erro forçar o que tem de fazer-se espontâneamente. Foi o erro de 1580. Compare Portugal com o Aragão, que se uniu a Castela voluntariamente e em plena prosperidade. Não houve aí 1640. Nós queremos, no nosso próprio interêsse, todas as prosperidades portuguezas.

Nas escolas de Espanha ensina-se a história nacional por compêndios que narram a vida dos diversos estados peninsulares na Idade média, contando o processo da sua agregação até 1580; e depois de 1640, narram a história paralela de Espanha e Portugal.

Tudo isto são sintomas de um pensamento ainda politicamente indefinido, é certo, mas arraigado e indestrutível. O meio de impedir a germinação dessa semente seria, ou a anarquia na Espanha, ou o máximo tino em Portugal. A primeira não está na nossa mão determiná-

-la; mas o segundo devia estar nas nosass poses estabelecê-lo, porque, se o não conseguirmos, *cumplo-se lo que dijo Isaias!* segundo a frase de Colombo, navegando para as Índias.
— (*Repórter*, 8-III-88 v. a nota a êstes artigos no fim do vol.)

CONDIÇÕES DE FORMAÇÃO DE UM PARTIDO VIVEDOIRO

No meio da inquietação que indubitavelmente lavra pelo país, mais de um jornal de província e muitas pessoas, aliás generosamente intencionados, propõem a idea da formação de um partido novo.

É uma ilusão.

Os partidos nascem espontâneamente das convicções dos povos: não se inventam. Por maior que seja o valor de um homem, ou antes de um grupo de homens, a idea de formarem um partido não passa de uma fantasia.

Teve-a José Estêvam, há cousa de um quarto de século, e ninguém dirá que lhe faltasse prestígio. Teve-a em tempos posteriores o sr. José Dias Ferreira, e ninguém dirá que lhe faltasse sagacidade. Pois nem o prestígio de um, nem a sagacidade do outro, acertaram em chamar para si a opinião indifferente do país. O partido do *Futuro* e o Constituinte, ambos experimentaram sorte igual.

Os partidos são emanações da vontade po-

pular; formam-se espontânea e indutivamente; nenhum homem é capaz de os criar, por atilados que sejam os seus juízos, generosos os seus intúitos, por muito valiosas adesões que o cerquem, nem por confiança excepcional que inspire.

Em 1867, quando um govêrno, acaso imprudente nas suas boas intenções, ameaçava agravar em demasia os contribuintes, sem que a sua parcimónia nos gastos os convencesse da legitimidade das reclamações tributárias, lavrou pelo país um movimento de protesto que deu de si a chamada *Janeirinha*.

Quem a fez? Foram os teóricos do Páteo do Salema? Donde nasceu o partido *reformista*? Foi dos programas elaborados nesta própria casa onde estamos escrevendo? Não. Foi o movimento popular que fez a *Janeirinha*, foi dêle que nasceu o partido *reformista*.

Entretanto, como êsse movimento era apenas negativo, como protestava apenas contra a immoralidade no govêrno, contra o desperdício na administração, contra o suposto favoritismo palaciano — êsse partido foi efêmero e veio a fundir-se no corpo dos batalhões antigos do Setembrismo.

Por isso, e em conclusão, diremos: em primeiro lugar, que os partidos imaginados por um qualquer homem público, embora prestigioso e sagaz, estão condenados à sorte de *pa-*

trulhas, segundo a denominação vernácula. E em segundo lugar que, ainda saídos de um movimento de opinião popular, os partidos só teem vitalidade quando afirmam ideas positivas de govêrno.

A nosso ver, as ideas que conviriam ao presente em Portugal, seriam, além da moralidade e da economia na administração pública, (sempre indispensáveis, é claro) uma politica de restauração das fôrças produtoras do país, uma protecção decidida do trabalho nacional, francamente iniciada, democraticamente realizada, fugindo, por um lado, à pauperização fiscal e pelo outro à enfeudação ao capitalismo estrangeiro.

A ordem económica e a liberdade politica só nestas condições se podem conciliar, principalmente em países pequenos, fracos, pobres e horrorosamente indiviçados como é o nosso.

— (*Repórter*, 26-I-88; o artigo que seguiu êste está na pag. 68).

LIMITES DA ACCÇÃO DOS GOVERNOS NAS OSCILAÇÕES DA VIDA ECONÓMICA

«Comem as searas os pardais? — É por culpa dos Cabrais». Esta fórmula, que foi popular em 1847 e 1848, pode generalizar-se, applicando-se a todos os tempos, a todos os govêrnos e a todas as cousas.

Sobem as receitas das alfândegas? Cresce a exportação? Embaratece o desconto? Abunda o dinheiro? — Glória ao admirável govêrno que nos rege!

Baixam os rendimentos? Cai a exportação? Encarece o capital? Escasseia o dinheiro? — Anátema aos ministros incapazes!

Êste modo de discorrer — ou antes, de não discorrer — é filho de muitas causas, acima de todas as quais devemos pôr o limitado gráu da difusão dos conhecimentos económicos entre nós.

Além disso, é mister considerar a influência exercida por três séculos de providencialismo governativo que deu a êste povo uma noção exagerada dos limites da acção dos governos.

Finalmente, há que meter em linha de conta o temperamento político de uma nação excessivamente dependente do seu tesouro comum, e em que êle distribue por ano, em juros e salários, 40:000 contos de réis, isto é, à razão de 36:000 réis por ano e família, talvez uma quarta parte ou mais do rendimento total do país.

Estas são as causas, parece-nos, da excessiva importância que em Portugal se dá à acção dos governos, quer para bem, quer para mal, e portanto a excessiva responsabilidade com que se sobrecarregam os ombros dos ministros.

Não está nas mãos dêles, evidentemente,

nem aumentar, nem diminuir o comércio externo, a taxa do desconto, ou a abundância dos capitais. São tão absurdos os elogios, quando êsses factos benéficos se dão, como absurdas as acusações quando acontece o contrário.

Entre nós, nas condições avariadas da nossa economia interna, e com o tesouro ajoujado sob o pêso de uma dívida descomunal, a fortuna ou desgraça provém principalmente das condições dos mercados monetários europeus e da taxa do câmbio do Brasil.

Se estas duas condições são favoráveis, a dívida cotar-se há a uma taxa elevada, o desconto será barato, e o comércio de importação florescente em virtude do caudal de dinheiro que vem da emigração. Se estas duas condições são desfavoráveis, há o inverso em todo o sentido — e cai o govêrno por via de regra.

¿ Que tem o govêrno com isso ? ¿ Que pode o govêrno para tais casos ? ¿ Que responsabilidade ou que merecimento lhe cabe ? Nenhum, evidentemente, para quem quer que pense.

Todavia os factos não obedecem a pensamentos, e é quasi impossivel convencer o grande público de que há alguma cousa superior à arte da política — os movimentos fatais das fôrças económicas em cujo seio a política se agita, freqüentemente às cegas. — (*Reporter*, 5-V-88).

GALAMPINAS

Por mais que se queira fugir a isto, não há outra actualidade fora dos negócios.

Teem-se visto e vêem-se com freqüência povos inteiros agitados por várias formas mais ou menos simpáticas de histerismo; mas êste delírio da ganância, esta gula atroz de oiro em que todos vão correndo de gula aberta e língua de fora, cançados e sequiosos, é verdadeiramente nauseabunda.

É nauseabunda porque nos revela ulcerações hemorroidais no cérebro de tôda a gente; é deletéria porque nos obriga a respirar um ar empestado de cobiças, de invejas, de calúnias e falsidades; é amargamente irônica porque os fiascos mais extravagantes são por via de regra a conclusão das sucessivas *galampinas*.

Com esta palavra denominam os judeus aquilo a que nós chamaríamos comedelas.

No decurso de bem poucos anos as galampinas mais faladas na comédia política portuguesa foram a da Zambézia, a de Cacilhas, a dos Salgados do Algarve, a Benchimolada e a Salamannique.

Sôbre todas essas extraordinárias combinações o espírito de opposição, aliado ao espírito de inveja, sucessivamente protestou em altos

berros, clamando pela moralidade ofendida contra a corrupção triunfante.

E se houvesse dois dedos de bom-senso nos cérebros ulcerados de todos os atacantes e de todos os interessados, a crítica lhes diria, a uns e a outros, que tudo isso não passava de patacoadas mais ou menos ruinosas.

Da primeira galampina, a Zambézia, que resta? Que ficou da de Cacilhas? Estão dessalgados os Salgados? Veio alguma aguardente de Moçambique? Nada disso; cousa nenhuma. Tudo se foi nos fumos de hoje, que não são menos espessos do que os da Índia, de que falava Afonso de Albuquerque.

De todas essas galampinas apenas uma se transformou, de fumo que era, na cinza de uns milhares de contos de réis queimados pelos bancos do Pôrto nas linhas de Salamanca! — (*Repórter*, 3-V-88).

«QUE QUERERÁ ÊLE?»

A manifestação política mais compungente e desanimadoramente sintomática desta monção achavascada em que há muito navegamos, é o prurido de encontrar em tudo quanto se diz uma segunda intenção. Tanto queremos ler entre linhas, que treslemos.

¿Perdeu-se a noção comezinha de que também

se pode falar para se dizer o que se pensa, pacatamente, sinceramente, à boa-razão?

A fórmula indigesta do *que quererá éle?* penetrou-nos de modo a não se conceber que se não queira cousa alguma. Os ladinos piscam o olho, encolhem o mento, franzem o lábio, engatilham o sorriso para a gente, e de malícia amável, numa pirueta, exclamam com ares quási mágicos: *um gajão!*

Ninguém admite que se fale sem se levar água no bico. Tudo são *piadas*. Ninguém concebe que se emita um parecer sem que por de trás dêle esteja uma *carapuça*, ou algum interêsse reservado.

Se se critica, é despeito; se se aplaude, é veniaga. Não se imagina que possa haver lisura no pensamento, nem dignidade na intenção. Resumem tudo na espertalhotice.

Quando se aventa uma idea, esculdrinha-se logo quanto representa em sonante para a vaidade, ou para o interêsse; quando se define uma situação, logo se descobre o plano feito de a explorar em benefício próprio.

O mais chato egoismo e a desconfiança mais miuda é a luz que unicamente penetra nas circunvoluções dos cérebros. Tudo são cousinhas, como dizia o André de Rezende. — (*Repórter*, 29-1-88 v. a nota a êste artigo no fim do vol.)

OS «VENCIDOS DA VIDA»

Provavelmente o leitor acha-se tão derreado como nós próprios com a amassadura de farinha e trigo que nestes dias temos sido forçados a propinar-lhe em fornadas de números que poderão fazer um alimento substancial, mas sem dúvida alguma pesado.

Depois, o calor destes dias, que vai transformando Lisboa num forno, já cozeu a massa levedada com fermento engenhoso de imbróglío, e os votos dos pais desta pátria abençoada vão besuntar as côdeas com a clara de ovo parlamentar que dará lustre e brilho a êsse pão abiscoitadíssimo.

A pátria recompense os denodados moleiros e os rígidos tendedores de massa panificável, que nós hoje por fortuna temos à mão um assunto mais leve, mais divertido e mais instrutivo ainda.

É o partido novo.

Multiplicam-se como os pães, os partidos. Há-os de todas as côres, de todos os feitios, de todos os moldes. ¿Porque não haverá o dos Vencidos da Vida, ou o do Rato?

A imaginação fecunda dos homens engenhosos cria visões, a dos medrosos cria fantasmas, a dos astutos urde quimeras, de que o bom-senso ri espreguiçadamente—única cou-

sa compatível com o calor senegaliano destes dias!

¿Porque não haverá o partido dos Vencidos da Vida, que seja do Rato ou de S. Mamede, do Beato ou do Dafundo? ¿Porque não será um jantar semanal, um jantar alegre e até um bom jantar, a carta constitucional de um partido novo?

A política não passa de um banquete: o caso é saber quem o paga. Ora os Vencidos teem por costume pagar o seu. A política é a contradação mais divertida que os homens inventaram para distracção própria; ¿porque é pois que a alegria semanal de uns certos indivíduos não ha de também ser o ponto de origem para um partido?

Um ministro comia no seu gabinete o almôço mandado vir de um botequim. Entrou um amigo. — «Mandei-o entrar, disse o conselheiro, para v. ver que o ministro come!» Pois aqui janta-se! é o que os Vencidos, amassando o seu partido, podem responder aos denunciantes dêsse caso pavoroso e negro.

E uma nota grave que esqueceu aos conspícuos delatores, foi notar como êste partido dos Vencidos nasceu do meio do trigo, joeirado, moído, amassado, tendido e cozido para alimento dos que se entreteem a escabichar a vida da gente ou procuram de um modo irrisório criar derivativos para a atenção do público.

Nasceu do trigo o partido novo; mas compromete-se solenemente a não ir jogar na bolsa dos cereais, a não fazer sindicatos para especular com a redução dos direitos, a não pedir empregos na manutenção do Grilo, a não pagar nem um ceutil na alfândega para um fisco pauperizador, a não entrar, numa palavra, em nenhuma das malhas da urdidura complicada da lei dos cereais.

A única obrigação que o partido me encarrega de contrair para com o país, o único compromisso que toma solenemente, é o de continuar a jantar com alegria, uma vez cada semana, rindo-se o menos possível dos seus patuscos inventores. — (*Repórter*, 3-VII-88; v. a nota relativa a este artigo no fim do vol.)

PROBLEMAS ECONÓMICOS

O PROBLEMA ECONÓMICO

O velho tema das Harmonias que desde Bernardin de Saint-Pierre até Bastiat e Garnier correu mundo, está fora de moda, e com razão. Supor que a natureza é harmónica e pacífica no seu dinamismo, não se pode depois de Darwin e Huxley. Imaginar que êste espectáculo grandioso do mundo vivo, é feito de acôrdo e fraternidade, repugna; pois assistimos de perto à concorrência feroz com que homens e nações se acotovelavam na carreira para um destino as mais das vezes desconhecido, tanto aos indivíduos, como às sociedades.

A vida é uma luta, mas da soma de tôdas as lutas pode sair, sai às vezes, uma resultante de fortuna, e mais vezes ainda uma conclusão de desordem. De outra forma não se comprehenderia a ruína; e de tôdas as sociedades a mais harmónica seria a que mais se aproximasse do

estado natural em que todavia, como é sabido, as catástrofes são mais freqüentes — as fomes, as guerras, as pestes.

E que a harmonia das cousas não está na natureza: está nas concepções do nosso pensamento, quando êle é capaz de imprimi-las com energia nos moldes plásticos dos elementos naturais. A ordem é uma invenção do espírito humano, e tem um carácter inteiramente subjectivo.

No meio das crises sociais que caracterizam o nosso tempo, perguntam muitos qual será o destino de sociedades profundamente lavradas pela cobiça, pelo desespero dos miseráveis e pela indiferença dos sibaritas. ¿Entrámos num *in pace*, donde não há saída além de revoluções medonhamente sangrentas, desenrolando-se entre a fumarada dos incêndios à luz rutilante das labaredas?

¿ Não haverá salvação contra a onda crescente da desordem, prègando a vindicta com lábios frementes de inveja? ¿ Não haverá melhor programa do que o da obstinação, da resistência, da aclamação insolente dos vencedores de hoje, esmagando com o pé aqueles que são o número e seriam a fôrça no momento em que tivessem consciência dela?

Ponto era que também houvesse nos vencedores consciência do perigo e intelligência para o evitar, quando mais não fôsse por obediência

ao instinto da própria conservação. Porque no fundo das cousas, os factos vão caminhando de modo que, havendo moderação e inteligência, a razão, abstraindo das paixões e da incapacidade dos homens, vê desenhar-se em longínquos horizontes intellectuais uma idade de harmonia e de paz.

A máquina económica é como outra qualquer; tem um propulsor e um regulador, um êmbolo e um volante. Êmbolo é o egoísmo, volante é o pensamento. Um impele os homens para a acção, incita-os ao trabalho e à economia, agrilhão-os com as ambições da riqueza— e por isso é fundamentalmente errada qualquer teoria comunista que prescindida desta fôrça inicial. Outro regula a expansão desordenada das vontades e dos instintos— e por isso é também fundamentalmente errónea qualquer doutrina que prègue a inanidade da legislação económica, a vaidade da protecção, a excelência da concorrência livre e absoluta no vazío bárbaro de instituições ponderadoras.

Neste artigo propomo-nos mostrar como no fundo da anarquia económica em que vive o mundo civilizado, entregue aos vái-vens de um capitalismo desenfreado, há os elementos de uma ordem futura. Assim houvesse o propósito de a estabelecer!

Procedamos por partes.

Vejamos a importância das immobilizações de capital em todo o mundo civilizado, nos trinta ou trinta e cinco anos que vão desde 1850 a 1880 ou 1885.

Em 1850 havia 40:000 quilómetros de caminhos-de-ferro, em 1883 havia 450:000, e hoje há talvez 500:000, que com 800:000 quilómetros de linhas telegráficas e 260:000 de cabos submarinos, custaram o melhor de 24 ou 25 milhões de contos de réis.

Em 1850 a arqueação das marinhas mercantes do mundo era de 237:000 toneladas de vapores e de 7.328:000 de vela; trinta e três anos depois era de 7.396:200 de vapores e 12.002:800 de vela.

Se contarmos, como é facto, que cada tonelada de vapor representa uma capacidade de tráfego tripla da vela, vemos que a instrumentação marítima se multiplicou por quasi cinco vezes. E se dermos o custo de 507000 réis a cada tonelada de arqueação, veremos também que as immobilizações de capital marítimo comercial orçam por 666 a 700 mil contos de réis.

Em 1850 contava-se existirem em acção 6 milhões e trezentos mil cavalos-vapor, dos quais 4 milhões e duzentos mil em locomotivas, 350 mil em vapores e 1:750 mil em máquinas fixas.

Trinta e cinco anos depois, encontramos 71:000 locomotivas com 19:400 mil cavalos, 9:200 vapores com 5:200 mil, e quasi meio mi-

lhão de máquinas fixas com 10 milhões e meio de cavalos-vapor.

Calcula-se que cada semana cresce de 20:000 o número de cavalos-vapor em actividade, e orçam as estatísticas em soma proximamente igual à consolidada em caminhos-de-ferro, a soma invertida em minas, fábricas, telégrafos, navios, iluminações, drenagens e tôdas as espécies de consolidações que teem por fim facilitar a produção e o transporte dos produtos.

São pois 45 ou 50 milhões de contos de réis, o que em trinta ou trinta e cinco anos se tem lançado à terra como semente para a colheita opípara de rendimentos. É um milhão ou milhão e meio de contos de réis o capital que anualmente se tem consolidado para a exploração dêste planeta que nos foi concedido pelo Destino, como as capitánias do Brasil que no século XVI D. João III deu aos donatários ultramarinos.

Os melhoramentos da exploração trazem sempre consigo aumento no produto, economia nos preços, e acréscimo progressivo no rendimento líquido. Às immobilizações corresponde sempre uma produção maior de capitais móveis, ou riqueza fungível.

É assim que dos capitais consolidados na navegação resultou uma redução do frete ma-

rítimo a metade, que dos capitais imobilizados nos caminhos-de-ferro e telégrafos veio a redução do transporte terrestre à sexta parte do que era antes; é assim que, na indústria, cinco homens produzem hoje tanto como oito há trinta anos; e que a-pesar-dos salários terem em média duplicado há trinta anos, — a mão-de-obra experimentou uma redução geral média de 12 %.

É assim que por êstes motivos a baixa dos preços é geral, o que não quer dizer que seja uniforme, nem em todos os países, nem para todos os géneros, mas sim apenas que a média universal se exprime, quando referida a 1850, pela razão de 8,5 %, ou por outra, que com 91\$500 réis se podem comprar hoje tantas cousas como há trinta anos com 100\$000 réis.

É também por êstes motivos que hoje há no mundo 14 milhões de contos de réis de ouro e prata, metade ouro, metade prata, seis em moeda e oito por amoedar; quando há trinta anos havia apenas 8 milhões e meio, e dêstes só três em ouro, e só dois em moeda.

Incremento da produção, baixa de preços, rios de dinheiro — êstes três motivos actuam sôbre o valor venal dos capitais móveis, ou por outra, sôbre a taxa do desconto, que é o índice sintético e a escala expressiva da economia do mundo.

Quanto mais se consolida, portanto, quanto mais obras se fazem, tanto mais barato é o di-

nheiro, para usarmos desta expressão popular. E o espectáculo actual da inversão dos termos antigos, em que os negócios andavam à caça do dinheiro, enquanto hoje é o dinheiro que anda à caça dos negócios, exprime-se pela baixa progressiva da taxa do desconto, apenas acidentalmente alterada pelas crises ou doenças sociais: uma guerra, uma fome, uma peste, ou outra catástrofe.

Na década de 1861 a 1869 a média do desconto em Inglaterra, que é o grande mercado dos capitais móveis, foi de 4,23 p. cento; no resto do mundo foi de 4,30 p. cento. Na década seguinte desceu em Inglaterra a 3,23 p. cento, e no resto do mundo a 3,71. O dinheiro baixou de preço, em Inglaterra, 0,80 p. cento, e no resto do mundo 0,56 p. cento.

Um facto que vem juntar-se aos de ordem geral económica, para precipitar o valor do capital móvel é a amortização progressiva das dívidas nacionais nos países ajuizadamente regidos. A Inglaterra tem já dinheiro a 2,5 p. cento.

Conta-se que de 1850 para 1884 as nações do mundo culto tiveram de receitas a soma de 113 milhões de contos de réis e de despesas a soma de 129 milhões, tendo de pedir emprestado a diferença, ou 16 milhões de contos de réis; e a não ser esta concorrência colossal no

mercado dos capitais móveis, a taxa do juro estaria sem dúvida hoje muito mais reduzida.

¿Que destino tiveram êsses 16 milhões? Em parte um destino concorrente para o barateamento do dinheiro; em parte foram perdidos. Em parte serviram para o progresso económico; em parte foram devorados pela guerra. Os estatísticos repartem a soma proximamente por metades. Oito milhões de contos de réis devorou-os a guerra da Criméa, a guerra russo-turca, a guerra franco-prussiana, e por fim a construção dos couraçados. Oito milhões também foram gastos em caminhos-de-ferro, em telégrafos, em estradas, em pontes, em outras obras de fomento, e por fim nessa magnânima emprêsa da abolição da servidão da Rússia, que custou 400 mil contos, para afirmar ao mundo a grandeza de um povo e a humanidade de Alexandre II.

De 1850 para hoje as despesas das nações cultas duplicaram. Orçam-se actualmente as despesas anuais em 4 milhões de contos de réis, dos quais 2 são absorvidos pelas despesas administrativas de tôda a espécie, 800 mil pelo serviço das dívidas, e 1:200 mil pelas despesas militares.

São estas que progridem esmagadoramente, porque os 250 mil contos gastos annualmente em despesas de fomento, tendem a anular-se, concluída como está, pode dizer-se, a rêde dos

caminhos-de-ferro, dos canais, das estradas e mais obras. Examinando-se os orçamentos, vê-se por tôda a parte abatida a febre das obras públicas.

A supressão dessa despesa, a redução dos empréstimos aos capitais devorados pelas guerras, concorrentemente a redução dos encargos das dívidas pelas amortizações — eis a série de factos políticos paralelos aos factos gerais económicos tendentes para reduzir cada vez mais o valor do dinheiro.

Passada pois esta crise provocada pela assimilação dos elementos qua vieram desorganizar a máquina económica do mundo, na Renascença com as descobertas ultramarinas, no século XIX com as descobertas estupendas da fisica, da química e da mecânica; passada esta cheia que alastrou o mundo e sôbre cujas vagas temos visto e vemos balouçarem-se alterosos os galeões da aventura com as flâmulas orgulhosas da finança, tão coruscantes como os pendões dos velhos conquistadores; passado o período da vertigem, o mundo entrará no regime normal da economia e do trabalho, da parcimónia e da igualdade, se os homens tiverem juízo bastante para se governar dêsse modo.

Num livro superiormente expressivo, *Lombard Street*, em que Bagehot descreve o me-

canismo capitalista inglês, confessa o falecido economista que êsse polipo é tudo quanto há mais avêso à justiça e à ordem, mas que é ao mesmo tempo o mais eficaz para satisfazer a ambição inglesa de rapinar o mundo em seu benefício. Hoje os tempos mudaram, e as lições da Inglaterra foram aprendidas pelas outras nações, que se defendem, aprestando-se também para o saque.

A tradução económica dêste estado é o fim do livre-cambismo, as pautas universalmente defensivas, os *drawbacks* como arma de agressão na concorrência. A tradução política é o armamento universal pelo que diz respeito ao estrangeiro, e a consciência progressivamente crescente, a influência cada vez mais preponderante das classes trabalhadoras, pelo que diz respeito à política interna das nações.

Amortização progressiva dos capitais móveis pela baixa do desconto, normalização das relações entre o capital e o trabalho, consolidação das nações como colmeias ou formigueiros produtores — eis aí o que racionalmente deveria sair do movimento em que vamos levados.

Racionalmente é porém um advérbio a que os povos se não sujeitam por via de regra. Acordando, a imaginação pergunta-lhes para que são tantas canseiras, e quando lhes representa a imagem da Terra, girando como uma bala nas vastidões do céu vazio, mosqueada de

idades, coalhada de gente curvada à dura lei do trabalho, estremece, e desvairada em ambições poéticas, em sonhos alucinados, destrói numa hora, com uma revolução ou uma guerra, o trabalho de muitos séculos, para recomeçar de novo, Sisypho eterno, a rolar o penedo que lhe mortifica os ombros no fadário triste de uma empresa tão fatal quanto illusória! — (*Repórter*, I-V-88)

LIBERALISMO ECONÓMICO E INTERVENÇÃO DO ESTADO

... Todos os espíritos lúcidos abandonaram a quimera de confundir as realidades com as ideias: essa quimera antiga que supunha possível subordinar o mundo aos ditames desta ou daquela doutrina. As doutrinas são critérios apenas; a prática somente obedece ao conhecimento científico das condições reais. Cada caso é um problema, e não há metro comum para a variedade infinita das hipóteses. Dizem os médicos que há doentes e não doenças: na sociedade é o mesmo. O reinado da abstracção terminou, desde que a crítica rege o espírito humano.

Não se creia pois em *escolas opostas*. Diariamente o *Jornal do Comércio* está dando provas de que o seu individualismo é menos que medíocre, e isso faz sobretudo honra à sua

perspicácia. Não afirme que desejaríamos o monopólio sistemático de tôdas as indústrias, porque seria o mesmo que supor-nos capaz de querermos uma tolice. Nem os mais sistemáticos defensores do socialismo de Estado, nem o próprio Bismarck, nem Shäffle, nem ninguém, jamais sonhou cousa semelhante—quanto mais nós! Arvorar um fantasma pelo prazer de o derrubar depois em períodos sucessivos, será talvez hábil (não nos parece) mas não é discreto.

Tudo quanto existe gira entre os polos de uma contradição ou antinomia fundamental. Nas sociedades humanas um polo é o instinto de expansão da vontade individual, o outro polo é a idea da conservação do corpo social. Os doutores chamaram erradamente a êstes polos, liberdade a um, autoridade a outro. Um polo é o propulsor do progresso, como na máquina é o vapor; outro polo é o regulador da marcha, como na máquina é o volante. Desordenada a expansão, a máquina estoira; sobrecarregado o volante, a máquina pára. É necessário que haja vapor ou energia individual, sob pena de estagnação; é necessário também que haja volantes e reguladores, sob pena de anarquia.

Tôda a questão, nisto, como em tudo, está no mais e no menos, no como e no quando. Tudo são hipóteses, porque, emquanto aos princípios, já não pode haver divergências entre ho-

mens de razão crítica, saber seguro, e ânimo forte...

«Nós confiamos mais na iniciativa e na liberdade individual», diz o colega. Pois nós, pelo contrário, nem confiamos *mais* na liberdade, nem na autoridade. *C'est selon*. Não se pode ser absoluto em cousa alguma. Em países e povos cretinizados como a Itália, a Espanha e nós, no século XVIII, o colega não poderá negar que seria utópico esperar o quer que fôsse da *iniciativa individual*: seria um paradoxo. Nesse caso, confiariamos mais na autoridade de um duque da Toscana, de um Carlos III, ou de um D. José. Mas dêem-nos povos acordados para a vida política, povos como os do ocidente europeu hoje, e seria paradoxal também imaginar repetir os processos do século passado.

«Nós, pelo contrário, confiamos mais na iniciativa e na liberdade individual, na luta pela existência, como incentivo de progresso industrial e de desenvolvimento económico, do que nas combinações do monopólio e no regime das regulamentações do Estado. Isto não quer dizer que queremos uma liberdade sem limites, que é a anarquia. O homem na sociedade tem de abdicar de uma parte da sua liberdade em benefício comum. A protecção e as restrições legais são uma necessidade. Mas, à medida que a sociedade se fortalece e aperfeiçoa, a protecção vai sendo menos necessária e as restrições menos convenientes.

Tudo isto é absolutamente verdadeiro — salvo o fim. *In cauda venenum*. É aí que reponta o ex-doutrinário com as suas preocupações de escola; porque a observação dos factos contemporâneos desmente de todo em todo o assêrto que ao progresso de uma sociedade seja correlativo o afrouxamento dos vínculos sociais.

Pelo contrário: quanto mais complexo é um maquinismo, mais complicado, mais especializados são sempre os seus órgãos. Olhemos em volta de nós. ¿ Que era há meio século a viação? Um enxame de pequenas indústrias concorrentes nas estradas e nos mares. ¿ E que é hoje? Um sistema de monopólios engrenados. A causa disto está na descoberta do vapor e no conseqüente aperfeiçoamento das máquinas motoras. ¿ Que era, há meio século, a indústria da fiação, por exemplo? Um viveiro de pequenas oficinas em concorrência activa. ¿ Que é hoje? Um agregado de fábricas colossais com verdadeiros exércitos de operários.

Não citamos mais exemplos, por desnecessário. Seria um nunca acabar. A cidade económica transformou-se por completo neste último meio século: é isto o que os antigos doutrinários esquecem quási sempre.

Era um enxame de trabalhadores livres; é um exército de batalhões cerrados, disciplinados, comandados pelos novos senhores feudais

da indústria. ¿ Como se quiere que o Estado, a lei, êsse dever de protecção e restricção que é o volante da máquina social, se não torne cada dia mais enérgico, e a tôda a hora mais eficaz ?

Há cinquenta anos, os orçamentos das nações eram a têrça, ou a quarta parte do que são hoje : as funções do Estado teem crescido e crescerão muito mais ainda. Todos os dias hão de surgir engrenagens, aparelhos, molas e volantes novos, novos *monopólios*, porque, à maneira que se civiliza, a máquina social complica-se. Sucede o mesmo em tôdas as máquinas.

— (*Provincia*, 14-III-87 v. a nota a êste artigo no fim do vol.)

Uma observação curiosa e instrutiva é a da attitude que nos últimos anos tomaram por tôda a Europa os lavradores e proprietários.

De livre-cambistas em teoria, que eram há vinte anos, tornaram-se hoje nos mais exagerados proteccionistas. É que lhes arde a fazenda... Nunca os industriais foram tão longenas suas reclamações, como hoje vão os agricultores.

E todavia, com que abundância de frases sonoras e doutrinas poéticas repetiam noutro tempo, contra a indústria, as *harmonias* de Bastiat e as banalidades de Garnier ! Com êsse mesmo calor repetem agora, em frases sêcas e

em conclusões breves, as suas reclamações excessivas, que arruinariam as indústrias...

A esperteza de pedir muito para alcançar pouco não fica bem a uma classe, nem a um congresso. Deixem isso para os fura-vidas. É necessário sermos proteccionistas, mas não a benefício de uma classe, com detrimento das outras. É necessário que todos vivam e vivam bem; e, se não vamos tão longe como aquêlê membro do congresso que queria que o país produzisse tudo, absolutamente tudo de que carecemos—tôda a espécie de opiniões brotou na assemblea!—é fora de dúvida que só o fomento paralelamente ponderado da agricultura e da indústria pode consolidar a riqueza de um país.

A anarquia económica, expressão última do livre-cambismo teórico, leva à guerra de classes. O protecționismo exclusivo levaria ao mesmo pôrto. Protecção quer dizer equilíbrio, ponderação, ordem, justiça para todos—para o trabalho e para o capital, para a lavoura e para a fábrica.—*Repórter, 28-II-88).*

EXEMPLO A SEGUIR

A denominação de feudalismo industrial para os tempos de agora está consagrada.

Da mesma forma que, em seguida à anarquia

bárbara do V ao VII século da nossa era, veio como consequência espontânea a formação de núcleos de fôrça dominadora, com um castelo e uma hoste por base: assim também hoje, destruidos os moldes arcaicamente protectores das velhas monarquias, por tôda a parte saem, do nosso individualismo civilizado, fortalezas e hostes que são fábricas ou escritórios com batalhões de operários ou caixeiros.

Os barões de agora chamam-se Pereire ou Bleichroeder, chamam-se Rotschild ou Camondo, chamam-se Vanderbilt ou Cockerill, Krupp ou Schneider — Burnay ou Foz. E também agora, como no VIII século, os govêrnos das monarquias e das repúblicas, indistintamente, estão reduzidos ao que eram as côrtes dos reis frankos com os seus *maires* de palácio, escribas e serventuários dos poderosos senhores de pendão e caldeira, como se dizia em Espanha.

O movimento de centralização é universal.

A rêde antiga dos balcões de cambistas e agiotas apertou-se pouco a pouco, e das suas malhas cerradas fizeram-se êsses castelos roqueiros da finança em que do fundo de gabinetes opulentos, ao pé de fogões monumentais, se impõe a lei ao comércio e à política, governando os preços e as cotações, ditando a sorte de um *valor*, dispondo da riqueza das nações, preparando as batalhas da bôlsa com a mesma

estratégia antiga, com os mesmos escrúpulos, isto é, sem escrúpulos de nenhum género, mas com armas mais seguras e menos arriscadas do que eram o montante e a lança.

A rêde antiga das oficinas onde moirejavam artífices, agremiados nas suas jurandas, desapareceu vencida por outra espécie de castelos que desfraldam ao vento pendões de fumo sôbre mastros cilíndricos de tijolo, e dentro dos quais moirejam, brutalmente reünidos, exércitos de formigas negras trabalhando às ordens de monstros de aço infatigáveis.

No campo, a lavoura era a alegria da vida. O lavrador, atrás dos bois, arava a terra, copulando com ela quando vasava a semente nos seus rêgos fumegantes. Depois a terra viu chegar o barão com as suas armas, com máquinas para fazer tudo, com dinheiro para açambarcar tudo, e desapareceu o encanto do crescer das searas que o sol ia gradualmente amadurecendo. Veio todo o trigo da América, e o lavrador curvou a cabeça rendido, vencido, arruinado, como o cambista e como o artífice.

Pelas estradas, mais ou menos bem calçadas, o almocreve seguia cantarolando com a récua de machos, e o carro chiava melancolicamente, enquanto não tiveram de fugir estonteados pelo apito de um monstro de ferro que sôbre carris de aço levava de uma vez atrás de si combóios enormes de carros com uma rapidez vertigi-

nosa. O almocreve perdeu a sua alegria e a sua liberdade antiga, como a perdeu o lavrador.

No comércio, a mesma cousa. O tipo antigo desapareceu. O telégrafo suprimiu as especulações, substituindo-lhes os sindicatos e monopólios. Ontem era o do café e da borracha, nos Estados-Unidos; agora mesmo é o do cobre. O sindicato açambarca o género, eleva o preço, vende, divide o lucro... e pagam as favas aqueles a que, no *jargon* bolsista francês, se chamam *gogos*.

O mesmo feudalismo avassalou as lojas de capela e fazendas; a evolução nessa espécie retratou-a Zola, com a sua fidelidade de fotógrafo, no *Bonheur des dames*.

O *Louvre*, o *Printemps*, a *Belle Jardinière*, o *Bon Marché* — que nos sugere êste artigo — são os castelos roqueiros da *nouveauté* em Paris, semelhantes ao que em Londres encheu de milhões o sr. Cook, de Monserrate; castelos roqueiros levantados sôbre as ruínas das pequenas lojas onde pai, mãe e filhos vendiam pano às varas à clientela sua conhecida, como nessa aguarela deliciosa de Balzac intitulada a *Maison de chat qui pelote*.

Foi numa destas lojas que a um mesmo balcão se conheceram e se amaram o senhor e a senhora Boucicaut. Eram moços ambos, eram

bons, ambiciosos e económicos: franceses da mediania comum dêsse povo tão igualmente dotado.

A casa pertencia a quaisquer velhos, refractários às novidades da *nouveauté* e do *calicot*. Êles tinham ideias. O seu amor grudava-se aos seus planos de futuro. Seria um casamento e uma sociedade. Sonhavam prazeres e prospectos de venda, beijos e carícias recíprocas, beijos e carícias a distribuir pelos freguezes. Uma mina segura, um filão potente de felicidade e lucros!

E foram felizes porque se estimaram carinhosamente e porque acertaram nos seus raciocínios. Os dias dos pequenos lojistas estavam contados. Os grandes armazens devorariam as lojas. Fundir em vez de fragmentar, eis o processo; vender muito para poder vender barato, eis o segrêdo — donde saiu a idea do *Bon Marché*, êsse verdadeiro castelo roqueiro da margem esquerda do Sena, com a sua legião de caixeiros e caixeiras e as suas vendas que somam por dia um milhão de francos.

Todos os filósofos dizem que o homem é um animal tribal, para quem a vida solitária é horrível e a simples vida de família insuficiente. Por isso, logo que se partiram as instituições de agregação antigas, jurandas e irmandades, confrarias e corporações, vinculadas pelo interesse prático da comunidade de officio e inte-

rêsse, apareceram os teóricos a formular a idea de associação, abstractamente.

Neste advérbio estava e está o mal, porque só os interêsses formam as tribus; indivíduos associados para um fim platónico, sem outros laços que os unam, forçosamente se desagregam.

Por isso os pequenos lojistas desprotegidos pela legislação, isolados, disseminados no meio da turba individualista, forçosamente seriam vítimas do primeiro conquistador. Boucicaut foi o primeiro barão feudal da *nouveauté*.

O facto dos Boucicaut não terem filhos e portanto não obedecerem aos instintos naturais do egoismo e da propriedade hereditária, pode considerar-se providencial, pois deu de si um exemplo fecundo.

Expliquemo-nos.

Tôda a gente sabe de que desordens, de que rapinas o velho feudalismo se tornou réu, desde que deixou de corresponder à necessidade de ordem das sociedades bárbaras nossas avós. Tôda a gente sabe quantas guerras, quantas lutas foram necessárias aos reis para reivindicarem para si, como representantes dos interêsses comuns, o poder que de facto andava usurpado pelos barões.

Tôda a gente vai sabendo hoje, agora, que

também está feita a transformação necessária da máquina industrial, determinada pelas invenções científicas da primeira metade do século: tôda a gente vai sentindo as conseqüências do feudalismo moderno.

O operário rebela-se contra o patrão e faz *greves* que são verdadeiras revoluções; o comerciante grita contra a banca que o arruína com o desconto; o lavrador clama contra os monopolizadores dos cereais americanos, fabricantes de farinhas. E assim à proporção.

Esta guerra do forte contra o fraco, êstes protestos dos fracos contra os fortes; esta anarquia e esta instabilidade, fundo do quadro de tôda a vida social da Europa de hoje, hão de resolver-se, sob pena de um cataclismo.

Como? Há dois caminhos: um é o da autoridade, outro o da filantropia e do mutualismo. Um propõe-no Bismarck, outro apresenta-o o testamento de madame Boucicaut—nome que, a-pesar-da sua modéstia, ficará tão célebre na história do nosso tempo como o do grande ministro do império alemão.

Apropriando-se dos caminhos-de-ferro, defendendo a indústria nacional, no mercado interno com as alfândegas, no externo com os *drawbacks*, instituindo os seguros e pensões para os operários, organizando jurandas, regulamentando o trabalho, Bismarck vai buscar ao arsenal das antigas leis do absolutismo o con-

traveneno para as conseqüências da anarquia individualista dêste século.

Os Boucicaut procederam de outro modo. Já em sua vida o *Bon Marché* tinha ensaiado a participação dos operários nos lucros industriais. Pela sua morte instituíram o castelo feudal da *nouveauté* numa colmeia mutualista. Enquanto o chanceler se inspirava em Colbert, os Boucicaut aprendiam com Proudhon.

Legaram o *Bon Marché* aos caixeiros do *Bon Marché*, para que êles cooperativamente explorem as conquistas feudalistamente realizadas. E não se limitaram a isto, porque, operários de outro tempo, sabiam por experiência própria a dura sorte dos que vivem do trabalho de suas mãos: instituíram hospitais e albergues para os inválidos, dotaram aprendizados, deram às escolas — repartiram com uma sagacidade rara, e uma filantropia única, os seus bens todos com os núcleos de agregação que viram em volta de si como germens da futura cidade da democracia e do trabalho.

Filantropia única, dissémos e repetimo-lo; porque os Boucicaut, com as suas dezenas de milhares de contos, podiam em vida ter feito morder de inveja muito ricaço dos que põem o orgulho nas vaidades; podiam ter concorrido com os Mackay quando queriam comprar o Arco do Triunfo para o iluminar no dia dos anos da senhora; ou dar bailes ainda mais es-

tapafúrdios do que os da princesa de Sagan em que os convidados haviam de ir *costumés* de bêstas.

E preferiram a tudo isso deixar de si uma lembrança imorredoura, aclamados hoje por uns poucos de milhares de homens que lhes devem a sua sorte, e por todos aqueles que medem o alcance da crise que a Europa atravessa hoje.

¿ Sairá dela pelo Estado ou pelo Mutualismo ?
¿ Vencerá Colbert ou vencerá Proudhon ? ¿ Absorverá outra vez o estado o poder económico, para que o político não seja apenas uma ficção ?
¿ Ou reconstituir-se hão pouco a pouco as sociedades liberalmente e federativamente, em colmeias de trabalhadores, transformados à maneira do *Bon Marché* os castelos roqueiros de feudalismo industrial ?

Não é lícito aventar profecias ; mas é necessário curvarmo-nos reverentes perante a memória dos Boucicaut, e bater palmas de alegria por ver que se não apagou de todo ainda o instinto claro do bem nesta idade que parece votada à guerra feroz dos interêsses e à concorrência ridícula das vaidades imbecis. — (*Reporter*, 2-I-88).

O CÓDIGO COMERCIAL

Nem a indole do jornal, nem as proporções de um artigo, nem as habilitações do cronista, fazem de-certo esperar ao público, nestas breves linhas, e tão breves quanto é possível, um estudo técnico do projecto do Código Comercial de que é autor o actual ministro da justiça.

Mas, ainda nos limites da crónica, ainda na esfera marcada a um jornal, ainda nos horizontes mais ou menos enfiados do génio dos nossos leitores, é possível e é de-certo útil, ao que nos parece, dizer alguma cousa a respeito do diploma de maior tomo que até agora tem saído da forja, nem sempre ardente, do govêrno.

O projecto de 1887, que será o código de 1888, vem substituir a anacrónica obra de Ferreira Borges, edificio que, datando de 1833, tinha já tantas fendas e uma tal soma de heras trepadeiras a roê-lo, que se tornara uma ruína tão veneranda, como inabitável.

Um intervalo de meio século, meio século de vida intensa que corresponde a muitos séculos de vida histórica, separa êstes dois diplomas; e seria curioso estudar, na comparação miúda dos seus artigos, nas espécies de novo introduzidas no código de agora, na linguagem, no espirito, em tudo: seria curioso e sugestivo estu-

dar êsses pontos para medir o caminho andado neste meio século pela sociedade portuguesa.

Não é isso o que pretendemos fazer num artigo: seria um absurdo tentá-lo sequer. Mas em poucos períodos, em breves traços, pode dar-se uma idea sumária, e convém que se dê.

Engana-se muita gente supondo que só as cousas fúteis são interessantes: não é assim. Nos assuntos mais refractários há uma semente de interêsse geral: ponto é fazer germinar essa semente, para que, rotos os invólucros sêcos que a encobrem, dela se solte nervosamente a haste de uma planta viva.

A palavra Comércio que, durante longos tempos, apenas exprimia a função elementar das compras e vendas de mercadorias e as operações subsidiárias do seu transporte, ganhou hoje, no próprio sentido jurídico, uma amplitude tal que inclui em si todos os fenómenos da vida económica: a mutualidade e o anónimo, a indústria e o reporte, a bolsa, os bancos e tôda essa floresta de instituições que se levantam feudalmente em tórno do Estado, como árvores, filhas de uma mesma semente, iguais nos braços, idênticas nas fôlhas, e com ramaria tão potentemente densa que afogam e estiolam o velho ulmeiro da politica.

Hermes, de tornozelos alados, leva-nos todos

na sua carreira, e com o caduceu aponta-nos o lado oposto àquele onde envelhecem os velhos deuses épicos, Palas-Atenea e Zeus, coroado de raios, a sabedoria, o direito, a religião... Nesta época industrial, somos todos comerciantes.

O código comercial devia pois chamar-se «código das instituições económicas». Tudo se comercializou desde que tudo se monetizou.

A própria terra, com as suas cãs de antigos direitos, entrou no regime comum, desde que foram abolidos os vínculos e proibida a mão-morta, transmitindo-se simbòlicamente por meio de uma letra ou de uma escritura.

É por isso que antigamente, e ainda em 1833 no código de Ferreira Borges, a legislação commercial se destinava particularmente a uma certa classe de indivíduos, sacerdotes de Mercúrio, matriculados nos seus registos corporativos.

Hoje essa classificação é obsoleta, e o código encara, não os homens, mas os actos; não os indivíduos, que todos comerciam de um modo mais ou menos temporário; mas sim as acções que são comerciais, ou não o são independentemente de quem as pratica.

Assim, o código do comércio deixa de ser o fôro particular duma classe determinada, para se tornar a legislação própria de uma certa esfera da actividade social — a esfera económica.

O volume dessa esfera avulta diàriamente.

No seu desenvolvimento, as sociedades tendem para a confusão e penetração das funções exclusivas de classe, e o homem para realizar êsse tipo sintético de acção que vai desde o palpar as cousas do sentimento, até ao efectuar as obras da realidade, com a mediação clara da intelligência crítica.

De tal modo se traduz na sociedade a sua lei vital de igualização dos individuos, de obliteração conseqüente de classes. A natureza fêz primeiro os polipos que são colónias, depois os vertebrados que são nações.

Outro motivo há, porém, ainda.

Ao entibiamiento das alucinações transcendentales, ao afrouxar das paixões patrióticas, ao dissipar de todo êsse nimbo de poesia e fé, atmosfera de azul e ouro em que os povos desabrocham e vão crescendo, corresponde a invasão absorbente dos instintos económicos.

Aos períodos poéticos, aos períodos pròpriamente políticos da história, sucedem os períodos industriais: à idade de ouro a do bronze, à do bronze a do aço friamente elástico.

O que lá ao longe, nos recessos indecisos do passado, era uma função obscura de judeus, ou um vil mister de escravos, quando a soberania estava no báculo e na lança, tornou-se, com o desenrolar dos séculos, o próprio núcleo, o pensamento vivo, a cogitação suprema dos povos.

Quando as nossas galés algarvias, costeando a África fronteira, chegaram à costa da Mina e aí começaram a *resgatar* ouro em pó, os negros deram-nos um exemplo do aspecto inicial do comércio.

Deixava-se um montículo de sal na praia deserta e vogava-se para o mar. O negro vinha, observava, calculava, e por fim levava consigo o sal, deixando em trôco uma porção de palhetas de ouro, que, outra vez deserta a praia, os algarvios das galés arrecadavam.

Uma grande lisusa, uma extrema simplicidade, nenhuma lei, só a confiança: eis os traços do comércio primitivo, ainda hoje em prática nas transacções das nossas feiras alentejanas, em que ninguém falta à palavra, nem há escrituras, nem letras, embora se negocie a prazos, e em que dezenas de contos de réis se confiam à candidez bárbara dum pastor, conduzindo através de charnecas as manadas de ovelhas ou as longas varas de porcos, espessamente negras.

É o período da troca elementar, de que se passa gradualmente para o da especulação mercantil, sobretudo com os progressos da navegação marítima.

Então aparecem instrumentos mais enérgicos ou mais subtís, e invenções complicadas. Aparece a letra e o crédito, inventa-se o mecanismo

do seguro contra os riscos das viagens. Sente-se ao mesmo tempo a necessidade de traduzir em leis as práticas do uso: os contratos de transporte, a regulação das avarias são espécies difíceis e susceptíveis de fraude. A maior complexidade das operações reclama garantias mais fixas. Ao antigo mercador junta-se o armador de navios, quando num mesmo individuo se não reúnem as duas espécies, conforme é regra.

É neste momento que a classe dos negociantes se forma, com os seus códigos particulares, com os seus foros e privilégios exclusivos.

As nossas primeiras leis comerciais datam do tempo de D. Fernando e estabeleceram o seguro marítimo e caixas de crédito naval em Lisboa e Pôrto. Do século xiv ao século xviii corre o período mercantil português, que sucessivamente se alimenta com o tráfico da escravatura africana, com a pimenta e o cravo da Índia, e finalmente com o comércio do Brasil, tendo no rei D. Fernando o seu iniciador e no marquês de Pombal a sua apoteose.

Da guerra que por conta da Inglaterra fizemos no Russilhão à primeira república francesa data a ruína da nossa marinha mercante, e a do nosso comércio marítimo de 1822, data da separação do Brasil.

Depois da primeira metade d'êste século, consumida em guerras desvairadas e ruinosas, en-

trámos francamente na maré do industrialismo moderno. Os bancos, os caminhos-de-ferro, as sociedades anónimas, as cooperativas, os sindicatos, a caixa económica, o seguro aplicado à vida, o recâmbio, o reporte, o *warrant*, o *coupon*, a nota, tôdas as instituições e instrumentos novos que vieram adicionar-se aos antigos e que generalizaram a tôda a gente o que era dantes exclusivo de uma classe única—tudo isso conhecemos, tudo isso possuímos.

Oxalá porém, que, a par dos instrumentos, tivéssemos a matéria-prima de riqueza nacional sôbre que trabalhar, para nos não extinguirmos a afeiçoar com hipóteses de enchós-sombras de madeiros!

Era pois incontestavelmente chegada a hora de codificar os usos criados pela nova instrumentação económica; e esta é a principal significação e o mérito superior do empreendimento do actual ministro da justiça.

Uma velha questão dominava o sistema do código. Cumpria saber se os usos, na jurisprudência particular do comércio, deveriam reger à falta de texto expresso; ou se, ao inverso, a legislação geral ou civil devia seguir-se sempre que faltasse uma percepção positiva.

Neste ponto, além de muitos subsidiários ou subalternos, se combateram as tendências dos

chamados *comercialistas* e as dos chamados *juristas*.

Tais rótulos distinguem os homens que, educados nas praxes do direito civil antigo, remoçado pelos princípios de um suposto direito natural, isto é, pelas doutrinas de Rousseau e Kant, antepõem o seu dogmatismo ao método objectivo ou inductivo dos novos juristas como Summer Maine—e aqueles que, negando a plausibilidade dêsses pretendidos dogmas, preferem obedecer com Mostesquieu ao método experimental, histórico e evolutivo, ou apenas se deixam guiar pelo espírito de observação prática.

Dir-se-ia que os segundos haviam de defender os usos, e os primeiros o código civil. Não succedeu porém assim; e o debate deu-se apenas entre os *juristas*. Porquê?

Porque não pode haver usos particulares senão no círculo exclusivo de uma classe; e entendendo-se o código a uma espécie de actos comuns a tôdas as classes, o uso universal, o uso que já se transformou em lei há bons três ou quatro séculos na sociedade portuguesa, é aquele que se acha consignado na sua legislação civil.

O verdadeiro terreno de debate entre juristas e comercialistas é outro e palpitante.

É o debate, generalizado hoje em tôda a Europa, entre dois modos fundamentais de ver as cousas da sociedade política.

De um lado estão os individualistas; do oposto os socialistas a que na Alemanha se chama catedráticos. Ambos teem como propósito enfrear a inundação de anarquismo que, desvairando as plebes, nestas nossas sociedades politicamente democratizadas, ameaça destruí-las num dilúvio sangrento.

Uns pensam conseguir isso com a liberdade e a concorrência, exclusivamente; outros, sem negarem a eficácia destas fôrças económicas, reclamam protecção, carinho, disvelo pelos miseráveis, e querem pôr no Estado, que pelos contrários ainda é temido, o principal instrumento de defesa contra o feudalismo industrial.

Uns são, além de liberais, cosmopolitas; além de radicais, livre-cambistas; outros pensam que às nações cumpre defender por todos os modos a sua riqueza, e antepor o bem-estar interno à idea da felicidade universal; para os primeiros não há fronteiras económicas, para os segundos a hostilidade das nações é simultaneamente económica e política.

Uns consideram a iniciativa dos indivíduos como única fôrça expansiva da riqueza; outros, sem negarem a realidade dessa fôrça, afirmam a necessidade dos reguladores das leis para

evitar as explosões inerentes a tôda a expansão desordenada.

Uns, finalmente, vêem na sociedade o agregado fortuito e abstracto de indivíduos absolutamente livres e responsáveis, e negam portanto realidade positiva ao Estado; outros consideram as sociedades como organismos tão vivos, tão complexos, tão reais, tão livres e tão responsáveis, como o próprio indivíduo; determinam-lhes as leis fisiológicas, enumeram-lhes as virtudes e os defeitos, marcam-lhes o ritmo vital, mostrando como nascem, crescem e morrem, à maneira de todos os sêres vivos; como se expandem ou se estiolam, conforme o solo, a semente, o ar que respiram e o calor que as vivifica.

Indubitavelmente, êste segundo ponto de vista, mais complexo, menos adequado ao feitiço intelectual dos povos latinos, simplistas por natureza, lógicos por temperamento, não podia vingar no código que nos tem sugerido estas considerações.

Não podia e não devia: dizemo-lo com tanto mais isenção quanto saímos feridos na batalha.

Não devia vingar porque não é da natureza das leis serem evangelhos de propaganda: as leis apenas exprimem as relações das cousas, segundo a definição de Montesquieu.

Para a determinação dessas relações entra porém como factor perpétuo a propaganda das

ideas, e por isso nunca é trabalho perdido o que se gasta no officio. O tempo, a experiência, veem gradualmente dar razão a quem a tem.

Disto mesmo há no projecto do Código mais de uma prova evidente, suggerida pela observação empírica dos factos aos *comercialistas* despidos de preocupações teóricas, e aceite pelos *juristas*, a-pesar dessas mesmas preocupações — tal é a fôrça convincente da experiência!

O novo Código comercial, fruto do saber, da seriedade, do trabalho de um ministro, cujo nome ficou já illustre, representa, pois, a satisfação de uma necessidade indeclinável da sociedade portugueza e corresponde ao seu estado de espirito e à equação actual das suas fôrças económicas.

Seja isto uma consolação e um incentivo, no meio da degradada mesquinhez em que vivemos. É tão bom, é tão saudável, é tão alegre, termos de levantar ambas as mãos e aplaudir com aquelle entusiasmo grave, próprio das cousas intellectuais!

Se porventura nada mais houvesse de ficar como cauda luminosa da passagem de um ministério pela trajectória do poder, ficará sem dúvida o Código comercial como brazão e honra dum ministro, que tomou a sério os deveres do seu cargo. — (*Repórter*, 7-II-88).

DESARMAMENTO

Stuart Mill, o espírito tão lúcido e tão simpático, exemplar magnífico do instinto de amor místico pelos seus semelhantes que caracteriza uma das faces da alma inglesa, escreveu algures que o mundo civilizado, no afã de produção económica, topava de tempos a tempos com um dêsses engurgitamentos a que na escola se chama crises.

A crise, no dizer do economista filantropo, opera como aquilo que os naturalistas denominam zoológicamente paralisação de desenvolvimento, com a diferença que, no indivíduo, mas não na espécie, a paralisação é definitiva; ao passo que no mundo económico é apenas transitória.

Quando o engurgitamento se dá a ponto de determinar baixas de preços que tendem a ser ruinosas, é mister que uma comoção violenta destrua o excesso de produção até ao limite em que a escassês relativa reponha os preços naquele estado abaixo do qual não há trabalho vantajoso. Assim as tormentas do ar descarregam a electricidade, quando se torna excessiva.

Esta doutrina, que demonsttra por uma forma especial a reconhecida utilidade das próprias catástrofes, no limite em que operam como mo-

deradoras, prova a verdade de que nada há nesta nossa existência condicionada e relativa, nem absolutamente bom, nem absolutamente mau.

Um *conforme* incomensurável envolve tudo quanto sucede. A congestão é para o sanguíneo um perigo, mas que pode evitar o risco fatal de uma apoplexia.

Pois como as congestões são as crises. Uma circulação exagerada produz a dilatação dos vasos económicos ou sanguíneos: um estrangulamento e uma perda repõem as cousas nesse estado de equilíbrio que é afinal a definição última de toda a espécie de vida.

As vezes a perda de colheitas, os naufrágios, os incêndios, por fim as guerras, podem ter aquele carácter que se costuma chamar providencial; e embora funestos quando considerados em si próprios e isoladamente, hão de considerar-se úteis nas suas relações e influência sobre o conjunto dos fenómenos económicos.

¿Mas que tem a ver esta exposição de princípios com a questão do desarmamento?

Tudo; porque, segundo vamos demonstrar, no nosso tempo a Europa agitar-se-ia na commoção de crises medonhas, naquele dia em que licenciasse os dois milhões e meio ou três milhões de homens que tem permanentemente em armas. Os efectivos dos exércitos são a mais

sólida garantia da conservação da paz, não só num ponto de vista de medo internacional político, como no de conservação do equilíbrio económico; não só no ponto de vista da concorrência industrial das nações, como no das suas produções internas.

Incontestavelmente, o mundo económico civilizado (abrangendo nesta denominação a América, cuja solidariedade com a Europa é completa) produz já hoje mais do que o consumo reclama; mas, circunstância gravíssima quando se encara o futuro, está condenado a produzir progressivamente mais.

A teoria matemática de Maltus, com respeito à população, tem no aviltamento progressivo dos preços, não uma refutação absoluta, mas um desmentido prático, pois nem a história obedece à lógica, nem os movimentos irregulares da civilização são susceptíveis de se formularem em equações.

Ao passo que os Estados-Unidos inundam a Europa de trigo; ao passo que o Meio-dia europeu inunda o mundo com vinho; ao passo que a Austrália e a América do Sul o enchem de carne, — cada nação estabelece em volta de si um círculo de defesa para o trabalho próprio, disputando muitas em concorrência os mercados consumidores de produtos fabris, ainda há meio século, pode dizer-se, campo exclusivo da indústria inglesa.



Além disso, as descobertas mecânicas da primeira metade do século determinaram a renovação de todo o material da viação terrestre e marítima, de tôda a instrumentação fabril. As máquinas de vapor que coalham o mundo, os caminhos de ferro que o sarjam, os vapores que singram nos mares, tudo isso determinou a criação de indústrias novas de construção, que hoje sofrem de um estacionamento cada vez mais pronunciado, pois cada ano deminue, como é natural, a procura de navios, de material de caminhos-de-ferro, de máquinas, que estão em grandíssima parte já instalados.

Seria mister à industria europeia uma descoberta mecânica que atirasse com a instrumentação actual ao monte dos ferros-velhos, para que o trabalho obtivesse de uma nova procura melhores condições de existência.

Não falta quem tenha dito que a invenção dos couraçados foi um meio engenhoso de dar que fazer à metalurgia inglesa; mas ainda quando não tivesse havido êsse propósito, é fora de dúvida que a indústria do ferro em tôda a Europa experimentaria uma crise medonha no dia em que os governos parassem no delírio da construção de máquinas de guerra de tôda a espécie; couraçados e couraças para fortalezas, espingardas, e os canhões Krupps

que ficarão como símbolo desta obscura segunda metade do século XIX.

Em armamentos navais e terrestres gastam hoje as nações cada ano o melhor de seis centos e cinqüenta mil contos de réis. A França 914 milhões de francos; a Itália 379 milhões de liras; a Alemanha 547 milhões de francos; a Austria 128 milhões de florins; a Rússia 248 milhões de rublos; a Espanha 203 milhões de pesetas. ¿ Que porção destes totais vai alimentar as indústrias? É impossível dizê-lo, mas é fácil supô-lo.

Ora no dia em que às fábricas europeias faltassem cem ou duzentos mil contos anuais de encomendas, a crise económica declarar-se-ia, num estado agudo, porque ficariam sem trabalho os homens e sem juro os capitais correspondentes a essas encomendas, num momento em que a produção é já excessiva, uma vez que os preços se aviltam progressivamente.

Mas não é só isto.

Além dos operários fabris que a falta de encomendas militares e navais condenaria à inactividade, o desarmamento dos exércitos europeus lançaria de chofre sôbre o mercado do trabalho uma parte mais ou menos considerável dos dois milhões e meio de homens, três milhões talvez, contando tôdas as nações, que actualmente ganham a vida de arma ao ombro.

Já lá vai o tempo ingénuo dos idílios eco-

nómicos, em que tóda a gente se considerava obrigada a fazer a sua dissertação teórica sôbre a inutilidade dos exércitos permanentes. Calculavam-se os milhares de braços roubados à enxada e à bigorna! Extasiava-se a gente diante da idade de ouro que surgiria para o mundo, quando todos êsses homens, cantando hinos do trabalho ao som do martelo, depusessem a espingarda, horroroso símbolo de lutas para sempre transactas!

E succede que os milhares são hoje milhões, e que em vez de desejarmos o desarmamento temos de o considerar como o paliativo, anti-económico se quiserem, mas inevitável, de uma crise industrial sem precedentes na história. Malthus temia que o mal viesse do aumento da população sôbre o dos produtos; e succede que o mal vem da excessiva produção pelo preço vil dos géneros.

Os doutrinários enganaram-se sempre: a sociedade não é uma dialectica. Não o é nenhum organismo vivo.

Mas não são apenas os argumentos apontados que manifestam a necessidade social de sustentar inactivos para a produção dois milhões e meio ou três milhões de homens, e de aniquilar anualmente cem, duzentos, ou trezentos mil contos de capitais em material de guerra.

A emigração para fora da Europa oferece-nos outro argumento dum carácter diverso, é certo, mas conducente à mesma conclusão. A emigração, crescendo progressivamente, provaria a favor de Malthus, se o abaixamento dos preços das subsistências não depusesse contra êle. Paralelamente estão congestionadas a produção e a população. Exporta-se gente e não há mercado suficiente para os produtos.

A emigração europeia, que há dez anos era de 240 mil homens, é hoje (1884) de mais de 400 mil.

A Alemanha, que exportava 24 mil homens, exporta 143 mil. Da Inglaterra, saíam 197 mil, saem 242 mil. Nas outras nações não há diferenças que influam sensivelmente para o resultado.

É pois evidente que, se os governos soltassem a válvula que mantém hoje, digamos três milhões de homens presos nesta Europa, de que a emigração, em dez anos, passa de 240 a 400 mil homens em cada ano: é incontestável, dizemos, que êsses três milhões de homens teriam de emigrar por fim, indo aumentar a produção da América, indo agravar cada vez mais, portanto, a concorrência em que a Europa se encontra prejudicada.

A crise económica viria por outro caminho, de além do Atlântico, em vez de nos surgir debaixo dos pés. A congestão seria igual, quer

os homens licenciados fôsem para a América, quer ficassem na Europa, quer se dividissem entre os dois continentes, se a hipótese impossível do desarmamento se desse. Nem outro podia ser o resultado, porque Mundo-velho e Mundo-novo não são já hoje dois organismos independentes, mas pelo contrário são inteiramente solidários, pelo menos num ponto de vista económico.

Finalmente, e agora olhando para a política dos Estados, é fácil dizer que uma vez de acôrdo as potências, só resta impor à França o desarmamento e desarmarem elas em seguida.

Dêmos que seja fácil impor à França o desarmamento. O que não nos parece provado é que a consequência natural disso fôsse o desarmarem elas em seguida: em primeiro lugar porque o acôrdo total é impossível: a paz só pode resultar do mêdo: *si vis pacem, para bellum*; em segundo lugar, porque nenhum dos governos europeus, no estado a que chegou esta nossa civilização, se pode dizer o representante completo e legítimo do país. Por tôda a parte, em tôdas as nações, lavra o fermento de uma hostilidade mais ou menos declarada, mais ou menos consistente, contra os governos. A antiga coesão dos Estados, no século xvii, no

princípio do século XVIII para não ir mais longe, perdeu-se talvez para sempre.

Torturados de desejos de tôda a espécie, os povos mordem o freio e escarvam o solo insubmissos, não contra uma tirania que em parte alguma existe, mas sim contra a fatalidade cruel das cousas de que tornam responsáveis os governos. Por isso nunca talvez houve, contemporâneamente, período em que ao mesmo tempo fôsem maiores o liberalismo, e a influência ou a acção (não dizemos o poder) pessoal dos reis.

Na Rússia chama-se talvez panslavismo, chama-se de-certo niilismo a essa inquietação insubmissa; em Inglaterra chama-se parnelismo ou fenianismo; na Alemanha chama-se liberalismo e anarquismo; na Itália chama-se irridentismo; na França chama-se socialismo. Cada povo tem no seu seio um cancro que o rói.

E contra êsse cancro, para lhe decepar os tentáculos, para manter o que se chama a ordem, não dizemos que sejam necessários três milhões de homens armados às ordens dos governos; mas é indispensável um milhão dêles e cada vez se reclamarão mais, porque a desordem contemporânea crescerá até ao dia do Juízo final em que aos exércitos democráticos da Europa suceda, pelas mesmas razões, o que sucedeu às milícias romanas nas mãos de Mário.

Estes argumentos políticos não podem ser tratados incidentalmente; aduzimo-los só para mostrar ainda mais quanto a idea de um desarmamento não passou de uma quimera de jornalistas míopes, ou de uma ironia pungente de fantasistas crueis.

Nenhum verdadeiro homem de Estado podia ter tido semelhante idea, porque ainda quando as circunstâncias políticas o permitissem, proíbia-o a situação económica — da qual resulta afinal em grande parte a situação politica da Europa. Os armamentos colossais dos Estados são num ponto de vista económico, a forma brutal e instintiva dessa dóse de comunismo que nas sociedades cresce em razão directa da sua civilização. Noutro tempo houve as instituições monásticas: hoje há os exércitos para refúgio, mais amplo, embora menos espiritual. Os armamentos colossais dos Estados são uma forma permanente dessa destruição de capitais que, na teoria de Stuart Mill, o progresso da produção exige periòdicamente. Os armamentos colossais são a guerra no estado crónico: em vez das crises ou das apoplexias fulminantes que se chamam batalhas, há esta sangria permanente, indispensável para descongestionar o corpo social. — (*Repórter*, 21-VIII-88).

OS NÚMEROS

Desde Pitágoras até aos estatísticos modernos, Bertillon e Spalart, Rawson e Bodio, Soetbeer e Fovile ou Levasseur, sempre se disse que os números regem o mundo.

Cada vez o regem mais. Cada vez importa menos o talento, a invenção, a audácia, o valor, ou o pensamento dos homens superiores. As nossas sociedades democratizadas operam por massas, como elementos: e a demografia vale o mesmo para os movimentos dos povos que a meteorologia para o estudo do ambiente natural em que os homens vivem. Valem o mesmo e procedem do mesmo modo; pela observação, pela indução.

Quetelet, o fundador da estatística do nosso tempo, chamou ao seu tratado *Física social*, com tôda a razão. Nas nossas sociedades contemporâneas, os homens são como átomos, em que pese às graves e subtis congeminações dos doutrinários individualistas.

Dantes, emquanto a rasoura da igualdade civil e política e de uma tal ou qual igualdade social, que, se não equipara os haveres, equipara as ambições e patenteia a todos a arena onde êles se conquistam: dantes, quando a sociedade era um quadro de classes permanente-

mente fixas, e o seu govêrno apenas competia aos *melhores*, tradução vernácula, mas não real, da palavra grega *aristoi*: dantes, com efeito, valia muito mais a iniciativa de um estadista, embora jamais tivesse um valor absoluto, como o provou o malôgro da emprêsa do marquês de Pombal.

Hoje, Bismarck é na Europa o último dos estadistas à antiga: todo o resto obedece às correntes maciças, impessoais, como que físicas, dos movimentos da sociedade.

Os números regem pois absolutamente o mundo. As nações caminham como elementos, à voz ignota da fatalidade. Trocaram a direcção consciente no cérebro de um príncipe, como foi Pedro-o-grande, Luís XIV, ou Frederico II, ou de um ministro, como foi Aranda, Colbert, Sully, Castelo-Melhor ou Pombal, por êsse caminhar inconsciente e como que cego, contra o qual muitas vezes o pensador se insurge, reconhecendo todavia a inanidade do seu protesto, se acaso chega a formulá-lo.

A marcha dos povos é hoje como a corrente indomável de um Mississipi ou de um S. Luís, que umas vezes se alastra gigantescamente pela amplidão do mar, outras vezes estagna em lagos para se precipitar depois contorcendo-se, desfazendo-se, pulverizando-se e morrendo torturado nos cachões de espuma das cataractas, espuma e cachões que nas sociedades são de sangue e lágrimas.

E qual vale mais? A direcção ou o instinto? O principado ou a democracia? ; Os trezentos anos que vão do século xv ao século xviii, ou o século há que dura já para a Europa a época inaugurada pela revolução francesa?

Formular estas perguntas implica a inutilidade de lhes responder. Isto a que se chama progresso, e que o é como sinónimo de caminho, não se discute. É uma necessidade orgânica. ; Quem se entretêm a discutir se é bom que haja dias e noites, estações e mares, ou que os homens tenham duas pernas, dois braços e duas mãos?

Que nós achemos bom, que achemos mau, que o julguemos agradável ou insípido, o facto é que os números regem o mundo.

É pelos números que se mede a fôrça das nações e seus exércitos, e já hoje parecem inverosímeis aventuras e campanhas como as do rei da Suécia.

É pelos números que se avalia a estabilidade das instituições, e os diagramas e quadros gráficos substituem hoje, por tóda a parte onde se pensa, a retórica e até a dialéctica, o período redondo e o sofisma agudo.

Vamos, pois, fazer o paralelo do nosso Portugal, nos dias de hoje, com as outras pequenas nações da Europa, para vermos as suas condi-

ções comparadas em um dos lados mais essenciais à economia interna dos povos. Consideremos a Espanha uma pequena nação, embora a sua superfície, os seus recursos e a história a estejam chamando para o grémio das grandes nações.

Eis aqui, por ordem numérica de habitantes, as nações que vamos estudar:

| Nações | Populações | Comércio |
|---------------------|------------|----------------|
| Espanha..... | 17 milhões | 252 mil contos |
| Suécia-Noruega..... | 6 1/2 » | 189 » |
| Bélgica..... | 6 » | 495 » |
| Portugal..... | 5 » | 73 » |
| Rumânia..... | 5 » | 85 » |
| Holanda..... | 4 » | 738 » |
| Grécia..... | 2 » | 40 » |
| Dinamarca..... | 2 » | 45 » |

Dividindo a importância do comércio pelo número de habitantes, temos, por ordem:

| Nações | Capitação |
|---------------------|--------------|
| Holanda..... | 184.500 réis |
| Bélgica..... | 82.500 » |
| Suécia-Noruega..... | 29.070 » |
| Dinamarca..... | 22.500 » |
| Grécia..... | 20.000 » |
| Rumânia..... | 17.000 » |
| Espanha..... | 14.820 » |
| Portugal..... | 14.600 » |

Donde se conclui que, sob o ponto de vista do comércio externo, indicador o mais genérico

da riqueza geral, a nossa situação, quasi igual à da Espanha, é todavia inferior ainda à da nação nossa vizinha e por tantos lados semelhante.

Passemos agora a comparar as despesas orçamentais que são, indubitavelmente, os gastos-gerais das nações, consideradas como sociedades mercantis:

| Nações | Orçamento de des- pesa |
|---------------------|---------------------------|
| Espanha..... | 162 mil contos |
| Suécia-Noruega..... | 31 » |
| Bélgica..... | 57 » |
| Portugal..... | 38 » |
| Rumânia..... | 85 » |
| Holanda..... | 189 » |
| Grécia..... | 40 » |
| Dinamarca..... | 45 » |

A estes números seria necessário fazer observações (se porventura coubessem nos limites de um artigo) porque é mister sobretudo considerar a soma por que pesa nos orçamentos o custeio dos caminhos-de-ferro, que na Bélgica e na Suécia são quasi totalmente explorados pelo Estado.

Passemos porém isso em claro, e coordene-mos também as nações conforme a sua respectiva capitação de gastos gerais de administração:

| Nações | Capitações |
|----------------|-------------|
| Holanda..... | 12.250 réis |
| Dinamarca..... | 11.250 » |
| Grécia..... | 10.000 » |

| Nações | Capitações |
|----------------------|------------|
| Espanha | 9.520 réis |
| Bélgica | 9.500 » |
| Portugal | 7.600 » |
| Rumânia | 4.800 » |
| Suécia-Noruega | 4.760 » |

Como vemos, a nossa situação neste quadro não é desagradável. Estamos em sexto lugar. A Holanda tem um orçamento colonial pesado; a Dinamarca, a Grécia e a Bélgica, despesas militares onerosas; e a Espanha sofre as conseqüências de ser uma grande nação para os encargos, sem o ser para os réditos.

Não basta porém coordenar secamente os números: é necessário estudar-lhes as relações. Assim, os gastos gerais da Holanda não representam mais de 7 0/0 do seu comércio, nem os da Bélgica mais de 11. Nós que estamos quanto a comércio em oitavo lugar, achamo-nos em despesa no sexto: gastamos 50 0/0.

Evidentemente, gastamos muito de mais. Porquê?

A razão palpável vão dá-la ainda os números relativos aos encargos anuais da dívida nacional:

| Nações | Encargos |
|----------------------|---------------|
| Espanha | 49 mil contos |
| Suécia-Noruega | 4 » |
| Bélgica | 18 » |
| Portugal | 17 » |
| Rumânia | 10 » |

| Nações | Encargos |
|----------------|---------------|
| Holanda..... | 13 mil contos |
| Grécia..... | 6 » |
| Dinamarca..... | 2 » |

Arrumemos êstes países por ordem de capitações de encargos de dívida. O quadro é o seguinte:

| Nações | Capitações |
|---------------------|------------|
| Portugal..... | 3.400 réis |
| Holanda..... | 3.250 » |
| Bélgica..... | 3.000 » |
| Grécia..... | 3.000 » |
| Espanha..... | 2.880 » |
| Rumânia..... | 2.000 » |
| Suécia-Noruega..... | 1.000 » |
| Dinamarca..... | 610 » |

Aqui ninguém nos leva a palma! E devemos notar que a dívida belga, a sueca e até certo ponto a holandesa, exprimem a posse dos caminhos-de-ferro pelo Estado.

Vale a pena coordenar agora a razão das percentagens dos encargos de dívida sôbre o comércio externo. É uma aproximação expressiva:

| Nações | Percentagens |
|---------------------|--------------|
| Portugal..... | 22 % |
| Espanha..... | 20 » |
| Grécia..... | 15 » |
| Rumânia..... | 12 » |
| Dinamarca..... | 4 » |
| Suécia-Noruega..... | 4 » |
| Bélgica..... | 4 » |
| Holanda..... | 2 » |

Ainda assim figuramos à frente do rol. Mais ainda: porque, se absolutamente a distância de 610 para 37400 réis representa menos de seis vezes, relativa ou proporcionalmente a distância entre a razão de 2 e 22 0/0 representa onze vezes.

Pagos os encargos de dívida, quanto fica para as despesas ordinárias de administração? É o que diz a seguinte tabela:

| Nações | Capitações |
|---------------------|-------------|
| Dinamarca..... | 10.250 réis |
| Holanda..... | 9.000 » |
| Grécia..... | 7.000 » |
| Espanha..... | 6.640 » |
| Bélgica..... | 6.500 » |
| Portugal..... | 4.200 » |
| Suécia-Noruega..... | 4.160 » |
| Rumânia..... | 2.800 » |

Isto explica muitas cousas, mas não quer em absoluto dizer que a grandeza dos saldos esteja em razão directa nem inversa da excelência da administração. A Dinamarca, relativamente aliviada quanto a dívida, verga esmagada sob despesas militares; a Holanda tem pesadíssimas despesas navais. A nós fica-nos apenas o saldo de 47200 réis para atender a tôdas as despesas incluindo as colónias — que nem a Suécia, nem a Rumânia teem.

Vamos agora a ver o que diz respeito a impostos, devendo advertir desde já que os núme-

ros portugueses teem na capitação dos encargos da dívida um coeficiente de correcção, visto como nos empenhamos em média à razão de 8.000 contos por ano para saldar os orçamentos:

| | Impostos, milh. contos | | |
|---------------------|------------------------|----------------------|-------|
| | Directos e outros | Alfândegas e consumo | Total |
| Espanha..... | 71 | 66 | 137 |
| Suécia-Noruega..... | ? | 16 | ? |
| Bélgica..... | 12 | 18 | 30 |
| Portugal..... | 10 | 22 | 32 |
| Rumânia..... | 5 | 11 | 16 |
| Holanda..... | 9 | 26 | 35 |
| Grécia..... | 5 | 7 | 12 |
| Dinamarca..... | 4 | 7 | 11 |

Procedamos por capitações e coordenemos os totais:

| Nações | Impostos |
|----------------|------------|
| Holanda..... | 8.750 réis |
| Espanha..... | 8.050 » |
| Portugal..... | 6.400 » |
| Grécia..... | 6.000 » |
| Dinamarca..... | 5.500 » |
| Bélgica..... | 5.000 » |
| Rumânia..... | 3.200 » |

A proporção em que êstes números se encontram para com o movimento comercial, índice sumário da riqueza, é a seguinte:

| Nações | Percentagens |
|----------------|--------------|
| Espanha..... | 54 % |
| Portugal..... | 44 » |
| Grécia..... | 30 » |
| Dinamarca..... | 24 » |
| Rumânia..... | 19 » |
| Bélgica..... | 6 » |
| Holanda..... | 5 » |

Só a Espanha nos leva vantagem; mas a Espanha tem na sua grande indústria mineira uma matéria colectável que a nós nos falta.

Ora se destes números resulta que em capitação absoluta ocupamos o terceiro lugar e em relativa o segundo, e se atendermos às condições de desfalque em que se liquida o nosso orçamento, temos de concordar na deplorável situação a que nos vemos reduzidos.

Falta agora finalmente esmerilhar um último ponto: é a relação dos impostos directos para com os indirectos.

Todos sabem que teòricamente o imposto directo é preferível ao imposto de consumo, todavia fiscalmente mais estimado.

Quando os estadistas se socorrem ao imposto de consumo, além de certos limites, é, ou porque a matéria colectável está exausta, ou a administração anarquizada:

| Nações | Capitações | | Relação |
|-------------------|------------|----------|---------|
| | Indirectas | Directas | |
| Holanda..... réis | 2.250 | 6.500 | 75 : 25 |
| Portugal..... » | 2.000 | 4.400 | 70 : 30 |

| Nações | Capitações | | Relação |
|-------------------|------------|----------|---------|
| | Indirectas | Directas | |
| Rumânia..... » | 2.200 | 1.000 | 70 : 30 |
| Dinamarca » | 3.500 | 2.000 | 64 : 36 |
| Bélgica..... » | 3.000 | 2.000 | 60 : 40 |
| Grecia..... » | 3.500 | 2.500 | 58 : 42 |
| Espanha..... » | 4.400 | 2.000 | 48 : 52 |

Devemos excluir a Holanda, porque a importância excepcional do seu comércio externo e a exigüidade excepcional também da sua capitação total contribuinte assim o mandam.

Excluída a Holanda, ficamos com a Rumânia à testa do rol, devendo porém notar-se que na Rumânia a percentagem do imposto sobre o comércio é apenas de 19, enquanto a nossa atinge 44.

De toda esta série de análises miúdas e fatigantes conclui-se, portanto, que das pequenas nações europeias somos

— aquela cujo comércio externo é proporcionalmente mais insignificante:

— aquela cujos gastos gerais atingem metade do valor desse comércio:

— aquela cujos encargos de dívida pública excedem a todas, representando quasi a quarta parte do valor do comércio externo e quasi metade dos gastos gerais:

— aquela que, salvo a Suécia e a Rumânia,

menos pode, portanto, aplicar aos gastos administrativos ou defensivos:

— aquela em que, salvo a Espanha, a capitação do imposto é mais pesada:

— aquela, finalmente, em que a relação entre os impostos de consumo e os directos é mais desfavorável.

Não possuímos elementos para comparar as somas dos impostos locais; mas *a priori* parece-nos poder afirmar-se que nesse ponto levamos também decidida vantagem a tôdas as pequenas nações europeias.

Os nossos impostos municipais — impostos directos (1507 contos) indirectos (1339) e de trabalho (283) — somavam em 1885 o total de 3129 contos. Além disso há os impostos distritais e os paroquiais, cujos algarismos não podemos determinar, nem nos parece que seja possível fazê-lo.

¿ Não somará tudo isso 5.000 contos? Pois são 17000 réis mais a juntar à capitação de 67400 réis.

Ora agora, consideremos que a Holanda, a Suécia e a Grécia tem marinhas mercantes poderosas, que nós não temos; que a Bélgica tem uma riqueza industrial incomparável; que a Espanha tem nas minas um tesouro; e que nós, sem marinha, sem indústria, sem minas, estamos adstritos à lavoura em crise e à emigração.

O que admira é como a população portuguesa por tantos anos tem resistido a uma crise que se declarou desde 1825, quando foi a separação do Brasil que nos alimentava. É ele que nos alimenta ainda com os pecúlios da emigração; são também o empréstimos sucessivos que, equilibrando um orçamento a cuja custa vive meio Portugal, tem permitido ir andando.

Quando os encargos da dívida chegam porém até onde chegaram em Portugal; quando os impostos de consumo atingem uma desmarcada proporção dentro de um total exorbitante, — não espanta que por tantos pontos do reino, ao mesmo tempo, as pedradas se soltem das mãos nem os tiros se disparem por si.

Chegou-se, parece-nos, ao píncaro dos mais altos himaláias pelo que diz respeito à dívida; — ¿esticou-se a corda do imposto acaso além da tensão possível sem rutura?

Eis o que dizem os números. — (*Reporter*, 24-1-88).

CAUSAS ECONÓMICAS DA IMORALIDADE POLÍTICA

Não vamos discorrer sôbre êste tema de um modo filosófico ou sentimental; nem vamos pedir à eloquência as suas notas vibrantes para comover os nossos leitores.

Queremos apenas falar-lhes ao bom-senso e apelar para o seu raciocínio, expondo uma doutrina que nos parece indiscutível, isto é, que a imoralidade política provém principalmente entre nós da penúria em que vivemos.

Essa penúria dá de si resultados semelhantes aos que em outros povos dá a opulência, porque tanto a miséria anarquiza a máquina moral económica de um povo, como a riqueza excessiva.

Os Estados-Unidos são exemplo desta segunda espécie, pois em parte alguma do mundo civilizado há concussões maiores, mais frequentes, nem mais descaradas, do que na grande república americana.

Nenhuma nação adoce mais do que ela desta enfermidade que o poeta chamava *auri sacra fames*, contagiosa como a raiva, propagando-se também pela inoculação resultante das mordeduras que o espectáculo das riquezas de uns crava na inveja dos outros; espécie de *delirium tremens*, com os seus sonos brutificantes, as suas crises epilépticas em que o alcool se chama milhão.

Esta loucura endoidece os pobres. Nascem-lhes no pensamento tubérculos de desejos; des-sora-se-lhes o cérebro; entibia-se-lhes a vontade; afrouxam-se-lhes os nervos; enoja-os o trabalho; começam por aborrecer a dura disciplina da vida, e, acabando pela odiar assim que

a infecção é completa, vendem-se ao primeiro trampolineiro que quiere comprá-los, fazem-se comparsas e caixeiros do agiota que mais dá nas vistas, com a decisão firme de o vender na primeira oportunidade, para, senhores por seu turno, comprarem, venderem, gozarem.

Mais de uma vez os moralistas observaram que, se os ladrões empregassem no bom sentido o talento e o trabalho que consomem no mau, ser-lhes-ia a vida incomparavelmente mais fácil. Do gôzo se pode dizer o mesmo, porque a realidade final para os *jouisseurs* é o aborrecimento de tudo, a misantropia, lôbrega e esqualida como um anoitecer de inverno pardo e molhado.

Nunca houve gente que mais se cansasse à procura do gôzo e da ventura, essa quimera suprema gerada e alimentada pelo nosso espírito — nunca a houve mais do que a gente civilizada dêstes nossos tempos, que são todavia os mais soturnos, os mais tristes, os mais cheios de tédio e mais faltos de ar, que o mundo tem visto!

Deixando porém êste tema de complicadas cogitações, metamos a mão na consciência e perguntemos que há de fazer, senão alistar-se num bando, senão vender-se a um barão-de-negócios, o pobre político de uma sociedade sem nervo, cuja vida passa a esmolar — empregos, negócios, agências, estradas, arranjos e mais

trocas-baldrocas, de que se tira o pão nosso de cada dia quando não pode tirar-se do trabalho aturado e da indústria honesta.

O político vive da confiança que lhe conferem os cidadãos; e essa confiança como se ganha? Se tudo o que vemos são sindicatos; se o papel não tem já outra serventia mais nobre do que a de servir para cédulas e acções, títulos, obrigações, bonds e cheques; se não há ambições, nem estímulos, nem esperanças, mais do que obter dinheiro por *fas* ou por *nefas*, nesta lotaria universal que começa em baixo pela cautela da Misericórdia—e que há de fazer o político?

O sindicato insinuou-se por tôda a parte, desde a choupana até ao palácio; por tôda a parte, em todos os cérebros tilinta vibrante a esperança esgazeada de enriquecer, o furor raivoso de gozar; e por tôda a parte se vêem as gentes de joelhos, implorantes, quando passa, grandioso e magnífico, o deus-do-dia, aquele personagem que, já na era de João de Barros, com o seu passo miudinho confiscava o produto do trabalho alheio.

Dantes, nos países como o nosso, a corrupção era uma pobre traficância de empregos. Esteve para haver aqui uma revolução contra os *devoristas* que absorviam gratificações de duzentos mil réis—ô ridícula exigüidade dos estômagos, nesses tempos ingenuamente saturnianos!

Mas, se a nação é tanto uma esfera como o

globo terráqueo, e se uma lentilha de penisco dá de si um pinheiro de trinta metros, também no devorismo das idades antigas estava implícita a voracidade das nossas idades, porque a semente e o princípio do mal eram a penúria, depressora do carácter: uma penúria actual ainda, embora doirada de palhêta falsa!

¿ Que resta ao lavrador arruinado senão pedir um emprêgo? ¿ Que há de fazer o pai aos filhos, senão dar-lhes empregos? Pedir o emprêgo inevitável, forma típica da Providência entre nós, é dar o primeiro passo: fica-se cliente do político. A clientela gera a ociosidade, o emprêgo confunde-se com o benefício. Baralham-se as noções, varrem-se os preconceitos. A tentação começa a fazer cócegas, quando se observa a rapidez e a facilidade do enriquecer dos outros. E que fôrça, que respeito infundem em todos os mais!

Ora pois: reconheçamos que numa sociedade de pedintes uma só cousa se não pode pedir — é a moralidade! O político, êsse engenheiro das sociedades, constrói com os materiais que encontra. Se não há nos cidadãos abnegação e sacrificio, vontade nem coragem, ¿ como se pretende que haja hombridade e virtude nos que mandam?

Sejamos justos; tenhamos juízo. Não desmanchemos o côro quási unânime da convenção em que nos afundamos, lembrando-nos do adágio

antigo: Casa onde não há pão... Se queremos moralidade, é mister que demos primeiro o concheço necessário do estômago, pois quando a fome entra pela porta, sai a honra pela janela.

Tudo o mais são declamações no vazio e frases sem valor. Já os antigos diziam: *prius vivere, deinde philosophare*. Se queremos ser gente, é mister que nos disponhamos a trabalhar e a sofrer. Política prática e coração alegre: só assim se ganha a salvação, à custa de fadigas que apenas assustam os inúteis.

Para haver ordem e fôrça, condição necessária da moralidade, é mister que haja abastança, condição também imprescriptível da vida. De outro modo iremos, pouco a pouco, pedaço a a pedaço, acabando de roer o corpo ennegrecido desta nação, até partir de todo os dentes contra os ossos desnudados; e, clamando pela honra perdida, pela moralidade apagada, mas clamando em vão, iremos tropeçando em sindicatos até que uma vez se apague a última lâmpada nesta tavolagem que foi, todavia, a pátria de um D. João de Castro! — (*Provincia*, 23-IX-87).

CIRCULAÇÃO — PRODUÇÃO

Conversemos hoje em santa paz.

Já se acabaram as câmaras, e já nos não ofende os ouvidos o tumultuar desordenado

dessa feira-franca de ambições chochas, de co-
biça reles, de vaidades parvoinhas, de interê-
ses rasteiros.

Os saltimbancos levantaram a barraca, e não
se ouve já do alto da varanda sôbre a praça o
empresário derramar, com gesto grave e dedo
erguido, a torrente das suas lôas, convidando o
povinho a vir ver as suas habilidades e os seus
ursos:

— Um pataco, meus senhores! é só um pa-
taco... Vinde ver! As províncias da pública
administração dentro da esfera das minhas atri-
buições! Vinde ver! As maravilhas dos melho-
ramentos: um pôrto enorme, vastas docas, ne-
nhuns navios. Vinde ver! O famoso e nunca
visto abôrto dos Pares, monstruosidade célebre
em tôdas as quatro partes do mundo. Vinde
ver! Quem não tiver cabeça não paga nada.
Dá-se a opereta dos *Arranjos* com fardamentos
novos, e eu dançarei no trapézio dos melhora-
mentos com o meu cavalo branco e o meu ca-
pacete novo de penacho azul e branco. Vinde
ver!

A feira acabou.

E como assistimos ao entroixar da bagagem
funambulesca, prescrutemos indiscretamente que
espécie de miolo há no coração desta cebola,
cujas cascas acumuladas em camadas apodreci-

das tresandam a velhos tropos derreados e a fórmulas que se arrastam de moletas.

Aqui há trinta anos andou em moda uma doutrina que pode resumir-se nestes dois artigos:

— a circulação rápida e barata é a riqueza das nações;

— tudo, absolutamente tudo, o que um país fizer pela viação ser-lhe há pago pelo cêntuplo.

Esta doutrina que, reduzida à sua expressão mais banal, ilustra como se sabe a literatura parlamentar fontista, substituiu o velho axioma fisiocrata que dizia *labourage et paturage sont les deux mamelles de l'Etat*.

Tudo neste mundo contém um grão de verdade, e por isso a teoria da felicidade pelos caminhos-de-ferro é em si tão verdadeira como a da felicidade pela agricultura.

Castilho e o snr. Fontes, ambos teem e não teem razão; com a diferença de que as fantasias do primeiro custavam apenas um conto e duzentos mil réis por ano, e as do segundo estão-nos custando o melhor de trezentos mil contos — preço demasiado elevado, deve concordar-se, para um qualquer personagem, por mais magnífico que seja.

É incontestável que, se eu tiver uma vinha, por exemplo, no desvio afastado de uma província sem caminhos, o valor do meu vinho será

limitado pelo consumo local e pelo preço do transporte ao mercado de fora.

Assim, um alqueire de castanha vale em Chaves v. g. 60 réis, quando no Pôrto valerá 600 réis.

É por isso que a instalação de um caminho-de-ferro, barateando os transportes, aumenta os valores dos produtos e com êles o da propriedade, por alargar a área e as espécies de culturas e fabricos.

Tudo isto porém está subordinado à condição da não-existência de outras causas que militem em sentido oposto.

Não há mal em que eu compre primeiro a panela, e depois a carne para o jantar; mas é absurdo adquirir a panela sem ter dinheiro para comprar aquilo que lhe hei-de meter dentro.

É absurdo, pois, prodigalizar as obras públicas, quando à sombra dos melhoramentos se prolonga a desordem das finanças, **mantendo a taxa do juro num grau de elevação** tal, que absorve e excede as vantagens proporcionadas pelos progressos da viação.

É verdade que eu, como proprietário, recebo um produto maior da venda dos meus géneros; mas não é menos verdade que, para aumentar e fomentar as minhas lavouras, tenho de pagar (ou de perder, se não necessito pedir dinheiro emprestado) um juro excessivo.

Ora bem: o desconto em Inglaterra regula hoje a $3/4$ p. c. e em Portugal regula a 7 ou 8 p. c.!

A condição actual da nossa propriedade, gemendo sob a hipoteca, a-pesar-de todos os *melhoramentos*, explica-se natural e simplesmente por esta consideração óbvia.

Por ela se explica até certo ponto a fragilidade da nossa indústria, pequena e anémica.

Por ela, finalmente, se explica também a paralisção da nossa economia, provada pelo estacionamento do nosso comércio externo.

A taxa do desconto é o fiel da balança da economia de um povo.

Dar caminhos-de-ferro quando para os fazer se mantém a desordem financeira e com ela a elevação do juro, é demonstrar a nenhuma compreensão do dinamismo económico das nações.

Fazer baixar um ponto só o juro médio, valeria mais do que construir um bom milhar de quilómetros de linhas férreas.

Construir portos sem haver tráfego que lhes dar, é o mesmo que comprar a panela sem saber donde há de vir o dinheiro para a carne.

Adquirir colónias sem ter dinheiro para as explorar, é fazer o que fazem os proprietários arruinados pela mania da aquisição,

Fomentar a viação para por ela exclusiva-

mente fomentar a produção de riqueza; proteger a circulação apenas, prejudicando a produção, eis o disparate de que somos vítimas há trinta anos, sob o influxo das teorias fon-tistas.

Na terapêutica social, como em tôdas, não há panaceas: há medicamentos apenas. A panacea dos caminhos-de-ferro, e agora a dos portos, podem ser instrumentos de *pelotica* na mão de saltimbancos sem escrúpulos; mas são causa da ruína dos povos que não teem sciência nem fôrça para demitir os curandeiros.

A nossa dívida é o documento da nossa fra-queza e da incapacidade dos vendedores de po-madas para tôda a espécie de furúnculos.

E eis aí o que se encontrou bem no fundo da mala dos arlequins, ao desmanchar da feira parlamentar. O mais eram cascas podres do cebolório governativo. — (*Provincia*, 11-VII-83).

O TRABALHO NACIONAL

A defesa do trabalho nacional constitúi, a nosso ver, não simplesmente um artigo, mas um capítulo, e porventura o mais importante, de todo o programa político que, sendo sèria-

mente científico, seja ao mesmo tempo prático, quer dizer, imediatamente realizável.

E a nós, que temos sido cruel e injustamente acusados de demolidores, porque desejamos purificar a atmosfera em que vivemos, agitando-a, provocando nela a tempestade das ideias, a luta dos princípios, tão indispensável, tão fatal no meio das sociedades como a profligação dos elementos físicos no meio cósmico, — a nós agrada-nos sobremaneira, deixando por um momento as misérrimas contendas mais ou menos pessoais, a que se não pode fugir, delinear os traços da nossa reconstituição económica, o que vale o mesmo que estabelecer as bases sólidas da autonomia e da integridade nacional.

Esquecemo-nos de bom grado das pequenas lutas em que temos andado envolvidos, porque, satisfeito o nosso propósito nobre e digno, que consiste em marcar dum modo bem claro o campo político em que nos colocamos, e, achando-nos à vontade na arena, para ela chamamos todos os combatentes sinceros, todos os que em prol do país tiverem uma ideia útil a apresentar, um pensamento fecundo a defender.

Nós somos franca, desafogadamente pela defesa do trabalho nacional.

Por felizes nos damos desde já se esta declaração provocar as iras e os ataques dalguns economistas avariados, que ainda teem de cór umas teorias já cediças de liberdade, teorias

que são como os pasteis requentados, com que se contenta a gula da sciência b́arata.

O nosso desafio é formal, a nossa provocaç_ão directa.

Braço a braço lutámos com os homens que se levantaram impertigados com o propósito de nos megulharem no mesmo lodo em que se afundaram. Atiramo-los ao atoleiro de que surgiram, e caminhamos.

Frente a frente também, sem tergiversaç_ões e sem rodeios, lutaremos pelos nossos princípios; e para êste combate mais sereno, embora não menos enérgico, sentimo-nos revigorados pela convicç_ão profunda e inabalável que resulta do estudo reflectido.

E o nosso cartel aí vai.

Estabelecemos em primeiro lugar como princípio que a autonomia política dum povo depende da sua autonomia económica e financeira.

Uma naç_ão que em si mesma não encontra recursos para satisfazer as necessidades indeclináveis da civilizaç_ão em que é forçada a viver; uma naç_ão, em que os seus filhos pelo exercício da actividade própria não podem alimentar-se e vestir-se, pode reputar-se irremediavelmente perdida.

¿De que serve sustentá-la durante um prazo mais ou menos longo o artificio da política equilibrista das chancelarias?

O termo fatal dêsse prazo será marcado por

um interêsse secundário, por uma circunstância imprevista, superveniente.

As nossas províncias do norte são um viveiro de homens, um seminário de trabalhadores, que como as plantas dum alfobre mandamos para climas exóticos, sem atender às perdas, sem nos importarmos com as que morrem em virtude da transplantação. E essa indústria que nos resta parece bastar-nos.

Por contentes nos damos quando, favorecida pelas oscilações cambiais, uma corrente de ouro emanada do Brasil vem povoar de vícios e de quimeras as terras que a emigração errou.

E então a nossa imaginação meridional inventa bancos e companhias, sonha felicidades e riquezas, que se desfazem e desaparecem como os vapores dum leve nevoeiro aos primeiros golpes da aragem.

Viver adormecido, viver sonhando, embalado pelo murmúrio saudosamente melódico dum passado glorioso, e ter sempre iminente a hora do despertar horrível: tal é a nossa situação.

Mas, se não queremos que nos acorde da modorra letárgica em que jazemos o agudo tropel das hordas estranhas, pisando o solo da pátria, despertemos antes ao som alegre da música do trabalho, povoando as oficinas, criando as fábricas, nacionalizando o trabalho.

Nacionalizar o trabalho é acompanhar o pro-

cesso de tôdas nações que se defendem na grande luta da civilização moderna.

Nacionalizar o trabalho é:

1.º generalizar e aperfeiçoar a instrução popular, completando-a e especializando-a.

2.ª cercar o operário de instituições protectoras que lhe assegurem a sua independência moral, a sua subsistência, e a conservação da saúde:

a) regulamentando o trabalho dos menores, das mulheres e dos adultos nas fábricas.

b) pondo sob a protecção e vigilância do Estado as instituições de beneficência e de socorro mútuo.

Nacionalizar o trabalho é:

3.º organizar uma pauta sensata e suficientemente protectora dando às alfândegas a sua verdadeira missão, para que os empresários fabris possam fazer os sacrificios que se lhe exigem em favor da classe trabalhadora;

4.º regulamentar a circulação fiduciária e remodelar a organização dos estabelecimentos de crédito para que a taxa do juro desça tanto quanto é possível;

5.º equilibrar o orçamento do Estado para que a dívida flutuante não seja o abismo em que se somem tôdas as economias e todo o capital disponível, deixando à míngua as empresas úteis.

Em artigos sucessivos desenvolveremos os assuntos que deixamos indicados apenas. — (*Provincia*, 23-IX-85).

A EMIGRAÇÃO NACIONAL

Sem dúvida alguma a questão da emigração é complicada e vastíssima: concordamos plenamente com o nosso presado colega do *Jornal do Comércio*. Agradecemos-lhe a atenção que deu ao nosso artigo e o apoio conferido à nossa tese.

Quando a densidade da população não atinge 70 ou 80 habitantes por quilómetro quadrado, nas nossas regiões temperadas da Europa, e o algarismo da emigração se eleva acima de 150 ou 200 sôbre 100:000 habitantes, um povo adoece de um vício de economia interna.

É exactamente pela questão ser complicada e vastíssima que nós queríamos ver tôdas as atenções voltarem-se para êste problema vital da nossa economia, cuja realidade o *Jornal do Comércio* reconhece, afirmando que, de facto, o nosso país cai sob o alcance fatal da lei que deixámos exposta.

Observa porém o nosso ilustre colega que em Portugal a emigração se dá na zona de nordeste, no litoral de entre Mondego e Minho, aí onde a população orça por 100 habitantes por quilómetro quadrado, sendo nula nos distritos de leste e sul, onde a densidade desce até 15 e 13, como em Portalegre, Évora e Beja.

E conclui que, estando a nossa população assim tão desigualmente repartida, fôrça é que apresentemos uma emigração tão excepcional.

Tôdas estas observações são óbvias, são até certo ponto exactas, mas não destroem a verdade da tese proposta por nós. Explicam os termos em que a emigração se dá, mas não formulam o diagnóstico de um vício que por outro lado o nosso colega reconhece existir. É essa a falta que encontramos no seu artigo.

Êsse vício, a nosso ver, está no facto da despovoação do sul e do leste do reino. É êste o cancro roedor da nossa economia nacional, cujas causas, acumuladas desde quatro ou cinco séculos, não foram até hoje remediadas, antes pelo contrário se agravaram por um desequilíbrio progressivo. Que do litoral do norte, onde a população superabunda, emigre gente, é natural, é necessário, é útil; mas que êsses emigrantes, e mais ainda os das nossas ilhas atlânticas, tenham de ir buscar trabalho a países estranhos e a colónias mortíferas, havendo metade do reino despovoado e inculto, — é isto o que constitui um vício de-certo único na Europa, nos termos em que se dá connosco.

A nossa história colonial paralisou o movimento de povoação e colonização do Alentejo; movimento activo, progressivo nos séculos anteriores, conforme o atestam os nossos cronis-

tas, conforme o testemunham as populações ainda hoje vivas.

Por outro lado, os vícios da nossa legislação predial, a transformação da Avoenga nos Morgados e a instituição das Herdades, ocasionaram uma despovoação dos campos de que há documentos em épocas ainda bem próximas de nós.

¿ Concorreu a legislação liberal para modificar um tal estado de cousas?

Não, de-certo; porque a abolição dos morgados, franqueando o campo ao capitalismo, substituiu ao regime dos monopólios legais o sistema do monopólio natural dos grandes capitalistas-proprietários. Êste regime é menos adequado ainda ao fomento da povoação do que o dos vínculos, porque, tendo como motor principal, se não exclusivo, o juro do dinheiro, que por várias causas é em Portugal elevadíssimo, não consente dispêndios, ou pouco remunerares, ou cuja remuneração só pode vir mais tarde, além do prazo médio da vida do proprietário.

O censo de Augusto dava à Lusitania (que excluía, como se sabe, o norte do Douro) cinco milhões de fogos, ou, pelo menos, vinte milhões de habitantes. As regiões transtaganas por onde hoje se alastram charnecas eram então densamente habitadas. Sertório pôs em Évora a capital do seu govêrno, e de-certo o não faria se o Alentejo de então fôsse o de hoje. A longa crise que, desde a queda do império romano,

se estendeu até à formação da monarquia portuguesa e a reconquista aos árabes, transformou em desertos as regiões transtaganas, que tiveram sorte igual à da Syria, da província Cartaginesa, e da Mauretania — a essas zonas transmediterrâneas tão semelhantes às do nosso Meiodia.

Depois, nos primeiros quatro séculos da monarquia portuguesa, as regiões transtaganas colonizaram-se como países bravios, como os Brasis ou as ilhas dos séculos seguintes, para onde se levou o sistema das doações, empregado na metrópole com tanto êxito. Êste é o momento de crise. Segundo a pitoresca frase do infante D. Pedro, um dos raros homens de juízo da nossa história, trocámos então *uma boa capa por um mau capêlo*. A povoação do Alentejo estacou, decaiu.

Ê esta a origem do vício económico de Portugal. Ê êste o mal para que não soubemos ainda achar remédio. Ê isto que nos obriga a ter de deixar de colocar dentro do reino, na metade onde a população é mínima, o excesso da outra metade onde ela superabunda. Ê por êsse motivo que a nossa emigração apresenta uma percentagem tão descomunal e que a nossa economia interna é tão periclitante.

Tôdas as considerações gerais sôbre o fenómeno da emigração são oportunas sem dúvida; mas no nosso caso tem de subordinar-se a es-

tas considerações particulares e históricas. É claro que, dados os antecedentes, ainda que as condições internas melhorem, a emigração para o Brasil há de continuar por largos tempos, e é bom que continue; mas o que é mau, o que é péssimo, o que é um crime horroroso e um documento de desgoverno, é a emigração insulana, cujos fastos de escravatura branca ainda há pouco tempo registravamos aqui mesmo pela bôca do nosso consul de Honolulu. O que é mau, o que é triste, o que é deplorável, é que de uma vez se não meta ombros à empresa de fazermos no Alentejo o que os franceses estão fazendo na Argélia e na Tunisia, desbravando essas charnecas seculares, chamando outra vez à vida êsses desertos, formados em tempos em que faltava a matéria-prima que hoje se escôa às claras e a ocultas pelas barras dos nossos rios — essa matéria-prima de tôdas as indústrias, chamada homem, o emigrante: êsses nossos compatriotas que todos os dias deixam a pátria, por não haver nela quem saiba ou queira dar-lhes meios de ganhar a vida. (*Provincia*, 24-IX-86).

Não deixaram de encontrar éco em alguns dos nossos ilustres colegas as observações que neste lugar temos feito ácerca da emigração nacional como índice da crise económica do país.

Concordam connosco em que a emigração exprime o mal-estar das populações; concordam em que coibir a emigração legal, ou declarada, seria um absurdo e até uma iniquidade; mas quando no parlamento italiano se proferia a opinião de que se não devia embarçar aos emigrantes o saírem, nem por meios directos, nem por meios obliquos, os nossos illustres colegas fazem reparos e restrições.

É com efeito geral entre nós o dizer-se que a emigração legal se não deve embarçar, mas que a clandestina deve ser tolhida por tôdas as formas.

Não pensamos assim; ou antes, parece-nos que neste ponto convém fazer uma outra distinção.

Na emigração, como geralmente se faz do continente para o Brasil, e das ilhas para o Brasil e outras partes, há a distinguir duas espécies: a emigração voluntária ou espontânea, e a emigração iludida ou seduzida pelos engodos falazes dos engajadores.

Ora estas duas espécies encontram-se tanto na emigração legal, como na clandestina. E na distinção entre as espécies é que está, a nosso ver, o campo franco para a acção administrativa, perseguindo e punindo, não os miseráveis emigrantes, desgraçados iludidos que vão expiar na cadeia a sua excessiva inocência; mas sim os engajadores que muitas vezes são homens ou sociedades mais ou menos poderosas.

Mas que a distinção a que nos referimos tenha alguma relação com a distinção burocrática de emigração declarada ou clandestina, isso recusamo-nos a aceitar. E insistimos em pensar que a perseguição feita à emigração, forçando-a a tornar-se clandestina, é um êrro, uma tolice e uma iniquidade.

Não se emigra declaradamente, por causa da impossibilidade de prestar fiança ao recrutamento. Quem emigra é gente pobre, sem recursos, sem protectores; e a indústria das fianças, à sombra da qual muitos medraram noutros tempos, parece que hoje está decadente.

Em nome das leis militares quere-se evitar o escoamento da gente; mas consegue-se apenas que essa gente, em vez de vir do Minho embarcar a Lisboa, vá do Minho escondidamente embarcar em Vigo. O êrro está em que perdemos até êsse movimento para os caminhos-de-ferro e para o pôrto.

Além de êrro é uma tolice, porque os pobres homens, apanhados e encarcerados, teem de ser soltos e, depois de soltos, vão tentar de novo a aventura, e com a quási certeza de êxito.

É finalmente uma iniquidade, porque não há direito de forçar a permanecer no país gente a quem o país não sabe, não pode, ou não quere dar que comer, — e forçá-la em nome de leis militares que nem ao menos servem para nos dar forças dignas dêsse nome! (*Repórter*, 8-VII-88).

... Sendo a cria e exportação de gente a nossa melhor indústria, convinha ao menos prepará-la, como de outra forma se fazia aos bois. Engordavam-se no estábulo; era melhor que se desse ao emigrante uma engorda intelectual na escola.

Porque assim, exportando unicamente alfabetos, não fornecemos aos mundos coloniais senão animais de trabalho, vencidos em tôda a parte pelas emigrações cultas.

Não é segredo para ninguém que no Brasil somos batidos pelos italianos, que teem instrução e maior iniciativa. Em S. Paulo expulsaram-nos completamente do comércio de retalho, que era nosso e de mais ninguém. No Rio, os italianos insinuam-se sob as firmas portuguesas. «Estamos reduzidos à defesa: desistimos de conquistar terreno», dizia-nos um dos principais membros da colónia portuguesa do Rio, infelizmente falecido já.

Êste modo de encarar a questão da instrução primária não será corrente, mas ninguém dirá que não seja exacto. Uma vez que a população portuguesa tem de escoar-se para fora, vivendo nós aqui das economias das nossas colónias ultramarinas, melhor seria, mais abundantes viriam as economias, se os emigrantes partissem educados para não terem de viver na condição dos chinas, como vivem, por exemplo, na nossa colónia de Sandwich. — (*Repórter*, 2-X-88; v. nota a êste artigo no fim do vol.)

O PROBLEMA DOS NOSSOS LATIFÚNDIOS DO SUL

...O despovoamento e abandono dos nossos incultos não são devidos a causas *intrínsecas*; são devidos a causas históricas.

Foi a escravidão, com efeito, que fez os latifúndios italianos; não foram *causas intrínsecas*...

As causas históricas dos latifúndios italianos são análogas e em muitos pontos idênticas às que se deram connosco. Também trocámos o arado pelo remo; também os estrangeiros, viajando em Portugal no xvi século, achavam aqui tantos escravos, como os romanos quando olhavam para a Itália transformada à imagem de Cártago. Se o velho do Restêlo reproduz, na bôca de Camões, as palavras de Horácio, lendo-se em Plutarco a vida do primeiro Catão ocorre à memória a *Miscelânea* de Garcia de Rezende.

Metade do reino está inculta e despovoada; basta olhar para qualquer carta demográfica para ver como a zona estéril vem por todo o longo da fronteira descendo para Sudoeste, a alastrar-se até ao mar no Alentejo. É por isso que temos uma emigração monstruosa; e se de-vêssemos considerar êste facto irremediável, e

fundado em *causas intrínsecas*, teríamos de desesperar do futuro da nação portuguesa perante o progresso demográfico do reino vizinho.

...Continuamos, pois, a sentir que para as nossas *steppes* se não fizesse ainda o que desde Frederico III se fez para as famosas saibreiras imperiais. Elas são a prova de que não há, dentro de certos limites, causas intrínsecas de esterilidade. A arte vence tudo. O Lácio era um paúl mefítico quando os romanos aí assentaram: a arte secou-o, tornando-o um vergel; depois, a desordem dos costumes e das instituições fê-lo volver ao seu primitivo estado. Aqui no Minho *fabrica-se* terra sôbre saibros sêcos e nús: transporta-se em carros, enrelva-se de mato, e ao fim de uns anos está uma horta.

Mas se é indispensável arte, são mais indispensáveis ainda leis. Depois do século XIV, nunca as tivemos adequadas às nossas regiões latifundiárias. Há dois séculos, prossegue o *Jornal do Comércio*, Severim de Faria dizia como a *Província* diz hoje. Com certeza: nem queremos a patente de invenção; porque nestas cousas as descobertas são pelo menos arriscadas. Dizia-o Severim de Faria, com efeito; dizia-o Nicolau de Oliveira; havia de dizê-lo por força o Marquês de Castelo Melhor, cuja lição D. Luís da Cunha transmitiu no seu *testamento político* ao Marquês de Pombal. Dizia-o José Bonifácio de An-

drada, dizia-o Trigo, dizia-o António Caetano do Amaral, diziam-no Álvares da Silva, Soares de Barros, Henriques da Silveira, Vila Nova Portugal, e tôda a pléiade dos académicos do princípio dêste século. Dizia-o depois ainda Herculano, e Rebelo da Silva, e Carlos Ribeiro; di-lo o sr. Delgado, colaborador do «Relatório sôbre a arborização do país», e o sr. Gerardo Pery, autor das cartas agronómicas dos concelhos alentejanos. Não deu porém ouvidos aos ditos dos economistas, dos juriconsultos, nem dos historiadores, uma política narcotizada no século XVIII, e no nosso embriagada pelos caminhos-de-ferro, depois de estonteada pelas lutas constitucionais. É disto que nos queixamos, não sem reconhecer a freqüente irresponsabilidade dos políticos.

Como se vê, pois, a tradição não se interrompeu e honramo-nos muito por seguirmos na esteira de tantos e tão ilustres. A tradição vem desde quando, passado o momento da embriaguez oriental, logo no princípio do século XVII, se começou a reconhecer que efectivamente se trocára *boa capa por mau capêlo*, segundo o dito agudo do infante D. Pedro, êsse grande homem de juízo, que morreu mártir em Alfarrobeira. (*Provincia*, 28-XII-86 v. a nota a êste artigo no fim, do vol.).

PROPRIEDADE MINÚSCULA

Por um concurso de causas que não cabe neste lugar expor, no pequenino âmbito de Portugal experimentamos os inconvenientes dos dois pólos opostos, dos dois extremos antitéticos: a população excessiva, e desertos como os do Sahará; a herdade de 3:000 hectares, e o campo de 100 metros quadrados. Disto resulta sabidamente o desequilíbrio social e político da nossa nação; a falta de homogeneidade nos costumes, e sobretudo o fenómeno deplorável de uma emigração excessiva para as zonas densamente povoadas do Minho, mas fenomenal para a população média do país.

Até certo ponto, isto provém de ser Portugal uma faixa de terra litoral estendida de norte a sul e cortada obliquamente ao centro pela serra da Estrêla, que determina para o norte um clima centro-europeu e para o sul um clima mediterrâneo. Mas esta consequência das condições naturais, e que cumpria às instituições modificar quanto possível, tem-se agravado constantemente em virtude de um regime de abandono.

Clama-se geralmente contra os latifúndios do sul, e com razão; não se clama, porém, contra a pulverização, contra a fragmentação da pro-

priedade, de que é vítima o norte e que não é um facto menos grave.

Eis aqui um quadro, colhido *do natural*, como se diz nas artes.

A freguesia de Moreira de Rei, no concelho de Fafe, é porventura entre nós o mais grave exemplo do ponto a que pode chegar a divisão da propriedade. Couto antigo, gozando do privilégio das *Táboas vermelhas* de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, a freguesia é muito extensa (445 fogos pelo censo de 1878) e a população distribui-se aldeada pelos lugares da Feira, Marinhão, Barbôsa, Vilela, Vila Pouca, etc. Em tôda a paróquia a divisão da propriedade é mais ou menos igual à do lugar de Marinhão, que tomarei para exemplo, e que é agricultada e possuída, na sua quási totalidade, pelos habitantes do lugar, havendo apenas dois ou três proprietários absenteístas.

Marinhão assenta a meia-encosta; em baixo estende-se a veiga, e em frente levanta-se um monte que pertence ao lugar. A veiga está dividida em *leiras* ou fitas paralelas que paralelamente se vão subdividindo em tantas *leiras* quantos são os herdeiros de uma sucessão. A divisão fez-se por muito tempo seguindo a direcção longitudinal, mas como esta chegou já ao extremo limite, hoje partem-se as *leiras* no sentido transversal. Agora as dimensões de cada *leira*, ou de cada propriedade, regulam entre

o máximo de 5 metros e o mínimo de 0^m,86 para a largura, e 100 e 10 metros para o comprimento. A superfície média de cada propriedade é de hectares 0,016, segundo êstes números; mas as propriedades mais pequenas, que são as mais numerosas, reduzem consideravelmente a média real

Chega a não poder-se lavrar e a ser necessário o uso exclusivo da enxada. O cavador leva o estrume às costas num cesto, e um litro ou meio litro de semente no bôlso ou num saquitel de bragal. Em tais propriedades, as vacas pastam presas à soga, e nas maiores, sob a guarda da família—quatro ou cinco pessoas.

Êstes terrenos foram sempre alodiais, e por isso o costume de os dividir data de tempos remotos, e o progresso da divisão acompanhou naturalmente o da população. Á morte do pai, tudo é escrupulosamente repartido, desde as *leiras* da veiga até aos terrenos de mato.

É uma população que vive miseravelmente, quando se compara com os lavradores proprietários das freguesias limítrofes, onde as terras, em virtude da indivisibilidade prescrita nos prazos, não sofrem uma pulverização igual. Como a lavoura não seria capaz de alimentar os habitantes, êstes socorrem-se a indústrias subsidiárias: são pedreiros da espécie mais grosseira, tamanqueiros e jornaleiros de trabalho.

Nos outros lugares da freguesia observa-se

uma situação análoga. Em Vila Pouca, nos confins da paróquia e na sua parte mais montanhosa, os habitantes socorrem-se à indústria das manufacturas de vêrga ou vime, ou aos lactícnios, pastoreando as vacas num monte comum.

Em todo o concelho de Fafe, e em muitos outros do Minho, é já hoje côstume corrente dividir os terrenos alodiais em tantos retalhos quantos são os filhos de uma família.

Se numa sucessão há seis filhos e seis campos, não se dá um campo a cada filho, mas sim uma sexta parte de cada um dos campos a cada um dos filhos. Nesta hipótese, em vez de um proprietário, passa a haver seis, o que dentro de certos limites é um bem; mas em vez de seis courelas passa a haver trinta e seis, o que é um grande mal, pela divisão e pela fragmentação.

Com o alodiamento progressivo da terra, e com os embaraços fiscaes opostos aos encabeçamentos e às tornas nas partilhas, é certo que o Minho progride rapidamente para uma situação crítica, de que é exemplo a freguesia de Moreira de Rei e de que a Europa central nos oferece tão repetidos quadros.

Esta situação apresenta às populações o dilema cruel da emigração ou da miséria; e entre as causas determinantes da emigração ultramarina dos minhotos deve sem dúvida alguma incluir-se esta.

Expulso o lavrador-proprietário, a terra envelhecida vai parar às mãos do capitalista, movimento que também no Minho se denuncia claramente; e se nas regiões de grande propriedade o capitalismo dá lugar a uma concentração progressiva, nas zonas de propriedade minúscula êle é o herdeiro dos pequenos expulsos pela fôrça cruel das cousas.

A moral dêste caso é que, em tôdas as condições, o ideal de uma quimérica liberdade se traduz praticamente na pior das desordens, e que sòmente podem ser livres os povos quando se subordinam a leis e a regras apropriadas para normalizar a sua actividade. Entre essas leis, uma das mais urgentes entre nós é a que ponha còbro à pulverização e dispersão dos ca-sais do Minho. — (*Provincia*, 16-XII-86).

O PROBLEMA DO PÃO

Noutro tempo a moagem era uma indústria subsidiária da lavoura, e a padaria, aliada ao comércio dos grãos, era uma indústria independente. O lavrador colhia o trigo, limpava-o, enceleirava-o. O padeiro vinha, comprava, mandava moer à *maquia*, nas azenhas ou moinhos-de-vento, armazenava e, na sua oficina, peneirava e panificava.

Hoje a situação é inteiramente diversa. A sombra do direito protector da moagem, essa indústria transformou-se, como tantas outras, passando do regime das pequenas oficinas, para o regime da fábrica a vapor. Neste regime, o comércio dos grãos transformou-se; e a moagem, tornando-se uma grande indústria urbana, aliada ao comércio de importação de trigos, substituiu as antigas azenhas e moinhos-de-vento, subalternizou a padaria, e fez-se independente da lavoura.

O que succede com a moagem, succede com muitas outras indústrias — com os lanifícios por exemplo, com o alcool até certo ponto. Também noutro tempo as pequenas fábricas de baetões, de buréis e de briches viviam nos pendores das serras, tocadas pelos motores hidráulicos, para fiar e tecer a lã dos rebanhos que pastam nas charnecas da Beira e do Alentejo. Também noutro tempo a água-ardente se distilava em alambiques rudimentares pelas adegas espalhadas em tôdas as granjas: não havia vinha sem lagar e fuso, sem tonéis e alambique.

Hoje a fiação e tecelagem da lã, hoje o fabrico da água-ardente, são indústrias fabris, capitalistas, independentes, que procuram a matéria-prima onde podem encontrá-la melhor e mais barata, no debate da concorrência comercial. E tanto a água-ardente, de cereais americanos ou

de batata, figo ou alfarroba indígenas, como os panos produzidos com lãs australianas, argentinas ou portuguesas, como as farinhas provenientes de trigos americanos ou nacionais, tôdas elas foram indústrias fabris nascidas e medradas à sombra de direitos protectores estabelecidos, ou com um ponto de vista exclusivamente fiscal, ou na idea de favorecer indústrias que então eram subsidiárias da lavoura.

É um progresso? É uma vantagem, essa revolução económica? Não é ocasião agora de entrarmos no debate dêsse ponto. Basta consignar o facto, e afirmar terminantemente que tampouco a moagem pode voltar ao regime antigo das azenhas e moinhos-de-vento, como a viação pode passar dos caminhos-de-ferro para a diligência dos tempos antigos. Se há idea falsa nesta ordem de cousas, é a idea da possibilidade de retrogradar.

Por isso, a meu ver, é ilógica e é contraproducente a attitude hostile que se observa entre moageiros e lavradores; porque não pode, nem deve tratar-se de arruinar os capitais immobilizados na moagem, só em nome de argumentos que não resistem à critica.

Pois se tôda a questão está em que as fábricas dispõem de um monopólio fechado, é fácil aos lavradores rompê-lo, estabelecendo moagens por sua conta; e se o direito diferencial é excessivo, quando se reduzisse ao estrictamente

necessário, ainda assim os fabricantes haviam de preferir, mesmo por preços mais elevados, os trigos americanos.

Nada disto é lógico, nem sensato. Os lavradores, permita-se-me a expressão, querem dizer amor, mas não lhes chega a língua.

A chave dêste enigma e a solução dêste problema não está em determinar a relação dos direitos — os lavradores sabem-no demais — está em fazer com que as fábricas não sejam, como são hoje, levadas a preferir sempre, pela própria organização da sua indústria, os trigos estrangeiros aos nacionais; está em alterar as condições de existência das moagens, de modo a que lhes não esteja inerentemente ligado o comércio de importação de trigo.

Notei as analogias entre a moagem, a destilação e os lanifícios: falta notar as diferenças que justificam as conclusões precedentes. E essas diferenças são, em primeiro lugar, o facto de que só no caso da moagem se trata da matéria-prima de um género, o pão, base da subsistência nacional; em segundo lugar, de uma cultura que, ainda arruinada, é a mais importante em terras insusceptíveis de darem outra coisa senão cereais, vinha ou montados. E quando se considera o estado actual e os prospectos futuros da cultura da vinha, é fôrça concordar na necessi-

dade de manter a todo o custo a possibilidade de cultivar cereais.

A produção da riqueza pròpriamente dita, da riqueza extraída do solo, é o alicerce da sociedade económica, e, quando houvesse colisão de interêsses entre a lavoura e qualquer indústria independente, seria mister optar pela primeira. Hoje a moagem não é uma indústria subsidiária da agricultura, como noutro tempo: é uma indústria tão exótica como a da água-ardente de cereais, porque, se uma distila milho americano e vive à sombra do direito pautal, a outra moí trigo também americano e vive também à sombra do direito pautal.

Outra diferença é a do estado agudíssimo de crise a que a lavoura cerealífera chegou. De propósito não aduzo números, pois, quanto a mim, tem-se emmaranhado de mais esta questão com cálculos de veracidade reciprocamente contestada, e os números indiscutíveis que acusam a progressão esmagadora da importação dos cereais são conhecidos de todos e provam sem contestação a gravidade da crise.

Pelos encargos hipotecários que pesam sôbre a terra, pelo exagêro dos impostos (exagêro tanto maior quanto o produto liquido é mais reduzido) pela carestia das subsistências, pelo esgotamento das terras, e por várias outras causas subsidiárias, o preço de custo do trigo entre nós é tal que, com um direito de 17500

réis, a importação cresce, enquanto em França basta um direito de 900 réis para que ela diminua a ponto de em breves anos a república ter de exportar trigos.

Esta situação, sem dúvida alguma excepcional, impõe-se todavia de um modo cruel, e convém acima de tudo saber se se há de sacrificar a cultura do trigo, não à moagem, mas sim à liberdade do comércio dos grãos, ou se se deve fazer o contrário, mormente quando vemos a produção vinícola ameaçada a um tempo pelo filoxera e pela carência de mercados — quando vemos em todo o caso paralisado o progresso de cultura da vinha.

No acume desta crise verdadeiramente angustiosa, todos os dias mais mal encoberta pelos ouropeis de uma falsa riqueza ostentada na capital à custa de um fisco tão insaciável quanto perdulário, achamos a indústria da moagem colocada entre lavradores que não podem concorrer em preço com os trigos americanos, e que nas condições actuais cada vez poderão concorrer menos, quaisquer que sejam as elevações de direito — e padarias que, multiplicando-se excessivamente no regime das pequenas indústrias a que o capital não corrige a pulverização, encarecem de um modo monstruoso a alimentação pública.

Colocada entre êstes dois pólos, a moagem que outrora realizou lucros excepcionais, como

os realizou a fiação do algodão e o fabrico da aguardente, como os realizaram tôdas as indústrias iniciadas em condições análogas, a moagem, digo, tem hoje os lucros normalizados por virtude da concorrência interna.

Manter-lhe o direito diferencial de 7 réis parece que é insuficiente, e a maior importação de farinha confirma esta opinião; reduzi-lo a 5 réis, como quere a associação de agricultura, é decretar-lhe a ruína de um modo capcioso e inconseqüente; aumentar-lho a 10 réis, como propõe o govêrno, é garantir a existência do *statu quo*.

Êsse *statu quo* é ruinoso para a lavoura, embora o direito do trigo se eleve de 15 a 20 réis, porque no estado de desmantelamento a que a cultura dos cereais chegou em Portugal, nenhum direito protector limitado, como deve ser, pelo preço actual do pão, é capaz de a levantar, emquanto a moagem se não separar do comércio de especulação sôbre trigos estrangeiros. É a isto que os lavradores chamam monopólio, e que num certo sentido o é implicitamente, acaso mais ainda do que por conluio entre os fabricantes.

Êsse monopólio implícito, em detrimento dos trigos nacionais, tem a sua origem no facto de que tôdas as moagens, passadas, presentes e

futuras, preferirão sempre os trigos estrangeiros por muitas razões que não podem entrar em linha de cálculo.

O abastecimento fácil, regular, em grandes quantidades de matéria-prima homogénea, dá-se com os trigos importados, e não pôde dar-se com os nacionais, que em pequenos lotes, de qualidades diversas, de densidade diferente, reclamam muito maiores existências para se poderem compor qualidades de farinha constantemente igual como reclama o presente regime industrial.

Não há, nem nas condições actuais pode haver para os nossos trigos, instituições como os elevadores de Chicago, que são, como era o antigo Terreiro de Lisboa, corretor, intermediário do lavrador e dos padeiros, onde se estabelecia a média das qualidades, uniformizando-as e nivelando-as por um preço uniforme. Instituições como essa, é fôrça que se restaurem desde que a lavoura nacional recobre novo alento.

Por outro lado, o trigo é um objecto de especulação bolsista, como o algodão, como a lã, como agora o cobre, como tôdas as matérias-primas de grande consumo industrial sôbre que se exerce o espirito mercantil por via de sindicatos. Todos sabem como o sindicato dos trigos que o ano passado faliu em Chicago deu de si uma baixa tal no preço, que os importadores moageiros puderam suportar sem perda

o aumento de direito de 3 réis votado em 1887 e que sôbre as quantidades importadas não subiu talvez a menos de 350 ou 460 contos de réis.

¿ Pode uma lavoura em crise agudíssima estar sujeita às oscilações de preços determinados por causas que para ela são fatais? ¿ Pode uma lavoura no estado da nossa ir aplicar mais capitais à terra, adubando-a, drenando-a, para assim tirar dela uma intensidade maior de produção e obter uma redução no preço de custo? Não pode, enquanto não tiver a segurança de um mercado de consumo.

E essa segurança só a obterá quando fôr proibida a importação de trigos em grão.

Eis aqui a chave do enigma, e em que termos a questão se deve pôr. Não há outro meio de impedir, ou que a indústria do moagem seja arruinada sem vantagem para ninguém, ou que continue por virtude dos seus legítimos interesses a aliar a si o comércio de importação dos trigos, preferindo com todo o fundamento, preferindo pela fôrça das cousas, os trigos estrangeiros aos nacionais.

Emquanto lavradores e moageiros puserem a questão no campo emmaranhado de cálculos contraditórios e do debate estéril dos direitos proporcionais o problema não fará senão azedar-se sem vantagem para uns, nem para outros.

Tôda a questão se resume hoje nisto: a

lavoura moribunda não permite a concorrência dos trigos estrangeiros; a moagem há de tornar-se outra vez, no regime actual da grande indústria, subsidiária da lavoura, para que a lavoura possa restaurar-se à sombra da segurança de um mercado de consumo.

Resta ver agora a outra face do problema, isto é, o preço do pão e o abastecimento suficiente do mercado.

É sabido que a lavoura nacional não produz hoje trigo bastante para a subsistência pública; é certo que no regime vigente, com a organização actual das indústrias subsidiárias, cada vez o produzirá menos. Mas é incontestável que pode produzir pelo menos duas têrças partes do trigo necessário à alimentação dos portugueses, desde que, tendo seguro o mercado, possa aplicar à lavoura os melhoramentos instantaneamente urgentes. E é certíssimo que, a não ser assim, a crise económica levará o país a uma ruína completa.

¿ Donde virá, como virá o que faltar? Da América, em farinha e não em grão. Transitòriamente perder-se há o lucro industrial da moagem, mas à custa dêsse pequeno prejuízo transitório consolidar-se há o ramo mais importante da produção nacional. E se a perda dêsse lucro der em direito ou em equidade razão aos indus-

triais para serem indemnizados, não deve haver dúvida em o fazer. Em todo o caso essas indemnizações não poderiam exceder umas centenas de contos, visto como todos os moageiros confessam estarem em condições precárias.

No ponto de vista do abastecimento como quantidade, não há pois obstáculos. ¿ Há-os porventura no ponto de vista do preço do pão? Também não há, pois o govêrno afirma que o direito de 30 réis para a farinha, que é exactamente o que os lavradores pedem, não alterará o preço do pão.

Para o caso de succeder o contrário, os remédios são simples e óbvios. Em primeiro lugar, não deveria haver dúvida em autorizar os governos a baixar o direito sempre que o preço do pão subisse além de x , e em determinadas proporções. Em segundo lugar, devem empregar-se os meios adequados para reduzir o número excessivo das padarias.

Propõe o govêrno a criação de padarias municipais; e eu não teria dúvida em autorizar a publicação de posturas limitando o número de licenças para o estabelecimento de padarias. Qualquer dos meios é eficaz, qualquer dêles tem inconvenientes: é uma questão aberta.

Mas quando em Lisboa temos um padeiro por cada 525 habitantes, e quando em Paris se considera já excessiva e agravante do preço a relação de uma padaria para cada 1:615 habi-

tantes, é fôrça reconhecer que um tal estado de cõusas reclama providências. Por si só, o facto da importação de farinhas influiria no sentido de reduzir o número das padarias, dando vantagens aos industriais dessa espécie que dispusessem de mais capital.

Para se avaliar quanto e como a pulverização da padaria encarece a alimentação pública, lembro de novo o exemplo da cooperativa de Roubaix, já citado noutro lugar desta fôlha. A panificação centralizada cooperativamente em grande escala deu ao consumidor uma economia de 22 por cento. O pão, cujo preço corrente em 1887 foi em Roubaix de 50 centimos por três quilogramas, custou aos associados apenas 38 centimos.

O estabelecimento de um direito sôbre a farinha, direito que, sem encarecer o pão, permite à lavoura nacional restaurar a cultura dos cereais; o estabelecimento de um direito, a cuja sombra a produção interna pode ir crescendo e a importação de farinha diminuindo portanto; o estabelecimento do direito de 30 réis, proposto pelo govêrno, indicado pela associação de agricultura, reduzível porém sempre nos casos de fôrça maior de encarecimento do pão, casos por muitas razões inverosímeis — eis aí uma das formas de resolução do problema.

A proibição da importação de trigo em grão, — para impedir que a moagem seja induzida, como é

pela fôrça das cousas, a aliar a si o comércio de importação de cereais e a preferir os trigos estrangeiros aos nacionais; para a colocar, com os aperfeiçoamentos dos processos da indústria fabril, na condição normal de indústria subsidiária alheia a qualguer especulação comercial; para lhe dar trabalho amplo, regular e constante com a redução a farinha dos trigos portugueses, e não dos estrangeiros — eis aí a outra forma de resolver o problema.

E, a menos de prova em contrário, ou de argumentos imprevistos, não vejo outro meio de se sair de uma situação em que nem lucram os moageiros, nem os lavradores, e apenas engorda o tesouro, precipitando o solo português no plano inclinado de uma esterilidade desoladora.

— (*Repórter*, 10-V-88).

As atenções do país estão indiscutivelmente voltadas para a questão dos cereais, cujo episódio parlamentar dêste ano se aproxima do seu termo.

A pergunta que domina tôdas as outras é a seguinte: ¿pode a exploração da terra portuguesa prescindir da cultura dos cereais? ¿há possibilidade de a substituir por outra cultura mais proveitosa para a lavoura e para o fisco?

Há dois anos, ainda muita gente responderia que, sendo as culturas arbustivas as que me-

lhor se coadunam ao clima do sul do reino, especialmente, era preferível plantar vinhas. Nunca tivemos essa opinião, e os factos estão infelizmente corroborando o fundamento das nossas ideas, pois hoje nos sucede já o que succedeu como consequência do tratado livre-cambista de 1703, chamado do Methwen.

Parece-nos fora de dúvida que hoje todos consideram uma urgência primordial a cultura de cereais, quaisquer que sejam os sacrificios necessários.

Reconhecido isto, levanta-se outra pergunta: pode a cultura dos cereais subsistir no país, nas condições vigentes de concorrência de trigos estrangeiros e com a indústria da moagem subsidiária da importação, em vez de ser accessória da lavoura nacional?

A resposta a este quesito é óbvia, e todos concordam em que as condições vigentes não consentem a lavoura dos trigos. Provam-no as reclamações fundamentadas dos lavradores, provam-no as medidas propostas pelo governo, prova-o a importação de trigos sempre crescente. — (*Repórter*, 30-VI-88.)

O S. MARTINHO

¿ Como foi que no espirito popular se efectuou a transfusão dêsse culto naturalista de Baccho no culto do soldado e do místico húngaro, que, depois de bater os germânios na Gália, empunhou o báculo na cathedral de Tours? ¿ Como foi que o povo fez de S. Martinho um Baccho, a cavalo na quartola, coroado de pâmpanos, empunhando o tirso?

Coincidência de épocas do ano, a que a erudição deve ter juntado muitos outros traços curiosos. As festas de Baccho eram várias; mas as Dionysias ou Bacchanaes celebravam-se nas vindimas, e as Anthestérias celebravam-se nas adegas, depois da primeira fermentação, quando se abrem os tôneis e se prova o vinho.

S. Martinho
abre o vinho,
tapa o vinho.

No campo havia a embriaguez da luz, da côr, quando os pâmpanos avermelhados pelo sol do estio que os queimou, descobrem os cachos negros onde se guarda o vinho, êsse sangue da terra, e as mulheres se toucam de parras levando aos ombros os cêstos de uvas por entre os carreiros floridos das vinhas. Nas adegas,

meses depois, havia a embriaguez como que mística da fermentação, da transformação, e o mistério profundo das invisíveis elaborações químicas. O sumo doce e feminino da uva tornava-se um licôr másculo e enebriante!

A imaginação infantil parava, scismava. Era um milagre de Baccho, o deus da natureza enigmática e cheia de mistérios indecifráveis, de porquês não respondidos; êsse deus fraco, efeminado, cuja pele deu retalhos para a textura de todos os deuses místicos posteriores; êsse deus tão diverso dos heróis como Hércules, o símbolo da vontade, ou como Apolo, o símbolo da justiça.

Baccho era o deus da fermentação misteriosa obscura do mundo; um deus humilde que alegra como o vinho a mesa do pobre e lhe acorda na fantasia sonhos de ventura nas quimeras da embriaguez.

Pr'o S. Martinho
arre burrinho
carregadinho
de pão e vinho...

Mas o vinho tolda-se, perde-se, azeda; e também a embriaguez é fúnebre, feroz. Há homens que *teem o vinho mau*. Baccho, o risonho, o amável, o fraco, era também um deus orgiaco, sangrento e satânico. Êste retalho da sua pele, que o povo cristianizado deitou para as costas

do Diabo, suma e sùmula de todos os aspectos maus dos velhos deuses, não assentou portanto nos ombros de S. Martinho, que também não preside às vindimas, sòmente às primeiras trasfegas.

Portugal é um país de uvas, um país de vinho. Aqui as cepas trepam às ramadas, pendurando-se os cachos maduros como estalactites no teto da sombria gruta verde da folhagem; além erguem-se alinhadas as latadas de canas louras, abrindo os seus ramos ao longo das ruas, sôbre que se debruçam os ramos dos ulmeiros. Numas regiões, as videiras sobem às árvores como serpentes, enroscando-se nos braços dos carvalhos ou dos álamos, e deixando cair do alto as varas carregadas de cachos; noutras, serpeiam junto ao solo em estrados tecidos de canas, recebendo de perto o hálito quente da terra. E por tôda a parte as vinhas se alastram com ondas verdes, plantadas no chão, cobrindo-o com o entrelaçamento das suas varas, escondendo sob a espessura das folhas os seus úberos negros e globulosos que dão um leite côr de sangue, ou côr de âmbar.

Há vinhas por tôda a parte: nas veigas e nas encostas, nas cumiadas e nos sapais, nas terras pingues e nas pedregosas, onde a cepa se planta à broca. Há vinhas de tôdas as côres: a torrente sai espumante dos lagares e das dornas, ameaçando inundar tudo. A vinha torna-se em mos-

to, o mosto em vinho... e o vinho torna-se em libras com que compramos o pão que comemos.

Pelo culto de Baccho, deixamos o de Ceres.

Baccho venceu também a Deusa-Mãe, nos velhos tempos, quando a fermentação misteriosa das imaginações preferiu à natureza luminosa dos campos e das searas as abóbadas ensombradas de verde com estalactites de cachos, e as ondulações caprichosas das cepas rasteiras coleando como serpentes sôbre a gleba vestida de fôlhas.

Embebedou-se tudo, perdeu-se o juízo. Baccho triunfante no seu carro tirado por leões presidia à orgia de um mundo em fermentação, e na dorna colossal da Antiguidade caíam, como cachos maduros, as ideas e os tronos e os altares, que as bacantes pisavam com fúria, soltando no ar as tranças dos cabelos, batendo o adufe sagrado, ou os crótalos místicos, agitando os tirsos, e apresentando aos sátiros e coribantes os beiços humidados de desejo com a face afogueada das exalações mortais e o peito arfante dessa ânsia de amôr que abraça a morte nos momentos da suprema orgia.

Para além da adega, na escuridão absoluta da noute misteriosa, Baccho aparecia pelos ares despedindo do seu tirso incendiado faúlas de fogo vivo, scentelhas de almas e desejos que fermentavam no turbilhão universal da natureza

revolucionada. Evoé! Evoé! a vida é uma embriaguez, um sonho, um gôzo, uma coreia incessante com o tilintar dos guizos carnavalescos por entre beijos lascivos das noutes de orgia. Evoé! Evoé!

Quando Garrett, nas suas *Viagens*, passava ali perto do Cartaxo, acudiu-lhe a idea de ir visitar os Infernos, como Vergilio ou o Dante, e foi.

Deu de cara com o marquês de Pombal que jogava o *whist* com vários personagens, e interpelou-o desta forma:

«— Venho fazer uma pergunta a v. ex.^a e esclarecer-me sôbre um ponto importante.

Deitou-me a tremenda luneta.

— Para que mandou v. ex.^a arrancar as vinhas do Ribatejo?

Apertou a luneta no sobr'olho e sorriu-se.

— Elas aí estão centuplicadas, que até já invadiram o pinhal da Azambuja. Fez v. ex.^a um despotismo inutil, e agora...

— Agora, quem bebe por lá todo êsse vinho?

Não sabia o que lhe havia de responder. Êle sacudiu a cabeleira de anéis, virou-me as costas, deu o braço a Colbert, passou por pé de Ricardo, de Smith e de João Baptista Say, que estavam a disputar, encolheu os ombros em ar de compaixão e foi-se por uma alameda muito

viçosa que ía por aqueles deliciosos jardins dentro e sumiu-se da nossa vista.»

Agora mesmo, porém, nós ouvimos peffeitamente, Smith e Say, Ricardo e Bastiat, dizendo em côro:

— Quem bebe todo êsse vinho é a França!

Iam saracoteando-se os economistas, muito anchos, quando Pombal e Colbert, saindo da alameda, perguntaram:

— Mas quando faltar a França?

Os homenzinhos pararam, e dançando em côro retorquiram:

— Que façam outra cousa, é boa!

E o marquês tornou a apertar a luneta e foi-se por outra alameda com Colbert, comentando a cegueira dos povos; enquanto os economistas, encontrando Baccho e S. Martinho de braço dado, os aclamaram no meio das dançarinas da ópera e dos jogadores de bôlsa que dançavam o *can can*.

— Evoé! Evoé!... diziam elas, e êles:

Arre burrinho
carregadinho
pr'o S. Martinho...

NOTAS ECONÓMICAS

INTERVENÇÃO MUNICIPAL
NO COMÉRCIO

O alvitre das padarias municipais trouxe mais uma vez a terreiro a famosa questão dos limites da intervenção do Estado, sôbre a qual tantos rios de tinta se teem derramado. É uma questão essencialmente prática, em que a doutrina é impossível de estabelecer: questão de oportunidade e bom critério para a qual só são argumentos aqueles que se tiram da observação actual das cousas. Doutrinas são apenas os dois pólos opostos: a não intervenção absoluta que se chama *laissez faire* e que o mais sumário exame reduz ao absurdo; e a intervenção também absoluta que se chama comunismo. Fora disto, é tudo prática, oportunismo, expediente, ou como lhe quiserem chamar.

Embora a palavra comunismo irrite muitíssima gente, o facto é que vivemos no seio de inúmeras instituições comunistas. Comunismo são os asilos, e em geral as instituições de beneficência; comunismo é a educação oficial; comunismo, cingindo-nos mais de perto à questão, são os talhos municipais, e seriam as padarias e as vacarias, de que também já se começa a falar.

Tem-se muitas vezes dito que os talhos, as padarias e mais estabelecimentos comerciais de um município não alteram a concorrência, por isso que apenas põem no mercado um concorrente mais, que é o Estado. É um sofisma pueril, pois resta dizer que esse novo concorrente opera sem responsabilidade, não carece de lucros, e tem as perdas pagas pelo cofre comum dos municípes.

¿ Não haverá, pois, critério seguro para julgar da oportunidade e da utilidade de instituições desta ordem? Há, sem dúvida. Esse critério está no princípio fundamental da ordem pública e no princípio orgânico da razão de estado.

Quando a ordem pública reclama de facto a intervenção de um regulador da concorrência, instituem-se talhos, instituem-se padarias municipais, porque a carne e o pão são objectos indispensáveis.

Em nome da razão de estado fundam-se asilos e escolas. Mas nem a ordem pública, nem a razão de estado ou conservação social (o que vem a dar pròximamente a mesma cousa) recomendam instituições desta natureza, quando não sejam absolutamente indispensáveis.

De outro modo não se pararia no caminho, e depois dos talhos e padarias viriam as vacarias, de que já se fala, — ¿ e porque não haviam de vir as mercearias, as tabernas, os alfaiates e sapateiros?

Para o caso das vacarias alega-se a circunstância especial da saúde pública, ameaçada pela propagação da tuberculose por via do leite. O caso é de-certo grave, e tôdas as prevenções higiénicas são poucas ao tratar-se de alimentos; mas onde a fiscalização basta, é inútil o comunismo; e se se diz que a fiscalização é má e insuficiente, implicitamente se confessa que a exploração municipal não havia de ser boa, pois essa bondade ou maldade vem apenas das qualidades do pessoal, cujos defeitos se hão de manifestar em ambas as hipóteses.

Temos sido pelas padarias municipais porque as consideramos uma necessidade; não somos pela idea das vacarias, porque se nos afiguram uma inutilidade e por isso a aberração de um princípio administrativo. Com iguais razões se defenderia a instituição de mercearias e tabernas municipais, pois também os comestíveis e bebidas, sêcos e molhados, como se diz no Brasil, se vendem inquinados, por forma prejudicial à saúde.

Há, porém, um mal porventura maior ainda do que as tendências comunistas das administrações municipais: dêle trataremos amanhã.

— (*Repórter*, 27-VIII-88).

PROTECÇÃO E PROIBIÇÃO
ADUANEIRAS

As grandes nações que, embora economicamente atrasadas, possuem nos seus territórios tôdas as matérias-primas agrícolas e industriais, podem, sem dúvida, e teem até vantagem em estabelecer com as alfândegas um regime quási proibitivo. É o que fazem a Rússia, os Estados-Unidos e até certo ponto a Alemanha.

As alfândegas, deixando de ter um carácter fiscal, tornam-se um instrumento económico. A elevação dos preços imposta ao consumo é transitória, enquanto se não desenvolve a produção interna e a concorrência conseqüente.

E o rendimento excessivo das alfândegas, como nos Estados-Unidos, traduz-se numa riqueza, numa opulência tal do tesouro, que a amortização rápida da dívida não basta, e um dos problemas de govêrno está sendo o de guardar o dinheiro. Falta espaço, multiplicam-se os armazéns.

Mas um regime proibitivo em países como o nosso, em que as receitas públicas são três quartas partes formadas pelo rendimento das alfândegas, e em que as riquezas naturais, tôdas exploradas, apenas produzem como matérias-primas o vinho, a cortiça, a lã, o azeite, as carnes e o peixe—é evidentemente inadmissível.

Aos espíritos simples ocorre este plano: pois se carecemos de matérias-primas, e se o Estado carece de rendimentos, taxemos nas alfândegas as matérias-primas importadas, de modo a produzirem a quantia necessária ao tesouro; daí para cima, calculemos diferencialmente os direitos, de modo a estabelecer a proibição para tudo quanto é manufacturado.

O absurdo desta idea simples é evidente. Não podendo com a pauta provocar a exploração interna de riquezas abandonadas, como na Rússia ou nos Estados-Unidos, um tal plano determinaria um excesso incomportável dos preços de tôdas as utilidades; e como temos uma raia sêca e uma costa aberta, o contrabando seria fenomenal, ao mesmo tempo que as nações nossas compradoras de produtos agrícolas empregariam retaliações proibitivas também.

A consequência seria uma banca-rota universal e uma miséria negra. A protecção é uma cousa, a proibição é outra. A protecção pode ser proibitiva eficazmente, quando há num país riquezas naturais a explorar: torna-se um estímulo e uma defesa. Mas quando não há, a proibição é um absurdo.

Nações sem autonomia industrial hão de por força viver no sistema de troca permanente internacional.

É o nosso caso. Proteger com tino os nódulos de riqueza nascente tem de ser a nossa re-

gra; mas contra essa regra infelizmente está a voracidade fiscal da nossa alfândega exagerando com verdadeiros impostos de consumo o custo da vida, e portanto as condições do trabalho e o preço do salário.

Eis aí a ordem de considerações que recomendamos à meditação dos lavradores que queriam proibir aduaneiramente a entrada do trigo, da lã, do azeite, de tudo quanto, em suma, não vendem com vantagem. — (*Repórter*, 1-III-88).

AS RÉGIES, PREFERÍVEIS AOS MONOPÓLIOS CONTRATADOS

... Se nos perguntarem qual dos sistemas é preferível, se o das *régies*, se o das companhias, respondemos sem hesitação que o primeiro é preferível. As razões são muitas, mas acima de tôdas as razões teóricas e políticas está uma razão prática — e é esta:

As companhias formam-se com capitais limitados, sob o princípio do dividendo provável. Contratam um serviço, exploram-no, e se dêle resultam lucros, êsses lucros vão beneficiar os capitais, multiplicando o valor das acções. Haja vista a companhia do gás. Não lucra o público, porque os preços não baixam, se não quando o aumento de consumo pode trazer aumento de ganhos, o que nada prova para o nosso caso.

Não lucra a Fazenda, porque há sempre meios de iludir as partilhas, quando porventura se estabelecem, como no caso da companhia do gaz.

Mas se as companhias, ou por êrros seus, ou por causas superiores, perdem, quem perde é o público, ou é a Fazenda. Haja vista a companhia das águas, a beneficio da qual o Estado gastou algumas centenas de contos em pesquisas e outras obras. Haja vista a mesma companhia, que por falta de meios para a construção de reservatórios, submete Lisbôa todos os verões a faltas de água, nas épocas de estiagem, com detrimento do público.

É muito bom de dizer que a autoridade tem no texto dos contratos o meio de fazer cumprir as obrigações: é muito bom de dizer, mas é mais duro de fazer, porque ainda quando as influências de várias ordens se não opusessem a isso, tais exigências levariam as companhias à falência, arruinando capitais, o que é sempre um êrro de govêrno.

Portanto, o sistema das *régies*, com os seus inconvenientes (não há cousa que os não tenha neste mundo) é preferível ao dos monopólios contratados, acima de tudo porque num caso revertem para a colectividade as probabilidades de lucro e as de perda, e no outro caso revertem só as segundas. A companhia das águas de Lisbôa é uma prova eloquente do modo de vêr que deixamos exposto. — (*Reporter*, 31-V-88.)

NOTAS

P. IV

— reagirá excessivamente contra as ideas do historiador. —

Sob dois aspectos se apresentará, se nos não enganamos, êsse excesso: será, por um lado, sentimentalmente nacionalista; por outro, monárquico-clerical. O nacionalismo esquecerá, ou apagará, o papel da elite na formação, desenvolvimento e govêrno da nacionalidade; (blasonando de aristocrático será, nesse ponto, menos aristocrático do que Oliveira Martins, que em outros pontos o foi de menos). O monarquismo dar-nos há uma história tão estreitamente partidária como a história jacobina da segunda metade do século xix. O êrro comum dessas histórias (a jacobina e a reaccionária) é a mania de buscar culpados: a tendência a responsabilizar, digo, certos indivíduos e certas classes que obedeceram a movimentos *gerais*, às grandes correntes intellectuais-políticas em que todos colaboraram. Assim, do movimento centralista foram réus, para os historiadores jacobinos, os reis e os padres; para os reaccionários, o centralismo é o crime dos inimigos dos ditos reis: da

democracia, da Revolução, etc. A verdade é que a Revolução, no seu centralismo, não fêz mais do que continuar um movimento que vinha de muito atrás, e para que concorreram de maneira activa *todos* os representantes do poder central, e de maneira passiva, por seu lado, os vários órgãos provincianos, principalmente as elites rurais (a nobreza) pela sua abdicação comodista perante a fôrça do poder central. Os nobres *do continente* (os ingleses não fizeram isso) foram os primeiros a abandonar os seus solares, para irem servir, a preço de honras e de mercês, a omnipotência dos monarcas. Todos os poderes centrais, por natureza, teem tendências centralizadoras, sejam monárquicos ou republicanos, e satisfarão integralmente essas tendências, se houver fraqueza nos representantes naturais do outro termo de Antinomia: as elites provincianas. É moda agora citar como período áureo da constituição de Portugal o século xv; mas a fórmula absolutista e centralista encontra-se já, e na sua forma mais perfeita, sob o punho de D. João I: «de nosso *poder absoluto* lhe damos e outorgamos», etc.; «queremos e mandamos *de nossa certa sciência e poder absoluto e próprio movimento*». Ainda não começara o século xv quando D. João I escrevia isto. Estava bem longe a Revolução francesa. Dir-se há que o govêrno republicano francês é mais centralizado que o de Luís XIV; sim, mas porque veio mais tarde, e portanto numa época de mais completa realização de um ininterrupto processo que há muito prosseguia,—acrescendo que a rapidez actual dos meios de comunicação (telégrafo, caminho-de-ferro, etc.) dá aos governos de agora um instrumento centralista que aos antigos reis não possuíam. Trata-se de uma fôrça que vinha actuando desde muito, e cujos efeitos nos aparecem maiores na proporção do tempo decorrido, como é lógico e natural.

Só se escreverá história inteligente quando, para êstes

grandes movimentos políticos, se desistir da tendência pueril de procurar culpados. Clovis, Luís XIV e o governo jacobino, Afonso Henriques, D. João I e os ministérios republicanos actuais são três momentos necessários do *mesmo* termo da antinomia Centralização-Regionalismo, Unidade-Diversidade.

A história é o desenvolvimento de pares de forças antinómicas, superiores aos indivíduos — e é curioso que se mostrem tão renitentes em o admitir aqueles mesmos que se manifestam tão «históricos», que tanto apregoam a continuidade da raça e da tradição, a subalternidade do indivíduo e dos seus interesses em relação à persistência da vida colectiva. Quem não comprehende esta permanência dos termos das antinomias, sob a variedade dos indivíduos, ou classes, que sucessivamente os representam, será um polemista muito brilhante, mas, se nos não enganamos, completamente destituído de espírito histórico, assim como de capacidade filosófica. — A. S.

P. XIX

—Fêz bem D. João III na sua política com os judeus?—

Graças à nebulosidade do estilo que empregou na *História de Portugal*, a grande maioria dos leitores entendeu ao invés a opinião de Oliveira Martins sobre a política com os judeus. Muito mais claramente se exprimiu êle no prefácio à tradução da *História de Portugal* de Stephens, onde diz:

«As opiniões do autor acêrca da política espanhola

ou peninsular, com os judeus, reproduzem as banalidades correntias que a êste respeito pôs em curso a filantropia superficial. Em primeiro lugar, convém dizer que os judeus não eram *portuguese citizens* (pag. 173) já porque a idea de cidadão se não compadece com os princípios vigentes até ao século XVIII no direito público europeu; já também porque os judeus não eram portugueses. Para se ser português, era necessário ser-se católico. Os judeus viviam como nação à parte, tolerados apenas, em grêmios isolados materialmente, e com uma legislação que os mantinha fora da sociedade cristã. E quando o autor julga achar um argumento fulminante no facto de os escravos negros conservarem as suas superstições *far more degrading than the religions either of Jews or Moslems*, engana-se redondamente, porque todos os negros eram baptizados, e viviam tão cristãmente quanto lho permitiam os limites da sua capacidade psicológica. É o mesmo que se dá com os brancos. E quanto ao fundamento da política histórica peninsular, estamos hoje vingados de tôdas as diatribes dos filantropos, quando se vê o antisemitismo lavrando por tôda a Europa, instigado pelas próprias causas de ordem social que aconselharam a Espanha a expurgar os judeus.

«Na Renascença e em Portugal, porém, sôbre a razão social havia a razão religiosa; e se não admira o tom fulminante com que o autor condena o fanatismo de D. João III, pois é história velha: admira como, ao mesmo tempo e tão inconseqüentemente, exalta com inteira justiça o espírito proselitico do génio conquistador português, origem de tantos e tão grandes heroísmos; admira como, ao mesmo tempo, nos censura por não termos tido o génio comercial dos holandeses e ingleses nossos herdeiros no Oriente, quando reconhece que eramos sobretudo missionários. Cada qual nasceu com o seu feíto, e o nosso evidentemente não foi o de

mercantões. Como havíamos de negociar bem, se o nosso propósito era combater e missionar? Como não haviam de os reis ter no coração o tal *fanatismo* ardente, se o entusiasmo religioso era a mola de aço rijo que nos impelia?

«E se êsse fanatismo de D. João III, e de muita gente mais, era a própria fonte da fôrça que nos fez heróis, segundo o autor confessa: como queria êle que houvesse o fruto sem haver a semente? que houvesse a fôrça, sem haver a fé? A inconseqüência é manifesta.»

Sôbre o problema dos judeus publicou recentemente o sr. Lúcio de Azevedo uma obra que é um claro modelo de imparcialidade, de intelligência e de elevação crítica: a *História dos cristãos-novos portuguezes*. — A. S.

P. XXVII

— a série mofina dos reis de Bragança. . . —

Recentemente escreveu, com mais serêno espírito, a Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos: «Sempre me esforcei a considerar essa casa (de Bragança) como descendente do Mestre de Avis e seu Condestável. E lamentei que a nação não a encarasse assim, e que alguns dos mais illustres escritores modernos» (entre êstes, de-certo, pensou a illustre Senhora em Oliveira Martins) «lhe fôssem tão decididamente hostis, influido perniciosamente no ensino da história pátria . . . Entendo assim que, a-pesar-da enorme literatura relativa ao assunto, o verdadeiro *Livro da Casa de Bragança* não está escrito. Nem mesmo a história externa e in-

terna do reinado de D. João IV, o Rei Restaurador» (Prefácio das *Notas de um escrivão do povo*, pelo dr. J. M. Teixeira de Carvalho, p. XVI).

Sôbre D. João IV em particular, tão ininteligentemente criticado por Oliveira Martins, Pinheiro Chagas e Camilo, v. a justiceira obra do sr. Joaquim de Vasconcelos, *El Rey D. João o IV*, Pôrto, Tipografia Universal, 1900. — A. S.

P. XXVIII

— As ideas sôbre os jesuitas não eram próprias do nosso autor: tomou-as directamente de Michelet e de Quinet. —

Não queremos dizer com isto que tais ideas não existissem em Portugal anteriormente a Oliveira Martins, e até muito antes de nascerem os dois franceses, Quinet e Michelet. Quem as introduziu foi o marquês de Pombal, ao reunir quanto era possível inventar contra a Companhia de Jesus nesse inexcidível monumento da mania da perseguição que é a «repulsiva» (o qualificativo é de Camilo) a repulsiva *Dedução cronológica*; mais tarde, os homens de 20 reproduzem as declamações pombalinas; depois, recrudescer a febre quando Saldanha, descendente do marquês, se torna o idolo dos Constitucionais; estabelecido o Constitucionalismo, acalma-se a febre: porque Herculano, inimigo dos jesuitas, tinha demasiado equilibrio mental para cair (a-pesar do seu génio arrebatadissimo) em tais exagêros declamatórios. Nem Oliveira Martins, pois, nem Michelet nem

Quinet, criaram a teoria; mas foi Oliveira Martins quem a ressuscitou e popularizou na segunda metade do século XIX; e foi de Michelet e de Quinet, não da *Dedução cronológica*, que elle a tomou *directamente*. Teófilo Braga, como se sabe, também cantou a mesma ária, com mais exagêro, até, que o autor da *História de Portugal*; mas, por lhe faltarem completamente os dotes artísticos de Oliveira Martins, não podia influir no mesmo grau para a sua difusão no grande público. — A. S.

P. XLVIII

— Fontes, cerrando-se casmurramente numa política à «muçulmana»... —

A comparação com os muçulmanos é de D. Pedro V. Fontes, pela teimosia acéfala da sua política sem ideas, obrigou os progressistas à attitude da insurreição, a qual, por sua vez, deu força aos republicanos. Sob a aparência de defensor da Monarquia, foi elle talvez um dos maiores instrumentos da sua morte.

O verdadeiro caminho que deviam tomar os progressistas, era aquele em que Oliveira Martins os quis meter: em vez de atacar a realeza, mostrar que havia em Fontes, não tanto um político imoral, como uma menos que medíocre intelligência de estadista.

Esse homem, além de anarquizar a vida política do país, criou a tradição do govêrno de expedientes, destituido de ideas e de programa — a não ser a idea única, verdadeiramente pueril no seu exclusivismo, da pedra filosofal da Viação. Caracteriza-o aquella resposta céle-

bre do: «entremos, e depois conversaremos», a quem lhe aconselhava que, antes de subir ao poder, assentasse ideas e traçasse programa. Monárquicos, republicanos, toda gente, se convenceu de que, para governar, basta ser «têso» — autoridade, autoridade, e só autoridade. Nada de ideas, nada de congeminções: «entremos, e depois conversaremos». Esta frase, que reflecte simplesmente a manha de um pelotiqueiro, a esperteza de um habilidoso, é considerada, neste país de horror às ideas e ao encadeamento lógico do pensar — como um modêlo de sabedoria política. Foi essa «sabedoria» política que nos trouxe ao estado em que nos encontramos; e quem reagiu contra ela — Oliveira Martins — é que deve servir de modêlo, cremos nós, à geração a que pertencemos. Pode dizer-se que Fontes e Mariano de um lado, Martins e Quental do outro, simbolizam as tendências políticas em que se debate agora Portugal: a política de expedientes e a política de ideas; a política da fixação e do fomento, do lado dêstes, e do outro, a política da especulação e do transporte.

Sôbre Fontes, v. Oliveira Martins, no *Portugal Contemporâneo* e nos dois volumes desta presente obra; Ramalho Ortigão, *Farpas*, tomo III; Basílio Teles, *Do ultimatum ao 31 de Janeiro*; Júlio de Vilhena, *D. Pedro V e o seu reinado*. Aqui reproduzimos as opiniões de D. Pedro V sôbre Dom Magnífico:

«Fontes é o que nós sabemos, o verbo em vez da idea, a palavra hábito em lugar da palavra raciocínio. Para êle a vida pública é muito mais uma especulação e um sestro do que uma ambição; uma distracção, e nunca um trabalho. *Governa como os muçulmanos — para governar*, para gostar as delícias vedadas ou inacessíveis ao comum dos mortais, àqueles que não teem a faculdade de se absorverem a si mesmos e de *desesperarem a opinião pela indiferença*. A sua bagagem de ideas governativas ou administrativas (que para êle é a mesma

cousa) resume-se no plagiato da imoralidade mansa, inimitavelmente decente, de Rodrigo da Fonseca, ou bravia do conde de Tomar» (v. Júlio de Vilhena, *D. Pedro V*, vol. II, p. 85).

O Fontismo, em vez de reagir contra os nossos vícios tradicionais, foi uma maneira brilhante de pactuar com êles, obtendo, graças aos empréstimos, um regabofe provisório à custa do futuro. A sua teoria política reduzia-se à panacea da Viação; sob o pretexto de desenvolver a viação se faziam os empréstimos, com que se sustentou e ampliou o comunismo nacional, empregando gente nas obras públicas; isto, quando o de que o País necessitava era do fomento *directo* da actividade exploradora das suas riquezas naturais, da abertura de campos da actividade útil, produtora, à juventude da nação.

Não sabemos em que ano pronunciou Fontes aquela frase a que aludimos; mas não deveria ser muito distante daquele em que Antero perguntava: «mas, ex.^{mo} senhor, será possível viver sem ideas? Esta é que é a grande questão.»

Oliveira Martins, no *Projecto de lei de fomento rural*, criticou da seguinte forma o dogma da Viação:

«Quando nós em Portugal acordámos para a vida económica, despertou-nos do nosso sono histórico o silvo agudo da locomotiva, e, estonteados por êle, supusemos que todo o progresso económico estava em construir estradas e caminhos-de-ferro. Esquecemos todo o resto. Não pensámos que as facilidades da viação, se favoreciam a corrente de saída dos produtos indigenas, favoreciam igualmente a corrente de entrada dos forasteiros, determinando internacionalmente condições de concorrência para que não estávamos preparados e para que não soubemos preparar-nos. Como exemplo, apenas, eu pergunto se porventura a situação dos nossos cultivadores de cereais seria a mesma que hoje é, caso não

houvesse caminhos-de-ferro para levarem, quasi de graça, a tôda a parte as farinhas produzidas em Lisboa com os trigos estrangeiros. Isto não é condenar os caminhos-de-ferro: seria absurdo; é condenar apenas a falta de instituições económicas indispensáveis à concorrência com nações de outro modo instrumentadas.

«Com relação à economia interna do país, pensamos que os progressos da viação aumentam, sim, o valor dos productos das regiões prósperas; mas que não podem criar produção aí onde causas de ordem superior o impedem. Pensamos que em tais regiões as facilidades do trânsito se tornam até anti-económicas, pois, estabelecendo a média dos preços combinadamente com os centros de população onde êles são mais elevados, encarecem a vida local, sem por outro lado lhe darem novo alento, antes pelo contrário facilitando e fomentando o absenteismo, e a despovoação dos campos pelas grandes cidades, moléstia fatal dos tempos antigos e que nos modernos já é declarada no centro da Europa.

«O caminho-de-ferro, lembremo-nos bem disto, é um instrumento de uma energia incomparável sem dúvida, mas é um instrumento apenas. Aplicado a um organismo são e capaz de o suportar, avigora-o; aplicado, porém, a um organismo depauperado, extenua-o.

«Pelos caminhos-de-ferro, esquecemos a terra, mãe omnípara de tôda a riqueza; tratámos do instrumento, abandonando a matéria prima; olhámos para as obras, sem olhar para a fazenda. Por isso hoje vemos a lavoura em crise e a usura florescendo onde as searas floresciam antes.» — A. S.

P. LXI

— «no grupo dos Vencidos da Vida, aceitava-o o próprio Guerra Junqueiro». —

Ver o *Balanço patriótico* publicado no fim de *A Pátria*. Pelo que respeita a Eça de Queiroz, é interessante a carta datada de Paris a 7-X-90. Contém êste trecho:

«Em todo o caso eu não vejo senão uma solução simplista — uma Tirania. É necessário um *sabre* tendo ao lado um *pensamento*. Tu és capaz de ser o homem que *pensa* — mas onde está o homem que *acutila*? Em antigas cavaqueiras falámos por vezes do Rei. Mas é êle um *homem*? Ou é êle simplesmente um *sceptro*?»

A necessidade de uma ditadura *têsa*, que acutilasse valentemente, foi também proclamada por Guerra Junqueiro, nos termos mais enérgicos (v. o citado *Balanço*). O ambiente mental para a ditadura de João Franco criou-o o escol dos intelectuais portugueses, que anteriormente haviam criado o insurreccionismo jacobino. Eça passou, de maneira natural, de um democratismo insurreccionista para um vago democratismo ordeiro; Oliveira Martins, tão acusado de variar, foi o que menos variou de todos: já em 78, como dissémos, falava com o maior desdém dos «homens do boné frigio»; Teófilo nunca variou: sempre jacobino, em combinação ilógica com afirmações positivistas; Guerra Junqueiro foi o mais variável: vermelho, esbranquiçado, outra vez escarlate, outra vez branco.

Em Janeiro de 90, escrevia Eça a Oliveira Martins, incitando-o a intervir:

«Nunca, creio eu, houve, antes dêste, um momento em que Portugal moderno estivesse tão acordado e tão atento. É impossível que não haja algumas centenas de

homens que sincera e lealmente desejem saber *o que se deve fazer*; e que não queiram sinceramente *fazer o que se deve*. É êstes que convinha esclarecer. O País parece-me agora, neste instante, um espírito que acorda estremunhado e que olha em redór, procurando um caminho: é êsse caminho que alguém lhe deve indicar.» — A. S.

P. LXIV

— viu um partido de tradições gloriosas, o progressista, presidido por um homem venerabilíssimo —

Sôbre a personalidade de Braamcamp veja-se o seu *Elogio histórico* por Oliveira Martins e o artigo que nas *Farpas* lhe consagrou Ramalho Ortigão (tomo III, p. 139-149). É curioso o seguinte trecho:

«Bordalo Pinheiro, que o caricaturou muitos centenaes de vezes, incluindo-o de uma ocasião numa scena de galegos de esquina em que êle figurava com o resto do seu ministério, e representando-o vestido de aguadeiro, com o barril ao ombro, dizia-me ao desenhá-lo:

— É inútil querer agalegar êste maldito... Por mais que a gente faça para o apelintrar, para o acachapar e para o remexer de envolta com o resto da choldra, êle fica sempre distinto, áparte de todos os mais; e a sua caricatura faz-me invariavelmente o efeito estranho de ser muito mais êle que se ri de mim do que eu dêle!»

— A. S.

P. LXVII

—Eça, numa carta que reproduzimos em nota...—

A carta foi publicada pelo sr. António Cabral no seu interessantíssimo livro sobre o romancista, e é datada de Paris, 22-X-88. O trecho a que aludimos é o seguinte:

«... a tua saída do *Repórter*. Eu previ-a, logo que aqui me disseram que o objectivo de todas as artes do Mariano, ultimamente, era *fazer-te calar!* Consegui-o. E vê tu, querido Joaquim Pedro, as vantagens da Democracia, que tanto escarneces. Há cem anos, dado o mesmo Mariano, com o mesmo objectivo, estavas a esta hora no fundo de uma masmorra. Assim estás regalado, ao canto do lume — e com a voz cada vez mais forte. A Democracia portanto *a du bon.*»

Pelo que respeita à «voz cada vez mais forte» é que se enganou Queiroz. Mariano — ou o espírito marianesco — venceu afinal. Havia fórmulas democráticas; mas não havia (nem há) espírito democrático no país. — A. S.

P. LXXVI

—... que dêles descarregou, depois, toda a responsabilidade sobre Oliveira Martins» —

Com a atitude de Dias Ferreira contrastam estas nobres palavras, pronunciadas por Hintze Ribeiro no Parlamento:

«A essas medidas se chamou de salvação pública. Foi a sua adopção um êrro e um mal? Se foi, a responsabilidade não coube só ao ministério do sr. Dias Ferreira. Foi nossa também. Esta é a verdade.» (V. *O Regimen da divida portuguesa*, p. 78). Dias Ferreira descarregou sôbre Oliveira Martins as suas próprias responsabilidades; Hintze reclamava para si, e para todos, as responsabilidades de Dias Ferreira. — A. S.

P. 7

Artigo «Razão de Estado»

Talvez algum dos leitores se sinta tentado a ver neste artigo (que expõe a antinomia da Razão de Estado e de certas aspirações liberais, concluindo que não há principio absoluto, mas um sistema de equilibrio e ponderação) a ver nêle, dizemos, um exemplo das análises incompletas que tanto ocorrem em Oliveira Martins, sobretudo se o comparar com outros artigos em que se defende a moralidade absoluta no govêrno, como os que se intitulam *Prestigio e influênciã*, *Dura lex* e *O principio da imoralidade*. As teses, no entanto, podem conciliar-se, da seguinte forma: o governante não deve usar a corrupção dos seus concidadãos nem transigir com ella; mas, uma vez que a encontre, cumpre suprimi-la sem fazer escândalo, para não desprestigiar os órgãos do Estado. Deve notar-se que D. João III, citado pelo nosso autor, corrompia *estrangeiros*, em beneficio do seu país. A-pesar-de tudo, quere-nos parecer que Oliveira Martins, fazendo bem, aliás, em lembrar a rea-

lidade inevitável da Razão de Estado, pende demais para ela, considerando as cousas estaticamente, e não num desenvolvimento que tenha como tendência, ou Idea, a conciliação crescente da Razão de Estado com a ética individual. Poderemos compreendê-lo melhor do que êle próprio se compreende, se nos decidirmos a pensar sempre pelo esquema das antinomias, cuja doutrina adoptou, mas de que se esquece algumas vezes. O seu maior defeito, neste artigo, parece estar na separação demasiado funda que estabelece entre os princípios da política e os da ética, sendo rigorista de-menos naquela, e de-mais nesta. Por não haver admitido que também na moral individual não há princípios *absolutos* (esquecimento das antinomias!) é que condena a casuística, nestas páginas, com excessiva precipitação. Mal se entra na prática, na realidade da vida concreta, a casuística impõe-se, e sofrem restrições inevitáveis todos os preceitos absolutos: o soldado não pode garantir que não mata, o médico, que não mente, e assim por aí fora. O mal não está na casuística, mas no seu abuso, em que caíram frequentemente os jesuitas (para sermos justos, reproduzamos aqui a observação de Nietzsche: o jesuita foi indulgente com os outros, mas rigoroso consigo próprio). Notemos ainda, já que falamos em jesuitas, que a Obediência é um princípio fundamental em tôda boa educação (v. o elogio da Obediência por Carlyle): simplesmente, os jesuitas pecaram aí contra a lei das antinomias, dando à idea de Obediência um valor absoluto, — o que é tão grande erro como dar valor absoluto à idea de Liberdade.

Aos leitores de Hegel é familiar o pensamento de que nas próprias sciências exactas não há noção que não seja falsa e absurda se a tomarmos como absoluta: tôda noção pressupõe, contém e está contida na sua oposta.

O período: «Porque nesse banco dos réus onde se sentou Wilson, por trapaceiro», etc., parece-nos obscu-

ro. Ao que se nos afigura, a idea justa seria esta: no caso presente (de Wilson) não se seguiu inteiramente o principio liberal nem o da razão de Estado: o primeiro exigia que fôsse julgado também Fouqué; o segundo, que o não fôsse Wilson.

O episódio é conhecido: Júlio Grévy, presidente da república francesa, viu-se forçado a demittir-se em Dezembro de 1887 em virtude de se haver descoberto que Wilson, seu genro, se valia da situação em que estava para realizar um escandaloso negócio de empregos e condecorações. — A. S.

P. 22

Artigo «O Ideal e a Politica»

A comparação, que Oliveira Martins faz neste artigo, do estado social do nosso país com uma paisagem marítima de calma podre, explica o artigo *Marinha* que reproduzimos na secção *Arte e literatura*, 2.º vol.— A. S.

P. 28

Artigo «Os Partidos políticos»

Como a maioria dos leitores hade ter percebido, o «*haussmannizamo-nos*» dêste artigo refere-se a Georges Eugène Haussmann (1809-91) que, como prefeito do

Sena desde 1853, sob Napoleão III, gastou milhões na remodelação da cidade de Paris. Fizeram-no cair em 1870 a inimizade de Olivier e um opúsculo de Júlio Ferry, *Les comptes fantastiques de Haussmann*. O folheto de Drumond a que se alude deve ser *La France juive devant l'opinion* (1886). — A. S.

P. 140

Espanha e Portugal

Oliveira Martins foi sempre admirador de Castela e partidário de um íntimo entendimento entre os dois povos da Península, opondo-se enèrgicamente, porém, a qualquer idea de absorpção. Em seu parecer, «o programa que o juízo aconselha às duas monarquias da Península é o regresso à tradição de Avis, a política de cooperação, despida, porém, de esperanças recíprocas de absorpção pelo processo anacrónico dos enlaces dinásticos... União de pensamentos e de acção, independência de govêrno: eis a nosso ver a fórmula actual, sensata e prática do iberismo». Reproduzimos, por menos conhecido, o que escreveu a êste respeito no prefácio da tradução da *História de Portugal* de Stephens:

«A aliança inglesa é organicamente deprimente... é preferível a política oposta, de adesão à Espanha, no pensamento comum da civilização peninsular, e da aliança estreita, perante o mundo. De pé ambos, e abraçados, a Espanha arranca do flanco o *espinho português*; Portugal agradece amavelmente o protectorado inglês, que hoje mira à África, liquidados para nós como

foram em 1660 e em 1812, a Índia e o Brasil. Concluímos que é preferível a política dessa aliança e dessa comunhão, com as quais, na Idade Média, depois de terminado o pleito da separação em guerras quasi civis, se mantinham tão estreitos vínculos entre as côrtes irmãs da Península; e que na Renascença, redúzidos a dois os reinos da Espanha, fêz desabrochar em ambos êles a flor do heroísmo com que encantámos o mundo.» — A. S.

P. 154

Que quererá êle?

Como se sabe, diz-se que Fontes, quando alguém atacava a sua política, perguntava: «Que quererá êle?» É outra das frases características da sua orientação.—A. S.

P. 155

Os Vencidos da Vida

Chamaram-se a si mesmas *Vencidos da vida* onze notáveis personalidades que durante o ano de 88, em que Oliveira Martins dirigiu o *Repórter*, e ainda depois, até 1893, se reuniam semanalmente, à mesa do almoço ou do jantar: cousa, como se está vendo, simplicíssima. Eram êles: Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Ramalho

Ortigão, Guerra Junqueiro, conde de Ficalho, António Cândido, marquês de Soveral, Pindela, Carlos Lobo de Avila, Carlos Mayer, conde de Sabugosa. Quem queira conhecer a história do grupo deve ler a obra interessantíssima, cheia de conscienciosa e minuciosa documentação, que o sr. António Cabral publicou em 1896, com o título: *Eça de Queiroz, a sua vida e a sua obra* (Aillaud). Os *Vencidos* atraíram críticas, suspeitas, ironias, más vontades, e sobretudo despeitos de «intelectuais» que não conseguiram pertencer ao grupo; chegaram a supô-los um partido político. Salientaram-se entre os zombadores Caldas Cordeiro, no *Jornal da Noite*; Rafael Bordalo, nos *Pontos nos ii*; Barros Lobo, em *A má lingua*; Fialho de Almeida n'*Os gatos*; e sobretudo Abel Botelho, que fêz representar no Ginásio uma comédia com o título de *Os vencidos da vida* — peça má, desbragada, pateada pelo público, e por fim retirada pela Censura. Foi êste último caso, muito discutido, que provocou o artigo de Oliveira Martins que reproduzimos na p. 155. Tudo isso se encontra minuciosamente narrado no livro de António Cabral. Entre os agressores dos *Vencidos* cumpre citar um inimigo de Oliveira Martins, — inimigo rancoroso, facciosíssimo, e portanto ininteligente: o explosivo Silva Pinto. Dos seus estoiros contra o historiador lembraremos os que figuram no *Terceiro livro de combates e criticas* (p. II, 24) e em *A torto e a direito* (mais a torto que a direito: p. 220, 330, etc.). Também êste o ataca como «trânsfuga» (foi argumento comum de monárquicos e republicanos) assim como o sr. José Caldas, que diz: «Oliveira Martins, o homem funesto, o cortesão frustrado em seus miseráveis intentos, cujo espírito, intermitentemente lúcido, apenas serve agora de implacável relêvo à humilhantíssima história da sua apostasia moral». (*Benigna verba*, Coimbra, França Amado, 1907, p. XVII). O pensar de Oliveira Martins era demasiado complexo para o espírito simplista, não

só dos seus inimigos, mas daqueles mesmos que pretenderam dar-se como seus continuadores. — A. S.

P. 172

— Nas sociedades humanas um pólo é o instinto de expansão da vontade individual, o outro pólo é a idea da conservação do corpo social.—

Na antinomia económica, o Individualista só vê um dos termos: a necessidade do incentivo da propriedade individual e da expansão da vontade; o Comunista, êsse, só vê o critério da Igualdade. Entre os dois, fugindo a ambos os absolutos, está o Socialista como o concebe Oliveira Martins, ponderando e equilibrando os dois termos. No opúsculo *As Eleições* escreveu o nosso autor:

«O Estado não é o universal distribuidor da riqueza, mas tem de ser o constante órgão da justiça; êle não pode criar, porque a sua missão consiste apenas em regular a distribuição e ponderar as forças sociais num equilibrio duradouro. A futura república não será a quimérica cidade do comunismo, será porém, — é já tempo de o reconhecermos, — uma federação de fábricas organizadas cooperativamente, e uma congregação de lavradores-proprietários (1) arando a terra isolada ou associa-

(1) Emilio de Laveleye, o eminente autor da *Proprieté et ses formes primitives*, tão fustigado pelos economistas ortodoxos por isso a que chamaram a sua apostasia, dizia há pouco:

•E' a propriedade democratizada quem há de salvar a democracia. Quando todos os chefes de família forem proprietários dum campo, duma acção, duma obrigação ou dum título de renda, não haverá

damente, segundo as necessidades da cultura; será ainda um sistema de grêmios das profissões chamadas liberais; será finalmente um Estado, senhor do domínio colectivo, dispensando todos os serviços públicos, a instrução, a higiene, a viação, o crédito, a polícia, a protecção dos pobres e dos nús, com os recursos que lhe dão a renda do domínio colectivo sob as suas múltiplas formas, e o imposto na sua distribuição justa; — um Estado, órgão fiel da vontade social, sobranceiro na sua majestade, aclamando a sua justiça, como a bronzeeza estátua do herói quando se levanta no meio de uma praça, sôbre as cabeças da multidão. O Estado, qual outro herói, saíu do nosso sangue: não é um poder que se nos impõe, é uma fôrça por nós criada, as suas obras fazem dêle uma cousa que sem ser diversa do que somos, nos excede porque nos representa a nós mesmos de um modo sintético ou ideal.

«Nada há de comum entre esta compreensão do futuro das sociedades modernas e o que espera para si e apregoa o radicalismo jacobino, que é a perversão da democracia; nada há de comum entre estas aspirações e as do comunismo idealista, que é a perversão do socialismo. Entre a democracia e o socialismo há, porém, uma identidade de querer indefinido, que nós pensamos ter pôsto a claro nestas páginas.

«A verdadeira compreensão do espírito revolucionário da nossa idade afasta-se dos jacobinos e dos comunistas, e por isso mesmo é a um tempo democrata e

mais revoluções sociais a temer... Dai ao povo uma instrução forte, completa, moral, inculcalhe a economia, *substitui por instituições protectoras as corporações da Idade-média*, favorecei a divisão da riqueza, representai por coupons mínimos os capitais produtivos para que possam chegar a todos, estendei a mão aos que querem subir, dai lugar a quem chega!»

«A Democracia na Economia política», discurso pronunciado na Academia Real da Bélgica.

socialista. Afastando-se das fórmulas, igualmente se afasta dos processos: nem vota pela insurreição, nem pela abstenção, nem pelos protestos vãos, nem pelos regicídios criminosos. Num certo sentido é mais conservadora do que os partidos conservadores, noutro é mais radical do que o melhor dos demagogos». — A. S.

P. 218

Causas económicas da imoralidade política.

Esta idea é das mais difíceis de fazer aceitar ao falso idealismo dos nossos «intelectuais». O caso é este: a prêgação moral resulta vã, desde que a estrutura económica da sociedade força os indivíduos cultos a venderem-se às clientelas ou a especularem na bolsa para poderem subsistir. Acabado o seu curso, o rapaz português verifica que não há campos suficientes de actividade produtora em que se empregue, — e de aí os males de que nos queixamos: o abuso do funcionalismo, do clientelismo, do comercialismo e da especulação. Quando preconizamos, pois, as reformas económicas como medida basilar, não é que tenhamos, como dizem certos críticos, o preconceito materialista de que o homem vive só de pão. O que desejamos, como elles, é um acréscimo de espiritualidade; mas vemos que as reformas económicas, abrindo campos de actividade produtora, constituem a *primeira* condição, a condição sine qua non, a condição *necessária* (não dizemos suficiente) da elevação espiritual da nossa elite.

Para nós, todo educador português que se não com-

penetre desta idea não concebe concretamente o problema pedagógico português.— A. S.

P. 241

O problema dos latifúndios do Sul.

Sôbre êste mesmo problema escreveu Oliveira Martins no *Projecto de lei de fomento rural* :

«Nem se objecte que um tal estado de cousas é consequência fatal do clima, porque a história desmente semelhante opinião. Júlio Pacense diz-nos que o censo de Augusto achára na Lusitania 5.068:000 pais de família, isto é, cêrca de 20.000:000 de habitantes. O Portugal despovoado de hoje era bem diverso nos bons tempos romanos. A Lusitania de Augusto tinha por fronteiras, como é sabido, o Douro até Toro, e daí, por Talavera e Merida, o Guadiana até ao mar. Excluía o nosso Minho e Trás-os-Montes, incluía parte da actual Extremadura espanhola, quasi idêntica ao nosso Alentejo. Antes do império, Sertório não teria pôsto em Évora a sêde do seu govêrno, se a região transtagana fôsse então o que hoje é. As guerras da quedas do império romano, a decadência social que se prolongou através da monarquia dos godos, e depois as guerras da reconquista aos árabes, foram a causa da esterilização dessas regiões que durante os primeiros quatro séculos da monarquia portuguesa iam sendo gradualmente chamadas para a povoação e para a cultura.

«Depois, as ideas políticas e as instituições sociais conspiraram para a esterilização da obra encetada. Os vícios acumulados da legislação e dos costumes occasionam o abandono das terras; as encostas e os cumes dos montes despovoam-se de florestas; lavra a queimada, começa o alqueive; os homens preferem ao trabalho a aventura, e os capitais a agiotagem aos empregos socialmente reprodutivos».

Tal era a opinião de Oliveira Martins, — opinião que, aliás, talvez seja contestável nos pormenores históricos. — A. S.



INDICE

PREFACIO :

Pag.

| | |
|--|-------|
| A influência politica do historiador..... | III |
| A significação politica do publicista..... | XLIII |

PROBLEMAS POLÍTICOS :

| | |
|--|----|
| Progresso ou fetichismo | 3 |
| Razão de Estado..... | 7 |
| O ideal e a politica..... | 17 |
| Os partidos politicos | 23 |
| Prestigio e influencia | 30 |
| O descrédito da politica | 33 |
| Politica e moral : | |
| O principio da moralidade..... | 42 |
| Dura lex..... | 46 |
| Realidades politicas : | |
| Falta de bons pontos de apoio | 47 |
| Plutocracia e cesarismo..... | 49 |
| Caciquismo..... | 50 |
| Exército e democracia..... | 52 |
| Monarquia e república : | |
| Ilusões antigas e politica positiva..... | 55 |

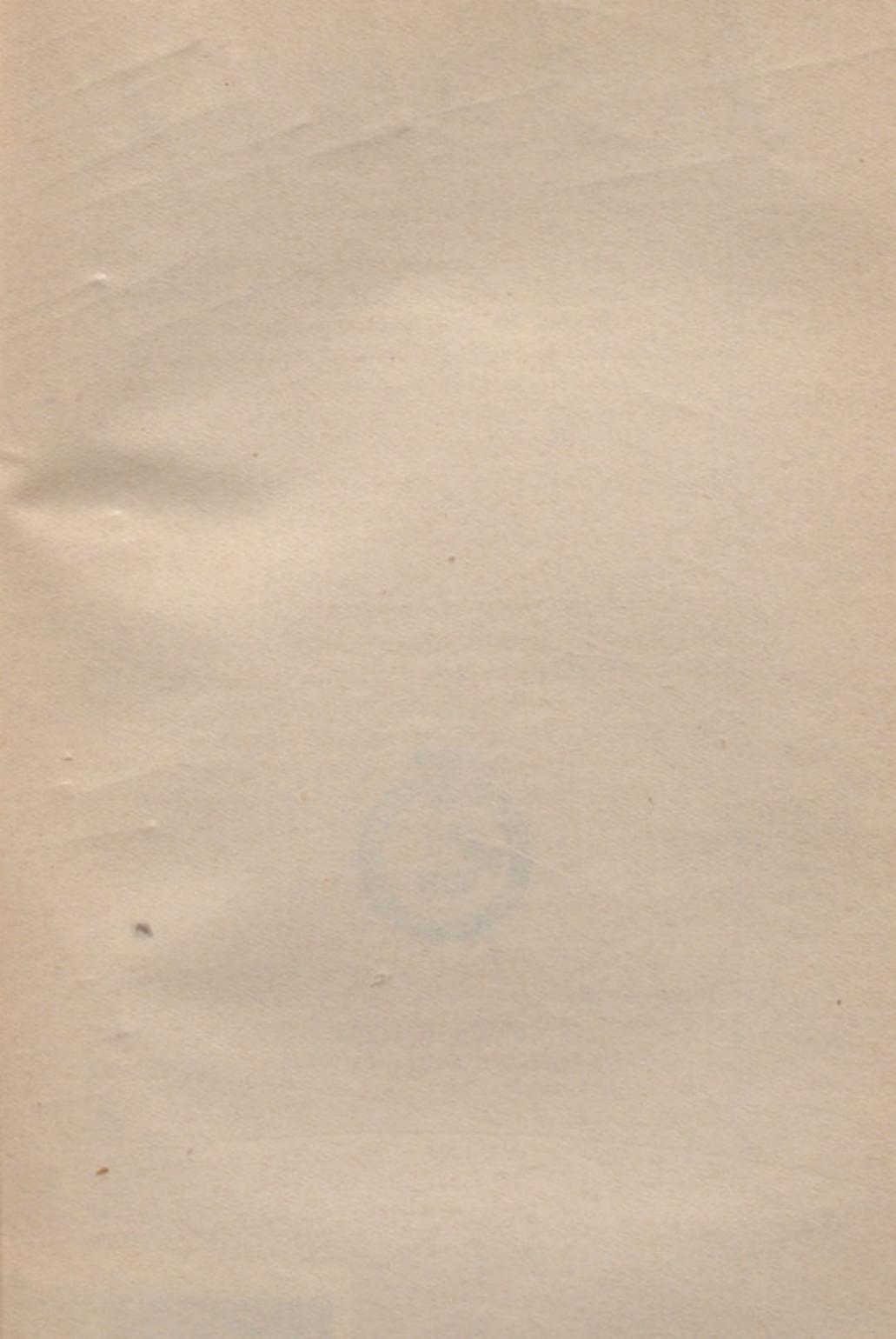
| | Pag. |
|---|------|
| Os retardatários do doutrinarismo | 59 |
| Conveniência da realeza em casos especiais | 64 |
| Intervenção real para democratização da monarquia | 67 |
| Intervenção da corôa em nome da salvação pública | 68 |
| Critica do parlamentarismo : | |
| O parlamentarismo é aristocrático, etc. | 70 |
| Evolução do parlamento | 72 |
| Absurdos dos senadores por eleição | 73 |
| Verborreia parlamentar | 75 |
| Res, non verba | 77 |
| O incidente, o precedente e o chinfrim | 81 |
| Marmelada parlamentar | 83 |
| Troça e feira | 86 |
| Toiradas parlamentares | 88 |
| Pilriteiro dá pilritos | 89 |
| Abstenção forçada dos melhores | 91 |
| Mistificação parlamentar | 93 |
| Fechem-se as câmaras ! | 95 |
| Divórcio do povo e seus mandatários | 97 |
| Reforma das instituições representativas | 99 |
| A <i>Provincia</i> | 108 |
| Vida Nova ! | 115 |
| Tristia ! | 118 |
| Em árvore sêca ! | 122 |
| A bigorna e o martelo | 127 |
| Os alvitristas | 129 |
| Aspectos da política portuguesa : | |
| Rex publica, rex privata | 131 |
| Política de quimeras, de negociatas e económica | 133 |
| Opinião individual e disciplina partidária | 134 |
| Desagregação dos partidos | 136 |
| Astronomia política | 138 |

| | Pag. |
|---|------|
| Espanha e Portugal..... | 140 |
| Condições de formação de um partido.... | 147 |
| Limites da acção dos govêrnos na vida eco- nómica..... | 149 |
| Galampinas..... | 152 |
| «Que quererá êle?»..... | 154 |
| Os «Vencidos da Vida»..... | 155 |

PROBLEMAS ECONÓMICOS:

| | |
|---|-----|
| O problema económico..... | 161 |
| Liberalismo económico e intervencionismo . | 171 |
| Exemplo a seguir..... | 176 |
| O código comercial..... | 185 |
| Desarmamento..... | 196 |
| Os números..... | 206 |
| Causas económicas da imoralidade política . | 218 |
| Circulação-produção..... | 223 |
| O trabalho narial..... | 228 |
| A emigração nacional..... | 233 |
| O problema dos nossos latifúndios do sul... | 241 |
| Propriedade minúscula..... | 244 |
| O problema do pão..... | 248 |
| O S. Martinho..... | 262 |
| Notas económicas: | |
| Intervenção municipal no comércio..... | 268 |
| Protecção e prohibição aduaneiras..... | 271 |
| As régies, preferíveis aos monopólios con- tratados..... | 273 |







ROMULO

 RÓ
MU
LO
UNIVERSIDADE COIMBRã



1329649313

EDIÇÕES DA BIBLIOTECA NACIONAL

| | |
|---|------------|
| Recreação Periódica, pelo <i>Cavaleiro de Oliveira</i> . Pref. e trad. de Aquilino Ribeiro. 2 volumes 8.º | 10\$00 |
| Tiragem de luxo de 80 ex. num. e rubr. dos quais são postos à venda os n.ºs 10 a 60 . . | 40\$00 |
| Marco Paulo. Reimpressão da edição de <i>Valentim Fernandes</i> por Esteves Pereira. In 4.º | 8\$00 |
| Tiragem especial | 18\$00 |
| Processo dos Távoras, publicado sob a direcção de Pedro de Azevedo. In 4.º | 7\$50 |
| Catálogo ideográfico. Sub-rubricas gerais . . . | 1\$20 |
| Instruções relativas á aquisição de verbetes da Biblioteca Nacional | \$60 |
| Lusiadas. Edição fac-simile da 1.ª edição do poema, com aparato crítico de José Maria Rodrigues. In 4.º | 30\$00 |
| Tiragem especial | [Esgotada] |

NO PRELO :

- Bibliografia das bibliografias portuguesas, por António Anselmo.
- Dinamarca e Portugal, por Sofus Larsen; trad. portuguesa.
- Obras completas de Gil Vicente, ed. fac-simile conforme a de 1562, prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.
- Processo do Marquês de Pombal. Pref. e notas de Jaime Cortesão.
- Guia de Portugal, sob a direcção de Raúl Proença.